NEGOCIAÇÕES E RESISTÊNCIAS PERSISTENTES:

AGRICULTORES E A BARRAGEM DE ITAPARICA NUM CONTEXTO DE DESCASO PLANEJADO

NEGOCIAÇÕES E RESISTÊNCIAS PERSISTENTES:
AGRICULTORES E A BARRAGEM DE ITAPARICA NUM CONTEXTO DE DESCASO PLANEJADO

Parry Scott

Recife - 2009

Agradecimentos:

Agradecemos pela permissão de reprodução de trechos de artigos
aqui incluídos aos seguintes:
Boletim do Museu Goeldi
Saúde e Sociedade
Política Hoje
Editora Universidade de Brasilia
Editora da UFPA
Organizaçao dos Estados Americanos
Editora UFPE
Associação Brasileira de Estudos Populacionais (Anais)
Encontro Brasileiro de Ciências Sociais e Barragens (Anais)

SUMÁRIO

DESCASO PLANEJADO: A Barragem de Itaparica e os Agricultores do Rio São Francisco

Este livro acompanha uma história de moradores da beira do Rio São Francisco, no Sertão, pernambucanos e baianos os quais foram submetidos a um processo de migração forçada por causa da implementaçao do projeto da barragem de Itaparica, construída para produzir energia para muitos locais no Nordeste num contexto de descaso planejado. São, sobretudo, agricultores familiares que passaram pela experiência de transformações intensas e profundas nos cenários da sua vida cotidiana, desdobrando-se em atividades de negociação, resistência, adaptação e superação para assegurar um espaço para retomar as suas vidas frente às novas situações encontradas nos ambientes surgidos em função do grande projeto de desenvolvimento.

Descaso planejado é uma designaçao aqui empregada para descrever uma sensação que persistentemente acompanha a experiência de interagir com os agricultores diante desse mega-projeto de desenvolvimento. É um termo que reconhece que, mais vezes que não, projetos destas dimensões prejudicam quem reside próximo aos locais destinados para a sua implementação. Detalhe trás detalhe, aparecem ambigüidades múltiplas que, quando cuidadosamente examinadas, criam um padrão de prejuízos maiores para os que são mais fracos, por mais bem organizados e apoiados que estejam. Aponta para as relações entre uma miríade de agentes sociais que se mobilizam para negociar em torno de objetivos estruturalmente conflitantes, cada lado procurando convencer aos outros que seu argumento é mais consistente e seus interesses mais nobres. É a descrição mais sucinta que encontro para descrever a observação da condição de agricultores que se tornaram atingidos e depois reassentados antes, durante e depois da construção da barragem Luiz Gonzaga nos anos oitenta. O rio virou lago, cumprindo simbolicamente a profecia, repetida na boca do povo, do Sertão virar mar. Dezenas de milhares de habitantes da beira do Rio São Francisco tiveram a sua vida profundamente alterada em nome da melhora alheia.

Mega-projetos de desenvolvimento mobilizam planejadores e administradores durante décadas em torno de

objetivos hiearquizados bastante claros. Tudo é cuidadosamente planejado e permanentemente negociado ao longo de todas as operações, desde as primeiras inspirações de idéias até a concretização e implementação do planejado. Mas são negociações em muitos cenários e previamente marcadas como desiguais. Mais cedo ou mais tarde os planejadores e administradores implementarão os seus projetos mobilizando contingentes de aliados que se aglutinam em torno das muitas oportunidades que tais projetos oferecem. E, via de regra, mais cedo ou mais tarde as populações que se encontram no caminho dos projetos terão que ceder a eles, por mais que consigam impor certas condições para, como dizem os plenejadores, "mitigarem" os impactos. É uma cessão resistida, batalhada e negociada, pois a população não se ilude pelos discursos persuasivos dos idealizadores de planejamento e da administração dos projetos sobre a possibilidade dela ser "beneficiária" e não vítima. Formam-se alianças de defensores de populações atingidas que usam a experiência acumulada local, nacional e internacionalmente para elaborar estratégias que convenham muito mais para minimizar os danos que para galgar benfícios. A arma maior é uma multiplicidade de meios de obstruir, adiar ou, pelo menos, reconfigurar projetos que não são elaborados de acordo com a idéia de "Pôr as pessoas primeiro"[1], e que desnudam o que descreve Nicholas Hildyard como estratégias transnacionais de competição para controle corporado[2].

Ao longo do livro há reflexões sobre abordagens teóricas e acontecimentos concretos tão diversos que fazem com que esta introdução não seja o lugar de realizar nenhum levantamento exaustivo adicional de literatura, nem tentativa de resumir o que se sabe sobre o caso específico de Itaparica. Reconhece-se que no Brasil a existência de uma tradição rica de estudos sobre as

---

[1] Estas palavras repetem o título de um livro de Michael Cernea (1991) "Putting People First" que sistematiza um olhar sobre as dificuldades na labuta antropológica no interior das estruturas burocráticas de bancos multilaterais que promovem o apoio financeiro e traçam as orientações sobre as normas e leis a serem seguidas

[2] Diversos artigos da abordagem de Hildyard se encontram na página http://www.thecornerhouse.org.uk.

conseqüências sociais de políticas de desenvolvimento de recursos hídricos se deve à própria importância destas políticas no planejamento e na organizaçao econômica brasileira. Identificam-se pesquisadores e grupos no país inteiro, e as repercussões e relevância do seu trabalho atravessam fronteiras e afetam suas próprias ações e políticas. Sem querer sugerir qualquer completude ou levantamento sistemático, basta lembrar de conjuntos e redes de estudiosos cujas atividades muito inter-relacionadas têm sido seriamente engajadas em elucidar a compreensão dos impactos destas políticas sobre os povos atingidos e encontrar formas de defender essas populações. Há uma rede irradiada de Santa Catarina e articulada com pesquisadores do Cone Sul (Silvio Coelho dos Santos, Ilse Scherer-Warren, Cecília Helm, Maria José Reis, Leopoldo Bartolomé, Rosa Catullo, Juan Carlos Radovich); pesquisadores do Rio de Janeiro cujos estudos repercutem ao longo da escala de atores – desde a reformulação de políticas que orientam bancos multilaterias e fundações, à organizaçao de movimentos de Atingidos por Barragens (MAB) e grupos sindicais (Lygia Sigaud, Carlos Vainer, Aurélio Vianna, Federico Guilherme Araújo); grupos que se aglutinam em torno da Amazônia, onde as questões étnicas e ecológicas ganham um realce pela sua inserção em políticas nacionais e internacionais, (Lígia Simonian, Edila Moura, Sonia Magalhães, Edna Castro, Alcida Ramos, Gustavo Lins Ribeiro, Alfredo Wagner Berno de Almeida, Jean Hébette, Stephen Baines, Rosa Acevedo Marin, Arsênio Oswaldo Seva Filho); pesquisadores que acompanham os efeitos da intensa construção de barragens de tamanhos diversos em Minas Gerais (Franklin Rothman, Márcia Pinheiro Ludwig); bem como os próprios pesquisadores do Nordeste que focalizam na importância estratégica do Rio São Francisco e na importância da hidropolítica histórica e atual no Nordeste (Eduardo Paes Machado, Maria Rosário Carvalho, Pedro Agostinho, Henrique Osvaldo Monteiro de Barros, Ghislaine Duque, Maria Lia Correia de Araújo, Rosa Amorim, Maria Auxiliadora Ferraz de Sá, Magda Caldas Neto, Ana Elisa Vasconcelos LIMA, Jorge Atílio Iulianelli, João Suassuna, Avanildo Duque Silva, Nara Salles, José Carvalho Junior, aos quais se somam o nosso próprio esforço, junto a muitos outros que

passaram pelo Núcleo de Pesquisa FAGES, atuando na sua linha de equidade social no desenvolvimento.

Um dos pontos culminantes recentes da articulação deste conjunto de atores dispersos, articulados, aliados e antogônicos, deu-se em Salvador, na Bahia, em novembro de 2007, quando se reuniram centenas de interessados que representavam a enorme diversidade de agentes para apresentar e discutir as suas ações e pesquisas no *Primero Encuentro Latinoamericano de Ciencias Sociales y Represas*, e o Segundo Encontro Brasileiro de Ciências Sociais e Barragens. É um campo dinâmico e multifacetado, movido pela urgência da compreensão dos efeitos da construção de barragens e a definição de caminhos e tomadas de decisões políticas e técnicas que afetam a vida de muita gente. A legislação avança, a resistência se organiza, os técnicos se capacitam, as organizações governamentais e não governamentais se articulam, e as alianças se tornam cada vez mais complexas.

A junção de escutar e ler sobre tantas experiências em outros locais e de viver por mais de duas décadas em constante e variado contato com a realidade dos efeitos da barragem de Itaparica demonstra que há um padrão consistente de Descaso Planejado na construção de barragens. As redes complexas e interconectadas formam alianças e oposições duradouras e temporárias. Ora se unem técnicos e formuladores de políticas com a população impactada e seus defensores, ora se atritam. Um pensar que simplifica, separando este campo em dois lados sempre antagônicos é inevitável, mas o antagonismo nem sempre se perfila pelos caminhos imaginados. Às vezes ocorre internamente às instituições planejadoras e executoras, às vezes divide as organizações que se esforçam para defender os atingidos, às vezes caracteriza a própria população impactada. A descoberta de pontos em comum e a formação de alianças, sejam elas perfeitamente esperadas ou muito inusitadas, em torno de questões cuja urgência impõe que sejam negociadas de imediato, desmancha-se ou se fortalece com o desenrolar da experiência e o surgimento de novas questões. O que perdura é o contexto de um planejamento e articulação de interesses que em muito transborda as fronteiras da realidade local, e a articulação de uma população em busca de mecanismos de tornar mais claros os seus próprios

interesses e defendê-los diante de um contexto em que não são enxergados como os beneficiários prioritários das ações planejadas.

Os capítulos deste livro são selecionados dentre muitas páginas escritas que são o resultado de uma trajetória de pesquisa e ação que reflete a volatilidade dos contextos criados pelo planejamento e execução do projeto da barragem de Itaparica. Evidenciam um compromisso de pesquisador que perdura ao mesmo tempo em que mostra as oscilações nos tipos e possibilidades de interação e a persistência de algumas questões, em intensidades e configurações diferentes, que aparecem ao longo de mais de vinte anos.

O início do contato com esta realidade se deveu a uma história do pesquisador em estudos sobre contextos rurais, organizaçao familiar e agricultura, migração e estruturas de poder, desde os anos setenta. No final da década de oitenta, a construção da barragem de Itaparica se encontrava próxima à sua conclusão e uma população de mais de oitenta mil moradores da beira do Rio São Francisco, metade dos quais agricultores, enfrentava um iminente traslado das suas velhas moradias para novas áreas. As *agrovilas* de destino foram construídas como parte de um projeto de remoção e reassentamento provocado pelo Governo. Neste cenário, os sindicatos trabalhavam para defender a população atingida e garantir a qualidade dos projetos. Em cooperação com a Fundação Joaquim Nabuco, como coordenador do FAGES e pesquisador de assuntos congêneres, elaborei um projeto junto com o economista Dirceu Pessoa, em resposta a termos de referência (elaborados pela Companhia Hidroelétrica do Vale do São Francisco – CHESF - sob a pressão de consultores antropológicos e sociais do Banco Mundial) sobre a necessidade do acompanhamento do processo de traslado da população e a constante negociação entre os seus maiores atores sociais. Estes atores incluíam a CHESF, executora governamental da obra; e o Pólo Sindical do Submédio São Francisco, organização representativa formada com base em sindicatos rurais de municípios com populações rurais atingidas. Os dezoito meses de acompanhamento entre 1987 e 1989 foram suficientes para evidenciar as enormes dificuldades que um empenho destas

dimensões implicava para quem vivia da agricultura e teria que reconstituir uma base de sustento nestes novos ambientes. A equipe da FUNDAJ congregou pesquisadores dessa instituição (Rosa Amorim, Maria Lia Correia de Araújo – que substituiu Dirceu Pessoa – e equipe de pesquisadores da instituição) e outros recrutados principalmente de antropologia da UFPE (Parry Scott e Maria Auxiliadora Ferraz de Sá e os pesquisadores de campo), criou relatórios regulares de acompanhamento e um extenso relatório final detalhando o processo (FUNDAJ/CHESF, 1989). Boa parte do conteúdo do capítulo 1 decorre desta experiência, trabalhando a partir de um documento elaborado durante um período como pesquisador visitante na Harvard Univesity (1991-1993) com o apoio do CNPQ. No capitulo de Araújo et. al. (2000) há, também, utilização extensa deste documento que mostra a heterogeneidade da população que se encontrava nas áreas atingidas pelo reservatório.

Mesmo antes da entrega do relatório final da FUNDAJ/CHESF, iniciou-se um processo de continuação de compromissos e de autonomização da Universidade Federal e do FAGES das outras instituições (FUNDAJ e CHESF), desenvolvendo pesquisas independentes para poder pesquisar e divulgar com mais autonomia o drama dos agricultores reassentados. Para tanto, o período de quatorze meses como pesquisador visitante na Harvard University forneceu a oportunidade de ampliar o conhecimento da bibliografia internacional sobre estas questões e revelar um inquietante cenário de abordagens que seguiam as fases idealizadas por investigadores sociais que cooperavam estreitamente com entidades internacionais de planejamento, implementação, e estudo de experiências de reassentamento. No trabalho de Scudder e Colson (1982), esta seqüência está sistematizada, e serviu como ponto de debate e questionamento numa apresentaçao na Reunião de Antropólogos do Norte e Nordeste em Belém, em 1993. O artigo, publicado nos Anais do evento (SCOTT 1993) revela que a terceira fase, que é chamada de desenvolvimento, é descrita como variável, e às vezes nunca realizada, pelos autores, e argumento que a demora ou total fracasso na execução dos benefícios na terceira fase é estrutural, e

garante que a quarta fase, emancipação, seja realizada de uma forma ficcional e como alívio de cargos e dívidas sociais pelos implementadores e idealizadores. Ou seja, a criação de quatro etapas idealizadas permite a execução das primeiras duas (planejamento e execução) com se fossem levar tranquilamente à terceira, mas termina por mascarar a secundarizaçao estrutural do benefício da população reassentada num discurso de planejamento mais flexível.

Não tão inquietante neste período de pesquisa visitante foi a confirmação da constatação anterior da existência de um leque amplo e variado de pesquisadores críticos e atuantes que questionavam sistematicamente os efeitos de projetos de desenvolvimento no mundo inteiro e cujas idéias e ações ajudavam a nortear a compreensão da realidade de Itaparica.

Mais uma vez, na volta para a UFPE em 1993, o CNPq permitiu a reinserção de uma equipe de pesquisa no ambiente em torno do lago de Itaparica, com base em Petrolândia, onde estava situada a sede do Pólo Sindical. Nesta fase, os nossos interlocutores principais foram as lideranças do Pólo, bem como numerosas famílias reassentadas em selecionadas agrovilas que conhecemos durante o traslado.

A realização de entrevistas, de questionários sócio-demográficos e a convivência através de observação participante reforçaram a cooperação entre os agricultores reassentados, o Pólo Sindical e os pesquisadores do FAGES. As questões relativas aos impactos de grandes projetos de desenvolvimento, das suas implicações para relações de gênero e de geração e a vontade compartilhada de defender os direitos dos agricultores resultaram numa série de trabalhos publicados, e compartilhados com o Pólo. Neste livro, os capítulos 3 a 8 foram adaptados de trabalhos produzidos com os resultados deste período de pesquisa. Além destes capítulos houve outros não incluídos aqui, e numerosos relatórios de iniciação científica, um trabalho de conclusão de curso de graduação, duas dissertações de mestrado, e um vídeo produzido sobre as transformações em curso. A abrangência dos assuntos trabalhados refletia a frente ampla formada pelo Pólo e pelos reassentados emaranhados em estruturas de poder que

alcançavam desde os trechos de solo salinizados até as cadeiras das salas de comitês do Banco Mundial.

A produção acadêmica tinha também um endereço político. Expunham-se: a lógica subjacente dos projetos, as concepções estanques de família engendradas no uso de cadastros; as modificações em relações de poder regionais; a importância da aliança com setores progressistas da Igreja; a experimentação com agro-ecologia alternativa; sobre saúde e agrotóxicos; o uso precário da etnicidade na defesa da população; a acusação de técnicos de desconhecimento dos agricultores; a manipulação de inserções em burocracias diferentes; as estratégias de famílias mais velhas e mais novas de recompor as suas bases de sustento; sem contar muitos outros assuntos abordados nestes produtos de pesquisa. Foi um período de intensa documentação e interpretação permitida devido à colaboração e apoio do Pólo Sindical e de muitas entidades e pessoas que trabalhavam com ele.

Com a prática constante de entrega deste material à liderança do Pólo e com visitas freqüentes, mas muito mais irregulares que desejado devido à distância (500 kilómetros) e aos espaços reduzidos de liberdade de tempo das atividades universitárias, estreitaram-se os vínculos entre o FAGES e o Pólo Sindical. Assim, a partir de 2001 até 2006, acrescentou ao apoio do CNPq, um apoio significativo da Fundação Ford para a realização da pesquisa-ação *Estilos reprodutivos e organizações representativas.* Este apoio abriu uma brecha para cooperação mais direta em torno de questões de gênero e geração, assunto pelo qual o Pólo já mostrava prezar. A própria dinamicidade da sua diretoria de Juventude e da Mulher, fazendo trabalhos diversos de capacitação de mulheres e jovens ao longo dos anos, contribuiu para uma abertura significativa para pensar como a saúde reprodutiva se relacionava com os pleitos da organização e de associações de produtores que se formavam nas agrovilas. Os pesquisadores encontraram jovens e adultos, mulheres e homens dispostos a participar em grupos de discussão sobre a vida produtiva, sobre a reprodução, sobre a socialização dos filhos e sobre os programas de saúde.

Convivendo por períodos curtos com a população, a equipe ainda realizou mais entrevistas e desenvolveu pesquisas

sobre alcoolismo, violência, planejamento familiar, a cultura e a sexualidade juvenis, e concepções de sexualidade e gênero na mídia. Os encontros entre reassentados, índios e moradores da periferia urbana sobre direitos e sobre políticas de saúde reprodutiva abriram canais para discussões e reflexão sobre experiências. A proposta de realizar oficinas sobre gênero e direitos humanos, sobre violência doméstica, sobre juventude, sobre planejamento familiar e doenças sexualmente transmissíveis e a oportunidade de pensar como enquadrar estas questões nas estratégias do Pólo permeou os anos recentes de convivência. Nos capítulos 9 e 10, e, com destaque, no Anexo que relata *As Palavras dos Jovens de Itaparica* sobre o contexto em que desenrola a sua vida, documenta-se este período mais recente. As páginas do Anexo são desenhadas para uso em oficinas de discussão ou em quaisquer outros meios de defender a população. Percebe-se como o acúmulo de informações ao longo das duas décadas de trabalho resulta em interpretações que respeitam a história do reassentamento como ponto inseparável da compreensão da sua vida cotidiana contemporânea, permitindo redefinições de estratégias de ação. Algumas reflexões adicionais sobre este material, bem como os textos produzidos sobre direitos e políticas de saúde reprodutiva, foram publicados no livro *Saúde, Sexualidade e Famílias Urbanas, Rurais e Indígenas* (SCOTT, ATHIAS, QUADROS, 2007; LONGHI, 2007), e adicionalmente, no trabalho sobre a leitura local de políticas públicas da população, em Scott (2006).

Esta colaboração ainda resultou na elaboração de uma proposta de documentar questões relacionadas com violência doméstica e violência contra as mulheres na área de abrangência do projeto de reassentamento, o que provou ser um assunto de prioridade secundarizada na agenda de pesquisadoras, pesquisadores e agências de fomento sobre saúde reprodutiva, talvez reflexo da acentuada concentração de ações deste caráter em contextos urbanos onde já existiam redes de apoio, mesmo que precariamente instaladas. Em 2008, mais uma vez com apoio de CNPq, teve início uma nova etapa de colaboração entre o FAGES, o Pólo Sindical do Submédio São Francisco, o Pólo Sindical do Sertão Central, e o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais

para identificar a configuração do problema de violência contra as mulheres, descrever os meios encontrados pelas próprias trabalhadoras de formar redes de apoio, elaborar oficinas e discutir perspectivas de ação entre elas e as responsáveis pelas políticas estaduais e, talvez até, nacionais.

A importância do diálogo entre o Pólo Sindical e o FAGES no escalonamento de prioridades para ação destes grupos foi respeitada pelas equipes sucessivas que formamos como pesquisadores. No contexto de deslocamento e desenvolvimento de novas práticas, prevalece um ambiente de defesa ativa de uma população que sofreu uma brutal intervenção na sua vida cotidiana. Esta situação sempre temperou positivamente o trabalho do FAGES, fazendo com que temos sido um parceiro na inclusão de temas sobre saúde reprodutiva, gênero e geração na pauta de atividades dos agricultores reassentados de Itaparica, numa busca de reverter o quadro predominante de Descaso Planejado que caracteriza a sua inserção no projeto governamental da construção de uma barragem.

Capítulo 1
Antes da barragem: planejando energia, transformando agricultores[3]

De outubro de 1987 a maio de 1988, mais de 40.000 residentes da área rural - dentre os em torno de 80.000 pessoas atingidas em total - foram deslocadas da beira do Rio São Francisco para ceder lugar para a instalação do reservatório de Itaparica. 57% das famílias deslocadas provinham do campo, sendo, sobretudo compostas por camponeses, pequenos agricultores e trabalhadores. Uma vez reassentadas, boa parte ficou aguardando anos a fio, a instalação do equipamento de irrigação para trabalhar nos lotes áridos designados a eles pela Companhia Hidrelétrica CHESF, do Governo Federal. A enorme barragem se destinava ao fornecimento de energia para a demanda regional crescente das metrópoles nordestinas do Recife e de Salvador, bem como de outras áreas na região. A área inundada tem uma história privilegiada de uso agrícola, pastoral e extrativo por grupos muito diversos. Uma descrição destes grupos fornece uma visão panorâmica dos pontos críticos de transformações às quais estes estavam sujeitos no processo de reassentamento. Os domínios de poder regionais e locais transparecem neste período de intensa mudança.

O processo de reassentamento compulsório

Reassentamento compulsório não é um processo novo. Ocorre em condições variadas identificadas ha muitos anos por Hansen and Oliver-Smith (1982) como desastres naturais, tumultos políticos e mudança planejada. A relevância de todas essas categorias, e especialmente das últimas duas que são mais socialmente contextualizadas, tornou-se muito evidente nos anos oitenta, como atestam as coletâneas de trabalhos sobre "*resettlement*

---

[3] Trabalho inédito, preparado em inglês em 1992 com o título de ***Dams, forced resettlement and the transformation of peasant economy in the São Francisco Valley, Brazil,*** apresentado em seminários durante período como Professor Visitante no Department of Anthropology da Harvard University, adaptado para inclusão neste livro.

and relocation" e sobre "*hydroelectric dams*" em três números da Cultural Survival Quarterly, em 1988, bem como nas publicações de Cernea (1988; 1982) que reportam a preocupação interna do Banco Mundial no estabelecimento das suas políticas e práticas (1988; 1992). A mudança planejada trazida pelo reservatório de Itaparica não foi provocada por tumultos políticos nem por desastres naturais, mas as suas conseqüências incluem transformações profundas na organização dos domínios de poder e adaptações ecológicas das populações reassentadas. A reorganização é um processo sempre em andamento, mas no caso observado (FUNDAJ/CHESF, 1988), como via de regra em outros casos também, apresenta-se de um modo particularmente agudo no que Scudder e Colson chamam da fase de transição. Estes autores ressaltam que a fase de transição costuma durar anos a fio, e identificam alguns dos componentes psico-culturais que a caracterizam com intensidade particular na passagem entre as fases (SCUDDER; COLSON, 1982: 274-275):

> ...o período de transição é uma hora de estresse à qual se responde com um posicionamento conservador para reduzir a possibilidade de haver estresse futuro. (...)
>
> ...vítimas de políticas nacionais de desenvolvimento que servem os interesses de segmentos mais poderosos da população são capazes de encontrarem-se em *habitats* pouco conhecidos cujos residentes anteriores (os anfitriões) podem pertencer a outras categorias étnicas ou *strata*s sociais. Isto cria tensões severas entre reassentados e anfitriões, como também aumenta a intensidade e duração do estresses da relocação.

Com pouco tempo decorrido do reassentamento (aliás, mesmo antes, enquanto ficavam no desmonte da sua base de vida e na espera do traslado!), a população de Itaparica já manifestava as condições estressantes: bebida, ócio, desorientação, incerteza, sentimentos de falta de poder. O realinhamento das relações de poder do planejado, e do não planejado, dos novos arranjos nas estratégias de vida dos reassentados é alguma coisa que vai muito além de "tensões reassentado-anfitrião". O que interessa muito mais que uma simples descrição das manifestações individuais de estresse em si, é a malha social que cria o contexto onde o estresse pode florescer.

Em 1985, durante a fase eufórica do processo de democratizaçao brasileira, a CHESF, na sua condição de agência governamental responsável pela geração, gestão e distribuição de energia elétrica para muito do Nordeste, publicou o seu "Plano de Desocupação" da área no entorno do Rio São Francisco, o qual seria inundada, ficando abaixo das águas do reservatório. O plano fazia parte de um outro plano muito mais amplo de desenvolvimento de recursos hidroelétricos, iniciado com a construção do complexo de barragens de Paulo Affonso-Moxotõ, nos anos quarenta, e cuja fase mais recente incluía a recém construída barragem e reservatório de Sobradinho (fim os anos setenta, início de oitenta), centenas de quilômetros a montante de Itaparica, Itaparica mesma (a meados para o fim dos anos oitenta), e a barragem de Xingô, a jusante (final dos anos oitenta para início dos anos noventa), numa área de população relativamente esparsa, que oferecia uma enorme visibilidade para façanhas de engenharia em paredes rochosas milenares no cânion do rio. Ainda se projetavam mais barragens de menor porte entre Sobradinho e Itaparica numa fase futura. Sobradinho, construída numa área de população ribeirinha relativamente densa, tinha levantado uma polêmica enorme devido às péssimas condições de compensações e, melhor descrevendo a plena expulsão, da população residente. E Itaparica era uma região muito mais densamente povoada. As lições do complexo de Paulo Affonso, e, ainda mais, da desastrosamente planejada remoção da população de Sobradinho (ver SIGAUD 1986a; 1986b; MACHADO 1987; DUQUE 1982; BARROS 1983), serviam para orientar tanto a CHESF quanto aos residentes rurais de Itaparica e seus representantes.

Os quatro objetivos explicitados pela CHESF para desocupar a área incluiram: 1) pomover desenvolvimento regional (instalando perímetros irrigados); 2) promover desenvolvimento local (superando o atraso das relaçoes de produção, eliminando a dependencia de meeiros e pequenos agricultores dos grandes proprietários e dos donos de bombas); 3) recompor a vida produtiva (fornecendo atividades econômicas e permitindo acesso à terra e meios de produção baseados na família como unidade produtiva; e 4) promover integração (evitando ou minimizando tensões através da participação dos reassentados no processo).

Trabalhadores rurais, meeiros, posseiros e pequenos proprietários estavam atentos sobre os planos do governo, e se organizaram para expressar as suas demandas. Convencidos de que a remoção em si era uma decisão inevitável já tomada pelo governo, estavam ansiosos para evitar a repetição dos tipos de perdas sofridas pela população rural de Sobradinho. Acompanhando movimentos articulados nacionalmente, em outras regiões e em áreas vizinhas, e motivados pela intensidade da ameaça, reuniram-se no Pólo Sindical, abrangendo o conjunto de municípios a serem atingidos pela desocupação. Em 1984, já tinham definido as "Diretrizes Básicas" da atuação sindical diante da luta, afirmando, sobretudo, que era necessário garantir o reassentamento e evitar a mera indenização, sempre feita com valores irrisórios. Em 1986, o protesto do Pólo culminou em seis dias de ocupação do canteiro de obras da construção da barragem, forçando a assinatura de um acordo no mes de dezembro. Neste documento, de poucas páginas, estabeleceram-se muitos detalhes do esquema a ser seguido, assegurando a participação continuada do Pólo Sindical do Submédio Sao Francisco como representante da população atingida.

Reconhecendo que a população de Itaparica teria preferências diferentes para o reassentamento, e, em função das limitadas possibilidades de reassentamento, ecologicamente viável na área, a CHESF apresentou várias opções de destino para os reassentandos: solução própria, novas cidades, projetos na borda do lago, projetos especiais de irrigação (mais distantes), outros grupos com soluções próprias coletivas, e piscigranjas. Muitos fatores influenciaram as escolhas ~dentre estas opções entre reassentandos de locais e de segmentos sociais diferentes. As situações de escolha enfrentadas por cada família orientaram a ação da CHESF, mas em vez de examinar essas opções por famílias individuais, ressalta-se aqui a comparação entre as configurações sociais e espaciais antes do traslado, e depois dele, dando destaque às implicações que a mudança sugere para o estabelecimento dos domínios de poder nas arenas de ação dos reassentados de Itaparica.

Itaparica antes da barragem

O nome "Itaparica" somente se firmou como rótulo todo-inclusivo para a região ribeirinha de sete municípios desde Petrolândia/Glória até Belém/Chorrochó ao virar alvo do reservatório originalmente projetado em 716 milhas quadradas. No lado bahiano, a montante (do leste ao oeste) inclui Glória, Rodelas e Chorrochó, e no lado pernambucano, na beira do rio no lado norte, inclui Petrolândia, Floresta, Itacaruba e Belém do São Francisco. O maior dinamismo demográfico se observava nos centros urbanos maiores de Petrolândia e Belém, enquanto os municípios com mais extensas áreas rurais contavam com taxas de crescimento menores, em alguns casos negativas. De 70 a 90% da população dependia diretamente de atividades agrícolas ou pastorais, menos em Petrolândia, onde predominavam as atividades urbanas[4]. Tratava-se de uma população muito ativa, com uma taxa de desemprego reportada como de apenas 3%.

A economia da área atingida pela barragem se baseava numa mistura de agricultura e pecuária (gado bovino e caprino, sobretudo), havendo, também, um uso muito significativo de irrigação nas terras próximas ao rio. Gado bovino, o produto individual mais valioso, pastava principalmente em áreas de sequeiro, bastante distantes da beira do rio. Mesmo sendo um produto “forte”, o gado bovino apresentava evidências de declínio mesmo nos anos antes da implantação da barragem, devido, parcialmente, aos efeitos de perdas provenientes de uma seca entre 1979 e 1983. Sobre o gado caprino, muito mais associado aos agricultores de menor porte, os dados são mais precários, mas há evidência segura de que, desde os anos setenta, o seu aumento superava o aumento do gado bovino em todos os municípios, exceto Petrolândia. O povoamento rural mais denso de todos os municípios inquestionavelmente se localizava na beira do rio. A agricultura mista, que contribuia com 73,9% do valor total da

---

[4] Ver Galindo e Guimarães (Capítulo 1: Caracterização geo-econômica da área do projeto) e Galindo, Bacelar, Lima e Caldas Neto. (Capítulo 7: A dimensão econômica: transformações dos municípios diretamento atingidos pela barragem de Itaparica) em Araújo et. al. (2000) “Sonhos submersos ou desenvolvimento”, para um maior detalhamento sobre a economia local e, especialmente, regional, antes e depois do enchimento do reservatório.

produção nos sete municípios ao longo do rio, em 1986, incluía produtos de subsistência e produtos de comercialização como mandioca, milho, feijão; produtos tradicionais de sequeiro, como mamona e algodão; bem como produtos comerciais das terras irrigadas, como cebola, arroz, melão, uvas, melancias e outros. Estes últimos produtos é que apresentavam a maior tendência de ascensão na década que precedia a inundação.

Tabela l – Propriedade de Terra nos Municípios Atingidos pelo Reservatório de Itaparica, *1986*

Tipo de propriedade	% das propriedades			% da área		
Local	PE.	Bahia	Total	PE	Bahia	Total
Minifúndio	72,0	93,4	81,6	15,6	31,2	19,1
Empresa rural	2,5	0,9	1,7	8,6	11,9	9,3
Latifúndio	25,4	5,7	16,6	75,7	56,9	71,5

Fonte: calculado do Quadro 3.1, INPSO/FUNDAJ, 1988, p. 73.

* Pela legislação brasileira, o minifúndio (área inferior à norma regional); empresa rural (de l a 600 vezes a norma regional com operação econômica racional); latifúndio por uso (de l to 600 vezes a norma regional com uso inadequado em relação ao seu potencial físico, econômico e social); e latifúndio por dimensão (mais de 600 vezes a norma regional-inexistente na área)

Na tabela 1 se evidencia a enorme desigualdade no uso e propriedade da terra na região. 71.3% (10,159) dos estabelecimentos rurais tinham menos de 10 hectares, e representavam apenas 6,5% da área total, enquanto 6,4% dos estabelecimentos de mais de 100 hectares possuíam 71,4% da terra. Latifundiários e fazendeiros tradicionais tinham extensões grandes de terra de pasto distantes da beira do rio, e muitas terras perto do rio eram trabalhadas por terceiros. Em geral, pequenos proprietários e posseiros se concentravam próximos ao rio.

A extensão do uso da terra por pequenos agricultores se visualiza no Censo Agrícola de 1980, que reporta que 61.0% dos usuários são proprietários, 4,6% arrendatários, 17,8% meeiros e

16,3% posseiros. O contraste entre o lado baiano, com 89,5% de pequenos agricultores, e o lado pernambucano, com apenas 48,0%, é marcado. Estas cifras escondem o quanto a meação era praticada, já que boa parte dos pequenos proprietários e dos posseiros entregavam parte das suas colheitas aos donos das bombas de água que forneciam a água das suas terras, ou mesmo a outras pessoas. Também sub-registram o número significativo de trabalhadores rurais, diaristas e contratados informalmente, existentes na área. Vale discutir com mais detalhe relações de produção justamente para entender o exercício de poder em Itaparica antes da barragem.

No lado pernambucano do rio a maior parte das propriedades rurais era operada por fazendeiros e administradores que pastavam boi no sequeiro não beneficiado, quando tinha onde pastar. Nas partes mais agricultáveis, contratavam meeiros que traabalhavam principalmente com mão-de-obra familiar. Alguns proprietários mais prósperos trabalhavam com irrigação no projeto Barreiras, montado pelo governo federal havia em torno de quatro décadas. Denominavam-se granjeiros, e usavam extensamente diaristas que residiam num aglomerado urbano na periferia do projeto, constituindo o segmento mais empobrecido da população da área atingida. Como em tantos outros locais, os pequenos agricultores familiares (proprietários, posseiros ou meeiros) trabalhavam ocasionalmente como diaristas quando havia necessidade nas proximidades.

No lado baiano, o número maior de pequenos agricultores familiares refletia uma história de subdivisão de terras por herança. Nestes locais, notavam-se padrões mais nítidos de ajuda mútua e solidariedade entre parentes e vizinhos, mesmo quando isto vinha acompanhado pela prática de meação ou trabalho como diaristas. Muitos dependiam de donos de bombas de água para fornecer a água necessária para irrigar as sua plantações, pagando com parte da sua produção.

A complexidade das estruturas de poder antes da barragem fica bem evidenciada. Havia domínios produzidos em relação direta com a produção, e havia outros domínios relacionados a eles cujas expressões políticas e culturais se

diferiam de um lugar para o outro. Alguns dos principais agentes podem ser identificados:

1) Agroindústrias: muitos dos produtos comerciais (especialmente tomates e algumas frutas) eram destinados a empreendimentos agroindustriais fora da área atingida pelas águas. A prática regional destas indústrias era de realizar contratos antecipados de compra de safras, o que terminava por definir uma boa quantidade do que era plantado e produzido na região. Politicamente, estas agroindústrias favoreciam o estabelecimento de perímetros irrigados para a produção dos seus insumos. O seu vínculo lhes fornecia uma ascendência sobre a elite política local e, na época, a sua expressão mais forte se estendia entre o pólo dinâmico de Petrolina e Juazeiro, bem como Belo Jardim, Pesqueira e Arcoverde.
2) Fazendeiros: as fazendas eram (e muitas ainda são) da propriedade de elites locais muito bem estabelecidas que, residindo ou não nas sedes municipais, aspiravam a funções políticas e empregos municipais, quando não estaduais e as vezes nacionais. Mesmo que costumavam fazer visitas freqüentes às suas fazendas, freqüentemente empregavam administradores que supervisionavam a operação e cuidado do seu gado e dos seus contratos de parceria/meação nas terras irrigadas mais próximas ao rio. Normalmente o preço da preparação do solo e das sementes se tirava dos 50% da produção que competia ao próprio agricultor. Estes fazendeiros exerciam um controle de terra, capital, decisões políticas e erigiam relações de clientelismo bastante intensivas com os que dependiam deles. No cenário local eram poderosos.
3) Granjeiros: restritos a um projeto na parte ocidental de Petrolândia, este pequeno grupo de agricultores irrigantes prósperos e moderadamente capitalizados costumavam residir nas suas terras, e as vezes na sede, e faziam bastante uso de diaristas para ajudar nos seus produtos comerciais. Formaram uma organização coletiva própria (ACAMP) que falava em uníssono pelo grupo. Quando se queria demonstrar os benefícios que um projeto de irrigação poderia trazer a uma população local, o exemplo invariavelmente era dos granjeiros de Petrolândia.

4) Arrendatários: os arrendatários se dividiam entre: a) donos de bombas de água, equipamento de irrigação, tratores e caminhões e que acharam por bem arrendar terra (num valor médio de em torno de 10% da produção agrícola) justamente para que eles pudessem empregar mais trabalhadores e meeiros, e b) pessoas que precisavam de terra para poder usar a sua própria mão-de-obra familiar para produção direta. O número reduzido e a diversidade relativa destes arrendatários impediam a sua articulação enquanto grupo coesivo único nos processos políticos locais e na ação frente ao reassentamento.
5) Intermediários: estes atores eram muito variados, e procediam de dentro e de fora da área atingida. Às vezes participavam simultaneamente em outra categoria poderosa, como fazendeiros, arrendatários ou donos de bomba. Como comerciantes, donos de lojas, transportadores, atravessadores de produtos (arroz, cebola, melão, pele de cabra, etc.) e outros envolvidos na comercialização de colheitas e de gado. O seu acesso a, e conhecimento de mercados permitia que assumissem uma posição privilegiada, seja em muitas comunidades ribeirinhas, seja nas sedes dos municípios.
6) Pequenos agricultores com acesso à terra: as gradações de riqueza e de parentesco informavam em que lado dos contratos de parceria estes pequenos agricultores ficavam, bem como o quanto iriam recorrer do trabalho próprio ou de algum familiar como diarista de alguém que estava oferecendo emprego. Estes numerosos pequenos agricultores, sendo pequenos proprietários, posseiros e comodatários, somavam pelo menos 45,6% da população rural de Itaparica, concentrada, como se viu, no lado baiano. Cada um tinha acesso mais ou menos independente a alguma base mínima para a produção do necessário para a sua família. Historicamente, muitos combinavam plantio nos depósitos aluviais sazonais dos vazantes junto com criatórios de caprinos e agricultura de sequeiro. A regularização do fluxo do rio, devido à construção de barragens a montante nas décadas mais recentes inviabilizava crescentemente tal combinação, favorecendo um aumento significativo no uso de terra irrigada.

7) Meeiros: compondo 42,3% da população de Itaparica, estes parceiros se caracterizavam como uma população camponesa que dependia de contratos anuais para manter acesso à terra através de fazendeiros e outros donos de terra e patrões que controlavam a irrigação. A cada ano podiam ser dispensados. Havia meeiro que se perpetuava por muitos anos num local, mas a sua precariedade e vulnerabilidade era muito maior quando comparadas à dos pequenos agricultores que tinham acesso à terra sem precisar barganhar tanto. Com o aumento da população sem terra, as proporções da produção entregues aos patrões historicamente apresentavam uma tendência para aumento, tendo passado de um terço para a metade da produção na história de vida de muitos que viviam esta situação há algum tempo. Também muitos meeiros cujos patrões eram mais prósperos, notavelmente os fazendeiros de Pernambuco, endividavam-se ainda mais por causa dos preços cobrados por bens de subsistência e de consumo em geral, fornecidos a eles fora dos tempos de safra.
8) Diaristas: apenas figuravam como 6,1% da população da área de Itaparica, com a maior concentração destes trabalhadores sem terra residindo em Barreiras, próxima ao projeto de irrigação dos granjeiros e em outras periferias e aglomerados urbanas. Entre os diaristas também figuravam um bom número de familiares de outros agricultores empregando estratégias de diversificação de ingressos via atividades múltiplas.
9) Indígenas: a população indígena Tuxá era um grupo etnicamente distinto de mais de 1.200 membros, localizado em, e em torno da, sede do município de Rodelas, na Bahia. O seu acesso à terra era garantido pela legislação federal brasileira, com a representação da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) no processo de negociação. A sua produção agrícola não diferia significativamente dos outros residentes descritos do lado baiano, e a terra a ser inundada incluía a Ilha da Viúva, terra tribal de significados sagrados e espaço ritual do grupo. Na altura do canteiro de obras e subindo a serra no lado pernambucano em Petrolândia, havia o grupo indígena Pankararu (acima de 5.000). Este grupo sentia o efeito do tempo da construção, as residências dos trabalhadores e

administradores da obra sendo erigidas encostadas nas suas terras e as suas referencias sagradas ribeirinhas afetadas.

10) Funcionários Públicos: Professoras e professores e trabalhadores de saúde provinham da populaçao local com algum nível de instrução e com ligações a figuras políticas locais e municipais. O exercício destes papéis representava uma mediação cultural fraca entre domínios locais e supralocais de poder, delineando uma certa distinção ou privilégio dentro das comunidades. Outra camada de funcionários públicos, bem diferente, era os que ocupavam cargos de responsabilidade na administração dos municípios e planejavam e organizavam ações para o campo.

11) Sindicalistas Rurais: Os sindicatos rurais na área foram enormemente fortalecidos pela mobilizaçao do Pólo Sindical para assegurar reassentamento para a população de Itaparica. Em cada município, os Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR) formavam hierarquias complexas que articulavam as suas bases de pequenos proprietários, posseiros, meeiros e diaristas. Extra-localmente o Pólo Sindical se articulava entre Sindicatos e Movimentos nacionais (CONTAG – Confederação de Trabalhadores em Agricultura; CUT – Central Único de Trabalhadores;, FETAPE – Federação de Trabalhadores em Agricultura de Pernambuco; FETABA – Federação de Trabahadores em Agricultura da Bahia, MAB – Movimento de Atingidos por Barragens) e com o apoio de segmentos democratizantes da igreja católica, outros grupos religiosos em menor grau, organizações não-governamentais e partidos políticos que travavam uma oposição às elites locais tradicionais.

12) Técnicos: Havia uma participação de técnicos particulares e governamentais durante as tentativas anteriores de estabelecer projetos de irrigação (por exemplo, em Barreiras e Icó) mas a sua importância era muito localizada e pulverizada entre propriedades e organizações. Com a construção da barragem, o influxo de técnicos com atuação direta sobre a área rural inseriu uma quantidade enorme de novos atores institucionais e individuais, (tanto eles mesmos quanto os sub-contratados por

eles), que se destinariam a se tornar peças chaves na reorganização das estruturas do poder na área.

Seria fútil tentar detalhar mais, esmiuçando as ações destes e outros atores em constantes recombinações de domínios de poder em Itaparica. Seria como descrever uma colcha de retalhos. O que importa, sim, é traçar as linhas gerais das transformações nas relações de poder iniciadas durante este início da fase que os planejadores entendem como "transicional" do projeto de reassentamento.

Itaparica depois da barragem

Do mesmo modo que a denominação "Itaparica" foi uma realidade criada pela construção da barragem e reservatório, a dispersão daqueles que residiam na margem do Rio Sao Francisco extrapolou em muito os limites geográficos da área do reservatório. Foram levados a novas áreas a centenas de quilômetros de distância, aumentando significativamente a interferência do planejamento da Chesf para promover economias regionais e locais. A realidade social criada para a população reassentada tinha como foco a Chesf como promotor do que a sua campanha de relações públicas e comunicação social batizava de uma "Mudança para Melhor". Assim, a Chesf administrava todas as fases, desde o planejamento antecipada, passando pela construção de agrovilas e pela relocalização das famílias, e pelos anos de espera desigual de instalação de equipamento de irrigação. Este tempo todo pagava uma "verba de manutenção temporária" (VMT) para compensar a perda da base de sustento até o reinício de colheita de produção nos novos lotes. Uma revisão das opções escolhidas pela população e da reconfiguração espacial e sociopolítica pós-barragem evidencia a direção que tomavam algumas das mudanças ocasionadas.

Em outubro de 1988, as 6.187 famílias rurais reassentadas se encontravam dispersas pela região, e até fora dela. Uma grande parte foram para os municípios a montante de Santa Maria da Boa Vista (Projeto Caraíbas) e Orocó (Projeto Brígida) em Pernambuco e em Curaçá (Projeto Pedra Branca) na Bahia; outras famílias foram destinadas a terras rio abaixo no município de Glória

(Projeto Jusante); e muitos outros em projetos na borda de lago (reivindicação especial da população); ainda outras espalhadas numa variedade de pequenos projetos organizados de formas diferentes, e outras em cidades e em outros destinos desconhecidos, dentro e fora dos estados atingidos. As proporções de adesão a estas opções podem ser vistas na tabela 2.

Tabela 2: Opções de Reassentamento em Itaparica, outubro, 1988

OPÇÕES	%
Projetos Especiais	36,9
Projetos na Borda do Lago	22,9
Projetos Pequenos	3,1
Sedes dos municípios	8,1
Outros locais no estado	9,5
Outros locais fora do estado	4,2
Piscigranjas	
Destinos Desconhecidos	11,8
Outras opções*	3.2

Fonte: INPSO-FUNDAJ/CHESF 1988, Mapa 2, dados da CHESF.

(*) Esta opção inclui quem ficou na parte remanescente das suas próprias terras, fora da linha de segurança da previsão de inundação, algumas famílias incorporadas em outras famílias, e alguns que morreram.

Estudos sobre a viabilidade dos solos para sustentar agricultura irrigada nas áreas potenciais dos projetos se juntaram com pressões políticas para determinar este amplo leque de opções disponíveis para populações locais. O relatório INPSO-FUNDAJ/CHESF (1988) detalha mais as opções por município.

Entre os que foram para "outros locais" e os que tiveram "destinos desconhecidos¨, soma pouco mais de um quarto da população que recebeu compensações monetárias e procuraram o que os administradores designavam de "soluções próprias", fugindo das medidas de controle administrativo introduzidas pelas equipes governamentais. Estes relocados por "solução própria" foram constituídos por fazendeiros e proprietários prósperos, outras famílias com situações particulares que possibilitavam a procura de outras alternativas, e algumas famílias que simplesmente desconfiavam das promessas de longo prazo do governo. É difícil saber o sucesso variado desta parte da população atingida.

A flexibilidade do esquema de reassentamentos permitiu o estabelecimento de pelo menos oito projetos específicos, geralmente de menor porte, nascidos de iniciativas diversas, bem como o estímulo do governo para a implantação de piscigranjas em regiões absolutamente sem potencial agrícola suficiente para irrigação. Estes apenas absorviam 3,4% da população total e incluíram grupos que se destinaram a fazendas, um projeto especial antecipado para os granjeiros, novas áreas divididas para os indígenas Tuxá. Estes foram tratados com mais velocidade e atenção especial no processo. Os granjeiros conseguiram manterem-se unidos no projeto Apolônio Salles próximo à nova sede de Petrolândia, enquanto os Tuxá foram divididos em dois grupos, um próximo à sede de Rodelas, e outro a mais de mil quilômetros, em Ibotirama de Minas Gerais. Mais uma vez, o relatório INPSO-FUNDAJ/CHESF (1988) oferece mais detalhes.

As sedes urbanas reconstruídas na beira do lago, Nova Petrolandia, Nova Itacaruba, Nova Rodelas e Nova Barra, atraíram 6,3% dos reassentandos, e outros 1,3% optaram pelas sedes antigas que permaneciam fora da área de inundação direta: Floresta, Belém e Glória. A Chesf permitiu a troca de casas anteriores para casas novas nas cidades.

Depois de tantas outras escolhas feitas, quase dois terços dos reassentados mudaram para projetos de irrigação seja na beira do lago, seja em projetos especiais rio acima ou rio abaixo. Estes reassentados se tornaram "colonos-irrigantes", uma denominação que nunca recebeu uma boa acolhida por eles, em parte pelo fato de representar uma combinação de uma denominação presente na realidade administrativa de Petrolina-Juazeiro, onde as escolhas de participantes obedeceram critérios diferentes mais excludentes e ao mesmo tempo dependentes de projetos governamentais (colonos), ao mesmo tempo em que, na hora do traslado, marcava um futuro ainda não realizado e, portanto, indefinido (de agricultores irrigantes). A proximidade cognitiva da experiência de remoção forçada resultou numa preferência de uma nomenclatura que perdura há anos: "atingidos" – um termo que abarcava todos com o infortúnio de estar no caminho do reservatório. Adotar a denominação de "atingido" ou "reassentado" dava maior realce à história específica pela qual todos haviam passado. A situação destes é que mais marca o projeto, e é sobre eles que as descrições gerais melhor se aplicam.

O mapa "Reassentamento de Itaparica", a seguir, mostra a dispersão da população.

MAPA: LOCAIS DE PESQUISA - REASSENTAMENTO DE ITAPARICA   AGROVILAS DA BORDA DO LAGO PE ⇒ E AGROVILAS DE CARAÍBAS ⇒

FONTE: ADAPTADO DO WORLD BANK, 1992.
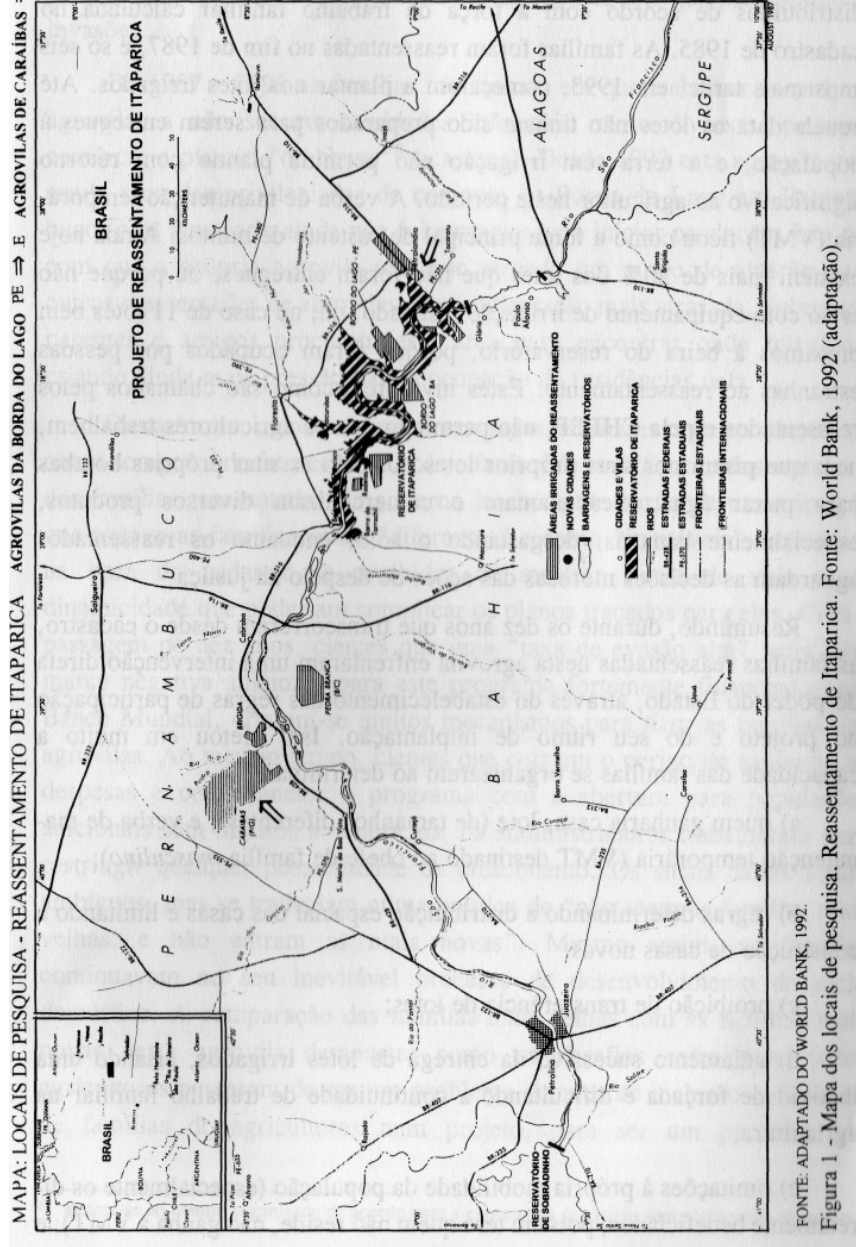
Figura 1 - Mapa dos locais de pesquisa. Reassentamento de Itaparica. Fonte: World Bank, 1992 (adaptação).

Que a configuração da economia regional ficou profundamente afetada pela construção da barragem é inquestionável. Itacaruba e Rodelas perderam partes significativas das suas populações rurais e Floresta perdeu os seus habitantes da beira do rio. Com as antigas comunidades parcialmente preservadas, ao serem reassentadas juntas ou, pelo menos, vizinhas, os municípios de Orocó e Santa Maria da Boa Vista (Pernambuco) e de Curaçá/Abaré (Bahia), a montante no rio, tornaram-se anfitriões de projetos populosos de potenciais irrigantes. Petrolândia e Glória experimentaram uma homogeneização econômica nos seus projetos de agrovilas na borda do lago, antes bastante diversificadas. A indefinição da produção acompanhou o desrespeito generalizado do prazo de seis meses estipulado para a garantia do funcionamento dos lotes com novas tecnologias de irrigação em pleno funcionamento. Os complexos agroexportadores da Bahia e de Pernambuco olhavam com desconfiança estes projetos com lotes pequenos e esfacelados e com agricultores descapitalizados. Os domínios de poder locais e as modificações nas possibilidades de aproveitamento de novas bases de sustento para agricultores e trabalhadores reassentados continuam em fluxo.

Diferentemente dos padrões antigos, de residências dispersas, que prevaleciam nos tempos antes da barragem, as agrovilas dos projetos são carreiras de residências vizinhas em dois lados de uma rua, juntadas para racionalizar os custos da implementação dos serviços (água, eletricidade, saúde, educação, administração, etc.). Quem veio morar nestes aglomerados urbanizados queixa sobre quase tudo: qualidade e quantidade de água, falhas na construção das residências, saneamento precário, transporte precário e infreqüente, novos problemas de saúde, e também ampliação da quantidade de muriçocas, da quantidade de fofocas e da quantidade de brigas entre vizinhos. Unanimamente, nas agrovilas que aguardam o término da preparação do equipamento prometido no projeto governamental, identifica-se a quebra na produção agrícola e no "criatório" como o problema mais grave. Sem terras em condições de plantar, e sem poder se orientar por um fluxo de água como tinham na beira do rio, há uma inversão simbólica histórica na vida dos residentes das

agrovilas. Perde-se a orientação espacial e temporal que era fornecida pelo rio, e os reassentados encontram-se nas caatingas secas de onde eles mesmos ou os seus pais tinham fugido em busca das terras mais férteis na beira do rio. O refúgio ecológico que a beira do rio era para estes retirantes da caatinga está debaixo da água, e as pessoas foram simbolicamente retornadas às suas origens históricas, em locais ecologicamente inóspitos e desconhecidos. A única forma de convencer os atingidos a voltar para a "caatinga" seria de maneira forçada, acompanhada por promessas de transformações tecnológicas quase milagrosas que tornaria as caatingas em ilhas irrigadas, terras de abundância.

O traslado para os projetos foi publicizado em panfletos e discursos que apresentaram argumentos sobre a vida boa que os esperava e esta era ilustrada com rendições desenhadas de lotes irrigados com o olho aplainador do planejador e com imagens de pássaros voando para o sol. Tudo era uma "Mudança para o Melhor¨, tratada como uma oportunidade de realizar uma simbolicamente democrática ¨Reforma Ágraria", promotora de uma política de distribuição de terra para quem não a tinha. Meeiros, diaristas e outros trabalhadores rurais sem terra poderiam quebrar a sua dependência contratual histórica com os proprietários da terra e dos meios de produção. Granjeiros e fazendeiros, e todos os outros que quisessem poderiam virar colonos-irrigantes. Como parte do Acordo de 1986, assinado com a Chesf depois da ocupação do canteiro de obras, o Pólo Sindical se comprometeu a lutar para a implementaçao do projeto dentro dos prazos e com a qualidade esperada, e, também, de garantir o pagamento da Verba de Manutenção Temporária -VMT (em torno de dois salários e meio de referência por família) até a hora da primeira safra nos lotes beneficiados por equipamento de irrigação. Assim, compensava a perda de ingressos devido à perda da base anterior de sustento proveniente das atividades produtivas nessa terra que conhecia pouco desemprego ou desocupação. Enquanto mais se alastrava o período da não implementação completa de condições de produção nas agrovilas, mais importante se figurava a VMT. Enquanto o governo se ocupava com empréstimos do Banco Mundial e procurava negociar cada vez mais escassas fatias de orçamentos apertados

para a continuação do projeto, os novos projetos que implicavam em geração de mais energia ganhavam prioridade na divisão das fatias de orçamento. A população reassentada ficava num "limbo de planejador" compreendido como uma fase transicional cujo prazo ficava cada vez mais indefinido. Mesmo opressivas, as dependências prévias à construção da barragem permitiram acesso à terra para muitos dentro de condições sociais limitantes, mas conhecidas. Depois da construção da barragem, as dependências das famílias reassentadas entraram num período de fluxo contínuo em duas frentes: 1) o estabelecimento de uma base de sustento próprio, e 2) a formação de novas relações com as classes dominantes para redefinir os seus privilégios e realinhar a economia regional. Veja-se cada uma destas frentes.

1) Base Doméstica de Sustento

A perda de acesso à terra para trabalhar diminui seriamente a capacidade de famílias de pequenos agricultores e camponeses de controlar a mão-de-obra familiar. A Chesf prometeu lotes irrigados, ao mesmo tempo em que ressaltava imediatamente que as análises do solo na área dos projetos revelavam uma capacidade muito limitada de plantio em terra de sequeiro e em terras de pasto (sem mencionar com tanta freqüência as suas dúvidas técnicas sobre o prazo da viabilidade de irrigação nos próprios lotes). Estas restrições resultaram na limitação do traslado das terras de origem para o reassentamento a apenas dois reses de gado bovino e 10 de gado caprino. Poucas famílias que dependiam do criatório conseguiam fugir destas restrições. Somaram-se a isso reduções de quantidades ainda maiores por causa da má adaptação dos animais ao seu novo habitat. Deste modo, os agricultores familiares perderam uma das salvaguardas mais tradicionais contra as suas dificuldades econômicas.

Meeiros e diaristas possuiam poucos recursos para carregar na sua mudança, o que impedia que estes investissem em quaisquer novas atividades de subsistência, enquanto os pequenos proprietários e posseiros, na sua maioria, mesmo tendo ligeiramente mais recursos, tampouco encontravam oportunidades para investir.

Sem terra onde pudessem trabalhar e sem capital, residindo nos novos locais que agora se distanciavam das antes relativamente abundantes oportunidades para trabalho rural, estes reassentados perceberam que "o melhor" para onde tinham sido levados de fato resultava numa enorme perda de controle sobre a força de trabalho familiar. Com membros da família sem atividades produtivas, com rendas baixas ou nulas, e residindo próximos a outras famílias, rapidamente descobriram que as relações entre famílias vizinhas, bem como as próprias relações dentro da família se tensionavam mais que nunca. Adicionalmente, o progressivo aumento de emigração em busca de oportunidades longe de casa e as outras inevitáveis mudanças na composição dos domicílios com a passagem de anos e anos sem implementação plena do que foi prometido para seis meses, levaram boa parte dos dados sobre a mão de obra familiar registrados no cadastro da Chesf a caducarem. Com as mudanças por causa do tempor decorrido, quando o lote fica pronto, a composição da família é outra.

Como argumentei em outros locais (SCOTT, 1981; 1990) trabalhadores e agricultores brasileiros recorrem à imagem do "cativeiro" para referirem-se à perda de controle sobre a própria mão-de-obra doméstica. Esta perda é mais importante do que qualquer configuração específica de relações de dominação. Conseqüentemente, ao aumentar a sua utilização do termo "cativeiro" depois de reassentada, a população realça as dificuldades que as famílias encontram para recompor a sua base de subsistência. As transformações severas nas relações de poder na região sublinham ainda mais esta dificuldade.

2) Relações de Poder em Transformação

O segundo objetivo declarado da Chesf, de promover desenvolvimento local acabando com o atraso das relações de produção e quebrando a dependência em fazendeiros e donos de bombas, não surtiu o efeito imediato de liberação que o *slogan* "terra para os que não a tinham" sugere. Durante a transição, tem havido uma modificação inegável nas relações de poder. No entanto, a transformação terminou por reforçar ainda mais a

dependência da população do que de diminuí-la. No lugar de tratar com os variados fazendeiros, proprietários e donos de bombas para sustentar-se, agora há a Chesf, uma única instituição impessoal e abrangente, defendida por um corpo de técnicos cujas próprias trajetórias sociais apenas tocam tangencialmente na região de Itaparica. A Chesf é encomendadora de construção de barragens e geradora de energia, vinculada a uma estrutura burocrática de energia com uma articulação nacional afinada. Ela anseia passar a responsabilidade da tarefa pouco conhecida de reassentar e supervisionar projetos de desenvolvimento de assentados para outras instituições (consórcios técnicos e a própria Codevasf) que possam lançar mão de sua maior experiência em acompanhar "colonos". Mas está presa numa teia de relaçoes nacionais e internacionais cujos atores elaboram um discurso sofisticado e maleável de crise que se usa para justificar um impasse que impede a chegada a uma solução, seja através da chegada de recursos, seja através do repasse da responsabilidade (que ganha o apelido de "responsabilidade social da Chesf"). Mesmo a contragosto, a Chesf se tornou uma patroa poderosa em cujas mãos muitos reassentados/clientes se percebem como "aprisionados", pelo menos por um período cujo final ainda não se possa enxergar.

Certamente, parte da dependência em fazendeiros, proprietários e donos de bombas ocorreu com a eliminação do seu controle sobre a distribuição de acesso à terra e à água. No entanto, na observação dos projetos desde o início da "fase de transição", identifica-se muito mais uma transformação que uma eliminação dos laços de dependência. As indenizações por bens apropriados e os recursos acumulados desde antes pelos reassentados mais prósperos abriu oportunidades para reforçar dependências por diversos canais: controle de comércio e transporte dentro de agrovilas, entre agrovilas, e entre a cidade e as agrovilas; invasão de terras destinadas para reassentados, acompanhada por implementação de agricultura movida por bombas e outros meios e emprego de diaristas; e, mesmo fora das agrovilas, a montagem de empreendimentos para empregar reassentados. No início do reassentamento, quando as regras sobre as conseqüências de estar "trabalhando para outros" sobre o direito da VMT mensal, muitos

reassentados entraram num ciclo de endividamento com comerciantes, fixos e itnerantes, que comprometiam quase integralmente estas rendas "transferidas" do Estado. O endividamento persiste e os mecanismos de vigilancia do destino do dinheiro recebido no banco se sofisticam com o passar do tempo. Estas ocorrências lembram o desabafo do administrador do programa de reforma agrária peruana, que declarou abertamente a incapacidade de projetos de reforma de eliminar relações de dependência (STEIN, 1975).

As dúvidas sobre a viabilidade da produção nestas novas condições não se desfazem, pois circula informação entre os reassentados sobre as dificuldades que já decorreram, e continuam decorrendo, de outros projetos. O empobrecimento histórico de muitos irrigantes na região do baixo Rio São Francisco no projeto administrado pela Codevasf foi devido à salinização e assoreamento, questões não claramente resolvidas em Itaparica. O número sensível de colonos, na área dinâmica de irrigação de Petrolina-Juazeiro, que sucumbiram, perdendo as suas terras devido a dívidas depois de pequenos ou nulos períodos de relativa prosperidade, desanimava os que procuravam enxergar um futuro positivo para um pequeno irrigante. A dependência e endividamento para com os grandes financiadores de plantio para exportação representam um perigo constante à idéia da autonomia produtiva de agricultores, atingindo decisões sobre o que plantar, a quem vender, a que preço, residindo onde e na terra de quem. Mais uma vez, parece que a quebra de relações tradicionais de produção não implica automaticamente, nem costumeiramente, em agricultores pobres tornarem-se mais independentes.

A criação de um único adversário (que quer ser visto como benfeitor!), resultou numa administração monolítica de um projeto que contribuiu para a criação simultânea de forças políticas que fortaleceram os sindicatos rurais cuja articulação entre municípios foi feita em ações promovidas pelo Pólo Sindical. A mediação do Pólo, durante o período histórico da democratização na d~ecada de 1980 foi o que confirmou os direitos a reassentamento e compensação negociada antes da inauguração da barragem (PANDOLFI, 1990). O Pólo, - com uma aliança complexa entre ONGs, instituições religiosas, organizações nacionais de

trabalhadores, e até o apoio de grupos e indivíduos dissidentes das políticas hegemônicas de instituições governamentais e bancos multilaterais -, perdura como o representante principal das demandas dos reassentados. As demandas que aparecem desafiam a definição de estratégias de ação entre colaboração e contestação, muitas vezes girando em torno da questão de como serão organizadas as associações produtivas quando os lotes produzem. Antigas e novas lideranças discutem as políticas que estão sendo efetivadas para os reassentados, e a interpolação do sindicato como voz legítima para muitos é um ganho. A redefinição do seu papel é constante, e a própria fragmentação e contenção entre atores na nova fase asseguram o constante estado de fluxo na região.

Como comentário final, é difícil esbanjar otimismo sobre o futuro que se esboçava para os reassentados desde o início da fase de transição. Não é fácil recompor a base de sustento doméstica, nem encontrar uma inserção nas relações de poder mais amplas que não implique em dependências, mesmo tendo uma voz de forte representação via o Pólo Sindical. O que virá por meio de uma implementação com sucesso de um perímetro irrigado associado às metas governamentais de desenvolvimento regional pela via de exportação de produtos frutícolos, é desconhecido. O próprio passado da área de Itaparica tinha nos granjeiros de Petrolândia um exemplo da desigualdade embutida no modelo. Os relativamente prósperos granjeiros conviviam com os diaristas mais empobrecidos da região inteira de Itaparica. Isto serve como premonição para os reassentados? Ou nem a isso vão chegar? De qualquer modo, o alerta a favor dos direitos e contra as perdas tem encontrado protagonistas para ser levado em frente.

Capítulo 2
Diálogo dos agentes sobre planos e efetivação do reassentamento rural de Itaparica[5]

O cotejar e analisar propostas e metas contidas nos planos governamentais da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf) e da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf), relativas ao reassentamento da população camponesa do Submédio São Francisco, revela as apresentações e questionamentos feitos por estes mesmos agentes e pelo Pólo Sindical dos Trabalhadores Rurais da Região, em reuniões conjuntas entre seus representantes, técnicos, lideranças e assessores.

Suas discussões, em momentos críticos que antecedem à desocupação da área, possibilitam apreender impasses e interesses que se expressam em confrontos, mediações e negociações tensas, ao longo da retirada da população e do estabelecimento das novas condições de existência nas agrovilas. Elas remetem não apenas às diferenças de concepções e vivências do processo, mas à relativização e ao questionamento das propostas dirigidas às comunidades locais. Realizados antes do reassentamento, permitem entrever seus desdobramentos possíveis, suscitando indagações sobre a natureza e o espaço das relações a serem engendradas no contexto dos projetos de irrigação.

Recortamos para análise alguns temas recorrentes nas propostas e metas sociais, e que se mostram articulados entre si: a) participação dos reassentados na implantação e consolidação dos projetos; b) sua emancipação; c) responsabilidades e decisões que cabem aos atores envolvidos; e d) modelos de representatividade das organizações dos agricultores.

---

[5] Este capítulo é originalmente de co-autoria. O título original foi "Notas sobre planos e efetivação do reassentamento rural de Itaparica" em CASTRO, Edna; MOURA, Edila; MAIA, Maria Lúcia Sá (org,) "Industrialização e Grandes Projetos: Desorganização e Reorganização do Espaço" Belém: UFPA, 1994. Foi adaptado de um trabalho elaborado em co-autoria com a Maria Auxiliadora Ferraz de Sá, professora de Antropologia da UFPE e colaboradora na coordenação do monitoramento do traslado da população. As observações decorrentes de participação em diálogos e o grosso da redação foram redigidos por ela.

A perspectiva que orienta estas reflexões é aquela que percebe, como impacto maior, a intervenção realizada sobre a antiga formação agrária regional. Não vislumbra exatamente os efeitos de uma modernização anunciada no discurso dos planos (da Chesf em especifico) como "progresso", mas, mais precisamente, a própria metamorfose das famílias trabalhadoras do campo em outro segmento social, cujos contornos resultariam demarcados em relação ao meio circundante. Neste momento intermediário (depois de decidida a construção, antes de efetivado o traslado da população inteira) do processo já se pode enxergar indagações sobre se os novos atores sociais, talvez, sem força suficiente, poderão romper com subordinações anteriores ou formular uma inserção com identidade clara na nova forma de produção e existência.

Os dados são de pesquisa da Fundação Joaquim Nabuco – Fundaj (1988), que acompanhou este reassentamento em 1987-88. O trabalho de campo antropológico nos municípios atingidos - Petrolândia, Floresta, Itacuruba e Belém do São Francisco, no lado pernambucano, e Chorrochó, Rodelas e Glória, no lado baiano, assim como da elaboração de textos dos relatórios de avaliação do reassentamento servem como base para este capítulo. Por diversas vezes, como parte integrante deste projeto, antropólogos representantes da equipe estavam presentes em reuniões com a Chesf e o Pólo Sindical da região, principalmente as mensais de diálogo e monitoramento e redefiniçoes de papéis dos agentes envolvidos direta e indiretamente no diálogo.

Uma das discussões mais incisivas se deu em torno da proposta da Codevasf para estruturar e operacionalizar os futuros projetos de irrigação (Codevasf, s/d). Os depoimentos encontram-se em arquivos do Instituto de Pesquisas Sociais da Fundaj, e o relato das reuniões foi objeto de discussão interna da equipe no início da pesquisa. Também aproveita o material, trabalhado por Maria Lia Corrêa de Araújo e por Sá e Scott[6] sobre as metas sociais do Plano da Chesf (1985).

---

[6] Capítulo 2: Metas, Acordos e Impasses no Processo de Reassentamento (INPSO-FUNDAJ, 1988).

Para situar melhor os aspectos privilegiados nas discussões entre os atores, lembra-se que no primeiro capítulo[7] foi possível discernir algumas possíveis manifestações de interesses distintos, assim como as resistências ou fragilidades que então se esboçavam. A região de ocupação antiga e economicamente produtiva tem uma história de experiência em agricultura irrigada e mantém, contudo, tradições de modo de vida, e apresenta sedimentação de lideranças locais. Nela se desenvolveu uma organização sindical de trabalhadores rurais que, inicialmente predominantemente assistencialista, redefine-se e se amplia ante a presença das obras da Chesf.

Os "direitos" ao reassentamento resultaram não apenas de reorientações no âmbito das ações do Estado, resguardados os interesses dos setores dominantes de complexos agro-industriais, de empreiteiros e de construtoras, etc., mas, também, do movimento dos trabalhadores rurais. Por um lado, este último se inscreve em uma conjuntura política favorável à efetivação de demandas sociais. Por outro, suas reivindicações e práticas políticas contaram com o conhecimento de experiências bem próximas, particularmente da vizinha barragem de Sobradinho.

É em Itaparica que a intervenção do Estado, com a construção de grandes barragens, passa por alterações no que diz respeito ao processo de reassentamento da população atingida. Há, em certa medida, um distanciamento de práticas excludentes autoritárias, que caracterizavam aquelas dos governos militares anteriores. O Plano de Desocupação de Itaparica, no qual se inclui o Plano de Reassentamento da População Rural (CHESF, 1985) antecede o Plano Nacional de Energia Elétrica 1987/2010 (ELETROBRÁS, 1987) que incorpora "a preocupação para com as questões sociais e ambientais", sendo também anterior ao acordo de dezembro de 1986, entre a Chesf e o Pólo Sindical da região.

No Plano da Chesf, a "razão de ser" da formação do lago é a produção anual de 8 (oito) bilhões de KWH, acrescentando a potência da geração de 2.500 MW da energia à Chesf (1985), e, desta forma, evidenciando como inquestionável a desocupação da

[7] Com propósitos semelhantes, inclui-se esta observação no capítulo 6 sobre Relações de Poder e Participação Política no relatório do INPSO-FUNDAJ (1988).

área. É possível, contudo, distinguir propostas e metas sociais, bem como princípios que orientariam a condução do reassentamento, particularmente em alguns aspectos nele considerados como decorrentes da modernização tecnológica nos perímetros irrigados. Ressaltam-se, entre outros, como recorrentes: o desenvolvimento regional e local, traduzido como fator de "progresso", e cujo sentido seria "resgatar a dívida social" para a população ribeirinha (CHESF, 1985); a superação do atraso nas relações de produção e dependências tradicionais; a recomposição da vida produtiva para assegurar a inserção regional dos projetos; e por fim, através de mecanismos de participação dos atingidos, o evitar ou minimizar os efeitos de possíveis tensões sociais, além de legitimar o processo de reassentamento (CHESF, 1985).

O documento do Pólo Sindical, *Diretrizes Básicas para o Reassentamento*, foi divulgado em 1984, quando ações coletivas de enfrentamento direto eram privilegiadas pelo movimento sindical. Nele, tem-se "a necessidade imperiosa do reassentamento (como)...um fato de "*justiça*" para com os agricultores (grifo nosso, PÓLO SINDICAL, 1984:2). São reivindicados, entre outros, os seguintes aspectos mais pontuais e urgentes: "indenizações justas", alertando-se para as questões sociais da transferência forçada das famílias; definição das áreas de reassentamento; assistência técnica "durante a implantação, maturação, e manutenção do reassentamento". E, por fim, participação na definição de diretrizes acerca da assistência técnica e nas **decisões** quanto à localização das moradias, bem como ficando a coordenação da produção nos projetos sob responsabilidade de uma organização coletiva dos trabalhadores rurais (PÓLO SINDICAL, 1984:11-12).

Os procedimentos e critérios resultantes do acordo entre a Chesf e o Pólo, em dezembro de 1986, redefinem as relações de confronto aberto, com a retomada das negociações. Dentre eles, destacam-se: garantia de assistência técnica, extensão rural, linha de crédito especial e apoio à comercialização pelo prazo de cinco anos; pagamento pela Chesf de remuneração no valor de 2,5 salários mínimos às famílias transferidas, até a comercialização da primeira colheita; e garantia à participação ativa das comunidades e entidades sindicais em todas as fases do reassentamento. Para o Pólo, recorrer às negociações parecia contribuir para consolidar

propostas, fundamentalmente através do seu reconhecimento formal, como interlocutor da Chesf, e do acesso às informações. À Chesf, por sua vez, faziam-se necessárias as negociações, desde que compatíveis com a prioridade do encaminhamento da desocupação da área nos prazos de entrada em funcionamento da usina hidrelétrica (FUNDAJ, 1988, p. 47-50).

A proposta da Codevasf de operacionalização dos projetos de irrigação, apresentada para discussão em maio e junho de 1987, foi seguida de reuniões conjuntas entre a Chesf, a Codevasf e o Pólo Sindical. Ela prevê a formação de um Comitê Co-gestor, constituído por técnicos da Codevasf e representantes dos agricultores, para operar os projetos na fase de consolidação dos mesmos. A responsabilidade da Chesf seria na fase de implantação, e a da entidade formal dos usuários, quando da emancipação. A justificativa da proposta vincula, de forma direta, a necessária participação dos agricultores, com caráter deliberativo, à emancipação dos projetos. Esta última

> "se dá quando os agricultores assumem as decisões inerentes ao funcionamento e operação dos projetos em seu todo, contando com recursos humanos, financeiros e logísticos para execução de tarefas especificas, junto a instituições federais, estaduais e municipais. (...) A autonomia econômica e financeira se realiza quando a produção e a comercialização se estruturam e interagem, tornando a organização dos agricultores - cooperativa, associação - forte e competitiva no mercado. (...) A estrutura organizacional e a forma de atuação propostas têm, pois, como objetivo, tornar a operação dos projetos uma tarefa onde os colonos e imigrantes tenham uma *participação efetiva e decisiva, objetivando a emancipação dos mesmos*" (grifos nossos. CODEVASF s/d).

Estima-se, no documento, que a emancipação total dos projetos de Itaparica ocorreria, quando consolidados, em sete anos.

Na apresentação desta proposta ao Pólo Sindical, observa-se que a participação dos agricultores teria sua abrangência definida em relação à participação da Codevasf, envolvendo tanto decisões e responsabilidades, quanto a obtenção de recursos, no decorrer da consolidação e emancipação dos projetos. Segundo um diretor da Codevasf-Brasília: "

A filosofia da Codevasf é de que o soberano é a organização dos agricultores. (...) Nosso papel, hoje, é de assessoramento, de fornecer informações para decisão pelo agricultor. Varia de nível para nível de participação dos agricultores. Em Bebedouro[8], a Codevasf tem participação mínima. Interfere (...) para que a associação não fique dependendo da Codevasf, para que tenha outras fontes de recursos – Sudene, etc".

O discurso dos técnicos da Codevasf, além de apontar para a necessária busca de recursos financeiros, por suposto, mesmo após a emancipação, enfatiza que abreviar esta última etapa exigiria prover recursos humanos (profissionais, técnicos) para além dos fornecidos pelos órgãos goverrnamentais, ou seja, contratando equipes técnicas através da entidade dos agricultores, com perfil dos quadros indicado pela Codesvasf. A explicação que se segue expõe uma contraposição de interesses em jogo, assim como um sentido para o envolvimento da participação dos agricultores: "...há um decreto que proíbe à Codevasf contratar pessoas; a saída é empresas para prestação de serviços. A equipe fica subordinada à cooperativa". Em referência a fase inicial de operação:

Pensamos primeiro em contratar empresa privada, por período limitado, para assistir os agricultores até obter a primeira safra. A avaliação do desempenho da empresa será pela comunidade do projeto. Pode haver alternativas. Sobre o termo de referência para contratação, veja-se que o projeto é financiado pelo Banco Mundial, que exige que ele dê o aval da coisa. Talvez seja licitação internacional: queremos nacional. Ele quer ver o porte da empresa; não nos importa, mas sim o quadro.

Segue-se a discussão com o questionamento do Pólo Sindical via as suas assessorias:

Para os trabalhadores, a assistência técnica e extensão rural é obrigação do Estado; não importa se por órgão público ou empresa particular.

---

[8] Projeto agro-inudtrial no pólo Petrolina-Juazeiro.

Argumentam os técnicos da Codevasf-Brasília:

> É um impasse quando as organizações do Estado já não atendem assistência técnica. Os governos dos estados não vão tirar dinheiro do bolso para contratar empresa. A luta é para que a estrutura do Estado seja eficiente. Por que assistência técnica privada? No projeto Nilo Coelho[9] há interferência política em detrimento do serviço. Já na iniciativa privada, a ameaça de romper contrato é uma forma de controle. A meta é os agricultores com dinheiro, independentes. É importante que o agricultor participe. Há dificuldades com empresas privadas; são também incompetentes, e é difícil a Codevasf denunciar esses problemas. Mas se são os agricultores que reclamam, as coisas são mais fáceis.

Interpõe um líder sindical presente:

> "Se não der certo, é bom que fique claro de quem e a incompetência: do trabalhador ou do técnico?. ... A gente quer participar ate o fim. Bota lá o técnico que for competente e souber fazer o serviço. (e coninua outro assessor)... É importante a eficiencia. Preocupa. O serviço tem que ser prestado com qualidade. Depois de cinco anos...de quem é a responsabilidade? O Estado tem que assumir se vai ser Emater, etc...que a Chesf comece a pensar em continuar assegurando aos realocados a assistência técnica. É função dos trabalhadores cobrar que assegure além dos sete anos".

Um técnico da Chesf-Recife responde:

> "Está anotado".

A discussão é sugestiva dos interesses que envolvem técnicos e empresas, e da sua distância relativa àqueles expressos pelos representantes dos trabalhadores rurais. Ela permite também observar o desdobramento dos sentidos da participação, particularmente para grupos de técnicos e direção da Codevasf. Nota-se a ausência de interferências dos técnicos da Chesf, antes presentes no que diz respeito às problemáticas da participação e da emancipação.

---

[9] Outro projeto agro-industrial em Petrolina-PE

Um outro grupo de técnicos da Codevasf passa a se distinguir, quando da expliçitação dos termos da participação no que se refere às decisões e responsabilidades. Em particular, quando é sugerida a existência de um espaço dado para o exercício do poder de decisão, é evidenciado que este último dependeria da força de argumentação, do respaldo das comunidades que representam. Se por um lado, esse discurso parece mais próximo daquele dos representantes sindicais, por outro, ele não se desenvolve sem tensões e exigências mútuas. Nesta discussão, há a interferência de técnicos da Chesf. Um deles, de Itaparica, inicia indagando se o Comitê Co-gestor seria "deliberativo ou consultivo". Responde a Codevasf-Brasília, que é "deliberativo, dentro de limites". As decisões não seriam exclusivas "nem dos agricultores, nem da Codevasf. O trabalho conjunto depende do tipo de argumentação, sob uma autoridade: o documento de contrato. O Comitê é deliberativo, mas não é livre, autônomo; há limites de leis, orçamentos, etc. O Pólo indaga sobre a relação do Comitê com os órgãos que atuam nos perímetros; refere-se ao Conselho Técnico, a ser formado por entidades públicas e privadas, conforme a proposta em discussão. A reposta é que: "Não há relação de hierarquia, mas o comité deve exercer pressão sobre a responsabilidade de programas que as entidades rsinan levando, como, por exemplo, acionar o órgão que contratou a firma para que ela reformule ou refaça programa".

Passam à explicação das fases do processo de operacionalização, em termos de tempo e responsabilidades, a pedido de técnico da Chesf-Itaparica:

> 1ª fase (set. 1987/jul. 1988): quando não havia sido inicada a produção nos lotes, fase de reassentamemo e adaptação - de responsabilidade da Chesf, com assessoria da Codevasf;
> 2ª fase (jul. 1988/jul. 1989): com a produção irrigada, fase de início da produção - sob coordenação da Chesf/Codevasf;
> 3ª fase (jul. 1989/1993): fase de produção consolidada - sob coordenação da Codevasf;
> 4ª fase (1993 em diante), no 5° ano de produção efetiva, processo de emancipação.

E ainda esclarece sobre a responsabilidade das etapas:

> Todas podem ser de responsabilidade exclusiva do governo, incluindo a comercialização da primeira safra, ou o poder de decisão dos trabalhadores, desde a primeira fase - Chesf e Pólo, né? Coordenação! ... É necessário que a gente se alie ao agricultor – pensar junto. Do contrário, a gente pode tomar a dianteira. O contrato é fundamental. A gente guerreia dentro da luta. A equipe técnica vai primeiro treinar seu pessoal, e partir para a troca técnico / agricultor.

Observa-se, nesta exposição, o uso diferenciado dos termos "responsabilidade / coordenação", conforme fases e agentes. Talvez isso ocorre porque, dada a estruturação da máquina administrativa, seja mais fácil à coordenação repassar "culpas" adiante. Se, no comentário das fases, "responsabilidade" é sinônimo de "poder de decisão", o fato da "coordenação dos projetos" não ser posta em discussão, por parte dos técnicos, sugere que "poder de decisão" pertence bem mais à coordenação geral do que ao Comitê Co-gestor. Também o sugere a reação do técnico que, frente à proposta das diretrizes do Pólo na formação e coordenação dos projetos, parece retirar a possibilidade de poder de decisão/responsabilidade dos agricultores e, ao mesmo tempo, isentá-los de "culpas", na primeira fase, quando se especifica que sua participação é um "direito". A discussão se desenvolve ante uma proposta do assessor do Pólo de "uma equipe para contribuir com as diretrizes do Pólo Sindical (...) uma equipe social-produtiva que, na primeira fase, não teria a responsabilidade do agricultor porque..." Interrupção de um líder sindical que continua: "porque não estamos pedindo para sair daqui! Não pedimos este projeto!" E enfatiza o "sacrifício para aceitar essa mudança". É quando um técnico da Codevasf distingue que "não é responsabilidade, mas direito do agricultor participar. Responsabilidade é do governo". Os diversos termos são, pois, permutáveis e permeados pela disputa de poder, em pleno exercício na discussão.

A necessidade de pactuar através de um contrato (questão acentuada pela Codevasf) é retomada nesta prática pelo Pólo Sindical, ao remeter a discussão para o seu documento anterior (Diretrizes). Um técnico da Chesf-Recife observa que haverá "todo

apoio da Chesf ao associativismo, organização, na primeira etapa. A responsabilidade é da Chesf". E indaga: "De conduzir o trabalho de associativismo, com diretrizes do Pólo Sindical"? A assessoria do Pólo responde que será:

> com apoio de pessoas contratadas, aptas para esse tipo de trabalho. Pela história de Itaparica, há participação dos trabalhadores. A luta pela terra não termina com a aquisição do lote. É coletiva quanto aos meios de produção. É de supor que nesses ´[projetos] o sindicato não pode ter responsabilidade de gerir a conjuntura de mercado, mas pode ajudar e contribuir na direção - e direção política.

A discussão segue acirrada, em provocações mutuas.

Quando o debate passa a se centrar na forma de organização dos agricultores para gerir os negócios dos perímetros, agudizam-se as tensões e as suspeitas recíprocas, na tentativa de perceber os modelos e intenções subjacentes às afirmações de não os terem detalhados. Essa discussão deixa entrever um claro questionamento sobre o alcance da representatividade do Pólo Sindical, particularmente por parte dos técnicos da Chesf. Mais explicitamente, nos intervalos das reuniões, os técnicos das duas agências comentavam que o Pólo seria importante na fase inicial de implantação dos projetos - organização com maior representatividade local, mas não necessariamente nas fases posteriores ao reassentamento. Entre os técnicos da Codevasf, o consenso parecia ir até este ponto. Foi evidenciada a preocupação de que a representação se desenvolvesse da forma mais abrangente possível, em relação à população dos perímetros. Nos intervalos das reuniões, o envolvimento dos técnicos da Codevasf fazia-se, também, em termos de suas posições políticas e preferências pessoais. Um deles parecia apostar que não seria o Pólo a conseguir essa abrangência. Outros dois consideravam que o Pólo teria condições de se impor nessa organização futura. De qualquer maneira, consideravam que caberia ao Pólo lutar por esta posição.

Na discussão conjunta, frente à afirmativa de que o documento da Codevasf não contemplaria detalhes do modelo de organização dos agricultores (observa-se no texto, o uso

concomitante da expressão "cooperativa, associação"), a assessoria do Pólo menciona que há exemplos de cooperativas que resultam numa "máquina burocrática, centralizada, com apadrinhamentos, corrupção, etc.". Um técnico da Codevasf-Brasília parece desafiar o Pólo:

> É válido considerar a questão do nosso desconhecimento sobre a organização dos trabalhadores aqui. O problema é de representatividade e representação, de organização forte para gerir. Talvez o pensamento sobre o Comitê Co-gestor foi para uma organização ainda incipiente. Podem ter outra proposta.

Um técnico da Chesf-Recife interpõe:

> Nem todos terão o mesmo nível de participação no movimento sindical... Há o problema de representação do grupo... É possível que neste primeiro momento (quando não começou a produção), não seja ainda organizado o comitê em cada agrovila. É fase de preparação para o comitê.

Frente à listagem das responsabilidades da Chesf que ficara num quadro-negro, um assessor do Pólo observa que os serviços dela atuariam diretamente no lote e que as agrovilas não seriam trabalhadas. "Uma coisa é a comunidade; outra, o trabalho". O técnico da Codevasf intervém:

> Se por quadra hidráulica, se por habitação (sugerida pela Codevasf), a definição é dos agricultores. No lote, tem-se a supremacia do agricultor, ou o centro, núcleo de decisão pode ser a família. A estrutura co-gestora implica em planejamento/execução a nivel local, o que é diferente da coordenação geral.

Insinua-se, aqui, a definição dos âmbitos de influência do Comitê Co-gestor e da coordenação dos projetos.

Enquanto um grupo da Codevasf busca enfatizar a questão da participação:

> "O espaço para que o agricultor participe está aberto; não precisa nem haver luta. As forças que vão nos dizer como concretamente essas coisas vão se fazer...", um outro grupo, do

mesmo órgão, insiste na forma de organização da gestão: "Cooperativa tem poder de compra e venda... é mais eficiente a cooperativa, que dá condições para compra organizada de insumos, barateando-os, e garantindo preço na venda da produção". [Ou ainda:] "A vantagem é para venda da produção da cooperativa, o que é diferente com a Associação. A cooperativa de Bebedouro (Petrolina-PE) está se ajustando certo; também Mandacaru (Juazeiro-BA); também em Minas Gerais (Gorotuba)".

Os lideres sindicais pedem para se ausentarem momentaneamente da mesa para discussão lateral.

No retorno, o Pólo Sindical considera a necessidade de visitas aos perímetros com experiências implantadas. "Não temos proposta pronta e acabada..." - "Não há modelo... Modelo quem faz é o agricultor". E ante questionamento de um técnico da Chesf sobre a fase do projeto em que se daria a definição do modelo, afirma um assessor do Pólo: "A organização que vai ter que surgir é com concepção puramente econômica; a ser definida lá, com as atividades". O técnico da Chesf concorda, prosseguindo o assessor do Pólo: "Não é questão fechada. É negociação política. Responsabilidades, a quem competem, podem ser de definição política agora. Podem se viabilizar, ou não, no processo que vem depois". Ainda é retrucado pelo mesmo técnico: "A responsabilidade é da Chesf e Codevasf. Se a população não assumir, é operado de qualquer forma pela Chesf e Codevasf". Observa-se, novamente, que a questão da participação recai em termos de "responsabilidade", fazendo-se aqui acompanhar da ação ou operação/mando. Prosseguindo o mesmo técnico da Chesf, tem-se o desfecho da discussão: "...Se o Sindicato tem proposta que pode preceder a fase de transferência (frase interrompida) ... Vocês já têm proposta e estão aguardando estratégia, momento oportuno". A provocação parece incomodar a todos na reunião. A direção da Codevasf-Brasilia diz que "a pauta está esgotada". Há, contudo, referências à atuação dos governos estaduais, e o Pólo pede cópias dos convênios estabelecidos pela Chesf. O mesmo técnico da Codevasf diz que os "acordos são públicos. Deve-se fazer chegar cópias ao Pólo. ... A Codevasf está em fase aberta de negociações, com as cartas na mesa, diálogo franco e construtivo, à disposição para entendimento". Percebe-se, também, a contraposição de posturas, não só das empresas

governamentais frente ao Pólo, mas delas entre si. Encerra-se um ciclo das reuniões.

Retomamos, pois, a indagação sobre a metamorfose dos camponeses e trabalhadores em outro segmento social cuja identidade está por se definir ante as novas condições de vida, ante o desenvolvimento das relações com o Estado em novo contexto.

Nesse sentido, observaríamos que a Chesf e a Codevasf, enquanto empresas governamentais que conduzem a retirada, o reassentamento e a direção inicial dos projetos, tendo sua presença dada através de quadros técnico-administrativos - funcionários, diretores e presidentes – e também políticos, tendo assumido, na conjuntura nacional de democratização, um discurso "participativo" (embora, em certa medida, "com cartas na mesa" de negociações), podem confundir o caráter das relações que então estabelecem com os atingidos e reassentados. Na prática, é a agente que expropria (econômica e culturalmente), mas se apresenta como resgatando uma "enorme dívida social" para com a população da região, e assim, no discurso, assegura "progresso", ou melhores condições de vida.

Pensamos que uma última transformação se dava pela implantação dos grandes projetos, enquanto impacto definitivo da construção de grandes barragens. Neles, os novos segmentos talvez pareçam autônomos, diferenciados do meio circundante. Tratar-se-ia de uma possibilidade de homogeneização dos interesses sociais devido aos meios tecnológicos e de trabalho próprios da irrigação moderna? De acordo com a concepção marxista, as classes não se constituem em si, nem mesmo para si, mas frente às outras. Vários de seus segmentos resultam de transformações seculares, enquanto outros são produzidos. Esta última é a situação em que se encontram trabalhadores e camponeses reassentados em Itaparica. As perspectivas para aqueles, que permaneçam em alguns projetos, não dista muito de um modelo de empresários "bem sucedidos", conformando uma (ativa) "classe média" no campo: outros, ainda, em projetos que resultem em "cooperativas-empresas", não passarão de colonos-camponeses, dependentes; e os demais, se estenderão, no tempo de projeto, não emancipado, vivendo o confronto e a expropriação.

Capítulo 3
Etnia e nação em dois movimentos de resistência a barragens: México e Brasil[10]

Em dezembro de 1986, as populações atingidas pela barragem de Itaparica, no Nordeste brasileiro, em movimento que culminou na ocupação do canteiro de obras, obtiveram a assinatura de um documento que fornecia substanciais garantias aos futuros reassentados. No estado de Guerrero, México, em outubro de 1992, as boas notícias sobre o cancelamento "definitivo" da barragem de San Juan Tetelcingo chegaram às comunidades nahua, unidas em oposição a esse projeto hidráulico deslocador.

Embora cada um desses movimentos tenha suas particularidades, não há dúvida que as duas vitórias fazem parte de um movimento internacional, cada vez mais articulado, de oposição a grandes projetos governamentais com custos sociais elevados. Entre os diversos fatores que levaram ao relativo sucesso desses dois movimentos locais específicos, em ambos os casos, ressalta-se o estreito enlace entre "etnia" e a "construção da nação", conforme se enfoca neste capítulo, no intuito de contribuir para um melhor entendimento da construção de identidades nacionais na América Latina e a sua contribuição para movimentos de resistência. A opção de contrastar movimentos locais específicos, em primeiro lugar, dá um passo no rumo da compreensão dos movimentos nacionais gerais, no contexto do movimento internacional de resistência a barragens, e em segundo lugar, reconhece a necessidade de respeitar a complexidade única de cada movimento.

Após uma breve descrição dos dois movimentos de resistência às barragens, compara-se a composição étnica e socioeconômica das duas populações afetadas, para finalmente examinar como o "sucesso" dos movimentos se relaciona aos usos diferenciais da "etnia" na criação de **identidades** regionais e nacionais no México e no Brasil contemporâneos.

---

[10]Adaptado da Publicação do original em ZARUR, George de Cerqueira Leite (Org.). Etnia e nação na América Latina, etnia y nación en América Latina, v.II, serie: Colección INTERAMER, nº 44-45, Washington, OEA, 1994.

Os dois movimentos de resistência às barragens

Brasil

A Barragem de Itaparica se localiza entre as barragens de Paulo Affonso (a jusante) e Sobradinho (a montante). As obras hidráulicas no Vale do Rio São Francisco, iniciadas com o complexo de barragens em Paulo Affonso nos anos 40, foram projetadas para entrar no século XXI. A construção das primeiras barragens levou ao reassentamento de algumas populações na beira-rio, rio acima, em alguns locais que voltariam a ser inundados quarenta anos depois, com a construção de Itaparica. Nesse intervalo, a partir dos anos 70, o governo se empenhou em criar o muito badalado "maior lago artificial do mundo", construindo a barragem de Sobradinho a algumas centenas de quilômetros, rio acima, do ponto projetado para Itaparica. As lições de Sobradinho foram muitas e tiveram muita ressonância. Acima de tudo, a desastrosa evacuação dos camponeses residentes na área inundada alertou as populações atingidas pela barragem seguinte do Rio São Francisco (Itaparica) para a necessidade de se organizarem, a fim de evitar uma desapropriação semelhante.

O movimento dos atingidos por Itaparica começou a despontar em 1976, quando a Companhia Hidrelétrica de São Francisco (Chesf), embora ainda centrando seus esforços em Sobradinho, já preparava a futura entrada nos sete municípios do Submédio São Francisco em margens baianas e pernambucanas. Observando as perdas dos camponeses de Sobradinho, os camponeses de Itaparica iniciaram a luta de "terra por terra na margem do lago" com uma série de protestos em locais dispersos. Em 1979, a coordenação do movimento se centralizou com a criação do Pólo Sindical que reuniu os Sindicatos de Trabalho Rural (STR) dos municípios que estavam no caminho do planejamento da barragem. Durante os cinco anos seguintes, o Pólo promoveu e coordenou ações coletivas bem visíveis, como concentrações nas obras e manifestos de denúncia, ampliando o movimento para que este se tornasse uma luta não só por justas indenizações, como também pela garantia da infra-estrutura básica de produção, de moradia e, genericamente, pela reforma agrária. Não foi contestado que a Chesf iria construir uma barragem de grandes proporções, pois 2.500 megawatts correspondiam a um

acréscimo regional da ordem de 39% em energia produzida. A construção andava a pleno vapor desde o início dos anos oitenta. O que estava em questão era o tratamento a ser dado aos atingidos.

Enquanto a obra avançava e as reivindicações da população se tornavam cada vez mais conhecidas do público, o Pólo iniciou um período de intensa negociação com a Chesf, armando-se técnica e politicamente através de alianças com entidades simpatizantes à sua causa, ligadas, sobretudo, aos setores progressistas da igreja católica, ao movimento sindical e partidário nacional e a outras organizações não-governamentais. Chegou, então, a formular, em 1984, o documento de "*Diretrizes básicas para o reassentamento*", que serviria como pedra de toque para o processo.

Mesmo com atrasos no cronograma, a construção da barragem andava em ritmo muito mais rápido do que as complicadas negociações entre o Ministério das Minas e Energia, a Chesf, outros órgãos governamentais e os Sindicatos. Frente a sucessivos impasses na mesa das negociações e ao acirramento da aparente separação entre os sindicatos e suas bases durante esse período, tornou-se imperativo retomar as reivindicações feitas através de ação coletiva pública, a fim de mostrar o potencial da voz dos atingidos. O movimento voltou às ruas, sempre com o cuidado de documentar suas ações por escrito, por filme e com o apoio de profissionais não-governamentais.

Aproximando-se ao fim dessa fase, em dezembro de 1986, camponeses e trabalhadores de toda a área ocuparam o canteiro de obras e, à sombra da enorme parede de concreto, frente aos olhos observadores de jornalistas e das filmadoras, paralisaram as obras por seis dias. Jogaram pedras, numa ação simbólica de destruição da barragem, evidenciando a sua indignação. Depois, unidos, insistiram em só sair após a assinatura de um acordo sobre as condições do reassentamento.

O *Acordo de 1986*, resultado desse processo, além de constituir a consagração do movimento sindical como legítimo representante dos atingidos, reconhecia, melhor do que qualquer outro documento anterior, o compromisso assumido pelo Estado de minimizar os custos sociais de grandes projetos

governamentais nessa área. Dentre as muitas questões incluídas no acordo, ressaltamos:

a) provisões protetoras contra o desmembramento prejudicial da família;
b) detalhes sobre o cálculo da força de trabalho familiar e seu direito à área irrigada;
c) direito sobre área para agricultura de sequeiro e criatório;
d) direito à remuneração de 2,5 salários mínimos desde a transferência até a comercialização da primeira colheita;
e) assistência técnica, creditícia e comercial por cinco anos;
f) participação continuada e ativa das comunidades e entidades sindicais em todas as fases do reassentamento; e
g) enchimento do reservatório somente após equacionar o reassentamento.

Cientes de que a companhia governamental de engenharia iria transferir sua atenção para o próximo monumento técnico a ser construído (a barragem do Xingô, bela obra de engenharia que envolvia túneis, explosões e uso de tecnologias avançadíssimas acoplado a um número limitado de população afetada[11]), os sindicatos conseguiram armar-se através de uma salvaguarda escrita do compromisso social com os reassentados. O próprio traslado da população, entre o final de 1987 e os primeiros meses de 1988, deslanchou uma série de atos de resistência, localizados sobre particularidades da situação de cada grupo, demonstrando diferenças entre setores dos sindicatos municipais e o Pólo Sindical. Mesmo assim, no geral, o traslado transcorreu num ambiente de "cooperação entre adversários", com o Pólo e a Chesf desempenhando os papéis principais, sentando na mesa e discutindo como lidar com os impasses passageiros que ocorriam ao longo do traslado da populaçao. O Pólo Sindical, com sua liderança consolidada, chegou a constituir, durante um período de dez anos a partir de sua criação, um novo eixo organizativo do poder no Submédio São Francisco.

Cria novos e formidáveis desafios do movimento após o reassentamento, com a população mais dispersa, a base de

---

[11] Ver Siqueira, 1999.

produção totalmente modificada, e a maioria dos reassentados recebendo 2,5 salários e aguardando ano após ano a instalação do equipamento de irrigação. O movimento se altera conforme as feições de suas bases e as modificações dos domínios do poder com os quais interage.

México

No estado de Guerrero, a poucas centenas de quilômetros da cidade do México, os planos nacionais para o aproveitamento da bacia do Rio Balsas visavam à construção de uma série de barragens capazes de fornecer energia para uma enorme área consumidora metropolitana. Discutido primeiramente nos anos 1930, apenas nos anos cinquenta é que o plano de seis barragens recebeu a atenção dos planejadores na "Comisión Federal de Electricidad" (CFE), resultando na construção de duas barragens pequenas perto da boca do Rio Balsas, na orla mexicana do Pacífico, nos anos 1960. Após alguns anos com pouca ação, o aproveitamento da capacidade energética hidráulica foi retomado com a construção da barragem de Caracol (formalmente, Ingeniero Ramirez Ulloa), subindo sistematicamente ao próximo ponto, a montante, no Vale de Balsas. O ganho energético dessas barragens em seu conjunto não chegava a 2.000 megawatts, e a próxima barragem, San Juan Tetelcingo, só prometia acrescentar entre 280 a 620 megawatts a esse total, contribuição relativamente pequena para resolver o déficit energético nacional noticiado entre 7 e 8 mil megawatts. Os técnicos também reconheciam que a construção de San Juan Tetelcingo poderia aliviar em parte o problema da sedimentação que estava encurtando a vida da barragem de Caracol. E estava previsto o deslocamento de entre 22.000 e 30.000 índios nahuas que residiam em 18 vilas espalhadas pelos numerosos municípios do vale.

Conforme Good (1992) cuidadosamente documenta, não foi nenhum anúncio formal do projeto de construção da barragem que desencadeou o movimento rápido e eficiente do povo nahua contra ela. O início da construção de uma ponte com 150 metros de altura e vários quilômetros de extensão sobre uma área ainda a ser inundada, a recusa de emitir títulos na área porque "seria inundada", a chegada de funcionários governamentais em maior

número nessa região do rio Balsas, as redes informativas de um partido de oposição com partidários locais e sua denúncia dos planos no jornal, a chegada de alguns nahuas que trabalhavam como linguistas para o Instituto Nacional de Antropologia e História que diziam ter ouvido falar desse projeto, tudo se juntou para tornar evidente aos nahuas que tinha chegado a hora de resistir. Por diversas razões não foi difícil unir os nahuas. Eles tinham sua identidade cultural bem delineada pela língua, pela produção artesanal e, sobretudo, pelos firmes laços sociais comunitários entre todos. E, mais importante ainda que qualquer consciência da história nacional em décadas passadas — história marcada por projetos de barragens no estado vizinho de Oaxaca, no Vale do Papaloapan, com altíssimos custos sociais e fortes esquemas de repressão estatal contra protestos —, tinham bem próximo o exemplo do povo recém-deslocado da barragem Caracol, sensivelmente insatisfeito com o tratamento dispensado pelo governo após seu reassentamento.

O movimento se formou com muita rapidez. Cada comunidade reunida discutia e unanimemente se pronunciava contrária à barragem, sem exceção. O desencadeamento de uma série de ações chamou cada vez mais a atenção para os custos sociais aplicados no projeto. Dentro de poucos meses, organizaram uma reunião regional (outubro de 1991), quando a época importante da colheita e o influxo de comerciantes nativos de outras partes do país e de migrantes dos Estados Unidos, comum nesse momento, contribuíram ainda mais para ampliar o movimento. Não foi permitida a participação de simpatizantes não-nahuas, que vieram à reunião, mas foram expulsos. Na segunda reunião regional, em novembro, criaram o Consejo de Pueblos Nahuas, mais abertamente interessado em promover alianças com estes e com outros simpatizantes, alguns dos quais formaram uma entidade separada de apoio.

As comunidades trabalhavam unidas, não admitindo reuniões com funcionários governamentais sem a presença de um bom número de nahuas das diferentes comunidades, documentando as suas ações por escrito e com câmaras de vídeo, mandando cartas (inclusive para ministérios, para o presidente, para as Nações Unidas e o Banco Mundial). Convidaram

jornalistas para observar as reuniões e escrever a respeito do impacto que a barragem teria sobre os nahuas, tão conhecidos por seu artesanato. Falaram no rádio, fizeram manifestações na cidade do México, pararam e informaram pessoas (recebendo também donativos substanciais) na estrada México-Acapulco durante as férias natalinas, e incorporaram informações sobre problemas decorrentes das barragens do Rio Papaloapan, numa ação que consolidou ainda mais o movimento de oposição.

A descoberta (1983) de importantíssimo sítio arqueológico bem no meio da área a ser inundada forneceu ainda mais lenha à causa cultural, e a delicada situação ecológica do Vale permitiu que fossem feitas alianças com grupos ecológicos. A religião católica também forneceu uma boa arma, quando utilizou a celebração de grande festa religiosa numa igreja recém-remodelada, naquela área, para lamentar que muitos santos iriam perder suas residências da mesma forma que os nahuas. Levaram também o lamento, publicamente, para o lugar mais sagrado do catolicismo mexicano, a Basílica da Virgem de Guadalupe, na Cidade do México.

Cercados por todos os lados, os órgãos governamentais responsáveis pela barragem (CFE e o Instituto Nacional Indigenista - INI) tentaram inicialmente negar a existência do projeto. Em seguida, após terem feito sondagens nacionais e internacionais, e sem encontrar outros que ousassem apoiar um projeto tão publicamente rejeitado, desistiram, suspendendo o projeto em fevereiro de 1991.

Em resumo, no curto período entre julho de 1990 e fevereiro de 1991, o movimento nasceu, cresceu assustadoramente e obteve os resultados desejados: primeiro, a suspensão por tempo indeterminado do projeto em inícios de 1991 e, em outubro do ano seguinte, o seu cancelamento.

Etnicidade e situação socioeconômica nos dois locais

Numa discussão sobre a relação entre "etnicidade e nação", os organizadores de um seminário sobre o assunto salientaram que "as etnicidades", na forma em que as conhecemos, são produtos históricos da formação das nações modernas e, como tal,

são "construtos ideológicos distintos e entidades sociais mais ou menos coesas tendendo à ação política" (GUIDIERI; PELLIZI, 1988, p. 7). "Identidades culturais se formam através da interação de grupos em contextos históricos e socioeco-nômicos onde as relações de dominação imprimem características específicas de `consciência cultural´". Na formação de grupos com identidades diferenciadas, tanto existe uma luta contra o uso exclusivo das definições técnicas e socioeconômicas de identidade, aceitáveis no novo sistema global (GUIDIERI; PELLIZI, 1988, p. 23-24), quanto existe uma apropriação de elementos destas mesmas definições para fortalecer a resistência e permanência desses grupos dentro das nações.

Na América Latina, a dimensão política de criação de identidades étnicas tem recebido bastante atenção (por exemplo, URBAN; SHERZER, 1992, assim como OLIVEIRA, 1978; ORTIZ, 1985, no Brasil, e LEÓN-PORTILLA, 1976; RAMOS, 1963; PAZ, 1950; WARMAN, 1976, no México), ao mesmo tempo em que a dimensão étnica tem chegado a compor parte essencial de identidades nacionais veiculadas em diversas esferas. A reafirmação constante de que a nação se compõe de determinadas configurações étnicas influencia a execução de políticas nacionais e cria espaços onde grupos específicos podem defender suas particularidades.

No caso do Brasil, a imagem da "democracia racial" tem insistentemente caracterizado a nação, enquanto no México é a "identidade indígena" que recebe destaque. Em ambos os casos, são nações com grandes economias periféricas "em desenvolvimento", com "enorme potencial", para as quais grandes obras visíveis de criação de infraestrutura servem como símbolo de adesão ao sistema global tecnicamente avançado. É nesses ambientes, enfrentando os escudos do progresso nacional, que as populações se organizam em movimentos de resistência a barragens, afirmando suas particularidades e a necessidade do país de cuidar delas. Nos anos 1980 em Brasil ainda estavam muito incipientes os processos de etnogênese indígena e quilombola, tendo recebido limitada atenção no período de negociação, tanto pelos planejadores da barragem, quanto pelos integrantes da resistência e da defesa da população.

Apesar de ambas as populações — a mexicana e a brasileira — que montaram os movimentos de resistência contra San Juan e Itaparica serem compostas, sobretudo, por comunidades de agricultores, quando se trata de elementos socio-econômicos e culturais particulares entre si, percebemos notáveis diferenças entre elas.

Existe um agudo contraste entre a identidade étnica indígena única das comunidades nahuas, e a marcada diversidade étnica da população do Submédio São Francisco. Os nahuas, diferenciados por língua e com uma história de resistência que remonta a épocas coloniais, é um dos grupos indígenas mais conhecidos no México. Seu artesanato particular (especialmente as pinturas de aves em cortiço fino — amate, figuras talhadas em madeira, redes e máscaras) contribui para marcá-los como um grupo aparte, tornando-os mais facilmente identificáveis por pessoas não-nahuas. Na área da barragem de Caracol, a população de mestiços reassentada em meio aos anos 1980 sentia-se mais engajada do que os nahuas na política nacional. Muitos se admiraram quando seus vizinhos, normalmente percebidos como bastante "apolíticos", demonstraram capacidade para organizar um movimento veloz, visível e, sobretudo, efetivo, evitando cair no mesmo destino infeliz do reassentamento.

O único grupo indígena brasileiro diretamente atingido pela barragem de Itaparica foi o dos Tuxa, de Rodelas, na Bahia, totalizando 1.200 pessoas, ou seja, cerca de 3% do total atingido. Acima do nível de inundação, mas também muito próximo à área, e com locais sagrados no próprio rio, os índios Pankararu também sentiram seus efeitos. Em algumas poucas ilhas do Rio São Francisco e nas margens do rio, comunidades negras cujas origens remontavam aos tempos de escravos fugidos, ainda conservavam uma identidade própria e, apenas posteriormente se tornaram referências para a atuação dos grupos de quilombolas na região. Mas a grande maioria da população, em geral, não se percebia etnicamente diferenciada de modo a conseguir estabelecer uma base para distintas identidades internas à área. Foi sua localização na beira do rio que criou uma diferenciação socio-ecológica entre elas: "os beiradeiros" e os outros, "os caatingueiros" das terras secas do interior. Internamente, as distinções mais frequentemente

reconhecidas eram as de origem por comunidade e por propriedade agrícola. Assim, algumas comunidades se denominavam "Fazenda...", enquanto outras não carregavam nenhum nome de propriedade específica. A população estava bastante dispersa nos sete municípios, e as pessoas se identificavam, sobretudo, através de suas comunidades de residência.

A organização da produção dos mexicanos e dos brasileiros permite a caracterização de ambos como camponeses. Existem, no entanto, diferenças muito significativas na vivência diária das relações de poder em cada sistema. Os nahuas são agricultores com uma produção para subsistência e, em menor escala, para os mercados locais. Muitas vilas possuem especializações artesanais que exigem maior prática na formação de redes comerciais externas e no reforço da simbologia da etnicidade como elemento reforçador de consumo destes produtos. Nem a agricultura, nem o artesanato fogem muito à regra de produção doméstica, onde as unidades de produção raramente comportam significativas hierarquias extrafamiliares. A casa, a residência, a terra e o local de produzir passam de geração a geração, simbolizando a solidariedade do grupo. Como "comunidades corporadas (relativamente) fechadas", até a liderança política escolhida em cada vila é obrigatoriamente curta (um ano) e desestimula a acumulação de prestígio individual às custas dos outros membros da comunidade. Na tentativa de incrementar a prosperidade, alguns nahuas migram para longe, para os Estados Unidos, onde mantêm uma rede própria de apoio e de comunicação entre si. Muitos desses migrantes continuam mantendo estreitos laços com suas casas na área do Rio Balsas, servindo suas migrações para criar reinvestimento local.

No Submédio São Francisco, em contraste direto com a área nahua do Rio Balsas, as comunidades ribeirinhas se revestiam de marcadas diferenças internas de poder. Fazendeiros, especialmente no lado pernambucano e donos de bombas d'água, no lado baiano, comandavam domínios onde numerosos agricultores trabalhavam, em parceria, para eles. Os arranjos contratuais variavam consideravelmente. Algumas pessoas, especialmente no lado baiano, trabalhavam em sua própria terra e pagavam a outros pelo acesso à água de irrigação. Outras pessoas,

no lado pernambucano, dependiam quase totalmente dos outros para acesso à terra, à casa e à água. As comunidades assim formadas, mesmo unidas pelo estado comum de agricultores e de dominados, conservavam a desigualdade. Até uma comunidade "modelo" de desenvolvimento irrigado, conhecida como "as granjas", destacava-se pela combinação de "granjeiros" bastante remediados, que possuíam inclusive uma associação própria para proteger seus interesses, e diaristas, que eram sensivelmente mais pobres do que os agricultores da região. A hierarquização e fragmentação internas foram muito mais notáveis de que entre os nahuas do México.

A produção econômica da área era quase unicamente agrícola e pecuária (caprina para os pequenos, bovina para os grandes). A maioria dos produtos era antes mais destinada aos consumidores agroindustriais e aos grandes mercados regionais e nacionais, do que às feiras locais. A produção artesanal era reduzidíssima e, consequentemente, não se criava um conteúdo simbólico capaz de diferenciar essas comunidades de outras comunidades agrícolas camponesas. Embora, do ponto de vista delas, fosse melhor ser "beiradeiro" do que "caatingueiro", e, também, embora os fluxos migratórios locais fossem em direção ao rio, muita gente migrava para São Paulo, onde as oportunidades econômicas prometiam mais. Em muitos casos, houve manutenção de laços com as casas de origem, mas a diferença de ganho não se aproximava nem um pouco da diferença de ganho entre os Estados Unidos e o México, fazendo com que a contribuição de egressos com recursos vindos de fora fosse muito menor. E, a relativa indiferenciação étnica junto com as redes comparativamente fracas de apoio entre migrantes não permitiam criar uma situação de "diáspora étnica", como faziam as redes nahua-mexicanas nos Estados Unidos.

Integrando os movimentos na construção da nação

Dentro de um ponto de vista estreitamente teórico, não se pode estranhar que no Brasil se tenha construído a barragem e no México não. Ambas as barragens propunham significativas remoções de população. Os ganhos energéticos imediatos foram

consideravelmente maiores no Brasil. No México, a construção proposta de San Juan Tetelcingo, de baixa produção energética, travestiu-se com um caráter "corretivo", sendo destinada a estancar a sedimentação que rapidamente avançava na barragem de Caracol. Já Itaparica, na longa trajetória de planejamento anterior à implementação, havia começado mais de uma década antes a efetivação das transformações realmente significativas nas regras internacionais para grandes projetos. Ou seja, em ambos os casos houve muito mais do que uma simples decisão técnica.

Convém observar que as chamadas "decisões técnicas" são resultados de negociações sociais dentro das grandes agências fmanciadoras internacionais de megaprojetos governamentais. Cernea (1990a, 1990b), discutindo a evolução do pensamento dentro do Banco Mundial, mostra o complicado processo de negociação interna, que resultou na inclusão de planos concretos de como lidar com os custos sociais dentro das exigências de todos os projetos submetidos. Num contexto mundial cada vez mais alerta e crítico, com um crescente número de organizações vigilantes na área da ecologia, da cultura e dos direitos humanos, foram exatamente os problemas da barragem de Sobradinho (SIGAUD, 1986a; 1986b; DUQUE, 1982; BARROS, 1983; MACHADO, 1987), entre outras coisas, que incentivaram o aumento da preocupação com os custos sociais dentro do banco.

Em meados dos anos 1980, já com a barragem de Itaparica em construção, a situação já estava madura para a inclusão de garantias muito mais sensíveis aos reassentados, em especial, num projeto situado no mesmo rio e numa área ainda mais densamente povoada. No final dos 1980, entretanto, com os países do terceiro mundo enfrentando crises de dívidas cada vez maiores, era mais fácil admitir a possibilidade de abandonar (ou pelo menos de adiar indefinidamente) planos de construir barragens cujos custos sociais, culturais e ecológicos fossem altos e visíveis. E foi em 1988, no Brasil, que os índios Kayapó e outros grupos aliados entraram em confronto direto com os planejadores do complexo de barragens de Altamira, chamando as atenções, nacional e internacional, para a ameaça aos índios e, assim, conseguindo a retração pública dos planos. Em outros lugares do mundo também crescem os movimentos de oposição a barragens (CULTURAL

SURVIVAL QUARTERLY, 1988; HANSEN; OLIVER-SMITH, 1982; OLIVER-SMITH, 1993). Nesse novo contexto, planos de barragem autoritários, de gabinete, sem negociações amplas com as populações afetadas e sem considerações sérias sobre o bem-estar dos reassentados, perdem a vez, tanto nos países de origem quanto nas agências fmanciadoras. Isso não significa que alguns grupos com interesses particulares na realização dos empreendimentos não tentem empurrar a aprovação de certos projetos. Só significa que se tornou mais difícil conseguir a aprovação destes.

Estruturalmente, existiam semelhanças notáveis entre os dois movimentos: tratava-se de numerosas comunidades em vários municípios, somando dezenas de milhares de atingidos; as recentes histórias locais de construção de barragens (Sobradinho e Caracol) e de reassentamentos nos mesmos rios forneciam exemplos marcantes dos efeitos nocivos das barragens sobre quem morava na beira rio; em ambos, Itaparica e San Juan Tetelcingo, foi cultivado o apoio de grupos simpatizantes independentes. Mesmo assim, especialmente em relação a este último aspecto, é importante observar que na formação do apoio, cada movimento resguardava sua caracterização particular clara.

Em Itaparica, o movimento se tornou um movimento de trabalhadores, sediado nos sindicatos de trabalhadores rurais. Contava com o apoio da ala progressista da igreja católica, algunma organizações não-governmanetais e de alguns indivíduos ligados a entidades internacionais de apoio a pequenos produtores e da rede política e sindical de partidos ligados ao movimento dos trabalhadores (o Partido dos Trabalhadores - PT e a Central Única dos Trabalhadores - CUT). Contaram ainda com a cuidadosa documentação feita pela TV Viva, e com estudos técnico-acadêmicos que consideravam justas as suas reivindicações. Dentro da própria Chesf, responsável pela obra, houve quem simpatizasse com o movimento. Curiosamente, a identidade cultural indígena ameaçada dos Tuxá e dos Pankararu, apesar de provocar alguns artigos nos jornais sobre as perdas que enfrentavam, não se constituiu como um elemento forte no movimento. Certos assessores, ligados ao processo, chegaram a considerar a relação conflitante entre trabalhadores e índios sobre

a ocupação e o uso da terra indígena como impedimento a uma integração mais efetiva desses grupos no movimento. Além disso, os grupos indígenas negociaram com a Fundação Nacional do índio (FUNAI), especialmente designada para cuidar de seu reassentamento, o que representava uma divisão do movimento de reivindicações do Pólo junto à CHESF. Em resumo, mantendo seu caráter de movimento trabalhista unido, o Pólo Sindical complementou sua ação centralizadora na área com a formação de diversas alianças cuidadosamente selecionadas, que permitiam a criação de uma rede difusa de comunicação em diferentes níveis, extrapolando os limites locais.

Já no México, a identificação não foi com um movimento de trabalhadores, mas com um movimento cultural-indigenista (BARTOLOMÉ, 1996; BARABAS; 1996). Os índios nahuas excluíram cuidadosamente das primeiras reuniões os representantes de partidos de oposição, de sindicatos e de órgãos governamentais e não-governamentais, reservando-lhes um papel de apoio, e não de liderança. Articulando-se entre comunidades, com ações que enfatizam a solidariedade indígena interna e o respeito pelas opiniões de cada vila, terminaram criando "um só movimento" entre os próprios índios. Depois estabeleceram alianças com os grupos simpatizantes e receberam o apoio de ecólogos, técnicos (dentro e fora da Comisión Federal de Electricidad — CFE), arqueólogos, antropólogos, outros acadêmicos e jornalistas. Como a população atingida era exclusivamente indígena, o Instituto Nacional Indigenista (INI) entrava nas negociações ao lado do governo, junto à CFE, criando um adversário único para o movimento. O trabalho artesanal serviu para rápida identificação do grupo nahuatl, mesmo para quem desconhecia qualquer outra coisa sobre o grupo, e foi a particularidade cultural indígena (e não a identidade trabalhadora) que se tornou a principal arma da luta, ao mesmo tempo em que a qualidade da rede de apoio, formada em torno do movimento nahua contra a barragem, não apresentava grande diferença da qualidade da rede de Itaparica.

Não é segredo que administrações governamentais investem em megaprojetos (hidráulicos ou outros) inaugurados em sua gestão para marcar sua passagem pelo governo. Cada um

desses projetos, elaborado por muitos e muitos anos, condensa muitos interesses nacionais num cenário local. Na medida em que fortes movimentos de resistência, suscitados pelos ditos projetos, clamam pelas atenções nacional e internacional, eles também terminam por fazer parte da formação de uma identidade nacional. Focalizando comparativamente esses aspectos dos movimentos no México e no Brasil, é possível entender mais uma camada de significados, além do local e do internacional, que têm sido realçados até agora neste capítulo.

Cronologicamente, a primeira das barragens, Itaparica, ainda mantém o carimbo autoritário dos tempos da ditadura militar "desenvolvimentista" brasileira, cujos projetos contribuíram fortemente para o endividamento do país. Durante o planejamento, não houve discussão com a população sobre a sua conveniência. No entanto, quando se aproximava a data de fechamento das comportas, para criar o reservatório, a abertura democrática já se tinha firmado com a eleição do primeiro presidente civil do Brasil. Os movimentos reinvindicatórios achavam novos espaços para levantar a voz com menos probabilidades de represálias. Em Itaparica, esses movimentos enfrentaram uma situação já definida de barragem aprovada, mas encontraram ainda aberto o espaço para determinar as condições dos reassentados. A Chesf promovia o reassentamento como "uma mudança pro melhor", salientando que os sem terra (meeiros e diaristas) receberiam terra própria, irrigada, nas agrovilas. A idéia de estar modernizando o Sertão do Nordeste, notoriamente a região mais "atrasada" do país, com uma "quase" reforma agrária, servia como justificativa para colocar o próprio movimento de resistência como estabilizador dessa mudança. Estabelecendo os "donos de poder locais", sobretudo os fazendeiros e os donos de bombas d'água, como o inimigo comum, foi criado um terreno para a cooperação, onde o próprio movimento contribuía para sacrificar a questão étnica em favor do uso das "definições técnicas e socioeconômicas" para identificar a população. A defesa cultural, de uma área tão fortemente caracterizada por desigualdades sociais, dificilmente seria sustentável no ambiente nacional de correção de injustiças e por um movimento com características sindicais. Por conseguinte, não é de surpreender que, no

reassentamento, o maior grupo etnicamente diferenciado, os Tuxá, tenha sido dividido em dois grupos distintos com mais de mil quilômetros a separá-los. O movimento de resistência em Itaparica, de acordo com a composição da sua base e o ambiente de abertura democrática, foi bem sucedido ao exigir melhores condições de reassentamento, com uma estratégia que não utilizava a etnicidade como cavalo de batalha. E a própria imagem do Brasil como "democracia racial" não foi contestada dentro do movimento.

No México, foi construída uma identidade nacional em torno da combinação de uma elite modernizadora com uma cultura indígena forte. A nação frequentemente se apresenta através de símbolos de seu indigenismo — a ideologia da "revolução mexicana", os museus, o turismo e o artesanato. Para que grupos poderosos se oponham com sucesso a algum símbolo da identidade indígena do país, é preciso haver uma argumentação técnica que dê significativo realce aos ganhos da modernização, o que com certeza não foi possível na barragem de San Juan Tetelcingo, especialmente diante de seus parcos ganhos energéticos e da visão mais crítica que se esboçava nos anos noventa. O ato de caracterizar etnicamente o movimento, além de refletir fielmente a base populacional dos atingidos, fez com que os argumentos técnicos de correção de desigualdades sociais, tão eficientes no caso brasileiro, não estivessem disponíveis para quem quisesse defender a construção da barragem no México. Guerrero, relativamente próximo à cidade do México, não tem sido um estado notável pelo seu "atraso regional" dentro da nação mexicana. E mais ainda, quaisquer diferenciações internas às comunidades indígenas foram efetivamente escondidas. Se o movimento tivesse assumido um caráter trabalhista, teria entrado no jogo de definir os atingidos por categorias técnicas e socio-econômicas, abrindo espaço para o tipo de argumentação capaz de apresentar o projeto como mais uma "mini reforma agrária" potencialmente benéfica aos nahuas. Os negociantes e planejadores econômicos mexicanos, em meio à elaboração dos termos do acordo de livre comércio com os Estados Unidos durante o período de oposição à barragem, certamente encontrariam dificuldades na mesa, caso surgisse uma denúncia

de etnocídio em acréscimo a um dos seus megaprojetos. Ao anunciar a desistência do projeto, a nação apresentou uma imagem de flexibilidade e respeito à causa indígena, e o movimento descobriu, mais uma vez, a força da etnicidade.

A comparação desses dois movimentos de resistência a barragens não teve como finalidade identificar elementos mais ou menos eficazes na luta dos atingidos, e sim de examinar dois movimentos que obtiveram algum sucesso ao defender direitos de pessoas ameaçadas por grandes projetos governamentais, e entender a articulação dos ditos movimentos em três níveis: local, nacional e internacionalmente. Em ambos os casos — de San Juan Tetelcingo e de Itaparica, ou melhor, do povo nahua e dos trabalhadores rurais nordestinos —, a integração num sistema global contribuiu positivamente para a construção de movimentos complexos e multifacetados que realçam as particularidades étnicas c socio-econômicas das populações afetadas e o seu papel na criação de identidades nacionais.

Capítulo 4
O cálculo da força de trabalho familiar camponesa e o descompasso entre o tempo institucional e o tempo familiar[12]

Neste capítulo, demonstra-se como um projeto modelo de reassentamento, aparentemente em sintonia com as metas do Banco Mundial, identifica os seus participantes, e, no processo, estabelece um dos fundamentos para um diálogo que diferencia os discursos do atores envolvidos. Os elaboradores do projeto de reassentamento da barragem de Itaparica, pressionados pelas novas atitudes do Banco Mundial e precisando adequar os seus planos às demandas do banco multilateral, tomou para si o desafiador e quase contraditório destino de exemplificar como se pode transformar "vítimas de barragens" em "beneficiados de projetos de desenvolvimento". Examina as implicações de pôr em prática a identificação através do "cálculo da força-de-trabalho familiar", que classifica a população de acordo com um esquema cuja praticidade inicial mascara desigualdades e, que, com a passagem de tempo e sucessíveis adiamentos de implementação, torna-se uma ficção burocrática, emblemática dos interesses divergentes entre os planejadores/administradores e os reassentados.

Enquanto para os implementadores do plano de reassentamento, a história se inicia a partir da hora da identificação dos beneficiados, para as famílias dos reassentados o plano ocorre num ponto de um percurso doméstico que continua. Por mais que sejam profundamente influenciadas pela enorme transformação no contexto social cotidiano representado pelo projeto, as famílias avançam nos seus ciclos de desenvolvimento doméstico, ou nos seus cursos de vida, independentemente dos adiamentos do projeto. Mas, ao mesmo tempo, os destinos das suas famílias são inextricavelmente entrelaçados com os destinos do projeto. Esta aliança se torna precária e ameaçadora quando as instituições que administram o projeto não o enxergam mais como

---

[12] Adaptado do trabalho do mesmo título, publicado na coletânea de Magalhães et. al., (1996).

"um projeto modelo" e "um exemplo de sucesso potencial". Este é o caso dos reassentados da barragem de Itaparica, a referência empírica para este capítulo.

Uma das bases mais frequentemente usadas para acertar detalhes da distribuição de benefícios em programas de desenvolvimento governamentais, no campo, é o cálculo da força-de-trabalho familiar. É um índice satisfatório por diversas razões: satisfaz a necessidade de reconhecer a ascendência do grupo doméstico sobre o indivíduo na articulação de estratégias produtivas de pequenos produtores; ele satisfaz a necessidade de incorporar diferenças entre grupos domésticos, assim reconhecendo desigualdades inerentes às suas potencialidades imediatas para dispêndio de energia nas atividades produtivas; e satisfaz a necessidade dos planejadores e administradores possuírem mensurações estatisticamente manipuláveis para tomar decisões de inclusão e exclusão de grupos domésticos em certos benefícios concretos. O princípio do cálculo costuma contar com o apoio tanto de planejadores/administradores quanto de atingidos/administrados, já que representa uma proteção contra uma distribuição indiscriminada de benefícios que poderia favorecer arbitrariedades.

O cálculo da força-de-trabalho familiar capta um momento no ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico, e congela esse momento. O "corte transversal" produzido reflete um momento histórico e político de articulação de forças na comunidade local onde o programa destina a sua ação. O cálculo é deslanchado dentro de uma configuração política de transformação iminente em que os atores nas estruturas de poder formadas em torno do projeto estão se multiplicando, se renovando, e adequando as suas práticas para se situarem dentro das novas realidades em construção. Ao mesmo tempo em que concretiza as demandas dos beneficiados em algo visível e defensável dentro do projeto, o cálculo opera como mecanismo de reificação de diferenças internas entre os beneficiados, e de negação virtual da sua mutabilidade diante do quadro. A própria "redescoberta" da tão cotidiana fluidez de composição e de articulação de atividades de grupos domésticos camponeses e de trabalhadores rurais pode exigir uma "reinterpretação" do cálculo, que, no decorrer do projeto, pode se

tornar uma referência para os administradores caracterizarem "transgressões" dos beneficiados. Isto se torna ainda mais evidente, quando a distribuição dos benefícios do programa de desenvolvimento é adiada, por quaisquer que sejam as razões.

De início, é importante ressaltar que as considerações aqui se destinam à melhor compreensão da relação entre uma prática administrativa comum e necessária e as práticas cotidianas da população beneficiada, no caso concreto lidando com uma base de cálculo cujo uso o próprio Pólo Sindical se orgulha em ter estimulado na negociação do *Acordo de 1986*.

É uma incógnita saber qual a forma mais justa de operacionalizar a realização do cálculo da força-de-trabalho familiar. Para começar a abordar esse tema, teriam de ser realizadas pesquisas mais aprofundadas sobre a história da fundamentação desta prática em projetos de desenvolvimento, bem como sobre as etnografias historiadas de cada um dos locais de implantação de projetos. O que é certo é que os reassentados que receberam seus lotes agrícolas de acordo com um cálculo destes se divergem. Alguns se acharam contemplados com lotes de tamanho adequado, e outros se achavam contemplados com tamanhos inadequados. Simultaneamente, muitos técnicos responsáveis pelo acompanhamento destes reassentados reclamam sobre a inadequação das forças-de-trabalho familiares para o duro trabalho de irrigação que esperava a população nestes lotes.

Este apanhado exploratório tem a finalidade de identificar algumas indagações relevantes para o caso em tela, realçando as suas implicações para a compreensão da relação entre práticas administrativas e práticas da população reassentada. Abre mais questões, de que as fechá.

As dezenas de milhares de agricultores reassentados pela barragem de Itaparica, no Submédio Rio Francisco, na Bahia e em Pernambuco, foram cadastradas em 1985 nas suas moradas na beira do rio - entre Petrolândia/Glória e Belém/Rodelas, para ser removidas em 1987/1988 e iniciar logo em seguida produção agrícola em agrovilas com sistemas de irrigação construídas - parte na "beira do lago", parte em municípios, distando até 150 quilômetros a montante do fim do reservatório. (ver Capítulo 1). O atraso de anos e, às vezes, décadas, para as agrovilas iniciarem a

sua produção, e a perpetuação da espera de outros grandes números de agricultores que ainda não recebiam lotes preparados para irrigação formaram juntos um quadro em que se noticiava repetidas vezes a quebra dos contratos entre as empreiteiras construtoras (OAS, Queiroz Galvão, Odebrecht), e a administradora do projeto (CHESF), deixando o calendário de implantação uma interrogação interminável.

As indagações, fruto de pesquisa de campo, e a compreensão das conseqüências do processo de negociações, são divididas em três partes: 1) A quem interessa o cálculo da força-de-trabalho familiar, e por quê? 2) Quais as desigualdades que aparecem no cálculo, e quem são os excluídos? 3) Como muda a força-de-trabalho familiar em oito a nove anos (ou mesmo mais), e quais as implicações para as estratégias de reprodução social das famílias reassentadas? Há uma diferenciaçao sistemática na perspectiva entre planejadores e administradores de um lado, e vítimas/beneficiados de outro, mesmo que haja confluência de interesses em muitos momentos. Os dois grupos se inserem diferentemente em estruturas de poder mais amplas, levando à adoção de estratégias diferentes de reprodução social dos seus agentes dentro dos próprios projetos de desenvolvimento.

Primeira Indagação:
A quem interessa o cálculo da força-de-trabalho familiar, e por quê?

Em 1985, a Chesf completou a primeira etapa da realização de cadastros detalhados para orientar as indenizações e compensações para a população a ser removida. Em dezembro de 1986, o Pólo Sindical organizou os agricultores e ocupou o canteiro de obras da barragem para forçar a assinatura de um documento formalmente amarrando os compromissos da Chesf com a população. É neste documento, o Acordo de 1986, que o Item II estabelece os cálculos de força-de-trabalho concretamente, com clareza, para ambos os lados. Sem atentar para detalhes técnicos maiores, as bases dos cálculos são:

Tabela 3.1: O Cálculo da Força de Trabalho Familiar

Pontos Necessários para Tamanho de Lotes Irrigados		*Pontos por membros de família*		
pontos	*hectares*	*Anos*	*masculino*	*Feminino*
0,0 a 3,0	3,0	7 a 14	0,20	0,15
3,0 a 4,5	4,5	15 a 64	1,00	0,60
4,5 ou +	6,0	65 +	0,50	0,30

Pontuações especiais

- Solteiros acima de 18 anos fazem parte do conjunto familiar;
- Aposentado ativo = 1,5 hectares;
- Irrigação entre 3 e 5,99 hectares = l ponto adicional (capacidade empreendedora);
- Proprietários, posseiros e arrendatários com 6 hectares ou mais automaticamente ganham lote de 6 hectares;
- Meeiros e trabalhadores rurais só ganham de acordo com a força-de-trabalho familiar.

Aplicando estes cálculos, com alguns refinamentos, chega-se a uma decisão sobre o direito dos reassentados a um lote irrigado cujo tamanho é relacionado ao potencial de trabalho familiar.

Como é muito evidente, o cálculo é um instrumento de planejamento que faz parte da determinação de inclusão e de exclusão de benefícios, determinando os limites ideais de abrangência do próprio projeto. O cadastro resulta em mensurações concretas de condições materiais e de recursos humanos das famílias atingidas pelas águas do reservatório. Como o projeto incluía a garantia de acesso à terra para quem dentre elas

quisesse, independentemente das suas condições de acesso anterior, teria que ter medidas para determinar quanta terra cada família receberia.

Indenizações individuais, mesmo se toleráveis para proprietários particulares de bens, neste planejamento seriam inconcebíveis para a atribuição de terra a agricultores "familiares." Dos pequenos proprietários, posseiros, comodatários, meeiros e diaristas que compuseram acima de 90% da população, alguns receberiam valores indenizatórios diferenciados de acordo com a perda das suas benfeitorias e posses irrecuperáveis. Todos que fossem proprietários de alguma forma, e que assim quisessem, teriam o "ganho" da terra apenas entregando a sua terra de seis hectares ou mais (se tinha) para trocar por outra de seis hectares nas agrovilas novas, ou ainda mais em alguns projetos especiais diferenciados para os mais prósperos. E todos que não tinham terra ("os meeiros e demais trabalhadores rurais sem terra"), teriam o “ganho” de terra determinado pelo cálculo dos seus recursos humanos familiares disponíveis.

Com estas medidas, foi possível homogeneizar uma grande diversidade de condições diferentes, virtualmente impraticáveis de tomar em conta para os efeitos de planejamento e administração do projeto. Foi produzida uma nova "grade" que classificava a existência dos ex-agricultores (agora indiferenciados) a partir de uma nova realidade histórica da implantação do projeto. Todos são "atingidos", todos serão "reassentados", e, outras diferenças à parte, as famílias podem ser hierarquizadas de acordo com a combinação de riqueza (medida pelos bens e capital ainda disponíveis a eles depois das indenizações e a realocação compulsória) e de tamanho da força-de-trabalho (de acordo com os seus "pontos" atingidos no cálculo).

O cálculo criou um denominador comum para negociações. Mesmo sendo compartilhado como mecanismo de medida entre administradores e representantes dos reassentados, ele nunca se tornou um ponto pacífico de acordo mútuo entre a Chesf e o Pólo, porque a própria dinâmica familiar dos agricultores em relação às estratégias de utilização de recursos se mostrou altamente flexível. Sempre se discutia o que fazer em determinadas situações familiares, contrapondo a família inerte institucional (os que

residiam debaixo do mesmo teto na hora do cadastro - data limite: dezembro de 1985) com a família trabalhadora em processo de transformação (famílias se reestruturando, casais morando nas casas dos pais, filhos trabalhando longe, residentes que só voltavam nos fins de semana ou uma vez por mês, avós que moravam com os seus filhos, etc.). Os processos familiares, tornados mais visíveis pela necessidade de determinar a quais unidades as pessoas pertenciam para efeitos do cálculo, tornaram-se elementos que testavam os limites da interpretação de inclusão ou exclusão em benefícios do projeto.

Em termos práticos, não há como negar que o estabelecimento do cálculo de uma força-de-trabalho familiar foi uma medida conveniente, de interesse mútuo, para administradores e para reassentados, como atesta o documento do *Acordo* assinado em 1986.

Segunda Indagação:
Quais as desigualdades que aparecem no cálculo, e quem são os excluídos?

As desigualdades que aparecem no cálculo reificam algumas existentes nas comunidades, carregando-as de mais força ainda. Algumas famílias com baixas "forças-de-trabalho" vão tender a permanecer numa situação economicamente desfavorecida, em vez de superá-la. Outras, com maior disponibilidade de trabalhadores familiares, são levadas a fracionar os seus grupos domésticos mais rapidamente. Em ambos os casos a explicitação e aplicação das regras de acesso à terra criadas na nova situação, no reassentamento, serão fundamentais na determinação da reprodução social destas famílias

Primeiro, vejam-se três situações de baixa força-de-trabalho.

A primeira situação é de famílias com forças-de-trabalho predominantemente femininas. Observa-se que alguns dos reassentados, chefes de família, já incorporaram a parte do cálculo da força-de-trabalho que reforça a dominação masculina aos seus discursos valorativos sobre a família. Como diz um reassentado repetidamente quando fala dos lotes recebidos - "A mulher só vale

60% do homem". De fato, a família composta por mais mulheres teria mais dificuldade em receber lotes maiores. Uma orientação informal dada pelos administradores do projeto às equipes encarregadas de acompanhar o reassentamento era que a mulher solteira vivendo só, mesmo com filhos, deveria procurar voltar a morar com os pais para integrar-se ao cálculo dele. A mesma orientação não costumava ser dada para os filhos homens que moravam só. E mesmo se a mulher (viúva ou não) conseguia se cadastrar como uma família à parte, ocorrência que é mais comum entre diaristas que entre agricultores com acesso a terra, mas que existe nas diversas condições de acesso à terra pré-reassentamento, pode-se calcular as dificuldades adicionais que ela enfrentou. Não podendo contar com o ponto do cálculo do marido, para ganhar acima dos três hectares mínimos, ela teria que ter tido três (para 4,5 hectares) ou quatro (para 6,0 hectares) filhos do sexo masculino, residentes, acima de 15 anos. Se se tratasse de filhas, esses números passariam para 5 ou 7, respectivamente. Como foram poucas casas com composições tão numerosas, pelo cálculo, as casas chefiadas por mulheres sistematicamente eram "beneficiadas" com lotes menores. Diante da situação pós-reassentamento, quando o acesso à terra é definido e regularizado com esquemas e regras explícitas de fiscalização governamental, se alguma modificação na composição do grupo doméstico favorecer a força-de-trabalho familiar (por exemplo, o acréscimo posterior de um parceiro, de um genro ou de uma nora), é extremamente difícil (re)adquirir uma base para produção que ponha estas famílias em pé de igualdade material com outras que eram chefiadas por casais na hora do reassentamento e receberam lotes maiores. A desvantagem enfrentada na hora do cadastramento se cristaliza numa exclusão mais duradoura no novo ambiente. As mesmas famílias teriam tido dificuldades semelhantes nas suas comunidades de origem, mas a flexibilidade e diversidade de padrões de acesso à terra pré-existentes poderiam deixar mais alternativas para permitir o acesso para elas.

Ainda em relação às mulheres, vale a pena chamar atenção que nem se colocou em discussão a própria noção polêmica da produção potencial feminina poder ser, de fato, calculada como exatamente 60% da produção potencial masculina! Maria José Reis

informa que no cadastro da barragem de Itá, a mulher do sul do Brasil somava 80% da produção potencial masculina. Como é que se chega a estes números diferentes?

A segunda situação de baixa força-de-trabalho familiar é a de um casal jovem cujos filhos ainda não atingiram sete (ou até quatorze) anos. Com as demandas de consumo crescentes da família, a necessidade de uma base para produção também aumenta, mas o momento do reassentamento não permite um cálculo para receber um lote maior. A integração dos filhos no trabalho no lote familiar pode ser seriamente comprometida no futuro, interrompendo a sucessão entre gerações. A situação de baixa força-de-trabalho é estruturalmente temporária e contradiz a evidência clara do crescimento prospectivo do grupo familiar. Mas com a rigidez nos critérios de acesso a mais terra pós-reassentamento, o projeto determina precárias condições de garantir a sustentação dos reassentados nestas famílias em crescimento.

A terceira situação é a do "aposentado ativo". Ao determinar que ele só terá acesso a um hectare e meio, cria-se, artificialmente ou não, uma situação que o desengaja do grupo doméstico onde participa. O fato dele estar recebendo dinheiro do governo permite a sua individualização diante do projeto. Receosos de não estar criando o que os planejadores e administradores percebem como a aberração administrativa de uma pessoa estar beneficiada plenamente duas vezes pelo mesmo governo (a aposentadoria e um lote grande), o que se permite é a redução do seu direito a terras! Como estes aposentados geralmente são pais de famílias com prole numerosa, eles frequentemente são articuladores eficientes de grandes números de trabalhadores em redes de parentesco bastante amplas. A restrição ao tamanho dos seus lotes pode representar uma retirada precoce da sua condição de articulador principal da mão-de-obra deste grupo familiar mais amplo, ou pode ser um simples reconhecimento de um processo já iniciado de diminuído uso de terra com a idade. Cada caso merece estudo para saber como se enquadra.

A outra situação que merece ser ressaltada é a de famílias em condições inversas: com uma força-de-trabalho mais ampla - tendo acima de três hectares irrigados e acima de três filhos de quinze anos ou mais. Se moravam juntos antes do reassentamento, na hora do cálculo da força de trabalho descobrem que alguns dos seus filhos são redundantes. Uma vez que a família atinge o máximo benefício permitido de seis hectares, a estratégia maximizadora de acesso à terra para o conjunto seria de promover a formação de novos grupos domésticos com composições suficientes para permitir acesso a outros lotes, se possível, do mesmo tamanho. Em famílias maiores, isto levaria ao apressamento de casamentos e a um fracionamento das grandes unidades familiares, inclusive com um potencial incremento no número de irmãos e cunhados co-residentes, mesmo que não fosse o padrão de residência pós-matrimonial predominante na comunidade de origem.

Tanto a Chesf, quanto as comunidades a serem relocalizadas, queriam mecanismos de excluir pessoas que não constituíssem, de fato, o conjunto de "atingidos" pela barragem. Os problemas apareceram em torno de questões sobre onde traçar a linha. Uma forma de exclusão usada pela Chesf pode ser designada de super-inclusão. Estabeleceram-se regras, ora sustentadas pela co-residencialidade, ora pela não oficialização de uniões, que dificultariam o fracionamento de unidades maiores, levando as famílias a ter que incluir os seus jovens adolescentes e adultos, mesmo se redundantes, no seu cálculo, e, consequentemente, só ter acesso a um lote. Outra forma de exclusão foi a negação da inclusão de familiares temporariamente ausentes do cálculo (mesmo que no cadastro tenha havido um item sobre estes membros da família). Diante das limitadas ofertas de emprego e diante da sazonalidade na agricultura, a migração para lugares distantes para trabalhar e assim ajudar a família de origem com remessas é uma prática extremamente comum em comunidades camponesas mundialmente. Uma modificação nas condições de emprego no lugar de origem, historicamente chama uma parte destes migrantes, ainda integrados na cooperação econômica familiar, de volta para cuidar das suas terras de origem. Nada mais natural que os familiares ausentes dos grupos

domésticos a serem reassentados reagir à possibilidade de garantir maiores recursos para si mesmos e voltarem para se incluírem nos cálculos como "beneficiados". Chamados de "aproveitadores" pelos responsáveis pela administração do projeto, estes familiares, frequentemente respondendo a chamadas feitas pelos seus pais/esposas/irmãos, dificilmente encontravam uma boa acolhida pelos planejadores/administradores para os seus pleitos de inclusão. Outros cujas residências estavam fora da área a ser inundada, mas que trabalhavam em terras nas ilhas ou nas beiras do rio (os parcialmente atingidos) também tiveram que enfrentar negociações complexas para poderem ser incluídos plenamente entre os que tinham direito a lotes.

Para resumir, no jogo de negociações sobre inclusão e exclusão no cálculo da força-de-trabalho familiar, estabeleceu-se um acordo entre a Chesf e o Pólo (ou seja, os reassentados) em torno da necessidade de realizar o cálculo, e uma polarização entre a Chesf, que partia do princípio de que o próprio cadastro refletia uma realidade que deveria ser interpretada e seguida bastante estreitamente, e o Pólo, que reconhecia algumas injustiças no corte transversal e chamava atenção para a necessidade de ajustar os cálculos de acordo com a flexibilidade real dos grupos domésticos dos agricultores. Havia espaço para barganha, e muitas vezes soluções adequadas foram encontradas. Mesmo assim, não raramente, aos técnicos cabia comentar que "esse senhor não é agricultor, é comerciante", ou "eles dizem que são agricultores, mas fazem outras coisas", ou "ele não morava aqui, mas quando soube do projeto, veio correndo para ser incluído", ou "ela só casou agora para ganhar um lote", ou "construíram um barraco muito precário agora só para ter direito a outra casa na agrovila". Todas estas coisas aconteciam - mas as interpretações dos técnicos costumavam sugerir subterfúgios dos planos tão cuidadosamente elaborados. Havia quem sugerisse, até repetidamente, que os "furos" aos planos iniciais poderiam ainda chegar a prejudicar o próprio sucesso do reassentamento. Famílias se comportando como famílias viraram adversárias do "bom andamento" do reassentamento planejado como sensível ao novo modelo mundial.

É importante salientar novamente que as desigualdades discutidas aqui são desigualdades familiares que existem em qualquer comunidade rural (ou mesmo urbana)! O processo de ajustamento entre as composições familiares e o acesso aos meios de produção familiar ocorre de acordo com a formação das estruturas de poder discerníveis nas histórias particulares de cada localidade, e para entender como estes ajustamentos se distribuíam em torno deste trecho do rio São Francisco antes do reservatório teria que haver estudos aprofundados detalhados que muito fariam para esclarecer a dinâmica das comunidades nesta área. Mulheres, famílias jovens em expansão, aposentados, e famílias muito numerosas, todos ocupariam espaços diferenciados, apresentando desigualdades parcialmente baseadas em composições familiares.

Com base em observações informais que precisariam de mais investigação para serem comprovadas definitivamente, há alguma indicação de que muitos locais estavam já num processo de saturação das opções locais disponíveis para a prática de agricultura irrigada – havendo um controle de terra nas mãos de pais de família sem condições de garantir acesso à terra para os seus filhos em idade de se establecerem separadamente. Muitas soluções criativas foram encontradas para manter filhos na comunidade, e outros filhos viajavam para mais longe, às vezes com a intenção de voltar. No caso do reassentamento, o cálculo da força-de-trabalho familiar reifica, ou melhor, congela, um ponto no processo de desenvolvimento doméstico, e introduz um novo elemento extremamente poderoso na determinação do acesso local aos meios de produção - uma burocracia governamental encarregada de levar a cabo um projeto elaborado para satisfazer normas técnicas concretas. Muitas famílias ganharam acesso à terra que antes não tinham, e muitos "donos da terra" (especialmente os conhecidos como "fazendeiros") foram indenizados e deixaram de sujeitar estes agricultores familiares a condições impostas por eles. Mas agora a vigilância sobre a observância das normas técnicas do projeto faz com que as regras de sociabilidade comunitária se modifiquem: há uma formalização explícita de regras sobre a distribuição da terra, e quem estava em desvantagem, assim fica. As soluções criativas têm menos espaço

para se realizarem. Basta reconhecer que, para que um filho de reassentado que acaba de casar possa ter direito a uma casa na agrovila, ele tem que cumprir com dois dispositivos estabelecidos pela burocracia do planejamento que dificulmente seriam impostos isoladamente pelas famílias: não pode construir a casa no quintal dos seus pais (enfeia o traçado arquitetônico e incomoda sobremaneira os administradores), e para construir uma casa "nas pontas" da agrovila tem que passar pela aprovação formal de todos os moradores (uma concessão burocrática à idéia de solidariedade comunitária que contibui para formalizar arestas entre residentes e evitar o superpovoamento do espaço com demandantes de novos serviços e concessões).

Terceira Indagação:
Como muda a força-de-trabalho familiar em oito a nove anos, e quais as implicações para as estratégias de reprodução social das famílias reassentadas?

As famílias foram cadastradas em 1985. Observadas e contadas em alguns locais, em 1994, a maioria ainda não pôde plantar nos seus lotes porque o projeto ainda não conseguiu preparar as áreas. São quase nove anos sem terra suficiente para ocupar a família. As modificações nas famílias neste período não se restringiram àquelas resultantes do andamento normal do processo de desenvolvimento de ciclos domésticos. Também sofreram muitas influências da excepcionalidade da sua situação, da busca de alternativas dentro de um espaço administrado que elas chegaram a ocupar, determinado de acordo com "o cálculo na época do cadastro". Homogeneizadas como reassentadas, têm que enfrentar o fato de que o projeto anda mais lento que as famílias, e que cada passo que deram e que dão é sujeito a reinterpretações pelos administradores que almejam "concluir" o projeto, ainda com um grau razoável de êxito, segundo as suas expectativas. O prolongamento deste período de transição agrava os problemas da reprodução social dos grupos de agricultores, e esboça-se um discurso institucional que sugere que são as qualidades e práticas das famílias reassentadas, e não as qualidades e práticas do projeto em si, que ameaçam o sucesso.

Os técnicos agrícolas de campo, encarregados de acompanhar e treinar as famílias durante cinco anos após o início do plantio, alertam para um problema que estão enfrentando: muitas das famílias "só têm velhos", e os técnicos desconfiam que não vão ter condições de trabalhar no lote irrigado com mão-de-obra familiar. Alguns deles também dizem que muitas das famílias estão arraigadas nas suas antigas tradições de plantio, e que, pela idade, vai ser difícil modificá-las. Deixando de lado a questão da "resistência cultural" à mudança por enquanto, vários fatores entram na formação deste problema da idade dos agricultores: 1) a própria constituição demográfica das famílias nas comunidades pré-reassentamento (comentada na segunda indagação acima); 2) as estratégias de atividades econômicas adotadas para superar as limitadas opções na agricultura familiar, e 3) o próprio envelhecimento da população beneficiada. Os últimos dois fatores, interligados, são fortemente agravados com a demora na entrega dos lotes.

Vejam-se dois exemplos.

O primeiro exemplo é de um casal estabelecido com 50 anos e cinco filhos adultos (de 15 a 25 anos) residindo em casa na época do cadastramento. A família recebeu um lote irrigado projetado para estar em funcionamento com um tamanho de 6 hectares (independente do sexo dos filhos), mas ainda não efetivado por condições do solo. Nove anos mais tarde o casal tem 59 anos e os filhos entre 24 e 34. Na falta de atividades econômicas na comunidade, estes filhos se dispersaram e formaram os seus próprios grupos domésticos, boa parte residindo na sede do município, deixando menos gente em casa. Quando (ou se) o lote for entregue à família, pronto para produção, a mão-de-obra familiar disponível será aquém das exigências do lote. Seria, então, um casal de velhos com poucas possibilidades de trabalhar no lote irrigado, a menos que conseguisse mobilizar a volta dos filhos casados à sua residência. Evidentemente, a situação se agrava quando se trata de um casal ainda mais velho na hora do cadastramento.

O segundo exemplo é de um casal mais jovem, com 40 anos e quatro filhos jovens (de 07 a 14 anos) na época do cadastramento, recebeu um lote de 3,0 hectares (independente do sexo dos filhos).

Nove anos mais tarde o casal completa 49 anos e os filhos têm entre 15 e 23. Com quatro filhos em idade de trabalhar e o lote, além de pequeno (se o cálculo fosse sobre a família atual, em 1994, seria de 4,5 ou de 6,0 hectares, dependendo do sexo dos filhos), ainda não entregue, é evidente que a família lançaria mão a estratégias alternativas de captação de renda para todos, possivelmente deixando menos gente em casa.

Estes dois exemplos são caricaturais. As realidades das formações das famílias são muito mais complexas e envolvem o acréscimo de outras gerações e de parentes afins. Mas com estes exemplos algumas dificuldades no ajustamento entre mão-de-obra e terra disponível ocasionadas pelo processo de desenvolvimento do ciclo doméstico na situação de um "congelamento" formal de acesso à terra (as regras institucionais insistem que nesta fase de implantação não se pode alienar a terra recebida no projeto de reassentamento) ficam ilustradas claramente. São as famílias que têm que se ajustar, pois o plano continua seguindo os mesmos moldes.

A expectativa sobre as novas demandas de trabalho, quando os lotes estão irrigados, tem gerado apreensão diferenciada por parte dos administradores e por parte das famílias reassentadas.

A voz dos administradores e técnicos não é uníssona. Reconhecem o problema do "ócio" que criou outro problema de "agricultores desacostumados com o trabalho na terra". Para alguns, isto evidencia o erro da concessão da "verba de manutenção temporária (VMT)" planejada para ser paga mensalmente aos reassentados até a primeira colheita, "viciando" os agricultores à ajuda do Estado. Mas a criação do "vício" está na morosidade da realização das promessas do planejamento. Outros acham que a VMT serviu para manter os agricultores no lugar (sem dúvida ajudou, por todas as evidências) e que o "ócio" é uma fase passageira de uma população que continua tendo uma forte vontade de produzir. Após amplas negociações, a VMT foi extinta em 2003, restando problemas de produção que não reportassem a este mecanismo fundamental para contrabalançar os efeitos nocivos da morosidade, sempre invocados no discurso dos administradores e planejadores cuja régua avaliadora de sucesso é

o custo rlativo do projeto, repetindo em tom da condenação, que "Itaparica é o projeto de barragem mais caro do mundo" e sugerindo que uma das razões disso é o custo da VMT.

Os reassentados também reconhecem o problema do ócio. Entendem que o abandono das suas casas à procura de fontes adicionais de renda poderia resultar na perda da elegibilidade para a VMT. Têm que continuar residindo na agrovila, mesmo quando outras alternativas de uso local de recursos se tornam inviáveis - como o plantio de chuva nas terras de sequeiro impróprias ou sujeitas à seca, e o criatório, limitado a dez caprinos e dois bovinos no máximo na hora da mudança, e dizimado por inadaptação e roubo subsequente. As estratégias de reprodução social destas famílias foram sistematicamente enfraquecidas ao lado da agricultura familiar autônoma, e reforçadas ao lado de outras atividades mais diversas. Enquanto os pais de família reassentados com direito à VMT ficam em casa mas não encontram lugar para trabalhar nas próprias terras, os outros membros da família se dedicam a muitas outras atividades, algumas das quais mal contribuem para reproduzir agricultores. Durante todo o período de espera, os pais não têm onde repassar os seus conhecimentos diretamente aos filhos, e o próprio lote recebido posteriormente exige conhecimentos que não fazem parte do patrimônio de conhecimentos paternos, sendo mais do domínio de técnicos em agronomia especializados. As atividades dos familiares variam de acordo com a distância e o acesso às cidades e fazendas, nos limites dos projetos de reassentamento.

Observação e conversa em agrovilas mostra que é uma má representação caracterizar estas famílias como ociosas. Estão mantendo o delicado equilíbrio entre a garantia dos seus direitos aos lotes irrigados, e a ocupação dos familiares. Entre os que se mantêm na agricultura (além das atividades próprias limitadas de plantio no quintal, de chuva nos lotes e de criatório) há, pelo menos, as seguintes atividades: 1) casar com alguém de fora do reassentamento e plantar em terra de cônjuge (isto inclui terra indígena dos Pankararús); 2) trabalhar alugado ou de meação para os reassentados nos lugares cujos cronogramas estão mais adiantados; 3) voltar para a beira do rio fora da área do reservatório e trabalhar em fazendas irrigadas ou em terras

invadidas e plantadas; 4) alugar terras pertencentes às populações anfitriãs nas periferias das áreas de reassentamento; e 5) se deslocar para os perímetros irrigados de Petrolina para trabalhar como assalariado ou diarista.

Fora da agricultura, as atividades dos familiares dos reassentados se amontoam: 1) trabalhar na construção civil (na área de projetos e nas cidades); 2) trabalhar em transportes de passageiros e de produtos; 3) abrir um comércio na agrovila ou na cidade; 4) trabalhar em obras civis promovidas por autoridades governamentais; 5) trabalhar em serviços domésticos; 6) procurar empregos diversos através de migrações - Recife, Salvador, Aracajú, Maceió, São Paulo, Rio, etc.; 7) estudar (alguns para técnico agrícola) e 8) participar em atividades ilícitas (roubo, contrabando, tráfico de maconha, etc.). A realização destas atividades todas não prepara os filhos para o trabalho na agricultura, e algumas levam a confrontos diretos entre gerações sobre noções de moralidade. Os técnicos, rápidos a reconhecer e criticar quando uma atividade não se relaciona com a agricultura, estão constantemente chamando atenção ao despreparo das gerações mais novas para o trabalho na agricultura. A reprodução social do agricultor familiar está tão ameaçada pelas suas atividades na procura de fontes de renda para familiares, quanto pelo ócio imposto pelas condições de acesso à terra por um projeto que não cumpriu com o que prometeu.

Visto pela perspectiva dos técnicos, o despreparo dos agricultores para o trabalho irrigado não é somente fruto das modificações ocorridas às famílias ao longo do período de adiamentos sucessivos na implantação do projeto. Também reporta a diferentes concepções de modelos de desenvolvimento e prosperidade rural. O modelo dos técnicos visa mais à "empresa familiar" organizada em moldes de produção económica racional de acordo com as regras do mercado. O modelo dos reassentados visa à "agricultura familiar" organizada em moldes de produção camponesa dirigida à satisfação das demandas do grupo doméstico acoplada a comércio nesta região altamente inserida em redes comerciais de escoamento de produção. Esta diferença de perspectivas fica muito evidente quando os técnicos da Codevasf e das empresas contratadas por ela, mais atuantes em Petrolina e

Juazeiro e nos grandes perímetros irrigados capitalizados, insistem que os reassentados são diferentes dos "colonos" dos perímetros irrigados da sua área de atuação costumeira. Segundo eles, os reassentados não foram selecionados de acordo com os critérios de potencial para produção e administração, usados para selecionar colonos. Portanto, na perspectiva dos técnicos, estas famílias não têm o "preparo" adequado para o modelo de "empresas familiares", usuárias frequentes de assalariados e diaristas que moram nas favelas das áreas urbanas e nas redondezas dos perímetros irrigados.

Algumas agrovilas já estão com os seus lotes irrigados implantados e mostram a força da lógica da produção familiar, e como se diferencia da lógica dos implantadores do projeto. Alguns dos filhos dos casais idosos que estavam "sem força-de-trabalho familiar" deixaram as suas outras atividades quando o lote dos pais entrou em operação, voltando a se dedicarem à agricultura, demonstrando que não eram "só velhos" nesses lugares. Os técnicos queriam começar com uma área de meio hectare para "treinamento", e após a "experimentação e treinamento" pretendiam liberar o resto para produção. Só que as famílias insistiram em usar toda a área disponível, já que não faltava gente para trabalhar e eles não se enxergavam como um campo de experimentação. O uso e subdivisão informais entre as famílias prevaleceram sobre a lógica de treinamento isolado para produção eficientemente organizada para responder às demandas do mercado. Para os técnicos, isto é mais uma prova do despreparo destas famílias para a produção. A esperança dos técnicos é que as diferenças nos rendimentos nas áreas usadas para o treinamento e nas outras áreas em produção pelas famílias sem orientação técnica convençam os reassentados a adotar as práticas sugeridas por eles. Os técnicos ainda sugerem que a precipitação na adoção do trabalho familiar nos lotes irrigados pode ser um fator que contribua ao desgaste mais rápido do solo. Para as famílias, do outro lado, o mais difícil de entender foi como, após muitos anos de espera, poderiam iniciar a sua produção numa área insuficiente para sustentar a família, quando a área estava com toda sua rede de equipamento de irrigação instalada.

Não é a intenção aqui fazer nem um prognóstico nem uma avaliação sobre os resultados de um projeto de reassentamento de dimensões tão grandes em que os sucessivos adiamentos levaram a divergências que permitem a coexistência de situações onde alguns reassentados já estão plantando, e outros nem sabem quando, ou mesmo aonde, vão poder plantar, e outros já perderam qualquer expectativa a não ser com o apoio de alguma terceira organização ou entidade. Há, sempre, uma articulação entre os componentes de reforma agrária, de desenvolvimento agrícola e de agricultura familiar que contribua para a grande diversidade de situações observáveis entre as dezenas de milhares de famílias espalhadas nas centenas de quilômetros de projetos ao longo do Rio São Francisco. Sempre há quem queira apressar o processo de emancipação dos projetos, permitindo a alienação de terras, e há notícias de famílias que estão juntando dinheiro para adquirir os lotes de reassentados que desistem quando chega a hora de produzir, e outros que já compraram. Talvez são elas, com as suas pequenas e médias capitalizações, que terão condições de formar as "empresas familiares" privilegiadas pelo modelo de desenvolvimento vigente.

O que pode ser afirmado é que o adiamento da implantação do projeto ocorre fora da alçada dos próprios reassentados, no contexto de negociações nacionais e internacionais sobre prioridades políticas e orçamentárias. E o adiamento contribui decisivamente para agravar as dificuldades de reprodução social dos agricultores reassentados, facilmente identificáveis ao tentar rastrear as transformações ocorridas durante o desenvolvimento do ciclo doméstico. Além da reificação das desigualdades entre famílias que ocorreu na hora da aplicação do cálculo da força-de-trabalho, as transformações nas famílias reassentadas na quase década subsequente fez com que a insensibilidade do plano aos processos de grupos domésticos se tornasse mais evidente. Para as famílias, o tempo corre sempre; para o projeto, o tempo oscila entre períodos de movimento intenso e outros quase parados. As famílias vão perdurar na área; um dia o projeto será completado (imagina-se!) e os seus administradores passarão a outros projetos. Estas diferenças são reinterpretadas num discurso institucional, que agora aparece em

diversos fragmentos pelo projeto, e que se vai burilando como uma desculpa, mal fundamentada, para os problemas enfrentados. É um discurso que culpa as famílias reassentadas pelo insucesso de um projeto que foi imposto a elas por razões alheias às suas vontades e que sofreu adiamentos fora do seu controle, o que se designa como descaso planejado. De acordo com este discurso, que inverte a ordem das coisas, é possível também que elas sejam a razão de não saírem "beneficiadas" do projeto. Foram famílias "despreparadas, sem gente para trabalhar, viciadas pela ociosidade e pela ajuda governamental, compostas de velhos, aproveitadores, que tentavam burlar as regras do reassentamento, incluindo membros da família que moravam longe". No fim, contraditoriamente, as famílias podem fracassar porque agem como famílias mesmo, e não como o projeto planejava que as famílias agissem.

Capítulo 5
À procura de beneficiados num contexto de violência administrada: os primeiros anos[13]

A barragem de Itaparica deu início a um dos maiores programas de mudança administrada de condições ambientais atuais no Brasil, resultando na reestruturação do cotidiano de milhares de famílias e na transformação ampla das condições de plantio e de gestão de recursos ambientais. Dentro da ótica ascendente de programas de desenvolvimento, financiados pelo Banco Mundial nas décadas de 1980 e 1990, as dezenas de milhares de famílias atingidas direta e indiretamente não poderiam ser tratadas mais como "vítimas" dos programas. Nesta política, seriam "beneficiadas" para as quais se promoveriam programas especiais que fazem muito mais que apenas compensar as perdas sofridas com a inundação das suas residências, propriedades e terras de trabalho.

De acordo com esta filosofia, os planejadores e administradores da Chesf, responsável pelas obras, projetaram a implantação de aproximadamente 21.000 hectares de terra irrigada, nova, em projetos, em diversos pontos ao longo do Rio São Francisco, insistindo que a área irrigada, instalada no Vale do São Francisco nas últimas cinco décadas, mola mestra do impulso de desenvolvimento econômico e crescimento, seria dobrada num período mais de cinco vezes mais curto como consequência deste projeto. De 1988 a 1994,[14] a população rural reassentada, suposta beneficiada, sobretudo de grandes projetos de agrovilas, ficou

---

[13] Este trabalho teve uma versão preliminar apresentada na XIX^a^ Reunião da Associação Brasileira de Antropologia, de 27 a 30 de março de 1994, com o título "Os efeitos de seis anos sem irrigação no reassentamento de Itaparica", na mesa redonda *População, Ambiente e Desenvolvimento,* coordenada pelo autor deste trabalho e por Carlos Alberto Caroso. Foi modificada e publicada como "Os beneficiados de um programa de desenvolvimento em Itaparica e a violência administrada" *Política Hoje: Revista Semestral do Mestrado em Ciência Política da UFPE, V. 3, No. 1,* Recife, p. 127-150.

[14] Esta data é mantida no texto, e se refere ao período em que a primeira versão deste trabalho foi escrita, ajudando a compreender as idéias apresentadas nele. De fato, a VMT continuou generalizada até 2003, havendo variações de projeto para projeto e continuidade eventual mesmo posterior a esta data.

recebendo 2,5 salários de referência, a título de Verba de Manutenção Temporária (VMT), enquanto aguardava a designação, preparação e entrega dos seus lotes irrigados. Os seis anos de espera podem ser caracterizados como um período de *violência administrada,* um período em que a desorganização e a morosidade reinam, e um período em que o conjunto de práticas que influencia a vida dos reassentados revela sérias limitações à aplicabilidade imediata do termo "beneficiados" para descrever a sua vivência naqueles programas de desenvolvimento. A idéia é uma predecessora à idéia de *descaso planejado.*

Outros se beneficiaram primeiro. Mesmo assim, como diz o ditado popular: "a esperança é a última que morre". Ao se estender para os quinze anos posteriores a 1994, mesmo com melhoras para muitos reassentados, ainda havia muitos que esperavam ser beneficiados. Em 1994, após seis anos em vez de que os seis meses inicialmente projetados, já despontava a probabilidade de boa parte destes projetos iniciarem o plantio irrigado, embora o panorama da área total dos projetos revele a concomitância de agrovilas em condições extremamente diferentes - desde as que já estavam produzindo até as que ainda não tinham implantado nada de irrigação e nem tinham previsão de quando isto seria feito. Todos os anos se anuncia a iminência da idealização da fase final das obras, mas os frequentes adiamentos asseguram a manutenção de uma atitude de desconfiança por parte dos reassentados, bem como do Pólo Sindical que os representa. Às vezes, parece que em alguns lugares, os anúncios seguidos pelo seu descumprimento apenas resultam em mais uma comprovação do não cumprimento de promessas pelas autoridades responsáveis, estendendo ainda mais o período de *violência administrada.*

As promessas de um futuro melhor são o pano de fundo otimista-desenvolvimentista, em que ocorre um processo subjacente que se pode identificar com regularidade no decurso do projeto. Este processo de *violência administrada*, configura-se num uso particular do poder de organizações burocráticas, encarregadas de executar programas de desenvolvimento, de criar expectativas para as populações atingidas para, logo em seguida, na execução do programa, frustrá-las. No difícil trabalho de prever

os diversos fatores que vão entrar em jogo durante a execução do programa, é quase inevitável que ocorram "imprevistos" com consequências nefastas para os potenciais beneficiados de tais programas. Para os beneficiados, a **violência** nestes casos é, no mínimo, dupla: primeiro, a violência da inclusão forçada no programa modificando, muitas vezes abruptamente, as suas relações sociais e as suas relações com o meio ambiente; e segundo, a violência decorrente da sujeição às novas regras do jogo, implícitas na própria estrutura organizacional do programa. A **administração** da violência tem pelo menos duas faces: primeiro, por fazer parte de uma estrutura burocrática, é uma administração despersonalizada e aparenta envolver participação de representantes dos grupos atingidos, sugerindo maior poder decisório para eles do que, de fato, eles têm; e, segundo, desencadeia outros processos de violência em função dos reajustes da população ao novo ambiente em criação, lançando novos desafios para a execução do programa com sucesso. A violência administrada é um fenômeno generalizado a muitos programas de desenvolvimento. Mas é no reassentamento de populações, um processo que, mundialmente atingiu em torno de 80 milhões de pessoas só no período entre 1980 e 1990 segundo cifras do Banco Mundial (WORLD BANK, 1994),[15] que ocorre com mais evidência.

Após a implantação e administração de um "novo ambiente" no Vale do São Francisco, numa faixa de centenas de quilômetros de Curaçá/Santa Maria da Boa Vista até Glória/Petrolândia, perdura um clima de indefinição e de incompletude, fruto da complexidade de fatores em jogo na adaptação ao novo ambiente e nas perspectivas cada vez mais remotas de acontecer qualquer medida que soluciona as muitas pendências percebidas no alcance de metas acordadas.

A mudança de ambiente, primeiro tomou as feições de uma perda, pois as populações reassentadas já praticavam uma agricultura irrigada com uma longa história nas terras ribeirinhas

[15] Agradeço a Theodore Downing por ter me informado sobre esta publicação, e Michael Cernea por tê-la enviado. É uma apresentação importante e extremamente informativa sobre reassentamento, que mostra claramente as enormes dificuldades enfrentadas no caminho de fazer com que "a violência administrada" se transforme, de fato, em um benefício.

que foram inundadas pelo reservatório (FUNDAJ/CHESF, 1988). Grande parte das atividades nas cidades girava em torno desta produção agrícola. Não perderam somente as moradas. Os agricultores perderam a terra que plantavam, os habitantes das cidades perderam fornecedores e fregueses. Todos tiveram que reconstituir as suas bases. A situação nas cidades, reconstruídas relativamente próximas às anteriores (Nova Petrolândia, Nova Itacaruba, e Nova Rodelas) é complicada e diversa, e merece atenção à parte. Uma vez reconstruída a infraestrutura física urbana, a Chesf procurou dar por terminada a sua intervenção (salvo alguns reajustes reinvindicados). O próprio processo de reassentamento levou (e continua levando) a realinhamentos políticos, financeiros e comerciais, bem descritos também em Araújo et. al. (2000). Inclusive, é importante lembrar que a reestrururação da vida nas cidades também atinge as áreas receptoras dos novos projetos agrícolas, uma realidade captada e pesquisada comparativamente em dois municípios (Orocó e Santa Maria da Boa Vista) (ARAÚJO et al., 1992).

A ênfase neste capítulo é sobre os novos ambientes na maneira que se apresentam aos reassentados rurais e aos agentes envolvidos no estabelecimento nestes ambientes. Afinal de contas, o lema "mudança para melhor", usado amplamente para estimular a aceitação do traslado, foi dirigido sobretudo aos agricultores e trabalhadores rurais, percebidos simultaneamente como os atingidos e os benficiados do reassentamento (SCOTT, 1991).

Como ressaltado anteriormente, as circunstâncias iniciais para a realização do reassentamento de Itaparica, em condições comparativamente mais favoráveis aos próprios reassentados, foram notavelmente melhores que nos casos de barragens que a precederam, especialmente a barragem de Sobradinho. Primeiro, internacionalmente, o Banco Mundial, financiador do projeto, estava com a sua sensibilidade aos impactos sociais incrementada, após as críticas a Sobradinho e outros grandes projetos internacionais, criando espaço, dentro das políticas formais do Banco, para exigências maiores em benefício das populações localizadas em áreas de implantação de “grandes projetos de desenvolvimento” (CERNEA, 1990). Itaparica se tornou uma espécie de vitrine potencial de "redenção" da política social do

Banco, e esta disposição se traduziu num acordo em que o Banco assumiria 100% do custo do reassentamento, sujeito à contrapartida de liberação de outros recursos pelo governo brasileiro para outras partes do empreendimento e também como parte do tratamento "setorializado" de empréstimos. Segundo, nacionalmente, o processo de redemocratização criou um ambiente altamente favorável para a participação de representantes sindicais no processo de determinação das condições do reassentamento. Mesmo que esta participação tenha exigido grandes esforços dos sindicatos rurais em articular a formação do Pólo Sindical (reunindo sindicatos de municípios em torno da área do reservatório) e em grandes mobilizações para forçar a elaboração de compromissos escritos, é quase inimaginável que tais tipos de ação pudessem ser realizadas antes do desencadeamento do processo de redemocratização. Terceiro, e intimamente relacionado ao segundo, é que a organização e o próprio nível de informação da população foi muito superior à anterior, e, consequentemente, prevenia-se contra os prejuízos observados e descritos por reassentados anteriores e por outros assessores diversos interessados na defesa da população. O Pólo Sindical coordenava eficientemente boa parte destas ações.

Os projetos desafiam qualquer categorização dentro das quatro fases de reassentamento propostas por Scudder e Colson (1982, ver também, SCOTT, 1993). O que iria ser um benefício quase imediatamente evidente ao se realizar as primeiras colheitas na próxima "estação" agrícola, numa área onde se poderia esperar mais que uma safra por ano, tornou-se uma extensão do período mais crucial e excruciante do processo de violência administrada. Em vez de colher os frutos das condições iniciais favoráveis com a demonstração de resultados obtidos, o conjunto se apresenta numa cada vez mais permanente indefinição onde, para quase todos, o novo ambiente sempre está em reconstrução e *à mercê* de caprichos da cronologia particular seguido pelos administradores dos projetos.

As contrapartidas nacionais de recursos não foram liberadas. Muitos anos tornaram o período pós-reassentamento um período de espera e de atividades diferentes daquelas propostas originalmente, com todos os reassentados numa

dependência acentuada dos percalços misteriosos de um governo ineficiente e aparentemente desinteressado nos destinos da população desalojada. As obras oficiais pararam publicamente, as instituições administradoras tendo que se rearranjar, redefinindo prioridades, fazendo involuções, providenciando capacitacão técnica, ou mesmo evitando assumir compromissos em alguns casos. A avaliação social parou, e os órgãos dos governos federal, estaduais e locais, fraca e temerosamente, tentaram acertar um discurso negociando as diversas responsabilidades. Uma vez que as agrovilas foram construídas e a população trasladada, apareceu o conjunto, designado popularmente de "os consórcios", reunindo entidades técnicas que assumem parte (ninguém assume toda!) da responsabilidade para o bom andamento dos projetos nos dois extremos geográficos do projeto. O movimento sindical e as ONGs, com dificuldade, conseguiram manter o reassentamento à vista do público durante um tempo, através de eventos como o seminário "Itaparica: três anos depois", na Universidade Católica de Pernambuco (1990 - apoio Comissão Pastoral da Terra - CPT), a Oficina do São Francisco na reunião da Sociedade Nordestina de Ecologia (1991), participação no Movimento dos Atingidos por Barragens (VAINER; ARAÚJO, 1992), protestos e manifestações esporádicas quando possível (como por exemplo, um protesto no pé da barragem em 1991, e na Câmara de Vereadores do Recife, em 14 de março de 1994), a criação de documentos como "Depois que a água nos 'tangeu'", do Pólo Sindical, em 1991. Com tempo, tais esforços não pararam, mas se escassaram e atingiram audiências menores.

Representantes do Pólo Sindical ainda tomaram a iniciativa de fazer uma visita à sede administrativa do Banco Mundial em Washington, e em 1992 e 1993, uma das amarras do contrato de finaciamento internacional com o Banco Mundial foi desamarrada politicamente, quando o Banco resolveu liberar os recursos para dar andamento ao processo de reassentamento. Mas quando chegam recursos, o seu percurso das camadas que comandam a distribuição nacional para a aplicação no projeto específico gera um ceticismo, quanto à possibilidade de empreiteiras, construtoras, políticos e oficiais governamentais administrarem adequadamente o dinheiro público. A capacitação que o Pólo

Sindical possui sobre o processo de reivindicação sempre precisa se complementar, agora com informação política e técnica sobre como formar organizações capazes tanto de administrar projetos e lotes irrigados eficientes, quanto de identificar gargalos político-burocráticos para agilisar o andamento de decisões.

Durante este período todo, as mais interessadas, as famílias de agricultores e trabalhadores rurais, tentavam se adaptar à situação nas agrovilas ainda incompletas, chamadas de transitórias mas com aparência de permanente, convivendo e construindo alianças e armando estratégias de vida nos novos ambientes.

Tanto na introdução e primeiro capítulo deste livro, quanto em outro lugar (SCOTT, 1993), argumentou-se que a própria descrição de fases de Scudder e Colson - planejamento, transição, desenvolvimento potencial e liberação - trata o prolongamento da fase de transição como algo muito corriqueiro nos processos de reassentamento. Este prolongamento, sistemática ou assistematicamente, fornece espaços particularmente privilegiados, onde os agentes das estruturas de poder amplas (além da área de reassentamento) e restritas (dentro do raio de ação do próprio projeto) vão formando as suas estratégias de ação, na área sujeita à mudança forçada. Portanto, as relações estabelecidas durante o período de transição não podem ser dispensadas como espúrias e relativamente inconsequentes, e sim, podem ser observadas como passos importantes no fluxo de formação de estruturas de poder nos novos ambientes. Desta maneira, o que ocorre durante interrupções, mais ou menos longas, no processo, serve para identificar os elementos em jogo e a forma como os agentes se organizam em torno deles. O importante é identificar alguns dos elementos que têm se destacado na formação e compreensão do uso dos novos ambientes como parte de estruturas de poder em constante reordenação.

A base de dados para este trabalho é muito fragmentada, porque representa uma série de retomadas de uma pesquisa que ora é suspensa, ora se retoma, mudando de ênfase. Neste sentido, este próprio capítulo demonstra os efeitos nocivos do prolongamento do processo de reassentamento - uma violência por dificultar a documentação das reais adversidades enfrentadas

pela população. A avaliação do reassentamento, contratado à Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), no calor da remoção, teve que suspender os seus trabalhos no fim de 1988, quando o comprometimento do programa da Chesf, apartando-se dos seus cronogramas anunciados, começou a despontar. Empreiteiros ficaram sem receber e protestaram contra a impossibilidade de trabalhar sem recursos; próximas etapas do reassentamento foram adiadas gerando frequentes reclamações do Pólo Sindical sobre o descumprimento de promessas da Chesf; atenções institucionais e publicidade foram cada vez mais dirigidas para as façanhas da engenharia que a construção da barragem de Xingô representava. Imprudentemente, nesta hora de grande desgaste para os reassentados, diante da falta de recursos da Chesf, a avaliação dos impactos sociais também encerrou os seus dezoito meses de trabalho. Acenando com a probabilidade da renovação do trabalho, a Chesf manteve os pesquisadores na expectativa de uma volta. Somente mais de cinco anos depois, em 1994, firmaram novo contrato de avaliação com a FUNDAJ, com novas diretrizes.

Os membros da equipe de pesquisa, da FUNDAJ e da UFPE, em vez de abandonarem o seu interesse, aproveitaram este período para realizar pesquisas independentes sobre o processo, incluindo pesquisas sobre um pequeno projeto de irrigação antecipado (Manga de Baixo, por Rosa Amorim); sobre relações de poder em dois municípios anfitriões de projetos especiais (Brígida e Caraíbas, por Maria Lia C. de Araújo, Ana Elizabeth Lima e Magda Galindo); sobre administração de programas de irrigação (Maria Auxiliadora F. de Sá); sobre a organização de algumas comunidades reassentadas (José Carvalho) e sobre a comparação internacional de reassentamentos (Parry Scott). A estes estudos se somam outros, ainda dispersos, feitos por (ex)técnicos e por integrantes de Organizações Não-Governamentais e sindicais, que representam um acervo, ainda a ser conhecido sistematicamente, contendo informações sobre o processo.

Separadamente, a FUNDAJ e a UFPE, voltaram a realizar pesquisa e um dos problemas é como aproveitar as informações que foram geradas durante o intervalo descrito. Um documento valioso foi criado com a transcrição da discussão ocorrida numa

mesa redonda sobre a situação do reassentamento de Itaparica durante a reunião nordestina da Associação Projeto Integrado de Pesquisa Social em Agricultura (APIPSA), em julho de 1993. Assim, os comentários que seguem se inspiram nos problemas levantados durante esta discussão, complementados com outras informações eventuais de reportagens jornalísticas e de outras fontes (muitas já citadas). Presentes na mesa, estavam o diretor da Gerência do Empreendimento de Itaparica (GEI-CHESF), um técnico da Diretoria do Meio Ambiente (DMA-CHESF), o representante da Secretaria de Projetos Especiais do Governo de Pernambuco, um diriginte do Pólo Sindical, o prefeito do município de Santa Maria da Boa Vista, o secretário de agricultura do município de Petrolândia (que também é reassentado), dois cientistas sociais da UFPE/FUNDAJ e diversos outros pesquisadores e interessados que intervieram. A suspensão do patrocínio da pesquisa pela CHESF é sintomática dos problemas administrativos enfrentados entre 1988 e 1994: falta de recursos (nem próprios, nem provenientes do Banco Mundial, fatias muito reduzidas para manter apenas partes essenciais do programa); preocupação com imagem (não gerar comprovação sistemática dos problemas enfrentados nas agrovilas, desviar atenção para as obras de engenharia e a geração de energia - os "verdadeiros" objetivos da Empresa); e re-estruturação interna (redimensionando o projeto dentro da própria empresa com a criação do GEI e do DMA) e externa (formação dos convênios com a Codevasf e do grupo técnico dos "consórcios"). O reassentado, "tangido" violentamente pelas águas criadas para ocupar a sua antiga moradia, agora residindo numa agrovila, numa área antes quase, se não inteiramente, desconhecida por ele, aguardando a designação do seu lote e a água bombeada, é a vítima mais insólita do programa de beneficiamento produzido para ele, pelo governo. Cabe retratar, uma por uma, algumas das feições mais evidentes desta situação da ocupação de um novo ambiente, para demonstrar algumas maneiras de como o lado "violento" da administração dos benefícios se manifesta.

O novo ambiente institucional: administrando a rearticulação das relações de poder

Acima de tudo, o reassentamento é uma mudança forçada e planejada, o que implica na identificiação clara de planejadores e administradores aos quais se dirigem cobranças sobre o processo desencadeado pela sua ação. Entrando com recursos enormes e com aprovação legitimada por políticas internacionais e nacionais, as instituições governamentais mandam e desmandam na área sujeita à administração do seu projeto. Quando as coisas não andam direito, não é de se estranhar que as cobranças a estas instituições se tornem mais freqüentes. Do ponto de vista do conjunto dos reassentados, as grandes linhas das modificações na configuração de relações de poder indicam um movimento assim:

A. multiplicidade → B. centralização → C. multiplicidade

De uma situação de múltiplos pequenos produtores, posseiros e patrões, com variados contratos formais, e sobretudo informais, para a realização da produção, forjados ao longo de anos e de décadas, o reassentamento intervém abruptamente, centralizando ações numa única instituição governamental (Chesf) e cortando as outras relações anteriormente estabelecidas. A Chesf faz uma divulgação do seu projeto como uma espécie de reforma agrária, em que ela seria a catalizadora da eliminação de estruturas de produção arcaicas, de meação e promotora da aquisição de terra própria para todos. Com a interrupção da produção, os conteúdos das relações com vizinhos e patrões locais experimentam grandes vazios - vazios estes que o projeto ambiguamente propõe preencher, com a sua capacidade de instalar agrovilas, ao mesmo tempo em que, na medida do possível, insiste que está querendo preservar os laços de comunidade pré-existentes.

Na Mesa Redonda da APIPSA sobre Itaparica (MRI), fica evidente uma oscilação no posicionamento do representante da Chesf sobre quem é responsável pela direção das mudanças. A sucessão (não perfeitamente seqüenciada) de imagens sugere a complexidade do problema do ambiente institucional, na qual as

instituições governamentais ora desmentem a sua própria capacidade, ora se ufanam pelo que podem oferecer em benefício dos desassistidos, ora relegam a história do povo que pretendem beneficiar a um virtual vazio, ora entram no jogo burocrático clássico de atribuir responsabilidades a outros, ora cobram de uma forma quase acusatória a retribuição pelas suas ações "em benefício" da população. Para o reassentado se situar dentro desta nova estrutura de poder, na qual os centros de decisão são tão mais distantes do que eram quando ele dependia, sobretudo, da própria mão-de-obra familiar e, frequentemente, da sua relação com algum patrão individualizado, não é fácil. A distância, a impessoalidade, as contradições internas e a natureza amorfa da maneira como as instituições burocráticas se apresentam à população complicam a definição de como agir diante delas. No seu discurso na MRI, de um lado, o representante da CHESF declara:

> *Chesf é uma empresa de energia elétrica, e nem deveria ficar assumindo um projeto realmente tipo irrigação.*

De outro lado:

> *Sempre interpretei o reassentamento de Itaparica não como uma dívida, mas uma compensação e um grande projeto de desenvolvimento rural. ... Se esse projeto, que é uma verdadeira reforma agrária que estamos fazendo, não der certo, a reforma agrária está definitivamente riscada no panorama do Brasil.*

A empolgação com a idéia que a Chesf está se posicionando como defensora dos pequenos o leva a declarar:

> *Pura e simplesmente, eu acho que a CHESF no setor elétrico, nacionalmente, é uma das poucas empresas que teve o peito de enfrentar a responsabilidade de responder a esta necessidade de compensar a população. E se não foi toda a população, a prioridade da ocupação da reserva de Itaparica, foi muito claro o compromisso da empresa com os pequenos agricultores. Os grandes agricultores e mesmo os médios, ou mesmo os agricutores-empresários que tinham pequenas área irrigadas, como foi no caso Apolônio Sales, ficaram totalmente diferenciados, tanto que eles não tiveram verba de manutenção temporária porque eram*

agricultores capitalizados. Eram agricultores que tinham uma capacidade de gerência, diferentes do conjunto da população que era o pequeno agricultor. Eu diria que dez por cento tinha terra, terra legalizada, 10% era posseiro, e o restante era "sem terra" (...) *A maioria não tinha tradicionalmente tido acesso à terra. Tinha acesso à água pela via da parceria.* [Eles] *tinham relações sociais de produção muito diferenciadas e eram explorados pelo processo produtivo que se estabelece no Nordeste do Brasil a nível da agricultura.(...) Produziam, tinham o pleno emprego, mas viviam num certo estado de penúria social muito grande.*"

Os "pequenos" parecem só ter começado a existir a partir da hora de estabelecer o seu relacionamento com a Chesf. Dentro do discurso do projeto como reforma agrária, a tendência de rejeitar qualquer aspecto positivo do seu passado como produtores agrícolas serve como artifício para realçar os ganhos que poderiam vir com o reassentamento. Isto fica claro na explicação dada pelo administrador da Chesf sobre a regularização fundiária na região:

A área que está sendo inundada pela água não tem dono. Ela foi [destinada*] objetivamente para a barragem como doação; é um patrimônio que a Chesf comprou com dinheiro público e vai doar para o pessoal, doação essa que eu não posso caracterizar como uma compensação porque eu não estou propondo uma terra por outra, está certo? Nós estamos dando terra para quem não tinha. Na verdade você está dando um patrimônio novo, então é uma doação.*

A idéia claramente transmitida é que a terra ganha, percebida como "compensação" numa outra hora, agora é uma "doação", um prêmio para quem parece nunca ter tido nada. No balanço de forças entre os reassentados e a Chesf, isto enaltece a importância da empresa e diminui a dos reassentados.

Mas, da parte do Pólo Sindical, contesta-se que a Chesf, ou de fato qualquer político, tenha tido como motivação qualquer benefício para a população. Como disse um dos seus representantes, ao insistir que os ganhos dos reassentados são um resultado dos seus próprios esforços:

O político de lá do tempo do reassentamento, se ele disser que fez alguma coisa, é um mentiroso, nenhum fez nada! Muito ao contrário, eles lutaram para que não aparecesse nada.

Uma das provas da descrença na Chesf está na resistência desta instituição à formalização dos compromissos. O Pólo ressalta que concretamente os compromissos só chegaram a ser colocados no papel e assinados após a ocupação do canteiro de obras pela população atingida organizada. Agora, após o reassentamento, a população receia que a Chesf esteja usando o "papel" justamente para se descompromissar:

> *A Chesf tem muita vontade de aprontar e largar na mão do agricultor, como se não tivesse nenhuma responsabilidade se vai dar certo ou não. Ela entregaria a terra - ´tome lá, e não quero saber mais de nada.'(...) como demonstra e vem demonstrando, inclusive para começar as primeiras irrigações, ela queria que a gente assinasse um documento, já começando a Chesf a sair de qualquer responsabilidade.*

Os técnicos da Chesf explicam que na situação atual de rearrumações internas entre as diversas empresas que prestam serviços às obras, "nenhum empreiteiro quer aditivo", já que na sua perspectiva, há problemas em fazer os contratos anteriores serem honrados. A Codevasf, com mais experiência na implantação e organização de projetos de irrigação, segundo vários técnicos e representantes sindicais, só "entrou na marra", pois estava receosa em assumir obras que percebiam como sendo da responsabilidade da Chesf. Quando o representante da Secretaria de Projetos Especiais do Governo Estadual de Pernambuco fala que este ano (1993) ele facilitou o encaminhamento de pedido de sementes ao governo e que pode facilitar encontros com o governador, ele recebe uma crítica do representante do Pólo Sindical pelos anos de omissão do governo estadual, contrapondo os anos de luta com a novidade da disponibilidade em ajudar, anunciada pelo governo.

> *Você está falando pelo momento agora. Eu não falo pelo momento. Eu falo pelo momento todo. (...) Agora você está acompanhando alguma coisa, dando alguma imprtância no momento de entrada de funcionamento. Mas a gente tem chamado muito a atenção (...) e* [vocês] *não davam a mínima importância, aí diz - 'ah, não tem dinheiro`.*

O conjunto de atores, que entra com a retirada da Chesf da administração direta do reassentamento, é complexo. Inclui, além

da Chesf (no seu papel mais reduzido) e os sindicatos, a Codevasf, o "Consórcio" contratando técnicos por um período de cinco anos, ONGs e entidades religiosas que apoiam os reassentados, os políticos e comerciantes locais e os representantes das agroindústrias. O prefeito, nos anos 1990, de Santa Maria da Boa Vista teve sua fazenda produtiva inundada em Itaparica, e no novo município ele continua ligado à crescente e poderosa agroindústria exportadora de fruticultura. Ele expõe claramente as necessidades de garantir orientação, assistência técnica e organização eficiente para que os projetos de irrigação possam ser um sucesso.

> *Esse projeto só vai ser um bom projeto se eles tiverem bons produtos, e o produto, final é a agricultura. (...) Ora, a minha preocupação é porque sei que esse projeto interfere, se não for bem administrado, na vida de quem foi reassentado e na vida dos que estão em volta. (...) Nós vivemos num país de mercado. Vivemos num mundo em que é internacionalizada a agricultura, então nós temos que fazer, e fazer bem. (...) O Brasil abriu-se para a competitividade internacional na agricultura. Começou-se a perceber que jogar água é apenas um ato de se fazer agricultura. Você joga água na medida certa, joga fertilizantes, joga sementes selecionadas, joga mão-de-obra, joga crédito, e você colhe.*

Enfim, o novo ambiente institucional efetivou uma brutal modificação nas estruturas de poder, ao passar da multiplicidade anterior, para a centralização inerente ao ato do reassentamento, para a nova multiplicidade que continha como principais atores, novos e fortes, representantes de organizações governamentais e técnicos relacionados com estes setores e setores das agroindústrias em expansão. Antes da implantação do equipamento de irrigação e depois do período de anos de espera, a pauperização de muitos reassentados em comparação com a sua situação pré-reassentamento chama a atenção, confirmando esta fase como uma de *violência administrada*. As "dívidas" contraídas pelos camponeses e trabalhadores, durante a sua transformação de "vítimas" da barragem para "beneficiados" potenciais do programa desenvolvimentista do reassentamento, evidentemente implicam numa modificação da sua identidade como produtores rurais, tendo como emblema agora a sua potencial nova relação com a tecnologia. Isto se evidencia nos comentários durante o MRI do

representante da Chesf e do sindicalista reassentado. Após uma apresentação curta, contendo alguns detalhamentos técnicos de engenharia da construção de barragens, que inclusive geram a eletricidade necessária para fornecer o bombeamento das águas a serem usadas nos projetos de irrigação, o representante da Chesf comenta:

> *Sabem que para pagar o custo dessa energia tem que ser produto de alta rentabilidade, de fácil comercialização e de produtividade alta.*

E quando a oportunidade de retrucar se apresenta, o sindicalista comenta:

> *É o problema de ter que produzir para compensar – isto é, pagar o custo da energia - eu tenho vivência na agricultura, e não vejo como tirar dali, não.(...) A Chesf tem muita vontade de aprontar e botar na mão do agricultor, como se não tivesse nenhuma responsabilidade se vai dar certo ou não.*

O novo ambiente produtivo: produção para si mesmo e para os outros

Ao contrário da imagem produzida de os reassentados não terem tido nada antes do reassentamento, é justamente a nova sensação de "não ter nada", ou, melhor ainda, de "não ter onde produzir", que mais fere estes antigos agricultores irrigantes da beira do Rio São Francisco. O que anima os que eram diaristas e meeiros é poderem estar produzindo para si mesmos, quando começarem a produzir. O fazendeiro, o dono da bomba, o granjeiro empregador não serão mais parceiros imediatos dos valores produzidos pela atividade dos agricultores. Só que esta situação é ilusória durante o período de espera. Inclusive, na ausência de água, quase não há como produzir para si mesmo. A área das agrovilas é, quase toda, pouco apropriada para plantio de sequeiro. Mesmo que fosse, a seca não teria permitido plantar nada. Então, com um ato administrativo de realocação, o cotidiano dos agricultores foi violentamente modificado. De agricultores ativos vivendo de aguação, de irrigação bombeada e de criatório abundante, passaram a ser reassentados ociosos. Inclusive, diante

do controle administrativo centralizado da Chesf e do fato de por muitos anos estarem recebendo dois salários e meio de referência em VMT, muitos se sentiram obrigados a não trabalhar para outros. O medo era perder a única fonte de renda segura que restava, caso "a nova patroa", a CHESF, descobrisse que estava trabalhando para outros. A situação criou condições falsas que reforçaram a imagem de improdutividade que já vinha sendo veiculada a respeito da população.

A dúvida que se apresenta, e que não tem resposta imediata, é: Para quem se vai produzir agora? A organização da produção está por se definir embora haja tentativas de formar cooperativas e associações; as redes comerciais de escoamento da produção continuam muito precárias, sem ter comparação com as de Petrolina e Juazeiro; e a competição para estar incluída nesta organização começa a se esboçar. Afastados alguns dos velhos patrões, outras figuras entram no cenário, muitas das quais acham bastante campo para ação no período de ócio imposto. Outros, já engrenados nas estruturas produtivas e comerciais regionais dominantes, já aproveitam dos pequenos produtores e preparam o terreno para um aumento de produção prevista.

Um dos aspectos mais cruéis da *violência administrada*, durante o ócio imposto nos reassentamentos, é a proibição, implícita ou explícita, de realizar atividades produtivas costumeiras. Abre espaço para a criação de novas redes de dependência, ou da recriação das antigas. Primeiro, tem-se que saber o que a Chesf permite, e o que não permite, pois a possibilidade de perder o direito à casa e ao lote espanta todos. Em muitos lugares, os lotes demoraram anos e anos para serem designados, ou ficavam nas mãos de invasores, e assim, as pessoas nem sabiam onde é que deveriam trabalhar se quisessem beneficiar a sua própria terra. Como realizar um desmatamento, sem saber para quem ficaria a terra, sem saber exatamente para que tipo de produção agrícola, sem ter auxílio técnico suficiente para saber o que tirar e o que deixar, para evitar problemas de erosão e de usos inadequados de defensivos agrícolas, talvez provocando a perda de nutrientes? Além da dificuldade de realizar plantio de sequeiro, a criação também sofreu uma limitação do número de animais a serem transportados para as

agrovilas, decorrente da capacidade reduzida das novas terras para sustentá-la e freiando a produção caprina e ovina que começou a depender de estímulos externos para organizar produção ecologicamente adaptada ao semiárido, orientado e sistematizado por técnicos diferentes daqueles contratados pelos consórcios. Resta pouco fazer. Nesta situação, alguns plantadores locais e regionais, com bombas e equipamentos instalados, oferecem trabalho como diarista, ou até de meação. São poucos os que conseguem aproveitar as oportunidades, e o trabalho nas empreiteiras também não é fácil de ser oferecido para os familiares de muitos agricultores. Gerar renda, além da VMT, não era fácil. Os comerciantes locais sabiam o dia e a quantia da VMT, e forneciam bens até os limites que sabiam que este dinheiro podia suportar. Sem compromissos muito claros com a futura produção dos reassentados, não há facilidade de obter crédito por períodos maiores. O lugar de comprar se torna um ponto fixo, com limites até a quantia disponível, criando uma nova dependência comercial do reassentado consumidor!

Mas os reassentados são sujeitos aos ritmos diferenciados dos seus projetos. Alguns viraram agricultores irrigantes logo, e outros passaram anos apenas como irrigantes em potencial. Uma vez que se torna irrigante, a agricultor vira alvo de atividades e campanhas dos que se interessam neste potencial produtivo. A Chesf, numa das suas faces, reconhece e elogia esta "enorme vontade de produzir" dos reassentados, apostando que estas qualidades, pelo menos em alguns lugares, vão fazer com que os projetos sejam avaliados como tendo sucesso, no presente e no futuro. No meio dos anos 1990 ainda havia muita ansiedade em saber o que era que iria se plantar e em saber como os produtos teriam que ser tratados com a irrigação, com a nova tecnologia de aspersão (diferente da técnica com a qual cresceram, mais acostumados à irrigação por gravidade, que usa quantidades maiores de água).

Durante a MRI, a intervenção de uma professora, técnica em agronomia, oferecendo apoio técnico da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE, foi recebida com muito entusiasmo pelos sindicalistas, pois disseram que não estava havendo apoio técnico suficiente, e todos estavam em dúvida

sobre como proceder nas novas áreas. Inclusive, nas áreas onde a irrigação já está implantada, aparecem problemas bem concretos, sobre como manejar o uso do solo e como lidar com a tecnologia hídrica. Representantes das agroindústrias exportadoras, com estratégias bem definidas de expansão, tentam convencer os agricultores da rentabilidade dos produtos que negociam, convencendo-os a serem produtores-fornecedores. E ainda se discutia como organizar as Associações de Produtores, que começam a se formar em cada projeto, e como determinar a divisão das atividades produtivas entre os reassentados. Tudo é a produção de um cenário de "iminência" da criação de relações bem mais claras de produção reestruturam as vidas dessas pessoas novamente. Chave na divisão destas atividades é como os agricultores reassentados articulam a "produção para si mesmos" com "produção para os outros".

O novo ambiente humano: reproduzindo agricultores trabalhadores e dignos

Um dos maiores desafios, nestes projetos de reassentamento, é o de conseguir superar as dificuldades criadas pela violência administrada a estas vítimas da construção da barragem de Itaparica, fazendo com que voltem a ser agricultores produtivos e dignos, ganhando novamente o respeito pelas suas próprias atividades e melhorando as suas condições de vida. É preciso focalizar perguntas muito além da área de produção ressaltada aqui, procurando saber: l) Como está sendo a qualidade de vida nas agrovilas quanto a educação, saúde, transporte e habitação; 2) Como vão os índices de morbidade e de mortalidade comparados com os índices anteriores; e 3) Como andam os ciclos de desenvolvimento das famílias, lidando com nascimentos, casamentos, dispersão e a criação de novos grupos domésticos nas diversas agrovilas e nos diversos projetos.

Este capítulo mostra a negociada indefinição entre a fase de transição e a fase de desenvolvimento em potencial, identificado como um processo de *violência administrada*, que pode ser entendida como parte do *descaso planejado* inerente a grandes projetos. E neste contexto de *violência administrada,* nas áreas de

reassentamento, está ocorrendo outra onda de violência que mostra os efeitos humanos de tantas incertezas e controles novos: conflitos domésticos, conflitos vicinais, alcoolismo acentuado, assaltos, plantio e tráfico de substâncias tóxicas são todos frequentes em muitas destas áreas. Os apelos ao Estado para fornecer um policiamento adequado não têm trazido os resultados esperados. Os pais se preocupam com os destinos que os filhos possam seguir. A desocupação é citada por todos os observadores desta violência como uma das suas principais causas, mas a precariedade da ocupação também contribui. Se a intenção do governo, ao elaborar um plano de reassentamento foi, de fato, de **beneficiar** os atingidos pela barragem de Itaparica, desde o início o projeto anda muito longe de atingir a sua meta.

Capítulo 6
Economia política subregional: criando margens e manchas nos perímetros irrigados[16]

A irrigação vem ganhando destaque nas últimas décadas como meio de "salvação" da economia do Semiárido do Nordeste brasileiro. A cidade de Petrolina é o seu epicentro, de onde irradiam numerosos núcleos de produção agrícola e industrial, organizados em "perímetros irrigados" onde a ação coordenada de muitos atores propulsiona uma acumulação de riqueza inusitada e gera, inclusive, sonhos de uma autonomia político-administrativa. A regularidade do fluxo de água depois da construção da barragem de Sobradinho, na década de 1970 estimulou o avanço do controle tecnológico deste recurso fundamental para a agricultura, contribuindo para alargar a abertura de espaços para a formação de uma elite agroexportadora irrigante extremamente afinada às demandas do mercado consumidor internacional.

Era de se esperar que a próxima barragem, a de Itaparica, inaugurada a jusante, no final da década de 1980, servisse como alavanca para a expansão rápida deste empreendimento. Próximo ao final da década de 1990, portanto, dez anos depois, o que se verifica é justamente o contrário. A maioria dos projetos de irrigação iniciados sob a égide da barragem de Itaparica não consegue colher produtos suficientes para assegurar um nível mínimo de renda e consumo para os agricultores.

Em vez de "manchas irrigadas", como são referidas os locais de alta produtividade no jargão dos promotores da agro-exportação, existe uma série de projetos que se caracteriza como "manchas de insucesso" do projeto denvolvimentista agroexportador. Depois de uma década, clarificam-se mais quais os fatores que contribuem para este insucesso. Isto se identifica na economia política entre diversas categorias de atores cujas ações convergem no espaço transformado em torno da barragem. O Submédio São Francisco sofreu um processo acirrado de sub-regionalização que prejudicou a integração da área de Itaparica no

[16] Este capítulo foi adaptado de SCOTT, Parry. *Uma nova mancha nos perímetros irrigados: a nova sub-regionalização do Nordeste*. In: ZARUR, George. (Org.). **Região e Nação na América Latina**. 1ª ed. Rio de Janeiro:, 2000, v. 1, p. 189-212.

processo de agroexportação irrigante, devido, sobretudo, à formação de uma estrutura de poder complexa, num contexto histórico particular.

Alem da concentração dos domínios dos espaços de expansão nas mãos de uma elite agroexportadora irrigante, Itaparica foi, e continua sendo, o cenário de um conflito de poder administrativo entre representantes governamentais dos setores energéticos e agrícolas. A isto se somam as ações determinadas do movimento de defesa dos atingidos da barragem, centradas no Pólo Sindical do Submédio São Francisco. A convergência destes agentes ocorre no final do século XX que se constitui num momento de auto-crítica nos meandros da política de agências financiadoras internacionais, que ultra-sensibilizadas à sua imagem global, coincide para reforçar os pleitos dos atingidos. Este momento é simultaneamente passageiro, pela intensidade em que se apresenta nesta hora na história, e duradoura, no que cria de apoios legais para a proteção de atingidos que podem ser acionados futuramente, mesmo quando o campo de forças históricas dilui a visibilidade destas questões internacionalmente.

O resultado da articulação destes fatores é a construção de uma identidade ambígua da área de Itaparica, de um lado, uma atração para a expansão dos domínios do modelo agroexportador irrigante, com 20.000 hectares de equipamento de irrigação instalado (ou, em boa parte, a instalar) aos custos do governo; e, de outro lado, uma ameaça ao mesmo setor, pois os processos de instalação desta capacidade outorgam poderes a agricultores que fogem do controle historicamente conquistado e costumeiramente exercido por este setor em outros perímetros irrigados.

Divisões sub-regionais e o semi-árido do São Francisco

Na divisão administrativa federal da bacia do Rio São Francisco, o "Submédio" ocupa apenas uma fração de todo o Rio, estendendo-se do reservatório de Sobradinho a Paulo Affonso. Esta sub-região é o cenário dos investimentos mais vultosos dos órgãos federais atuantes na bacia do Rio, e também, historicamente, é uma área densamente povoada.

A própria organização do fornecimento de informações sobre toda esta área é uma maneira de evidenciar como continuamente vai se processando a sub-divisão formal dentro do Submédio São Francisco. O próprio Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) explica que as sub-divisões espaciais "visaram a traduzir, ainda que de maneira sintética, os desníveis da organização do Território Nacional quanto às questões sociais e políticas" (FIBGE 1991, p. 30). Seguindo as categorias de organização de dados censitários de 1945 até 1991, o critério passou de zonas fisiográficas (quadro físico do territorio) para micro-regioes homogêneas (com base na organização de produção emergente na transformação do espaço nacional - 1968) para mesoregiões homogenêas (caracterizadas pelas suas estruturas produtivas - 1976).

É recente que os municipios da Bahia atingidos pelo reservatório (Glória, Rode1as, Chorrochó) ou só pelos reassentamentos (também Curaçá, que incluía Abaré) deixaram de integrar uma micro-região designada de Corredeiras do São Francisco (iniciada em Juazeiro, mas sem chegar até Paulo Affonso), para se dividir entre as microregiões de Juazeiro (Curaçá, Abaré) e de Paulo Affonso (Glória, Rodelas e Chorrochó), ambos como parte da nova meso-região do Vale Sanfranciscano da Bahia.

Em Pernambuco, os municípios atingidos pelo reservatório (Petrolândia, Floresta, Itacuruba e Belém do São Francisco) e só pelos reassentamentos (Orocó e Santa Maria da Boa Vista) também foram subdivididos entre a microregião de Petrolina (estes) e a de Itaparica (aqueles), ambos como parte da não tão nova mesoregião do São Francisco Pernambucano.

Na nova sub-divisão em microregiões, verifica-se em ambos os lados do Rio uma nitida separação entre, de um lado, aqueles municípios, muitos com reassentamentos feitos, que foram diretamente atingidos pelo reservatório em si e, de outro lado, os municípios mais próximos ao pólo Juazeiro/Petrolina e distantes do reservatório, onde tambem se instalaram reassentamentos, e que se encontram numa posição intermedária nos projetos de construção de futura barragens geradoras de eletricidade (Pedra Branca e Riacho Seco).

Estas divisões sub-regionais fazem parte de um processo permanente de rearticulação dos domínios de poder que têm sido ressaltados com frequência no caso do Nordeste. Para qualquer região, uma proposta de uma "nova regionalização" ou de uma "sub-regionalização" é um anúncio da intensificação dos conflitos e alianças geo-políticas que subjazem a estruturação das relações de poder vigente. Isto, sem dúvida, e o caso para o "Rio da Integração" que se apresenta como símbolo histórico da ligação da região Centro-Sul, nos seus nascentes no estado de Minas Gerais, com a Região Nordeste, e especificamente os estados banhados pelas suas águas (Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe).

Com o início das sempre anunciadas obras da transposição das aguas do rio, esta suposta "integração" ainda se estende para os estados do Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte, e forma uma fissura nos posicionamentos dos representantes de diveros interesses na região (Instituo da Memória do Povo Cearense - IMOPEC, 1994). As propostas de sub-divisões internas da região nordestina são muitas e têm raízes históricas profundas. Basta ver as listas de publicações da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) para ver algumas (por exemplo, MELO, 1988), ou ler os livros "clássicos recentes" de Manoel Correia de Andrade (1986) e de Francisco de Oliveira (1981) para ver outras "sub-divisões" que são muito conhecidas na própria região.

Quatro atores e a repartição da Subregião

Ao tratar-se do Vale do São Francisco, a participação do Estado na repartição da região se torna muito explícita desde meados dos anos quarenta. Prefaciando o plano diretor para o Vale do São Francisco, os técnicos governamentais mostram os eixos fundamentais da identificação da importância da região ao dec1arar que, ao final da segunda guerra mundial:

> *Havia se firmado a convicção de ser necessária a valorização da Região, tanto por sua localização central e estratégica no pais, unindo o sul e o norte, como pelo potencial econômico de seus recursos naturais, em que se destacam as possibilidades da* ***agricultura irrigada*** *e da geração de* **energia elétrica**. *(*grifos meus, *PLANVASF, 1989, p. 9)*

A encarnação tecno-burocrática destes dois grandes eixos se deu com a criação da Chesf (Companhia Hidrelétrica do Vale do São Francisco) (1945) para gerar energia e a Comissão do Vale do São Francisco (CVSF) (1948) (seguida pela Suvale em 1967 e a Codevasf em 1974) para promover a agricultura irrigada, associada a outros objetivos de desenvolvimento regional.

A Chesf, o primeiro ator, procedeu à elaboração de sucessivos projetos de aproveitamento do potencial hidrelétrico do Rio São Francisco - construindo as barragens de Paulo Affonso I, II, II, IV, Moxotó, Sobradinho, Itaparica e Xingô (só esta última formalmente fora do Submedio!) - como também com trabalhos de muito menor envergadura em outros rios, e ainda projetando barragens em Riacho Seco e Pedra Branca (entre Itaparica e Sobradinho). A sua estrutura empresarial pública centralizadora (nacionalmente, como *holding* da Eletrobrás) favorecia a articulação entre engenheiros elétricos e civis para a promoção de obras muito volumosas e despendiosas. Requer um planejamento longitudinal não somente da demanda de energia regional, mas também da continuada associação de grandes consórcios de engenharia e de apoio técnico como co-executores.

As suas intervenções "impactam" na sociedade e economia locais, mas estão dirigidas a um consumo do produto energético longe das beiras do Rio. A construção da hidrelétrica de Xingô, inaugurada na decada de noventa, marca o encerramento de meio século de megaprojetos barrageiros no Rio São Francisco, mas não marca o fim de projetos de menor envergadura. O esgotamento progressivo do potencial de geração de energia deste Rio força a intensificação das já previstas novas guinadas na política energética regional, aproveitando a possibilidade de importação de energia do norte do país para complementar o pouco que ainda se pode gerar com projetos na região. A esta situação se somam os desafios de projetos de privatização. Assim, a base de poder altamente centralizada da Chesf, apoiada no controle do uso de recursos hídricos de um só rio, enfrenta uma dispersão que tem profundas implicações para a sua organização. É um ator social cuja hegemonia histórica sobre o rio o coloca numa condição privilegiada na sub-região do Submédio.

O segundo ator, composto pelo resultado das sucessivas metamorfoses institucionais para o Vale do São Francisco: da CVSF ("Comissão" - 1948), para a Suvale ("Superintendência" - 1967) para a Codevasf ("Companhia de Desenvolvimento" - 1974) - está descrito sucintamente em Silva (1997, p. 30-46) e em Melo (1988). Nesta área, com uma vocação histórica para a formação de grandes fazendas de gado, bovino e caprino, que se adentram da beira do rio para a caatinga, e de plantio de vazante nas áreas de solo aluvial na beira, a irrigação toma a frente dos planos destes orgãos desde a sua criação, mas sempre associada ao objetivo declarado de promover desenvolvimento regional, resultando numa atribuição de multiplas frentes de ação.

A irrigação no Submédio São Francisco nos vinte anos da CVSF ganhou ímpeto em vários locais, sem que houvesse um planejamento muito ordenado entre eles. Silva (1997) identifica Petrolândia (que plantava banana e goiaba e os processava localmente) e Belém de São Francisco e Cabrobó (onde plantava cebola) como os primeiros locais a se beneficiarem de incentivos à irrigação nos anos cinquenta. Nos anos 1960 estas áreas passam a se diversificar um pouco mais, para evitar os riscos da dependência num único produto. Assim aumenta a produção de videira, melão e melancia.

Nesta mesma época se formam projetos de irrigação, em Juazeiro e em Petrolina, com incentivos públicos mais organizados e focalizados, apoiando ainda mais a diversificação (melão, tomate, pimenta, uva, algodão e cebola). Nos projetos de colonização neste período, predominam lotes familiares de 4 a 8 hectares.

Os sete anos de Suvale (1967-1974) levam a um acréscimo de mais projetos com assentamento de colonos (Bebedouro, 1968; Mandacaru, 1972), e a escolha de atividades produtivas, sob a orientação da Suvale e da Sudene, dirige a atenção para um mercado extra-regional, onde a exportação se sobrepõe ao aproveitamento de mercados para culturas alimentares básicas regionais. Também introduzem algumas empresas privadas, detentoras de terras até mais que dez vezes o tamanho dos lotes familiares (VIANA; MENEZES, 1994). Apoiando-se em exemplos

específicos narrados em Andrade (1984), Silva sintetiza sabre a criação da Codevasf:

> A transformação da CVSF em Superintendência ainda não foi suficiente para que as ações voltadas para a irrigação fossem concentradas e verticalizadas. Por isso a SUVALE foi extinta e em seu lugar foi criada, em 1974, a CODEVASF, a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco. Sua atuação deveria dar preferência ao atendimento dos empresários rurais em detrimento à colonização. Desaparecia, assim, a prioridade ao desenvolvimento social, e inicia-se a promoção da acumulação de capital corn as empresas rurais do Submédio. (1997, p. 33)

Intensifica-se a instalação de projetos de colonos, muitos idealizados na Suvale, (Maniçoba e Curacá, 1975; Tourão, 1976, Nilo Coelho, 1982; Salitre, Casa Nova, Pontal), mas cada vez mais sobre o domínio de agroindústrias e empresas rurais, associadas a grandes empresas nacionais e internacionais *e/ou* estreitamente afinadas com as dernandas técnicas internacionais de produção, qualidade e embalagem de produtos, voltadas para a exportação (CAVALCANTI, 1996; ALBUQUERQUE, 1997). Aumenta a quantidade de terra sob o controle destas empresas nos projetos, enquanto muitos colonos, pequenos produtores, se descapitalizam e vão sendo expulsos (VERGULINO, 1991). Os assalariados também crescem em numero (ALBUQUERQUE; RUFFINO, 1997; GRAZIANO DA SILVA, et. al., 1988) e o carater excludente do projeto de desenvolvimento via irrigação e exportação se torna ainda mais transparente. Assim, a Codevasf é um ator social que disputa o domínio do Submédio São Francisco representando, quando comparada com a Chesf, uma parcela diferente da elite regional, semelhante na sua orientação para demandas de consumo extra-locais, mas que ve no controle da água menos um potencial energético do que um recurso que permite uma produção agrícola que insere a região numa competição internacional para mercados. Para isto, organiza, concentra e verticaliza as suas atividades econômicas e políticas ativamente dentro da região. O seu interesse na organização do setor de produção agrícola é evidente, enquanto a Chesf tem, neste setor, uma área de impactos secundários da sua ação principal.

Além destes dois grandes atores sociais, há outros dois cuja atuação é fundamental para compreender a estrutura de poder que se formou em torno da construção da barragem de Itaparica: o Pó1o Sindical e o Banco Mundial.

O Pólo Sindical do Submédio São Francisco, reúne os Sindicatos de Trabalhadores Rurais dos municípios atingidos pela barragem. Posicionando-se tradicionalmente como adversário dos grandes proprietários e empregadores locais, o Pó1o defende interesses tanto dos assalariados quanto dos pequenos produtores agrícolas, as duas categorias de trabalhadores mais representativas da região. Sua atuação é amplamente documentada (ARAUJO, 1990; VIANA; MENEZES, 1994; OXFAM/SACTES, 1992; HALL, 1992; SILVA, 1997), destacando-se como um dos movimentos de defesa de atingidos que mais sucesso teve em exigir compromissos escritos de beneficiamento da população atingida, com o acordo formal com a Chesf sobre a garantia de áreas de reassentamento, com infraestrutura de moradia e de irrigação adequadas, para compensar as perdas decorrentes da inundação das suas terras e moradias pelo reservatório. Fundamental para os meeiros, pequenos proprietarios, posseiros e diaristas que se encontravam no meio do caminho de desenvolvimento traçado pela Chesf (FUNDAJ/CHESF, 1988; Capítulo 1 deste livro para descrição dos contingentes e localização de cada uma destas categorias), o Pólo se tornou um ator/defesor vigilante, atento aos pIanos e atos da Chesf, intervindo com a mobilização, ocupação e discussão (paralização da construção da barragern, participação nas discussões sobre a organização e administração de projetos de agrovilas, divulgação de informações sobre a situação).

Os resultados sociais da barragem de Moxotó (1977) (com mil atingidos, inclusive muitos mudando para os próprios municipios de Glória e Petrolândia - posteriormente atingidos novamente com Itaparica) e da barragem de Sobradinho (1979) foram desastrosas. Nesta segunda, os atingidos, cerca de setenta mil, foram expulsos, no máximo recebendo indenizações irrisórias ou nulas. Efetivamente não tiveram acesso a projetos organizados para o seu benefício. Os representantes dos trabalhadores não aceitavam a repetição destes tipos de acontecimentos na próxima barragem. O artigo de Hall sobre as estratégias de alianças

formadas com ONGs, com a igreja e, inclusive, de muita importância, com alguns representantes das agências financiadoras internacionais, de certa forma, mesmo com as ressalvas sobre a lentidão da implementação no período de 1988 a 1992, incorpora o ambiente de euforia e ufanismo que acompanha os ganhos do movimento nas horas das mais intensas negociações. O próprio título do artigo é sintomático: "*From Victims to Victors*".

No entanto, dos dez a vinte anos desde a remoção da população, o Pólo tem passado por muitos altos e baixos na tentativa de fazer com que, de fato, possam ser "vitoriosos". Com a diminuição da intensidade de investimentos na área de Itaparica, a situação dos reassentados saiu dos holofotes jornalísticos. A Chesf, fiel à meta energética e à sacralização da engenharia, desviou a atenção em favor da ainda muito badalada usina de Xingô (inclusive por seus custos sociais avaliados como baixos custos sociais - ver SIQUEIRA, 1999), por crises energéticas e, discretamente, para as novas obras projetadas ao longo do rio.

Os investimentos na irrigação para exportação promovida pela Codevasf continuam concentrados nas proximidades de Juazeiro/Petrolina. Os projetos de Itaparica são tangenciais a estes grandes focos de ação de instituições nacionais, e são alvos da comprovação da eficiência da ação dos defensores dos trabalhadores. É neste ponto que a área se torna "uma mancha", incomodando os outros atores, como detalharemos mais adiante. Também a própria presença multi-tentacular do governo e a diversidade de ações e políticas voltadas para o campo resulta num envolvimento do Pólo em duas direções: 1) em áreas de acompanhamento e monitoração de beneficiáros de programas não diretamente associados à barragem, como de crédito rural, de construção de cisternas e de desenvolvimento sustentável, o que requer constantes justificativas e redefinições de áreas de atuação que às vezes polariza opiniões internas e externas ao Pólo sobre a sua inserção nos processos sociais que afetam a região; 2) e em discussões de grandes novos projetos (a transposição das águas do São Francisco e a revitalização do Rio), bem como os dois novos projetos de engenharia barrageira restantes nesse trecho do rio.

Um quarto ator social, referido acima, merece tratamento à parte, tanto pela importância, quanto pela ambiguidade e

efemeridade planejada, do seu papel na redefinição contínua desta nova sub-região: o Banco Mundial. Dois documentos demonstram com clareza a sua posição: um é o ja citado artigo de Hall (1992), e o outro é um documento "de acesso restrito" do próprio Banco que circula entre todos que estão envolvidos na defesa dos atingidos. O maior aliado da expansão de projetos desenvolvimentistas é o Banco e seus congêneros multilaterais, pois é através dele(s) que se viabilizam financeiramente os mega-projetos dos setores energéticos e de agroexportação. O seu Plano Diretor explicita este papel de cooperação financeira (PLANVASF, 1989: p. 82), identificando niveis diferentes de cooperação com os govemos federal, estaduais e municipais. A Chesf e o Governo Federal não poderiam ter realizado a construção nem de Sobradinho, nem de Itaparica, sem o pesado financiamento do Banco Mundial. E, internamente, partes destes projetos que não recebem aprovação técnica-financeira do Banco se precarizam por terem que buscar recursos em outros locais (nacionais e estaduais, sobretudo).

O Banco Mundial tem muitas facetas. Não apóia indiscriminadamente qualquer megaprojeto que pleiteia recursos. Ademais, a sua credibilidade é construída na sua própria história, associada à incorporação financeira e política global, com “responsabilidade”. Na década de 1980 o Banco estava sentindo pressão internacional devido aos resultados sociais negativos de grandes projetos que tinha financiado, sendo proeminente entre eles o caso de Sobradinho. Cernea, antropólogo expositor político-técnico de uma reforma de prioridades em grandes projetos a partir da fase do seu planejamento (1988, 1991), relata as pressões, externas e internas no Banco (CERNEA, 1990), e Hall (1992) chama atenção às ações advindas de ONGs internacionais. Destes fracassos, o Banco Mundial resultou tão "escaldado" quanto os movimentos de defesa dos atingidos, e formou-se uma aliança - mesmo que bastante tênue, oportunista (e, quando politicamente conveniente, às vezes recorrente) - entre trabalhadores, de um lado, e o grande representante de capital de investimento para desenvolvimento, de outro. É o que Hall chamou de "complementariedade de 'baixo' e de 'cima'”. No discurso do Banco, como nunca antes, abriram-se espaços para "a

transformação de atingidos em beneficiados" e o apoio a estratégias que "privilegiam primeiro o povo".

Então o Banco investiu pesadamente no próprio projeto de reassentamento, com as contrapartidas setoriais do govemo brasileiro, tomador do empréstimo, sendo proporcionalmente muito mais dirigidas a outras despesas relacionadas com a construção da barragem. Itaparica se tornou, como acontece tantas vezes quando se trata de mega-investimentos, uma "vitrine", e a mercadoria a expor nele era "a nova prioridade social das ações do Banco". E, reiterando o que já foi dito, isto reforçou, e muito, o Pólo Sindical na sua negociação com a Chesf, a favor dos trabalhadores. Não isentou o movimento da necessidade de praticar atos de força, pois a "abertura" para os atingidos foi, sobretudo, resultado da sua própria insistência e tenacidade. E continua importante lembrar que o apoio do Banco refletia a sua "nova cara" de um lado, enquanto, de outro lado, continuava ligado às amarras costumeiras de empréstimos internacionais. Assim o Banco multifacetado não deixa de ser sensível às prioridades determinadas (e executadas) ao nível federal a cada ano, e isto requer constantes negociações com multiplos interesses na nação para receber as contrapartidas. Enquanto mais tempo passava para liberar as contrapartidas, mais o Banco percebia que o produto na vitrine não correspondia às suas próprias expectativas de resgate da imagem de promotor de desenvolvimento social. As outras facetas do Banco, promotor de outros modelos de desenvolvimento, detinham mais poder no campo de forças financeiro internacional e nacional. Uma nova ênfase aparecia nas rodas de conversas e mesas de avaliações: o questionamento constante do sempre frisado "altíssimo" custo per capita em relação ao custo geral, deste projeto. Não é apenas uma coincidência que este tipo de avaliação apareça num período de globalização, de redução de custos públicos e de buscas incessantes de parcerias governamentais e extra-governamentais.

Qual o resultado das relações entre estes quatro atores e também das suas relações com outros atores (fazendeiros, políticos locais, govemos estaduais, a Igreja Católica, as diversas ONGs, pequenos empresários rurais, plantadores e traficantes de maconha, comerciantes, construtores, empresas de assistência

técnica e muitos outros) na formação de estruturas de poder que contribuam para o desenvolvimento da área? Com a passagem do tempo depois da criação do reservatório, a região se caracteriza mais pelos seus problemas que pelos seus sucessos. É uma "mancha" - não pela sua produtividade em lotes irrigados, mas pelo desafio que apresenta para se deslanchar efetivamente como área com características favoráveis à melhoria do padrão de vida dos seus moradores.

Desagregação regional, morosidade e negociando afastamento

O sucesso da sub-região de Itaparica marcaria um contraponto à sub-região de Juazeiro/Petrolina, porque o domínio sobre o contexto local é exercido sob a influência do Pólo Sindical, cujo modelo de desenvolvimento de agricultura irrigada se diferencia bastante do modelo predominante nesta. Apesar dos projetos de reassentamento constituirem, de fato, uma expansão em área irrigada em torno de 20.000 hectares (um acréscimo, de uma vez, de 9% do total em toda a região do Submédio do Vale do São Francisco na época), esta área foge do controle das empresas rurais e agroindústrias em ascendência no vizinho Juazeiro/Petrolina. Um técnico da Codevasf descreve a idealização da participação de colonos em projetos de desenvolvimento, ao comparar "Itaparica" com um projeto muito prezado no pólo Juazeiro/Petrolina:

> *Há apenas uma pequena coisa que coincide entre Itaparica e Nilo Coelho. É que o Estatuto da Terra rege no que diz respeito a 'quem foi desalojado tem direito'. Nilo Coelho teve 1.500 parcelas e 700 foram ocupadas por desalojados que ingressaram no Projeto. Muitos destes desalojados não tinham experiência em, nem capacidade para, agricultura. Foi isso que determinou o insucesso original do projeto. Hoje em dia os desalojados não passam de 10 a 15% do total. Os colonos que ficaram são pequenos empresários, com, por exemplo, seis hectares de uva, que produzem para exportar e que recebem assistência da SEBRAE. Os fracos venderam os lotes para aliviar a situação financeira deles, e quem tem entrado são pessoas que têm tecnologia. O valor de lotes de seis hectares é em torno de trinta mil reais*" (Entrevista de campo, julho de 1995).

Esta "pequena coisa" faz uma grande diferença quando se considera que o processo de formação dos projetos irrigados de Itaparica contou, e ainda conta, com a atuação do Pólo Sindical. O técnico de Codevasf ainda referiu, com evidente satisfação, à expulsão dos colonos, originalmente desalojados por Nilo Coelho, como "um processo de seleção natural". Os espaços abertos para a atuação livre de empresas são a alavanca para o sucesso do modelo agroexportador vigente. Em linguagem técnica, isto se traduz no cumprimento da meta anunciada para os projetos sempre ser a eufemisticamente designada "emancipação".

Sem um sindicato forte ou associação para defender os seus interesses, dois-terços dos colonos de Nilo Coelho sucumbiram. O Pó1o Sindical nem imita, nem aprecia este modelo promovido pela Codevasf, pois a sua luta é de formar projetos irrigados com pequenos produtores bem organizados entre si, e lucrando em conjunto. Da sua perspectiva, o abandono dos lotes irrigados pelos reassentados em Itaparica não seria resultado de um benéfico processo de seleção natural, e sim uma "evasão" prejudicial aos próprios agricultores. Nisto, novamente, os seus interesses se assemelham aos que são declarados pelo Banco Mundial (pelo menos na sua face mais diretamente ligada ao projeto), no qual altos índices de evasão costumam implicar numa avaliação de "insucesso".

Retrospectivamente, já se vislumbrava desde o final dos anos 1990, com mais de dez anos desde o enchimento do reservatório, que havia possibilidade de identificar três fases no processo de sub-regionalização diferenciadora de Itaparica:

1. A Primeira Fase, de **Desagregacio Regional**, ocorre com o traslado da população, no qual se configura uma dispersão geográfica grande da população atingida através da execução técnica dos pIanos elaborados pela Chesf;
2. A Segunda Fase, de **Morosidade** "por motivos superiores", ocorre nos primeiros cinco anos do reassentamento (de fato, ultrapassando 1992), em que se configura uma realidade de descumprimento sistemático de cronogramas de execução de obras de preparação para produção sem que haja uma clara justificativa por ele; e
3. A Terceira Fase, de **Negociação para Afastamento,** ocorre nos seguintes anos, com a continuação da morosidade, mas

na qual também se configura uma disputa mais evidente para desresponsabilização institucional em que as instituições governamentais manifestam a sua vontade de se afastarem do projeto, honrosamente na sua perspectiva, para poder proceder com a realização de outros objetivos institucionais, parcialmente impedidos de serem alcançados por causa de Itaparica.

Após uma breve caracterização das primeiras duas, focaliza-se mais diretamente na terceira fase, que ocorre quando a disputa para estabelecer domínios de poder ao longo do Rio São Francisco contribui mais claramente para a diferenciação da subregião de Itaparica.

A primeira fase honrou os estudos técnicos da Chesf, localizando os 85% dos mais que 40.000 atingidos rurais que optaram por reassentamento em projetos na Borda do Lago ou em Projetos Especiais em locais mais distantes, a montante (FUNDAJ/CHESF, 1988, VIANNA; MENEZES, 1994; SILVA, 1997; e Capítulo 1 deste livro, para descrições dos locais e seus contingentes populacionais). Estas áreas foram identificadas por sensoriamento remoto, onde se aplicou o critério de potencial para agricultura irrigada, acrescentado por questões sobre a densidade populacional preexistente e por demandas da própria população (que, em muitos casos, tendia preferir ficar na borda do lago, próximo aos locais inundados, mesmo diante da precariedade das análises do potencial agricultável neste locais).

Houve muita diversidade nos projetos.

- Uma série de pequenos projetos com características peculiares (por exemplo, Manga de Baixo, Jeremoaba, Inajá)(AMORIM, 1995; TAVARES, 2009);
- um projeto que resultou da insistência da população local, mas que foi rejeitado por critérios técnicos pelo Banco Mundial e pela Chesf e excluido de financiamento (projeto Jusante, em Glória, da Bahia);
- piscgranjas, diferenciadas, cuja complexidade técnica e vulnerabilidade de manipulação política apresentaram dificuldades de administração e

organização desde o início (Itacuruba e Chorrochó)(AMARAL, 1994);

- Irrigação beneficiada no Projeto Apolônio Salles, que foram organizados mais rapidamente e em lotes maiores com residencias em cada lote para preservar a condição economicamente privilegiada dos antigos colonos das "granjas" irrigadas de Petrolândia(GALIZA; MEDEIROS, 1994); e
- a grande maioria dos reassentados foram para agrovilas nos Projetos de Borda de Lago (34 agrovilas em Rodelas e Glória, da Bahia, e Petrolândia, de Pernambuco) e Projetos Especiais (76 agrovilas em Curaçá-Abaré na Bahia, e Orocó e Santa Maria da Boa Vista em Pernambuco).

O resultado imediato do reassentamento foi, sobretudo, uma dispersão geográfica que inseriu os projetos em realidades municipais bem diversas (muito mais diversas das que foram encontradas na beira do Rio antes). Isto levou a uma forte subdivisão dos atingidos de acordo com os seus projetos individuais. Para o Pó1o Sindical, a fase da luta para o reassentamento em si se acaba, e se inicia a luta para manter alguma coesão entre os atingidos (agora reassentados) para a garantia de condições de produção e reprodução nas agrovilas.

Separados, por razões técnicas, os reassentados, que experimentaram a eficiência de um traslado muito veloz para agrovilas, nem sempre totalmente preparadas para habitação (ARAÚJO at. al., 2000), entraram numa nova fase da vivência do reassentamento, caracterizada pela morosidade previsível ocasionada na continuação da execução dos projetos pe1os administradores governamentais e seus colaboradores contratados. Com o problema de geração de energia pela barragem resolvido, e a Chesf investindo pesadamente no sucesso de Xingô para cumprir o seu oficio de produtor de energia, as gestões institucionais a favor da liberação de recursos para os projetos de reassentamento viraram inefetivas. Cada passagem de ano documentava mais um descumprimento de cronogramas anunciados para terminar a instalação do equipamento de

irrigação em pleno funcionamento, originalmente planejado para seis meses após o traslado da população! As dívidas da Chesf com as grandes empreiteiras de engenharia civil, e a precária saúde financeira do país debilitado na sua luta com a inflação e o serviço da dívida externa, tornaram-se justificativas "de ordem superior" que contribuíam decisivamente para protelar os investimentos nos projetos para os quarenta mil reassentados. A instituição podia se conformar com a sua contabilidade institucional: as quarenta mil pessoas no reassentamento eram muito menos que os milhões de habitantes das metrópoles nordestinas beneficiadas com o acesso à energia. A formação de Gerenciamentos ad hoc (especialmente o Grupo Executivo do Reassentamento de Perímetros Irrigados – GERPI) para resolver os problemas de Itaparica, descritos como formas de privilegiar o reassentamento, de fato criaram uma indefinição de campo de atuação que não favorecia clareza nas negociações e tentava redimensionar a relação entre os atores de uma forma favorável ao encerramento do caso.

Cada projeto prosseguia por cronogramas diferentes, havendo projetos que estavam se adiantando mais (Brígida em Orocó, Pedra Branca em Curaçá, Bloco 1 de Barreiras na Borda de Lago em Pernambuco) e outros que se mantinham muitíssimo atrasados (como Caraíbas em Santa Maria da Boa Vista e Bloco 2 - Barreiras na Borda de Lago em Pernambuco). Localmente, a diferença nos cronogramas ocorria de acordo com fatores tão diversos quanto a (in)viabilidade dos lotes para agricultura, a qualidade da construção das residências, a (in)solvência das empreiteiras contratadas, a presença de "invasores" disputando acesso à area, e as dificuldades/facilidades técnicas enfrentadas para a implantação do sistema de irrigação.

É nesta fase, quando a diminuição dos investimentos determina uma morosidade que desanima os mais otimistas dos reassentados, que se inicia uma inversão no discurso sobre os custos dos projetos, culpando as vítimas. Como o Pólo Sindical havia previsto um hiato inevitável na base de subsistência entre o período do traslado e a primeira colheita, ele garantiu, no acordo assinado com a Chesf em 1986, a verba de manutenção temporária (VMT) para o sustento da família até estar produzindo e vendendo nos novos lotes irrigados. Era o governo que não conseguia

aprontar os lotes, mas se espalhou a idéia que a Chesf estava "pagando os reassentados para ficar na área e não fazer nada", sugerindo que se tratava de um bando de desocupados, aproveitadores e preguiçosos. É uma imagem muito diferente daquela dos agricultores trabalhadores, de meios modestos, que, antes da barragem, lutavam com irrigação na beira do rio com uma taxa de desemprego aproximando zero!

A Chesf estava acuada diante dos projetos de Itaparica. Enquanto espalhava lindas fotos e descrições dos desafios técnicos superados com máquinas moderníssimas na construção da barragem de Xingô, procurava se silenciar sobre Itaparica. O Pólo, as ONGs e a Igreja mantinham pressão, promoviam eventos e passeatas e contatavam o seu outrora aliado Banco Mundial (que informava que estava imobilizado pela falta de contrapartidas nacionais, parte das regras do financiamento acordado!). Para a Chesf, nunca um sucesso nas agrovilas dos projetos de reassentamento em Itaparica ressoaria tanto quanto a garantia de fornecimento de energia para a Região Nordeste, no entanto, o insucesso estava chamando uma atenção muito incômoda às falhas na administração de um projeto de agricultura irrigada, um projeto que não caracteriza a própria instituição.

Impossibilitada de passar a responsabilidade para as obras necessárias para que os projetos pudessem entrar em funcionamento, a Chesf optou por uma estratégia de, de um lado, manter o controle financeiro e administrativo da parte das obras, ao mesmo tempo em que apostava em repassar a responsabilidade para o funcionamento agricola-tecnica de Codevasf (negociada desde o início), com a sua experiencia notável de promoção de assistência técnica e de agricultura irrigada, sobretudo no pó1o Juazeiro/Petrolina.[17]

[17] Vianna e Menezes citam as competências estabelecidas no convenio entre a Chesf e a Codevasf:

- Chesf: reassentar a população, implantar a infra-estrutura física dos projetos; responsabilizar-se financeiramente pelas atividades e convênios com órgãos especializados na prestação de serviços sociais básicos; responsabilizar-se pelas despesas fianceiras, até cinco anos após o início da operação do projeto, relativas à extensão rural; apoio à produção e comercialização; assistência técnica; administração dos projetos incluindo operação e manutenção das infra-estruturas

O Pó1o Sindical precisou redefinir as suas estratégias de ação diante da pluralidade de condições específicas que encontrava em cada projeto. Além do trabalho diferente de promoção de associações de produtores, armavam-se projetos alternativos de criatório e agricultura (notavelmente com o apoio do Serviço de Cooperação Técnica e Social (SACTES) da Alemanha, e continuava a pressão sobre a Chesf para completar as obras de uma forma aceitável. Percebia uma vontade da Chesf de entregar os projetos sem que estivessem, de fato, completados, e insistia na fiscalização da qualidade das obras de todos os tipos, na manutenção do pagamento da VMT (sempre em pauta para acabar!) até que os problemas fossem resolvidos, e na luta contra a emancipação dos projetos mais adiantados, na medida em que esta emancipação fosse em detrimento à formação de associações fortes e combativas a favor dos interesses dos pequenos agricultores irrigantes.

É nesta conjuntura (1992) que ocorre a formalização do convênio de assistência técnica com a Codevasf, incluindo a contratação de dois consórcios internacionais (um, Hidroservice/Gersar, para os projetos na Borda do Lago; outro, Enerconsult/Projetec/Fahma/ECL, para os Projetos Especiais, nos municípios de Curaçá, Orocó e Santa Maria da Boa Vista. Neste período, intensificam-se as negociações e conflitos (às vezes, velados) entre instituições para diminuir ou dividir a responsabilidade do andamento de Itaparica.

Durante esta fase a Chesf, com o seu orçamento bastante restrito, procura saídas com parceiros govemamentais. As grandes empreiteiras de construção foram afastadas e a responsabilidade para a instalação dos equipamentos de irrigação e infraestrutura passa para o corpo de engenheiros do exército. Era comum ouvir representantes do Pó1o Sindical louvar esta modificação, opinando que estes engenheiros são lentos, mas pelo menos fazem o trabalho sem estar visando apenas o lucro como faziam as empresas anteriores: OAS, Queiroz Galvão, e Odebrecht.

---

sociais e de irrigação; e fornecimento de energia elétrica para os sistemas de irrigação.

- Codevasf: prestar assessoria técnica à Chesf durante a implantação; e, assumir, a partir do quinto ano, a responsabilidade pela manutenção dos sistemas(1994, p. 32).

A política econômica nacional também apressa o processo de preparação para privatização na Chesf, e o grande "albatroz" da companhia é a divida, não só social, mas também financeira, que os projetos de reassentamento implicam (ver JORNAL DO COMMERCIO, outubro, 1997). Uma venda lucrativa da Companhia dificilmente ocorreria diante das promessas assinadas e não cumpridas em Itaparica. Como se ver livre deste custo para emplacar um resultado positivo no processo de privatização? Ao repassar as responsabilidades para outras instituições governamentais, a Chesf demonstraria que não deixou os reassentados desamparados, ao mesmo tempo que abriria o caminho para uma privatização que atrairia compradores fortes.

Desde o início do convênio com a Codevasf, esta mostrou que, nas condições em que o reassentamento se encontrava, ela não era candidata a assumir a responsabilidade. Muito pelo contrario: preparou um relatório que acusa frontalmente a Chesf de incompetência técnica na execução de projetos de irrigação (citando elementos como espaçamento de aspersores, qualidade inferior de materiais, conexões e instalações mal feitas, e equipamentos sofisticados comprados sem instruções para acompanhá-las). Reforçando o seu papel tradicional de "conhecedor de técnicas de irrigação", a Codevasf também faz um recuo no que diz respeito à responsabilização pelos projetos de reassentamento ao categorizá-los como "excluídos" das áreas de atuação do terceiro distrito de irrigação (de Petrolina-Pernambuco) e do sexto distrito (de Juazeiro-Bahia).

Os técnicos da Codevasf encaram Itaparica como "uma experiência", em que as salas montadas no escritório de Petrolina para a sua administração servem como "um espaço intermediário de informações", com a coordenação formal localizada em Brasília, e ocupando uma ínfima parte do total das ações coordenadas a a partir do Distrito Federal. As informações técnicas são coletadas e bem organizadas em relatórios mensais, com um acompanhamento criterioso e detalhado em cumprimento das suas obrigações conveniadas.

Adicionalmente, embora os técnicos da Codevasf e dos dois consórcios não sejam uníssonos, não é difícil ouvir, entre eles, os mesmos tipos de comentários usados para questionar a capacidade

técnica de colonos em outros projetos. Mesmo reconhecendo a legitimidade do processo político que desembocou na criação dos projetos, este mesmo processo é evocado para reforçar os comentários desclassificadores desta população "que não foi submetida a um processo de seleção", ou "que não sabe botar a dosagem certa de veneno nas plantas, danificando as que querem proteger". Em mais uma alusão a metáforas evolucionistas, um funcionário da Codevasf frisa o desconhecimento anterior dos reassentados ao dizer "passar de irrigação de balde para irrigação de aspersão é como passar da roda para o computador". No capítulo 7 (como em SCOTT, 1999) examino este processo de negação dos conhecimentos anteriores dos agricultores reassentados, questionando a sua capacidade de absorção de novas técnicas. É a preparação de um discurso que os identifica como potenciais responsáveis por fracassos futuros dos projetos (independente das outras razões).

Subjacente a todo este afastamento da Codevasf destes projetos, está uma previsão bastante pessimista sobre os seus rumos. O reforço a esta previsão veio quando, após cinco anos do convênio, a Chesf só conseguiu iniciar uma produção agrícola irrigada em apenas alguns locais (os já citados Brígida, Pedra Branca e Bloco 1 de Barreiras da Borda de Lago em Pernambuco). Mais que para a metade da população não foi capaz de instalar a infra-estrutura nesse período. Nestas condições, isenta-se das cobranças sobre as partes incompletas deixadas por outros, a Codevasf não negou o papel de coordenar a assistência técnica nos projetos, tarefa bem remunerada que a instituição realiza com o prazer de reafirmar o reconhecimento da sua capacidade técnica e o seu papel norteador dos rumos de irrigação no Vale do São Francisco.

Mas sempre há um raio de esperança. Sobre o futuro dos projetos, os boatos, com fundamento ou não, que circulavam em meados de 1997, foram semelhantes aos boatos que circulavam nos tres anos anteriores: o Banco Mundial finalmente iria liberar o dinheiro para terminar os projetos (ver VIANNA; MENEZES, 1994: 36, sobre o mesmo boato em 1993). A esperança era depositada no Banco Mundial, e não no govemo federal, sobre o qual pairava a fama documentada por uma comissão parlamentar

de inquérito, de deixar obras incompletas. Todos sabiam que o Banco não escondia a sua insatisfação com o andamento do reassentamento. Para retomar o investimento, algumas considerações tinham que ser pesadas: primeiro, havia alguma forma de driblar as exigencias de contrapartidas completas do govemo brasileiro? Segundo, as críticas sobre o alto custo por reassentado doíam na alma contabilista do Banco, e internamente havia necessidade dos interessados em resgatar a imagem social do banco em convencer os colegas contábeis de que valia a pena investir mais. Terceiro, existe mesmo alguma expectativa de sucesso nos projetos, podendo fazer "as vítimas tornarem-se beneficiados?" Os boatos de meados de 1997 sugeriam que, com mais probabilidade que nos anos anteriores, a resposta do Banco a estas indagações era positiva. O sinal postivo era um fator alentador para o Pólo, sugerindo que reascenderia, indiretamente, a parceria histórica com o Banco.

O Pólo sempre se atualiza nas questões a serem tratadas, e neste período estava num processo de se reagrupar diante dos mesmos fatores que incomodavam à Chesf e (nem tanto) à Codevasf. O sucesso das pressões para o reassentamento no fim da década de 1980 criou uma notoriedade política para muitos representantes sindicais. Isto levou diversos representantes importantes a participar em eleições municipais em 1992 e, em menor escala, em 1996, e em sucessivas eleições. Esta realidade intensificou o desafio de articular estratégias sindicais que pudessem ora representar oposição, ora representar colaboração com as diferentes administrações municipais. Com o avanço do tempo e a continuação de morosidade na implantação dos projetos, o caminho de participação politica eleitoral não deixou de existir, mas não se deslanchou como caminho exitoso nem prioritário.

Quando alguns projetos iniciaram a sua produção agrícola em 1994, o Pólo enfrentou uma realidade ainda mais complexa para promover o seu projeto de apoio a pequenos produtores, agricultores irrigantes, bem diferenciados dos projetos da Codevasf (VIANNA; MENEZES, 1994: p. 44). Acrescentado a insistência no cumprimento do resto das responsbilidades da

Chesf, o problema, antes previsto, era como organizar a produção, formar associações, acessar informações sobre mercados consumidores e preços, controlar a entrada de agroindústrias, e controlar o preço de insumos (sobretudo da energia elétrica, muito cara nestes projetos!). Mesmo que se complexificasse o exercício do sindicalismo, o Pólo não recuou diante da nova agenda. Em meados de 1997, percebendo as políticas de "afastamento" e a iminência do possivel encerramento do convênio de assistencia técnica entre a Codevasf (com os seus consórcios associados) e a Chesf, ele estava pleiteando, no meio de muita polêmica e de questionamento sobre as implicações sobre a radicalidade e objetividade da sua atuação política, assumir a assistência técnica nos projetos. Colocado por alguns dos representantes sindicais nos termos mais simples, o argumento usado era de que os consórcios "nao tinham resolvido nada" e a Chesf "precisava soltar o controle do dinheiro que ninguém via". Não sem a devida cautela, o Pólo apostava na possibilidade de uma grande modificação na administração dos projetos que poderia redundar numa nova dimensão no seu papel histórico de defensor de um modelo alternativo para beneficiar a população reassentada.

A mancha nos perímetros irrigados

Dentro da sub-região de Itaparica, há desafios adicionais, que, quando somados às condições criadas em torno do reassentamento, elucidam ainda mais o porquê de a Codevasf julgar inoportuno expandir, a jusante, os domínios do seu modelo de agricultura irrigada fortemente articulada a empresas rurais.

Primeiro, a área constitui grande parte do chamado "polígono da maconha", onde há atores poderosos cujos domínios seriam ameaçados ainda mais por uma expansão destas empresas. Inclusive, os próprios reassentados precisam combater, sistematicamente, uma imagem criada pelos seus detratores, de que muitos são participantes nesta produção e comércio de maconha. São raros os reassentados que se envolvem nestas redes de plantio e de tráfico, traçadas por outros.

Segundo, a própria violência se manifesta em outras formas nesta área, como em assaltos a carros e a ônibus, bem como

em brigas de familias que atravessam gerações (SÁ, 1974). O sistema de segurança pública não reprime, efetivamente, esta violência, fazendo com que a operação comercial e empresarial seja dificultada na região. Os técnicos do consórcio dos Projetos Especiais informaram que muitos carros tinham sido roubados nos poucos anos de serviço prestado pelo consórcio. Os técnicos estavam sempre preocupados com assaltos.

Terceiro, os interesses econômicos (plantadores, compradores, transportadores) estabelecidos desde os primeiros anos de irrigação em Cabrobó, Orocó e Belém são diferentes dos interesses das agro-exportadores de Juazeiro/Petrolina (SCOTT, 1999).

Quarto, há grandes extensões de solo inaproveitável para agricultura irrigada (fator que foi determinante na dispersão inicial dos projetos nos lados - pernambucano e baiano).

Quinto, a infra-estrutura rodoviária perdura com uma manutenção extremamente precária, prejudicando o escoamento da produção.

Em resumo, além de todos estes fatores, o argumento principal é que são as estruturas de poder formadas em torno da construção da barragem de ltaparica que, em vez de alavancarem a expansão do modelo agroexportador, a obstacularizam e apresentam o novo domínio, alternativo. Sem o caminho aberto para promover, entre os reassentados, uma ação analógica de "seleção natural" de colonos, assim dificultando a entrada de empresas rurais e agroindústrias exportadoras com base em Juazeiro/Petrolina, tem sido mais prudente para a Codevasf manter um afastamento estratégico, que reconhece a sua capacidade em assistência técnica rural, mas que não a compromete com os rumos tomados pelo projeto. Ao criticar, tecnicamente, o seu contratante, a Chesf, evita de assumir responsabilidade pelo reassentamento, e evita uma confrontação direta sobre modelos diferentes propostos para agricultura irrigada.

De fato, parece que a sua divergência com o Pólo Sindical pode ser vista como bem maior que a sua divergência da Chesf. A Chesf tem claras prioridades na área de geração e distribuição de energia, e estas são mais complementares do que contraditórias às

prioridades da Codevasf na área de agricultura irrigada. O Pólo Sindical, no entanto, defende uma proposta baseada em irrigação por pequenos produtores familiares. Esta proposta é diferente, na sua concepção, daquela dos projetos iniciados desde os tempos da CVSF e a SUVALE, os quais falavam no apoio ao pequeno produtor, mas que praticavam o apoio à sua substituição por empresas rurais, mais capitalizadas. É a presença do Pólo e da história de negociações que faz a diferença.

Mediador local em defesa da população atingida, o Pólo está disposto a negociar para beneficiar às 40.000 pessoas reassentadas nos quase 20.000 hectares irrigados, com mais de 5.000 lotes distribuidos de uma forma muito dispersa entre 110 agrovilas. No processo de defender estes interesses, ele tem participado num processo histórico que diferenciou a região de Itaparica de tal forma que ela ainda representa "uma promessa não cumprida". Este sinal negativo circunscreve uma realidade que requer muita agilidade e firmeza para lidar com os muitos problemas internos dos projetos, e gerais da sub-região para inverter o sinal negativo, tornando a região uma referência para a possibilidade do estabelecimento de um modelo alternativo de agricultura moderna que beneficia o pequeno produtor.

Capítulo 7
Investindo no ambiente e transformando o campesinato: o reassentado como o risco[18]

Desde 1988, as margens férteis do Rio São Francisco na Bahia e em Pernambuco, num trecho em torno de cento e cinquenta quilômetros a montante da parede da barragem de Itaparica, encontram-se debaixo das águas do lago criado por engenheiros. Fruteiras, algorobeiras, pasto, plantios de chuva e, acima de tudo, muitos campos irrigados que produziam feijão, melancia, tomate, cebola, uva, e diversos outros produtos foram todos inundados. Os agricultores que tiravam o seu sustento desta região privelegiada já estão entregues a um novo destino num ambiente novo, construído para eles graças a um conjunto de fatores, favoráveis e desfavoráveis. As suas reivindicações numerosas e complexas foram, e são, hábilmente articuladas pelo Pólo Sindical, uma entidade que reúne diversos sindicatos de trabalhadores rurais dos municípios na área atingida.

A redemocratização e uma persepectiva mais crítica do Banco Mundial, financiador externo do projeto, devido a fracassos sucessivos em projetos semelhantes, favoreciam movimentos sociais reivindicatórias, e intensificavam as exigências que os antigidos fossem tratados como "beneficiados", alvos de programas de desenvolvimento, e não apenas como "vítimas" que estavam no caminho e tinham de ser removidas. Na primeira fase da construção do novo ambiente para estes agricultores, os construtores foram contratados, orientados e fiscalizados pela Chesf, empresa estatal de engenharia ligada ao Ministério de Minas e Energia, cujo objetivo principal é **gerar energia**. Na segunda fase, efetivamente iniciada cinco anos após o enchimento do reservatório e o translado da população, a contratação, orientação e fiscalização sobre o uso deste novo ambiente caberia à

---

[18]A pesquisa "O Reassentamento em ítaparica, no Vale do São Francisco e em Pernambuco" recebeu auxílios financeiros da FACEPE e do CNPq. É uma versão modificada do trabalho **Riscos aos reassentados no ambiente construído pela barragem de Itaparica investindo no ambiente e transformando o campesinato,** publicado nos Anais do *Encontro Nacional de Estudos Populacionais,* 9. Belo Horizonte, ABEP, v. 2: p. 385-398.

Codevasf – outra empresa nacional, ligada ao Ministério de Integração Regional, cujos projetos enfatizam o estabelecimento de perímetros irrigados agroexportadores com colonos selecionados.

Este capítulo examina as principais modificações ocorridas no ambiente, enquanto campo de praxis e de simbologia, inserido num processo interativo de reapropriação social e cultural do espaço por diversos agentes sociais, dando destaque a alguns pontos nodais de interação onde se travam disputas de poder que apontam as transformações e resistências da população camponesa mais diretamente influenciada pela ação em estudo. Demonstra como a construção física e simbólica do ambiente novo se associa proximamente às finalidades principais das próprias empresas contratantes. Examina também leituras alternativas deste processo de construção do ponto de vista de reassentados - ex-agricultores da beira do rio que passaram pela experiência de serem "atingidos" antes de se agregarem à categoria de "reassentados". As práticas e discursos técnicos, políticoinstitucionais, sócioeconômicos e culturais, ilustram a rearticulação de estruturas de poder na transformação social do campesinato realizada no contexto de grandes projetos de desenvolvimento.

Problemas na administração do reassentamento: ambiente e população

Em julho de 1994, o Pólo Sindical, envolvido no complexo e contínuo processo de renegociar a sua relação com a Chesf (arqui-responsável pela articulação dos diversos interesses, públicos e privados, no projeto de desenvolvimento), e insatisfeito com o andamento da implantação do reassentamento, preparava-se para mais uma cobrança do "cumprimento das promessas", desta vez, através de um encontro direto com o presidente da instituição. Nesta altura dos acontecimentos, os dirigintes do Pólo identificavam, entre os muitos problemas enfrentados e sem nenhum ordenamento expresso de prioridade dentro do conjunto, quatro problemas cujas resoluções representavam desafios difíceis de serem superados pela Chesf. A apresentação destes problemas ilustra o campo do discurso sobre ambiente e população, em que as práticas e os símbolos do novo ambiente construído se formam

como parte de uma teia de relações sociais entre os diversos agentes.

Os quatro problemas são identificados através das referências espaciais da forma que se enquadram no planejamento do reassentamento: 1. Projeto Barreiras em Petrolândia, 2. Projeto Jusante em Glória, 3. a Cidade de Itacaruba, e 4. Rodelas-Chorrochó.

No Projeto Barreiras em Petrolândia, Pernambuco, duas situações problemáticas despontam: a) a implantação de grande parte do equipamento infraestrutural e de irrigação se encontra totalmente parada desde quando as empreiteiras subcontratadas (OAS e Queiroz Galvão) entraram na lista de firmas investigadas no esquema Paulo César Farias de desvios orçamentários; e b) acima de 500 hectares de terra, divididos em lotes para mais de 100 famílias, foram condenados como imprestáveis para agricultura, requerendo uma nova procura de terras para um re-reassentamento.

O Projeto Jusante em Glória, Bahia, toma as feições de uma ficção administrativa por falta de clareza sobre as fontes de recursos para a sua implantação. Idealizado como uma maneira da população local se manter próxima às suas origens, foi bancado pela Chesf, parcialmente, como resgate de uma dívida social institucional histórica, contra as indicações técnicas (e consequente exclusão de financiamento) do Banco Mundial. O projeto se destina a abrigar centenas de famílias, algumas das quais são descendentes de outras famílias que já experimentaram reassentamento com a construção do complexo barrageiro de Paulo Afonso há mais de quatro décadas. As dificuldades de achar "parcerias" para implementar o projeto o localizava como o último item no cronograma, já muito atrasado, de financiamento da Chesf.

Na cidade pernambucana de Itacaruba, inundada e reconstruída em novo local, a população residente não conta, como contava antes, com áreas de produção agrícola próximas, já que os habitantes das áreas rurais ou foram reassentados em projetos especiais distantes em torno de cem quilômetros (Projeto Brígida ou Projeto Caraíbas), ou foram reassentados dentro da própria nova cidade de Itacaruba, sem acesso a terras para plantar. A

combinação de influência de políticos locais e a promessa do fornecimento de uma solução técnica para o problema de terras impróprias para agricultura, através de projetos consorciados de aves, suínos e peixes" (piscigranjas) levou muitos ex-agricultores a escolher a opção de morar na cidade. O fracasso dos projetos consorciados e o decréscimo acentuado de atividades econômicas produtivas e comerciais após o reassentamento resultou numa superlotação da cidade em relação às suas possibilidades, contribuindo para o incremento de demandas para solucionar os problemas dos seus residentes, sobretudo dos "para-rurais" (designação técnica dos administradores dos projetos para moradores urbanos que viveriam de atividades agrícolas no campo). Como resolver estes problemas estava na pauta de estudo pelos administradores do reassentamento.

Em Rodelas-Chorrochó, na Bahia, os problemas são complexos, envolvendo pelo menos três questões: a primeira, de ordem técnica sobre as construções precárias e o fornecimento irregular de água para os projetos de irrigação na Borda do Lago; a segunda, sobre os "para-rurais", principalmente de Chorrochó, que enfrentam uma situação parecida com os de Itacuruba; e a terceira, que envolve as especificidades do grupo indígena Tuxá, que, na hora do enchimento do lago, em negociação diferenciada, foi reassentado numa área declarada tecnicamente inviável pela análise pedológica, e que, após seis anos, resolveu que o reassentamento deveria ser em outro local, respeitando a situação atual do grupo, já subdivido em dois, separados pelos mais de mil quilômetros de distância entre os dois locais designados aos grupos indígenas, Rodelas e Ibotirama, em decorrência do primeiro reassentamento.

Cada área problemática mencionada aqui mereceria um estudo muito mais detalhado a parte, mas uma leitura do conjunto de problemas identifica três "pontos nodais de interação nos quais se travam disputas de poder" entre os agentes envolvidos no processo da construção de um novo ambiente. O primeiro ponto nodal ressalta as próprias limitações do ambiente físico em suportar povoamento com atividades agrícolas, criando um campo de práticas e discurso que põe em relevo as capacidades técnicas humanas de lidar com o ambiente. O segundo ponto ressalta o

confronto técnico e políticosocial sobre os procedimentos mais adequados para o reassentamento, no qual a história e os interesses particulares marcam um campo em que a sensibilidade às especificidades de grupos locais leva a um redimensionamento dos elementos componentes do ambiente, permitindo uma reavaliação do "puramente técnico". O terceiro ponto ressalta as irregularidades administrativas que apontam as reais limitações no poder do Estado e das classes dirigintes em efetivar projetos de grande porte de acordo com um planejamento idealizado de reordenamento do ambiente físico e social que não corresponde a cronogramas executáveis dentro da realidade orçamentária nacional e do efetivo compromisso destes grupos com as metas específicas dos projetos.

Estes campos de prática e de discurso reaparecem constantemente em diálogo com os agentes sociais diretamente envolvidos no processo: os dirigintes de instituições como Chesf e Codevasf, os administradores e técnicos das empresas privadas contratadas para levar a cabo os planos escritos, os diversos representantes das populações anfítriães dos reassentados (prefeitos e oficiais governamentais locais, comerciantes, fazendeiros, etc.), os representantes sindicais, integrantes de organizações não-governamentais atuantes na área, e, acima de tudo, os próprios reassentados. Recuperando a idéia do ambiente como fio unificador destes discursos, percebe-se que se trata de sempre identificar a fragilidade e a complexidade da modificação do ambiente físico como alvo de investimentos e esforços adaptativos, sendo as transformações sociais e culturais requeridas aos reassentados representadas como uma decorrência "natural" de tais investimentos. A resistência manifesta dos reassentados a estas transformações, vista pelos outros agentes, transforma-se num questionamento que quase sistematicamente desqualifica as raízes sociais e culturais do campesinato irrigante originário da beira do Rio São Francisco, enaltecendo a nova categoria social projetada de agricultor irrigante de projetos - bem integrado ao ambiente capitalizado criado através de investimentos vultuosos governamentais.

A construção do novo ambiente: altos riscos, altos retornos e os reassentados

Qualquer projeto das dimensões da construção da barragem de Itaparica, da remoção e reconstrução de três cidades, e da recriação de uma base de sustento de agricultura irrigada para acima de 40.000 agricultores, é fadado a encontrar múltiplos problemas técnicos na construção e no manejo do novo ambiente. Mesmo assim, o aparecimento de problemas técnicos é uma ocasião para os agentes na área delinearem mais claramente os seus interesses divergentes. O âmbito técnico é o âmbito legitimador dos engenheiros planejadores e executores da construção, com o símbolo-môr na própria barragem edificada, criadora do lago e geradora de 2.500 rnegawatts de energia. A imagem da empresa se espelha nos seus sucessos técnicos - e depois da barragem de Itaparica, a próxima barragem (Xingó), representou o sonho publicitário para a empresa - exigindo obras de engenharia espetáculares para gerar muito mais que 2.500 megawatts de energia sem deslocar muita gente. Mas é justamente por conter tanta importância simbólica que o âmbito técnico também se torna o locus para questionamentos fundamentais, sobre a viabilidade e seriedade dos projetos. E isto ocorre especialmente durante o processo do reassentamento que requer o domínio de técnicas diversificadas, nem sempre inteiramente sob o controle dos engenheiros. É nesta hora que a Chesf recorre ao seu favorito argumento descompremetedor de que "nós somos uma empresa de gerar energia, não dê projetos de irrigação". Abre, assim, uma brecha, senão para o perdão, pelo menos para a compreensão, da ocorrência dos erros técnicos numa área não-familiar à empresa.

Não se trata de listar os muitos problemas técnicos enfrentados na construção do novo ambiente para os reassentados. O que se mostra é como alguns dos mais importantes destes problemas se traduzem em pontos dialógicos para delinear as diferenças entre agentes sociais. Neste sentido, há um conjunto de problemas técnicos que a fiscalização da Codevasf categoriza como eminentemente prejudiciais e estreitamente relacionados à inexperiência da Chesf na área do manejo de recursos hídricos

para a formação de campos de plantio irrigado. Desde o início do projeto de reassentamento se previa a entrada da Codevasf (Veja o capítulo 2, capítulo 6), ou alguma entidade semelhante, na fase de plantio irrigado, e desde 1993 o contrato de assistência técnica na área dos projetos passou para a Codevasf e duas empresas consorciadas particulares sub-contratadas por ela, enquanto a Chesf funcionava como repassador de recursos. Daí em diante os problemas técnicos enfrentados serão fio gerenciamento e manejo de recursos hídricos pelos novos irrigantes, e a Codevasf não está disposta a assumir os prejuízos decorrentes de erros na administração anterior. Os documentos elaborados pela Codevasf explicam que as estações de bomba que enviam água para os projetos foram entregues sem as instruções de operação que mostravam os níveis ótimos de operação, o que implica em desgaste e desperdício desnecessários. Também questionam a qualidade das válvulas distribuidoras, e demonstram que alguns campos entregues com o seu equipamento de irrigação implantado possuem erros de cálculo sobre a distância alcançada pelos aspersores, o que acarreta na criação de manchas secas virtualmente incorrigíveis na terra irrigada, e a consequente perda de parte do potencial produtivo de cada lote. Ao ressaltar estes problemas, a Codevasf anuncia que a sua preocupação técnica será diferente que a Chesf, que na explicação de um técnico "a Chesf estava ansiosa de sair da administração destes projetos, e assim aceitou os erros técnicos". A Codevasf pretende garantir uma produção regular e previsível (potencialmente prejudicada em todos os três problemas técnicos identificados), permitindo a plena integração dos projetos com as redes comerciais de produtos da agricultura irrigada.

Já os problemas técnicos identificados pelos próprios reassentados se situam em outro terreno. Preocupados com a relação da sua própria base de sustento e de moradia com as contribuições técnicas fornecidas pela Chesf, eles chamam atenção a problemas na qualidade e na própria escolha da localização de moradias e lotes. Um reassentado, ecoando a voz de muitos, falou com admiração sobre a quantidade de rolos de tela metálica que tinham sido empregados para reforçar as paredes rachadas da sua casa na agrovíla - dizendo que dava para construir mais que uma

casa adicional com o dinheiro empregado nos reparos. A entrega de numerosos lotes imprestáveis para agricultura, que estava sendo arduosamente readministrada pela Chesf, foi visto como desconhecimento mesmo, das áreas designadas. Um representante sindical sugeriu que os lotes foram divididos pelos técnicos governamentais através de um "macroestudo" aerofotométrico, sem pisar na terra. A ênfase dada ao termo "macro" serviu para sublinhar o desconhecimento individual dos lotes pelos técnicos, conhecimento que só os "micro"-reassentados adquiririam ao planejar o uso da sua terra. Outros reassentados estranharam o fato de não ter havido nenhum aproveitamento da madeira que ficou submersa, questionaram a qualidade da água para uso doméstico (especialmente para beber), e ficaram preocupados diante da mortandade de alguns peixes provocados por pesca predatória ocorrendo no reservatório. Os comentários dos reassentados, mesmo intercalados com memórias da fertilidade dos seus solos ribeirinhos e abundância de frutas, demonstraram uma admiração com a técnica de canais e equipamentos de irrigação (salvo os que foram prejudicados pelo erro técnico de cálculos sobre o alcance dos aspersores) e uma expectativa que isto pudesse resultar neles voltarem a produzir após muitos anos de espera. Resta sempre, a preocupação que alguns outros erros técnicos sobre o potencial dos ambientes possam chegar a comprometer futura produção, assunto sobre o qual o Pólo Sindical se debruça com regularidade, pedindo esclarecimento e reparações à Chesf, e lançando mão ao apoio de técnicos estrangeiros (do Serviõ Alemão de Cooperação Técnica e Social - SACTES) e outros.

O discurso técnico é fundamental, pois legitima todo o projeto, e se pauta, acima de tudo, sobre o investimento competente, visivelmente comprovável, de enormes montantes de recursos. A realização de uma modificação permanente no ambiente, obedecendo a todas as etapas legais (inclusive a realização do Relatório do Impacto sobre o Meio Ambiente - RIMA, ainda pouco legislado e fiscalizado na época), dentro de um cronograma que permitiu evitar o colapso iminente de fornecimento de energia para os grandes centros consumidores nordestinos, capacita simbolicamente a Chesf para representar o

avanço da tecnologia a serviço da sociedade. Dentro desta lógica, os recursos recebidos se destinam justamente para possibilitar o domínio do homem sobre a natureza. Os eventuais problemas técnicos encontrados no processo da construção e da instalação do reassentamento, mesmo servindo como pontos de referência para a formação de discursos que diferenciam os agentes sociais envolvidos no processo, não abalam a força do discurso técnico - afinal de contas, também são os próprios técnicos que resolvem problemas técnicos.

Mas nem todos os problemas enfrentados podem ser caracterizados como problemas técnicos: a rotulação de um problema com "técnico" pode servir para retirá-lo de uma pauta de reivindicações, remetendo a responsabilidade sobre decisões (às vezes mais políticas que técnicas) às instituições responsáveis pela implantação formal do projeto. A constituição do campo institucional-político delimita algumas fronteiras dentro das quais os diversos componentes do projeto de desenvolvimento se adequam para se situar na disputa de poder entre os agentes sociais.

Itaparica é apenas uma de dezenas de barragens planejadas no país, e ainda mais, apenas um de uma miríade de projetos de desenvolvimento, um campo mais amplo no qual as grandes empreiteiras transitam com a maior facilidade, definindo e redefinindo suas relações com o Estado e com a sociedade civil, convivendo com o compartilhamento de um calendário de eventos, licitações e leilões que formam a sua *raison d´etre*. O poder, aparentemente gigantesco, de operação do projeto, apequena-se diante de ocorrências mais amplas como escândalos de desvios orçamentários cujas repercussões, muito além do limites do próprio projeto, ainda resultem na paralisação total de obras numa área destinada a atender as demandas de um quinto da população reassentada (Projeto Barreiras-Borda de Lago, Pernambuco). A resolução do impasse também extrapola os limites do projeto específico, e demonstra a sua intrincada relação com projetos semelhantes no campo político e institucional.

Desta forma, os sucessivos adiamentos na implementação do projeto diante da falta de verbas no orçamento nacional, e a manutenção de um estado semi-perrnanente de processo de

negociação com o Banco Mundial, são empregados para retirarem dos administradores diretos do projeto parte da responsabilização pelas condições precárias em que muitos dos reassentados se encontram. O campo instítucional e político nacional, "a crise", torna-se uma espécie de caixa preta que põe rédeas nas ações da Chesf e da Codevasf, e que ainda exige respostas do Pólo Sindical (uma visita direta à sede do Banco Mundial em Washington; exigências de compromissos diretos com o presidente da Chesf e não com os seus subordinados, etc.), para poder efetivar a retomada da ação.

No caso específico de Itaparica, e mesmo lembrando que há divergências internas a todas as instituições, as particularidades do projeto fazem com que muitos dos representantes das instituições responsáveis pela sua administração achem formas de reafirmar os objetivos empresariais, e, simultaneamente, ambiguamente desqualificarem os reassentados como atores valorizados dentro destes objetivos. Criam uma condição de 'limbo" político para os reassentados. A desqualificação é mais fácil de entender do ponto de vista dos objetivos da Chesf: os reassentados não geram energia, dificilmente podem se tornar "o cartão-postal" de sucesso do estatal. Pior ainda, na sua perspectiva, é que as constantes reivindicações para recompensas, veiculadas pelo Pólo Sindical, parecem eternizar simbolicamente uma relação que a instituição anseia acabar - ressaltando as perdas sofridas por uma população produtiva, e reforçando a interpretação da autoria dos ganhos como parte da luta sindical, e não como uma "doação″ ou "presente" do governo a uma população pobre e desassistida. Quando representantes da institução são pressionados a falar sobre o assunto, enfatizam os aspectos de "reforma agrária" do projeto, alegando que antes do reassentamento estes agricultores que iriam ganhar lotes irrigados não tinham nada, minimizando toda a sua experiência anterior como agricultores irrigantes. Apesar do fato de que em torno da metade dos agricultores eram pequenos proprietários ou posseiros (já se viu acima, no capítulo 2, que um representante mudou esta porcentagem para 10%), o discurso lembra mais dos meeiros em fazendas e dos diaristas – os despossuídos, num discurso institucional que supervaloriza a criação do novo ambiente pelos engenheiros recém-chegados e

subestima a perda do ambiente antigo, historicamente aproveitado pela população.

Para as instituições que administram o projeto, uma vez que o novo ambiente é "construído", é importante manter a sua valorização através de um manejo que assegure o bom retorno ao investimento. Nesta hora, quando a responsabilidade governamental passa da Chesf para a Codevasf, os reassentados descobrem que a sua auto-identidade de agricultor produtivo, já em processo de transformação, acrescenta maís desdobramentos. Ocupam as "margens" das instituições governamentais dedicadas à administração das condições das suas vidas. A Codevasf é cautelosa em assumir um projeto que julga ser cheio de problemas decorrentes de uma concepção política e técnica que o diferencie do seu raio de açao predileto - os perímetros irrigados da área de Petrolina e Juazeiro. Com uma equipe relativamente pequena dedicada à administração e fiscalização dos seus dois "consórcios" subcontratados para atuar na área, são receosos de participar em reuniões e eventos nos quais poderiam ser responsabilizados, ou pela ocorrência ou pela correçao, de erros que atribuem à gestão da fase anterior pela Chesf.

Um técnico explicou que não foi propriamente a vontade da Codevasf que a levou a entrar no projeto, e sim a exigência do Banco Mundial de que a supervisão da assistência técnica estivesse sob o controle de uma empresa nacional de irrigação - esta sendo a única opção. Assim, a Codevasf recebeu em mãos um conjunto complexo de projetos que considera "anomalias", diferentes dos seus outros projetos porque os agricultores reassentados, elogiáveis pelo merecimento das suas reivindicações, de fato, não foram selecionados de acordo com as suas potencialidades administrativas, como normalmente ocorre nos seus projetos. Assim, não são "colonos" - a classificação costumeira dos agricultores-pequenos empresários em áreas de atuação da Codevasf. Os próprios reassentados também não pleiteam esta classificação, pois valorizam a história particular da sua luta organizada em torno de recompensas por perdas (o que é bem simbolizado na lema da sua ação - "terra por terra na borda de lago".) Mesmo diante da empolgação de alguns dos seus técnicos diante das possibilidades de melhora futura para os reassentados,

as diferenças entre estes agricultores e os outros com os quais já lidaram são relembrados, com regularidade, como elementos obstaculizadores. Em termos do discurso ambiental-institucional, a sugestão é de que o novo ambiente construído pela Chesf (um investimento muito caro, já permeado por falhas), poderia estar sendo colocado em risco por não ser manejado adequadamente pelos agricultores, inexperientes e incapacitados, que residem nele. Vítimas de uma agressão inicial ao seu ambiente ribeirinho tradicional, no processo do reassentamento, de acordo com este discurso os próprios agricultores se tornam uma ameaça a um ambiente, bem menos rico em potencial agrícola, mas bem mais valorizado, tanto por ter sido criado através de capital internacional emprestado, quanto por estar articulado numa rede agro-industrial exportadora em franca expansão.

No campo do discurso sobre a situação socio-econômica dos reassentados, as divergências se tornam ainda mais transparentes. Entre os altos administradores da Chesf, cultiva-se uma imagem de miserabilidade tão generalizada no Sertão que permite declarações como "as duas classes mais ricas do sertão são os aposentados de Antônio Britto[19], e nossos reassentados que recebem esse salário" (referência aos dois e meio salários da verba de manutenção yrmporãria - VMT, conquistados/cedidos em acordo assinado entre a Chesf e o Pólo Sindical, até a primeira colheita irrigada nos novos lotes). Esta imagem retira a história particular dos ex-agricultores ribeirinhos, situando-os numa realidade sincrônica atual onde as imaginadas condições privilegiadas são frutos de uma aparente generosidade do Estado (via a Previdência Socal - o INAMPS - e via a Chesf).

Contada diacrônicamente pelos reassentados, a representação da situação sócio-econômica mais frequente é muito diferente. Ressalta o empobrecimento e os impedimentos à realização da reprodução de uma classe de agricultores antes ocupados e produtivos. Antigamente acostumados ao trabalho familiar na roça, os reassentados vivem uma vida pós-traslado extremamente diferente e preocupante. Como falou um reassentado numa reunião com

[19] Ministro de Previdencia na época.

os técnicos, fazendo referência à disposição urbanizada das agrovilas "antes morávamos separados e vivíamos unidos, hoje moramos unidos e vivemos separados". Quem morava em casas espalhadas pelo campo, perto das roças, agora está nas novas agrovilas, a parte humana do meio ambiente criado, obedecendo as considerações técnicas de fornecimento de água, luz e serviços diversos. Há uma média de 55 casas amontoadas cerca-a-cerca no traçado de ruas planejadas, expondo os problemas privados de cada casa ao olhar público da vizinhança. A relativa falta de fruteiras e de produtos de plantio para consumo doméstico e para trocas e distribuição entre amigos e visitas é uma das confirmações mais claras do processo de empobrecimento. No novo ambiente em criação, ainda há muitos que, após uma das raras colheitas possíveis sem irrigação, têm que comer "puro" o feijão de chuva, porque não houve onde plantar os temperos - a mistura, e não há criatório para abater, nem aonde comprar carne, para juntar ao feijão. O reassentado julga a sua pobreza pelo que tem para pôr na mesa, não pelas cifras, tão prezadas pelos planejadores e administradores, que o identificam como detentor de uma renda mensal "acima da média" no Sertão. Antes do reassentamento, o agricultor não ganhava nenhuma "verba de manutenção temporária", mas plantava e criava. A sua dependência nos comerciantes não era tão acentuada. Para muitos, depois do reassentamento, o desmantelo é tanto que os comerciantes que fornecem às famílias grande parte dos seus suprimentos mensais e também acompanham a ida para o banco para assegurar o pagamento da dívida, e o início de mais um mês de dependência. Os "até dez" bodes e cabras que a Chesf permitia que cada família levasse em 1987-1988 foram perdidos logo nos primeiros anos em quase todos os projetos - desaparecendo um por um, levado "por gente conhecida" (mas "é melhor não dizer quem”) - na nova morada "desunida", permeada por alcoolismo e violência: as agrovilas. Nem o criatório - tradicional "poupança camponesa" - protege contra o processo de empobrecimento.

O processo de empobrecimento durante a fase de espera para a implementação do projeto, detectado erroneamente como um período de enriquecimento pelas cifras formais que contam o ingresso monetário proveniente da VMT, é somente parcialmente contrabalançado pela expectativa de sucesso e enriquecimento, uma vez que os lotes irrigados começam a intensificar a sua produção e organização. Nutrir este sonho, apostando na viabilidade do cenário futuro em projetos diferenciados dentro de uma região com limitadas outras perspectivas para pequena produção agrícola, é uma das razões de não ter havido uma evasão ainda mais significativa entre os reassentados. Alguns, menos convencidos das boas intenções dos reassentados, diziam, antes do término da VMT, que dava para saber pelo plantio nos quintais quais seriam os que iriam abandonar as agrovilas quando a verba de manutenção temporária fosse cortada - eram os que não plantavam.

Isto é possível, mas muitas outras preocupações, relacionadas com a qualidade da base socioeconômica futura e sua capacidade de aproveitá-la, contribuem para aumentar o receio dos reassentados sobre a sua produtividade futura. Percebem os riscos e a precariedade da relação com este novo ambiente e com a sua referência mais importante - o lote irrigado. Os reassentados que passaram anos a fio sem lotes, ou receberam lotes que não apresentam condições para agricultura – com pedras, com água e com outros impedimentos, depois de mais de uma dúzia de anos começaram a receber outros lotes ou indenizações, conforme as suas preferências e a disponibilidade de terras. Os reajustes feitos, com alguns projetos apresentando dificuldades maiores que outros, passam distante da idéia de "mudar para melhor". Sempre há o medo do lote recebido posteriormente não prestar desde o início, ou tornar-se imprestável rapidamente, como observaram que acontecia com colegas que receberam e trabalhavam os seus lotes desde os primeiros anos do projeto. Em alguns locais, os reassentados dizem que foram instruídos pela Chesf a desmatar inteiramente os lotes, e agora tanto há lotes

apresentando problemas de erosão, quanto há lotes onde o mato tomou conta de novo e não dá para saber se ficarão prontos para produzir. Alguns lotes foram invadidos em locais diferentes pelo projeto inteiro, e estão criando muitas dificuldades para os administradores chesfianos e os reassentados judicialmente expulsarem os invasores. Numa agrovila que, desde os primeiros anos, estava em funcionamento perto de Petrolândia, a quinta parte (11) dos lotes se encontrava em mãos de dois invasores, e os reassentados foram avisados para se manterem distantes, inclusive com direito a placas ameaçadoras e caveiras avisando o perigo para quem não foi convidado. Os agricultores reassentados que seriam os donos dos lotes nas planilhas da Chesf observam que os invasores são "caçadores de indenizações" ligados a famílias poderosas, e as suas práticas agrícolas são nitidamente de "sugar" a terra. Estas práticas incluem a queima de material vegetal que poderia servir para nutrir o solo, o uso descontrolado de água resultando na elevação das águas nos "lajeiros" e a salinização rápida da área, além do uso de defensivos que também provocam salinização. Mesmo ganhando acesso a seus lotes na justiça algum dia desconhecido no futuro, estes reassentados estão preocupados que a sua base para produção vai se desgastar em pouco tempo por causa do descaso ambiental dos invasores.

Não é só a fragilidade potencial dos lotes como base da produção para a família que preocupa os reassentados. As próprias modificações nas famílias, decorrentes de anos de convivência com a ociosidade imposta pelo processo de reassentamento, podem levar a dificuldades na execução do trabalho agrícola familiar. Os cálculos de força de trabalho familiar que determinaram o tamanho dos lotes a serem recebidos por cada família (l ,5 a 6 hectares) foram realizados sobre dados do cadastro feito antes da remoção (ver capítulo 4), e em todos estes anos é evidente que quase não há nenhuma família cuja composição se assemelhe à anterior. Pais envelheceram ou morreram; filhos nasceram, cresceram, casaram, mudaram para a cidade ou migraram pra lugares mais distantes. O resultado é muitas famílias pequenas com lotes grandes, e famílias grandes com lotes

pequenos. Quem trabalhava a terra na beira do rio lembra a experiência do trabalho familiar, mas desde 1988, para muitos, não têm havido onde trabalhar em conjunto. Cada um tem procurado suas atividades particulares, sem poder contar com o poder aglutinador de uma terra onde trabalhar. Outros, sem os seus filhos por perto, se vêem na necessidade de contratar diaristas e estabelecer relações semelhantes às antigas relações de meação para ver os seus lotes renderem. A desunião que se apresenta em nível das comunidades também se manifesta no interior de muitas das famílias reassentadas.

Esta é uma caracterização do reassentado que a Codevasf pretende moldar para ser quem eficientemente maneja o ambiente construído pelo Estado a altos custos. Como manda o figurino bancomundialista, de vítima de um projeto de desenvolvimento, passa a ser potencial beneficiado. O processo é cheio de percalços, e sem uma organização forte como o Pólo Sindical, certamente, as possibilidades de sucesso seriam muito menores. A transformação, ocorrendo dentro dos campos técnicos, político-institucionais e socioeconômicos já descritos, desemboca no novo campo cultural. A questão se torna: o reassentado tem condições de administrar lotes irrigados com uma tecnologia sofisticada? Ele saberá ler os significados relevantes no novo ambiente para se transformar no novo agente social e cultural no Sertão moderno?

Ao iniciar o seu período de cinco anos de assistência técnica, os consórcios contratados pela Codevasf já vinham identificando alguns problemas culturais - pois os seus comentários críticos demonstram que lidam com uma população descapitalizada, viciada, despreparada, e temporalmente desorientada.

Ao identificar o problema de descapitalização, uma outra forma de se referir ao empobrecimento descrito acima, salienta o baixo potencial de investimento no plantio, e questiona a capacidade dos reassentados se tornarem "pequenos empresários", ou até empregadores, na região. Não é a baixa capacidade de consumo (empobrecimento) que preocupa. Um aspecto deste problema de descapitalização se relaciona intimamente com a idéia que a população “é viciada”. Os técnicos demonstram um tremendo respeito pela atuação e pelos ganhos políticos do

conjunto de reassentados e o Pólo Sindical, mas também são rápidos em ressaltar que se acostumaram a receber muita coisa da Chesf, e, como resultado, não criaram a noção do valor das coisas. Um bom exemplo disto é a questão de como introduzir os cálculos sobre o custo do fornecimento da água dentro do pensar sobre a administração da sua produção. Nos primeiros anos, a Chesf concede uma carência nestas despesas, mas os técnicos são unânimes: vão ter que pagar, vão ter que deixar de estarem viciados ao uso do orçamento da Chesf. E tudo será mais caro: vão ter que produzir produtos de alta rentabilidade!

O despreparo dos reassentados para o manejo da água é uma precupação constante. A sua história anterior como irrigantes é tratada como inócua ou como prejudicial, e raramente como elemento positivo na sua capacitação para produção nos lotes irrigados. Como a tecnologia de agricultura de aspersão é muito diferente que a de gravidade que usavam antes, há quem diga que a experiência anterior não cria obstáculos, pois podem perceber a diferença de imediato. Outros insistem que estes agricultores estavam acostumados a trabalhar com a terra encharcada, e, consequentemente, terão uma tendência de molhar demais a terra no novo ambiente, levando a problemas de produtividade e de salinização. Não podem ver a relação da água com a terra da mesma forma que antes! O manejo adequado da água é importante para assegurar a produção sucessiva de produtos rentáveis que possam ser lançados no mercado internacional, de acordo com os cronogramas sazonais obedecidos pelas firmas agroexportadoras. Terão de responder a novos calendários e perceber o tempo e o espaço de uma nova maneira.

A transformação continua em andamento, e ainda haverá muitas resistências. No meu primeiro dia de volta, depois de alguns anos sem ter estado numa das agrovilas, o reassentado com quem eu tinha estado conversando durante umas horas me olhou bem sério, e disse "São três horas, não são?" Olhei o relógio, e confirmei "isso mesmo, cinco para as três". E ele disse “Tá vendo, eu não preciso de relógio. Eu conheço a hora". Foi só depois de alguns dias que decobri que eu estava sendo informado de um dos pontos fulcrais do trabalho de transformação do campesinato sendo desencadeiado pelos técnicos agrícolas na área, que não

cansavam de dizer aos reassentados "Vocês vão ter que comprar relógio para saber a hora exata quando vai ligar e desligar os aspersores. É a única forma de garantir a produção". Os mesmos técnicos lamentavam para o pesquisador "Nem compram relógios! Assim não pode dar certo nunca"!

O ambiente e a transformação social

Pelos discursos que foram apresentados aqui, pode-se declarar que é investindo no ambiente que se transforma o campesinato. A Chesf destruiu um ambiente complexo, fértil e altamente produtivo, mas aproveitou a ocasião para realçar a sua capacidade técnica, e criou um ambiente novo, mais frágil, mais delicado, e de mais altos riscos, e, consequentemente, mais altamente valorizado, através de investimentos volumosos de fontes internacionais. Entregou, parcialmente aliviada, de uma forma negociada e bastante contenciosa, a organização do manejo deste ambiente construído à Codevasf, instituição com uma tradição reguladora do encaminhamento da produção agrícola para o pólo agroexportador de Petrolina/Juazeiro. Através das intervenções destas instituições no ambiente, reforçaram-se as estruturas de poder emergentes na área, ao mesmo tempo em que se produziu um realinhamento profundo das relações dos agricultores reassentados com outros agentes dentro destas estruturas. O retorno ao investimento no ambiente é cobrado aos reassentados - que, mesmo enfrentando anos de marginalização dentro das instituições implantadoras dos projetos, empobrecimento e desorganização social e familiar, agora hão de ser produtores eficientes de produtos rentáveis. Embora haja riscos sérios ao ambiente em todo este processo, pela maneira em que o processo evoluiu, pode-se afirmar que boa parte dos riscos foi, e vai continuar sendo, assumida pelos próprios reassentados. Da perspectiva de boa parte dos administradores do projeto, inverteu-se o risco: se antes os atingidos corriam riscos provenientes da perda de um ambiente propício para produção, agora são os reassentados que põem em risco um modelo diferenciado de desenvolvimento.

Capítulo 8

Gerações, gênero e famílias em reorganização[20]

Este capítulo enfoca como as questões de geração e de gênero têm sido tratadas no novo ambiente de agrovilas irrigadas lançando mão da observação em diversas agrovilas e questionários em duas. Primeiro, para lidar com a questão de geração, enfatiza diferenças nas famílias que participam nas agrovilas de acordo com a idade dos seus chefes. Segundo, enfoca as modificações nas atividades femininas dentro deste quadro. Assim, descrevem-se processos de construção de espaços diferenciados nos contextos político-econômicos do novo ambiente pós-barragem, privilegiando gênero e geração.

Geração, gênero e o cadastro das famílias

Recapitulando, lembra-se que o cadastramento das mais de 5.500 *famílias* a serem reassentadas foi realizado no meio dos anos 1980 pela Chesf com todos os agricultores que moravam na área a ser inundada, independentemente das suas condições de acesso à terra. O cadastro identificou uma população predominantemente de meeiros (42,3%) e de pequenos proprietários e posseiros (40,1%) e alguns diaristas (8,1%), havendo uma camada pequena de arrendatários (com muita diversidade interna), fazendeiros e pequenos empresários rurais (principalmente de um projeto de irrigação em Petrolândia) (FUNDAJ/CHESF 1988; e Capítulo 1 deste livro). No processo do reassentamento, de um lado, os fazendeiros, arrendatários mais abastados e granjeiros optaram por receber indenizações e/ou participar em projetos diferenciados, e de outro lado, a grande maioria dos meeiros,

[20] Esta parte da pesquisa foi feita com a equipe de Parry Scott, e três bolsistas de iniciação científca e de aperfeiçoamento do CNPQ. A versão aqui publicada foi revisada do original SCOTT, Parry; SALLES, Nara; NETA, Francisca Maria; VASCONCELLOS, Mônica. Gerações, gênero e mudança rápida dirigida no campo: lições de Itaparica **Boletim do Museu Paraense Goeldi,** Série Antropologia, 12 (1) em 2000.

posseiros e pequenos proprietários foram reassentados com direito a lotes irrigados nas agrovilas novas. Para reassentar estas famílias, a Chesf tomou como variável importante o cálculo da "mão-de-obra disponível" (ver capítulo 3) para cada grupo doméstico na hora da entrevista cadastral, reificando uma visão bastante estática da composição do grupo doméstico.[21] No fim dos anos 1980, em plena remoção da população, um dos elementos que gerou mais dificuldade na negociação com os atingidos foi exatamente o que fazer com as modificações na composição dos grupos domésticos. Estas modificações foram percebidas de maneiras muito diferentes pelos administradores do reassentamento, por um lado, e pela própria população, por outro. Uma das questões que também sempre aparecia era: nestes grupos domésticos, quais seriam os agricultores mais preparados para adotar novos conhecimentos e se responsabilizarem pelo sucesso dos projetos?

O resultado do cadastro foi visto pela equipe administradora como, fundamentalmente, um mapeamento definitivo para determinar a exclusão/inclusão em compensações e benefícios advindos do status de reassentável em agrovilas e para dimensioná-los. Estes benefícios incluíram indenizações monetárias, bem como o acesso a uma casa e a um lote irrigado de tamanho apropriado para a família (segundo os cálculos da Chesf) bem como à verba de manutenção temporária (VMT - em torno de dois salários e meio por família) até a autogestão. Esta percepção se relaciona estreitamente à noção de um projeto de desenvolvimento cujos componentes são bastante fixos e

---

[21] Segundo a literatura antropológica, o grupo doméstico se refere principalmente a grupos residenciais de cooperação e convivência cotidiana, e está permeado por um discurso que se refere à família como um termo ideologicamente mais maleável e escorregadio, usado ora para referir aos laços de consanguinidade e afinidade, ora ao sentimento de união entre pessoas que frequentemente são, mas que não precisam ser, do mesmo grupo doméstico (WILK; NETTING, 1984; WOORTMANN, 1984; FORTES, 1958; GOODY, 1976). O cadastro uniu as duas noções, permitindo que "filhos casados" morando sob o mesmo teto pudessem ser considerados como "famílias independentes" na hora de ganhar um lote, enquanto os solteiros não. As idéias de Woortmann (1984) e de Bourdieu (1993) ressaltam o caráter ideológico do termo "família", que Bourdieu chama de "uma categoria realizada" em que se cristalizam, e às vezes se escondem, diversas tensões sociais. Estas idéias são fundamentais para informar o uso do termo feito neste trabalho.

contabilizáveis. Uma vez cadastrada a família, não havia mais espaço para modificação. Muitos dos administradores, desconfiados sobre a boa fé da população, interpretavam as ações de modificação das famílias como, acima de tudo, "esperteza" de quem queria tirar proveito do reassentamento. E, de fato, houve famílias que apressaram casamentos, construíram barracos e chamaram de volta filhos que estavam viajando, para poderem participar de uma forma mais plena na distribuição de compensações e benefícios, como costumam fazer as famílias camponesas (GARCIA, 1983; WOORTMANN, 1985; 1990; SHANIN 1976).

Estas mesmas modificações também fazem parte do contínuo fluxo de participação em grupos domésticos, decorrente dos seus próprios ciclos de desenvolvimento, e são tratadas com a maior naturalidade pela população. O que fazer com o filho que viajou, o outro que voltou ou o que casou? Como decidir se o recém-casado mora com os pais ou em residência separada? Qual a compreensão e prática com respeito ao nascimento de filhos? Os filhos devem sair para trabalhar, ou ficar perto de casa mesmo quando as opções para trabalho são poucas? Resumindo, famílias estão num constante estado de fluxo, lidando com processos muito diversos de recomposição resultando de envelhecimento, mortes, nascimentos, casamentos e migrações, e as respostas que dão a estas decisões indicam adaptações, pressões e resistências às estruturas de poder que as constrangem.

Estas modificações ocorrem dentro de contextos de poder que favorecem certos rearranjos sobre outros. No caso de Itaparica, há algumas perguntas a serem feitas. As determinações cristalizadas em políticas formais e informais da administração do reassentamento resultam no reforço e no enfraquecimento de quais tipos de rearranjos do grupo doméstico? Ou, dentro deste mesmo raciocínio, o envelhecimento destas famílias se tornaria um empecilho ao sucesso dos projetos? Qual será a participação das mulheres nestas famílias e nos projetos?

No capítulo 4, estes tipos de perguntas já apareceram ao discutir as considerações sobre os efeitos do "cálculo da força-de-trabalho familiar" em torno da seleção de famílias de composições

diferentes. Identificaram-se alguns efeitos da aplicação das regras estabelecidas para as famílias participarem no reassentamento:

a) maiores dificuldades (especialmente nos lotes menores) para famílias chefiadas por mulheres e para aposentados;

b) homogeneização parcial das diferenças e desigualdades por reassentamento evidenciadas na diversidade anterior no acesso à terra e nas atividades produtivas, expondo todas as famílias a um tratamento relativamente indiferenciado na nova situação como "reassentados". (A nova hierarquização entre famílias se reduz a uma combinação de riqueza e tamanho do lote da família);

C. rigidificação formal dos critérios de participação na família – não permitindo a separação de solteiros residentes do grupo doméstico, nem incluindo aqueles que tinham migrado para passar uma temporada trabalhando fora;

D. insensibilidade às modificações decorrentes do avanço no ciclo doméstico, especialmente no que se trata de acesso à nova base de produção (tamanho do lote), isto se agravando mais com o aumento na espera para iniciar a produção;

E. em geral, uma exposição a um discurso técnico que culpabiliza as famílias por dificultar o sucesso dos projetos quando elas agem de acordo com o percurso comum do desenvolvimento do ciclo doméstico.

Se estas são as regras, é preciso lembrar que as famílias têm as suas próprias astúcias (DE CERTEAU, 1994), as suas armas como partes fracas em domínios de poder mais amplos (JAMES SCOTT, 1985; 1992). As perguntas sobre o reforço e enfraquecimento de rearranjos familiares e a participação feminina se tornam cada vez mais relevantes com a passagem dos anos, pois em Itaparica (como em tantos outros projetos governamentais) o prolongamento significativo do tempo de implantação do projeto fez com que ocorressem modificações nas famílias inseridas no novo contexto criado pela ação governamental. E neste

prolongamento da transição e longa espera de anos e mais anos, como é que as famílias se transformam? Como é que as atividades das mulheres se modificam? Qualquer observador antecipa que uma família cadastrada no meio dos anos 1980 terá uma composição muito diferente no meio dos anos 1990. Todos são dez anos mais velhos, muitos tomam outros rumos na sua vida ou mesmo morrem, e ainda grande parte das famílias continuam esperando a implantação das melhorias prometidas. Precisa-se entender como as famílias lidam com o próprio desenvolvimento do seu ciclo doméstico nesta década de experiência, e como os agricultores - homens e mulheres, jovens e velhos - conseguem criar espaços para a sua própria reprodução social neste período.

Uma agrovila na borda do lago

Em 1994 e 1995 a equipe de FAGES realizou pesquisa de campo sobre as transformações nas famílias reassentadas. Neste período, os jornais do Estado de Pernambuco continuavam a dedicar espaço esporádico à questão do reassentamento[22]. Nas diversas viagens ao campo, desde julho de 1994, privilegiou apenas quatro agrovilas, num total geral de mais de cem. As agrovilas pesquisadas se encontram em dois extremos do projeto - duas a leste com lotes irrigados em funcionamento incipiente desde 1993 (Projeto Borda do Lago - Pernambuco), e duas a oeste sem equipamento instalado e sem previsão para o início da produção (Projeto Caraíbas) (Ver Mapa 1, capítulo 1). Os dados quantitativos apresentados aqui se referem apenas a uma das agrovilas em funcionamento, na Borda do Lago, usando as observações nas outras as vezes para complementá-los e verificá-los quando possível, bem como informações secundárias obtidas em visistas a outros locais e também por outras fontes (pesquisadores, administradores, jornalistas, sindicatos, agricultores) no decorrer da pesquisa. As observações são sobre como famílias reassentadas em fases diferentes do seu ciclo de

[22] No *Jornal do Commercio* do Recife, Pernambuco, nos dias 28 a 31 de maio de 1995, há uma série de reportargens feitas por M. Abreu que fornecem uma visão panorâmica bastante completa da situação atual dos diversos projetos que compõem o reassentamento.

desenvolvimento, indicado pela idade dos chefes, se organizam diante do reassentamento.

A agrovila, na Borda do Lago em Pernambuco, é composta de 56 casas de alvenaria dispostas ordenadamente em filas nos dois lados de uma rua única de terra que dista apenas 300 metros da pista pavimentada, a menos de dois quilómetros da cidade de Petrolândia. No meio da agrovila há uma escola num lado da rua, e uma capela e tanques de água no outro. Estas casas e outras edificações foram construídas por empresas, contratadas pela Chesf. Cada família reassentada teve direito a uma casa. Ao redor da agrovila, há uma área para criatório e para uso comum, e há lotes agrícolas irrigados individualizados que variam de 1,5 a 6,0 hectares, distribuídos de acordo com a força de trabalho familiar calculada no cadastro de 1985. As famílias foram reassentadas no fim de 1987, e só seis anos mais tarde, em 1993, começaram a plantar nos lotes irrigados. Até aquela data os lotes não tinham sido preparados para serem entregues à população, e a terra sem irrigação não permitia plantio com retorno significativo ao agricultor neste período. A verba de manutenção temporária (VMT) ficou como a fonte principal de sustento de muitos. Na hora da pesquisa quantitativa ainda existiam mais de 20% dos lotes que não foram entregues, ou porque não estavam com equipamento de irrigação instalado, ou, no caso de 11 lotes bem próximos à beira do reservatório, porque foram ocupados por pessoas estranhas ao reassentamento. Estes invasores, como são chamados pelos reassentados e pela Chesf, não permitem que os agricultores trabalhem, nem que pisem nos seus próprios lotes. Usando as suas próprias bombas para puxar água, eles plantam e comercializam diversos produtos, especialmente bananas, desgastando o solo, enquanto os reassentados aguardam as decisões morosas das ações de despejo na justiça. Catorze anos depois, em 2009, muitos destes casos continuaram sem resolução.

Resumindo, durante os dez anos que transcorreram desde o cadastro, as famílias reassentadas nesta agrovila enfrentaram uma intervenção direta do poder do Estado, através do estabelecimento das regras de participação no projeto e do seu ritmo de implantação. Isto afetou em muito a capacidade das famílias se organizarem ao determinar:

a) quem ganharia casa, lote (de tamanhos diferentes), e VMT (destinado ao chefe de família *"masculino"),*
b) regras determinando a distribuição espacial das casas e limitando a construção de casas novas;
c) proibição de transferência de lotes;
d) adiamento sucessivo da entrega de lotes irrigados, criando uma inatividade forçada e dificultando a continuidade de trabalho familiar na agricultura;
e) limitações à própria mobilidade da população especialmente os diretamente beneficiados (pois em tese quem não reside, não ganha a VMT); e
f) um relaxamento na proteção dos direitos ao lote que possibilitou as invasões.

De 1987 a 1993, as famílias não tinham em quê trabalhar na própria agrovila, a não ser em atividades informais muito diversas, pequeno comércio e plantio "de chuva"[23] ocasional. Esta agrovila foi uma das privilegiadas do conjunto da Borda do Lago em Pernambuco, pois a maioria ainda demorou mais tempo para iniciar a sua produção. Isto fez com que a própria agrovila, na época da pesquisa de campo, tenha se tornado um ponto de atração para outros reassentados de agrovilas com implantação mais atrasada. Sobretudo parentes e amigos procuram esta área para encontrar onde trabalhar, criando ainda mais pressão para a ocupação de residências nela.

Desta forma, o contexto para rearranjos familiares pode ser entendido como composto de fatores de *fixação* e fatores de *mobilização* dos membros das famílias reassentadas. O governo inicialmente partia de um princípio que tratava as famílias como "diferentes" e como "imutáveis", retratadas na hora do cadastro, e proibidas de mostrar sinais de vida e de dinamicidade que poderiam complicar os planos traçados para eles. Com a passagem de dez anos desde o cadastro, cientes de que uma "taxa de evasão alta" seria uma marca negativa adicional para este programa fortemente financiado pelo Banco Mundial, criaram-se muitos mecanismos *para fixar* as famílias nas agrovilas. Ao mesmo tempo,

---

[23] Refere-se ao plantio organizado de acordo com a expectativa de chuva, sem contar com irrigação.

cientes de que corriam o perigo de aumentar as despesas e comprometer o programa com a abertura para populações adicionais sem direitos a benefícios, os administradores trabalharam para restringir qualquer possibilidade de crescimento. Naturalmente, em consequência, os sinais dados foram ambíguos, mas se traduziam numa política de "não saem as famílias mais velhas, e não entram as mais novas". Mesmo assim, as famílias continuavam no seu inevitável processo de desenvolvimento do ciclo doméstico. A comparação das famílias mais velhas com as famílias mais novas nesta agrovila demonstra como os desafios enfrentados pelos agricultores passaram de ser um problema simples de inclusão e exclusão de famílias de agricultores num projeto, para ser um problema de reprodução social deste mesmo segmento dentro do modelo de desenvolvimento vigente. Usamos a idade do chefe da família para denominar famílias como "mais velhas" (chefe acima de 60 anos de idade) e "mais novas" (chefe até 40 anos de idade).[24]

As famílias mais velhas

De acordo com a política de fixação, as famílias mais velhas não saem desta agrovila. De fato, no local há muitos agricultores idosos, transmissores de conhecimentos. Em 1987, na ocasião do reassentamento, somente pouco mais que 20% das famílias eram chefiadas por homens com sessenta anos ou mais. Oito anos mais tarde, nos primeiros meses de 1995, quase a terça parte das famílias (17) cabia nesta faixa. O envelhecimento populacional no interior do próprio reassentamento fica evidente. E neste mesmo intervalo estas famílias não sofreram perdas significativas por causa da mortalidade, pois entre as famílias chefiadas por homens acima de 60 anos só se registrou um falecimento, e nas outras duas famílias, chefiadas por mulheres nesta mesma faixa de idade, só houve uma que perdeu o marido após o reassentamento. A outra

---

[24] O ideal para uma análise do ciclo doméstico seria a idade da esposa, mas os nossos dados demonstram, que no caso da agrovila em estudo, quase não há diferença na distribuição das famílias chefiadas por homens ou por mulheres. Assim, mantivemos o uso da idade do chefe de família masculino, e, na ausência dele, da chefe de família feminina.

viúva na agrovila nesta faixa de idade tem acima de 80 anos e mora só, mas ela já era viúva antes do reassentamento.

São chefes de família que têm casa, lote e VMT, e em muitos casos, acrescentam também aposentadorias adquiridas recentemente. Mesmo quando enfraquecidos na sua própria força física, detêm os meios de permanência na agrovila, e ainda atuam como articuladores de grupos de parentes mais amplos que se formam ao redor. Estes grupos de parentes são de "famílias inter-relacionadas" por consanguinidade e afinidade, e incluem, sobretudo, os próprios agricultores, suas esposas, seus filhos casados e os netos (filhos destes), e alguns irmãos. Costumam agir mais solidariamente entre si (trocas de trabalho e comida, festividades e transações não monetarizadas ou de monetarização reduzida) do que com outros que não são do grupo de parentes.

Como é que estas famílias de chefes mais velhos articulam os rearranjos dos grupos domésticos? Os grupos domésticos têm uma média de 4,4 membros por família, e apenas cinco dos dezessete grupos domésticos têm cinco pessoas ou mais. Os homens acima de 60 anos moram com as esposas, havendo apenas um sem esposa. Estas esposas são sistematicamente mais jovens que eles. Algum filho ou filha continua residindo em mais da metade (52,9%) destas casas, e há uma tendência de reter mais filhos homens adultos que filhas. Há apenas uma família que abriga também o genro. É nas famílias um pouco menos avançadas na fase do ciclo doméstico, com chefes entre 40 e 59 anos, em que é um pouco mais comum haver a co-residência de genros e noras. Isto não impede que genros e noras, entre as famílias mais velhas, residam próximo a seus sogros, como de fato ocorre quando, mesmo contrariando as orientações da Chesf, constróem uma casa nos fundos ou ao lado (4 casos), ou quando os filhos receberam uma casa no ato inicial do reassentamento por já estarem casados. É uma reafirmação da preferência de residência neolocal destas famílias, combinada com a valorização da proximidade de parentes.[25]

---

[25]Uma análise da relação entre a composição destes grupos domésticos e a prática da economia familiar camponesa nesta região iria requerer dados mais detalhados sobre trabalho, disposição de terra e idade. Embora as análises de Chayanov (1966) e a sua aplicação em regiões proximas (GARCIA; HEREDIA,

Mesmo diante da ausência co-residencial de genros e noras, estas famílias incluem muitos netos (41,2% delas os têm), a maior parte criados desde a infância pelos avós durante períodos de apoio aos seus filhos. Agora muitos destes netos são considerados como sendo prioritariamente do grupo doméstico dos seus avós, mesmo quando o pai ou a mãe também estão presentes. É comum ouvir expressões como: "Agora ele não sai mais! Ele é daqui mesmo! Não se acostuma mais longe da gente!" Outros parentes, irmãos, cunhados, primos, etc. não vêm residir com estas famílias, no caso desta agrovila.

Pelo cálculo da mão-de-obra familiar, estes agricultores ganharam lotes irrigáveis, predominando os de 3,0 hectares. Apenas cinco das dezessete ganharam lotes maiores. Antes de 1993, só havia "plantio de chuva", isto apenas nos meses quando não houvesse estiagem. Algumas pessoas trabalhavam em plantios de outros, fora da agrovila, mas não era um trabalho fácil de encontrar. Em 1993, iniciou-se um treinamento em lotes irrigados. Os técnicos foram orientados a realizá-lo em meio hectare do lote para passar o conhecimento das técnicas agrícolas da nova forma de irrigação e mostrar o possível rendimento de diferentes produtos. As famílias não entendiam porque deixariam de plantar quando tinham terra e água disponíveis, já que havia muita gente disposta a trabalhar, sem ocupação e sem renda. Esta "gente disposta" inclui membros de famílias adicionais, geralmente mais jovens, compostas pelos seus filhos, que residem na agrovila ou nas suas proximidades.

Das famílias mais velhas, pelo menos sete estão sem plantar atualmente, ou porque não têm o equipamento de irrigação no seu lote (2), ou (principalmente), porque o lote está invadido (5). Vendo o outro lado, isto quer dizer que dez famílias, ou quase dois terços delas, já estão plantando desde 1993, e a forma de organizar o plantio promove a inclusão de outros membros de família, parentes e não-parentes[26] no trabalho, por

---

1971; HEREDIA, 1979; GARCIA, 1983) possam ajudar a entender uma lógica da família camponesa em funcionamento no Nordeste, seria interessante ter uma pesquisa histórica detalhada sobre grupos domésticos com décadas de dedicação à agricultura irrigada na beira do rio.

[26] Os não-parentes são integrados como arrendatários, meeiros e diaristas.

várias razões: a idade dos chefes de família e os problemas de saúde enfrentados por eles impedem que muitos participem plenamente na roça; a divisão da produção camponesa em partes sobre as quais famílias diferentes (especialmente filhos) têm responsabilidade; a recriação de relações de meação e arrendamento de diversas maneiras, com parentes e não-parentes; e o uso de diaristas ocasionais. Estas famílias não se estagnaram, nem apenas envelheceram com a passagem de anos. Elas ativamente procuravam o melhor para os seus componentes no processo de dispersão (favorecido pelo avanço de idade, novos casamentos e procura de trabalho fora) e de expansão (acolhendo filhos separados, netos, recém nascidos e jovens, e outros filhos que voltaram de trabalho fora). Apesar das suas limitações, nos últimos dois anos a disponibilidade local de terra para trabalhar estimulou a chegada de pessoas para a agrovila e uma pressão para fornecer moradia para estas pessoas.

Adicionalmente, desde 1987, houve em torno de 25 casamentos na agrovila, resultando na saída de filhos e filhas de casa. A metade destes casamentos foi de pessoas provenientes destas famílias mais velhas. Nos casamentos dos filhos, houve um esforço maior para encontrar novas residências na própria agrovila, enquanto com as filhas a residência pós-casamento mais comum era na cidade de Petrolândia. Casar foi uma razão de sair muito mais frequente do que a procura de trabalho em outros locais, mesmo antes do início da produção. Foram relativamente poucos que tomaram o destino de São Paulo ou Rio de Janeiro. De fato, em alguns casos, a migração de retorno destes locais mais que compensou pela emigração. A soma de todo este movimento no seio da família, mesmo contribuindo para a diminuição do tamanho do grupo doméstico, aponta para o crescimento das redes mais ampliadas de famílias inter-relacionadas, em grupos de parentes, atendendo ao critério de *fixação* da população na área. Só em parte, sobretudo com os casamentos que resultaram em saídas, atendeu ao critério de "*mobilização*", criando uma "evasão" que, para o alívio dos administradores, não era dos próprios beneficiados, e sim, dos seus dependentes. A tentativa de manter grupos de famílias inter-relacionadas juntos é tão acentuada que as famílias iniciaram um processo de negociação, ainda mais

adiantado na agrovila vizinha, para permitir a construção de casas para filhos (de acordo com a orientação da Chesf, sem direito a lotes) nas extremidades das agrovilas, e, inclusive, numa rua projetada para ser paralela à rua da agrovila.

Tendo onde trabalhar, no contexto da agrovila com produção agrícola irrigada, as famílias mais velhas procuram articular arranjos que as mantêm com dependentes em casa ou na vizinhança (filhos e netos), dependentes esses que frequentemente se tornam os trabalhadores que dão uma forte contribuição ao sustento da casa com atividades no lote. Respeitam a regra de neolocalidade, procurando encontrar residências, especialmente para manter os filhos homens mais próximos, para poder contar com a sua contribuição no trabalho agrícola, bem como em outras atividades solidárias do grupo de parentesco. Especialmente depois do início da produção, alguns construíram casas nos lotes ou para servir como abrigo temporário para os próprios familiares enquanto estavam no lote, ou para servir de moradia a parentes e outros que chegaram para trabalhar, tendência mal vista pela Chesf, mas que tendia a aumentar. Na agrovila é possível reconhecer alguns grupos de parentes mais solidários, formados por membros de família que já interagiam nas suas comunidades de origem e cuja continuidade é fortemente reforçada pelas regras aplicadas na agrovila, garantindo o acesso a recursos para estas famílias.

É interessante que são justamente os velhos que são o alvo de acusações e de fortes críticas dos técnicos e dos administradores do projeto, como potenciais entraves ao sucesso do reassentamento, porque são fracos e incapacitados pelo trabalho e/ou porque os seus conhecimentos sobre agricultura irrigada da forma que foi praticada na "beira do rio" (com terra mais fértil e com água distribuída por gravidade) não são adequados para a nova realidade de agricultura por aspersão em terra não aluvial ("seca e fraca"), onde se exigem sofisticadas técnicas de preservação do solo e de administração da água. Contraditoriamente, reforça-se a fixação de famílias mais velhas e a manutenção dos seus grupos de parentes, ao mesmo tempo em que se coloca em dúvida a sua capacidade de adquirir e transmitir conhecimentos adequados para as gerações mais jovens. Os

técnicos parecem ser fortemente influenciados pela simbologia do "novo" e do "vigoroso" inerente nestes projetos, pela idéia de reforma e de mudança que excluiria o velho. Mas muitos dos reassentados mais velhos têm abdicado do seu poder de conhecimento sobre as práticas agrícolas anteriores, alguns investindo na educação dos seus filhos para serem técnicos agrícolas, e muitos outros deixando que os seus filhos administrem mais diretamente o plantio nos lotes. Reconhecem o conhecimento e interesse e competência do técnico, quando este demonstra de fato estas qualidades (um reconhecimento constantemente posto em questionamento por sucessivas substituições de técnicos decorrentes principalmente dos baixos salários pagos).

A importância da transmissão de conhecimento entre gerações se torna um ponto nevrálgico, tanto para a questão de como é que vai se realizar a reprodução social destes próprios grupos, quanto pela forma com que eles vão se relacionar com os administradores dos projetos de reassentamento, representantes de um Estado - provedor, desprovedor e acusador. O fato é que estes agricultores estão plantando melancia e feijão, os produtos típicos da agricultura que praticavam antes do reassentamento, vistos por eles como fazendo parte de uma agricultura "de pobre" porque é de curta duração e de baixos custos de investimento, permitindo retornos frequentes, mesmo que precários e baixos. A compreensão disto como sendo "resistência dos velhos" é uma leitura muito parcial e problemática do fenômeno. É mais a fraqueza das linhas de crédito e de comercialização que levam os agricultores a não adotarem o plantio de produtos mais "nobres", como, por exemplo, de fruticultura. Estes produtos são vistos pelos agricultores como sendo "de ricos", não porque seja difícil assimilar os conhecimentos técnicos do seu plantio, mas porque os custos, os riscos e o tempo necessário para eles darem um retorno financeiro tornam sua produção muito insegura e inacessível para estes agricultores. De fato, quando necessário, estes chefes de família demonstram saber articular as suas redes de parentesco de uma forma que permite que a administração das novas técnicas seja feita pelos membros da família com mais capacidade de compreendê-las, sem comprometer as redes de parentesco. Estes

chefes de família sabiam administrar práticas econômicas agrícolas e não-agrícolas bastante diversas nas suas comunidades de origem, e não há porque pensar que não sabem fazê-lo também numa agrovila em produção. Aqui não é possível realizar uma comparação dos conhecimentos adquiridos sobre os ambientes locais em treinamento formal pelos técnicos e em uso e observação cotidiana pelos reassentados, mas é seguro afirmar que ambos têm o que aprender, uns dos outros.

As famílias mais jovens

A política de "não entram as famílias mais novas" encontra resistência entre estes agricultores, como é evidente no que já foi exposto sobre as famílias mais velhas. Uma boa análise de demografia histórica e de história oral[27] pode descobrir uma progressiva indisponibilidade de terra e de atividades econômicas que teria levado muitas famílias novas nas comunidades pré-reassentamento a procurar estabelecer residências em outras comunidades ou nas periferias urbanas de Petrolândia (especialmente Barreiras), perto do projeto irrigado mais próspero do ambiente anterior. Só que no caso desta agrovila, a resistência à entrada de famílias mais jovens é muito mais explícita e sistemática, por causa da participação do Estado neste processo. Quem casou depois do reassentamento não tem direito a uma casa, muito menos a um lote irrigado ou à VMT. A construção de casas nos quintais e ao lado das casas originais dos projetos é feita com recursos próprios, e comunica a posição subordinada destes moradores na comunidade. De início, a Chesf foi taxativa: não permitia a construção de casas nos lotes, mas após o início da produção esta regra ameaçadora deixou de ser rigorosamente enfatizada.

De fato, o chefe de família mais jovem na agrovila tem 27 anos, e somente 6 (11,3%) têm menos que 30 anos. Já na faixa de 30

---

[27]Os estudos do antropólogo Aurélio Viana, da Universidade de Brasília, e depois da Fundação Ford, demonstram bem este processo de sucessão entre gerações para as invasões de terras no sul do país. Agradeço à antropóloga Ellen Woortmann, da mesma universidade, por ter informado que o Professor Viana também examinou a situação de algumas famílias em Itaparica.

a 39 anos há uma concentração significativa de chefes de família (17 chefes, ou 32,1% do total dos chefes de família). Boa parte destes são os "recém-casados" da época do cadastro, e são filhos dos chefes de família mais velhos na agrovila. O seu direito à casa e a lotes e a um lugar aceito na organização social da comunidade é assegurado, mesmo que os seus lotes sejam menores (só um dos 15 lotes é acima de 3,0 hectares). Mas também é nesta faixa que se encontram famílias sem lotes que residem nas casas construídas para reassentados com lotes cujos donos resolveram, por alguma razão, não ficar na agrovila. A situação deles é parecida com aquela dos filhos que constróem nos quintais e laterais (04 casas) e com a das famílias que residem em casas com cada vez maior número de pessoas, abrigadas nos lotes. Sem terras, eles procuram partes de roças de parentes e amigos para poder plantar "de meia", "arrendado" ou por outro arranjo de cooperação no trabalho. Caso seja filho de um reassentado com lote, não tem perspectiva de ganhar um lote, pois as regras sobre herança ainda não são bem compreendidas dentro da complexa situação jurídica das agrovilas. Ficam como famílias preenchendo os espaços de trabalho deixados pelos chefes de família mais velhos, e dependem das necessidades e das vontades deles.

As famílias mais novas são maiores devido à grande participação de filhos jovens. Elas têm um tamanho médio de 5,6 membros (comparado com os 4,4 das mais velhas) e têm proporções equilibradas de homens e mulheres. São organizadas, acima de tudo, em famílias nucleares. Somente 2 de 27 famílias contêm colaterais, e nelas não há outros residentes, parentes ou não parentes. São famílias em plena expansão, 80% tendo acrescentado filhos no intervalo depois de sua chegada à agrovila, seja em 1987, seja mais tarde. São acima de 40 nascimentos reportados nestas famílias neste período, contra apenas 5 saídas de seus membros. Apesar de terem mais pessoas, a flexibilidade para compor as suas residências é muito menor do que para as famílias mais velhas.

A maior parte dos chefes destas famílias mais jovens já trabalhara como mão-de-obra familiar ou como diarista em agricultura na beira do rio e conhece as "técnicas antigas" de "aguação", mas quando os técnicos falam dos reassentados,

queixam-se muito da resistência dos velhos, deixando transparecer que acreditam nos jovens como mais aptos a adotar as novas tecnologias, já que não estariam tão arraigados nas suas maneiras de praticar a agricultura. Esta atitude apresenta uma contradição séria, que aponta novamente para algumas incoerências que aparecem na maneira como os técnicos percebem a transmissão do conhecimento entre gerações na agrovila.

Primeiro, parecem ignorar a existência de relações sociais que inserem todas as famílias numa rede complexa de parentesco fundamentada em regras de hierarquia e autoridade que dificultam a separação dos jovens e velhos.

Segundo, parecem ignorar que as famílias mais velhas são justamente as que oferecem condições mais flexíveis para recompor as forças de trabalho familiares adequadas às demandas nos lotes sob o controle destas famílias.

Terceiro, parecem ignorar a própria diversidade de atividades anteriormente empreendidas pelos agricultores que permitem uma leitura distinta de atividades diferenciadas. Ou seja, só porque antes praticavam um tipo de agricultura, não quer dizer que não irão perceber as diferenças no novo tipo de agricultura.

Quarto, parecem ignorar, por conveniência talvez, que as razões de não seguir certas orientações têm a ver com a fraqueza de redes comerciais, financeiras e associativas em operação na área, fazendo com que os plantios potencialmente mais lucrativos também sejam os que contêm mais risco e menos controle por parte dos reassentados. Não é pela idade dos agricultores, mas pela organização da economia local que aparecem as condições para criar uma transmissão de conhecimento que possa beneficiar os reassentados.

Quinto, parecem ignorar a participação feminina na criação de novos espaços de produção e de interação social na agrovila. Este último item merece atenção privilegiada: permanece pouco reconhecida a inserção de mulheres nestes processos.

As mulheres no novo ambiente

As mulheres reassentadas em Itaparica não receberam nenhum destaque especial nos projetos de agrovilas, fazendo com que espelhassem uma situação corrente entre mulheres rurais em toda América Latina (TEIXEIRA, et. al., 1994; SUAREZ; LIBARDONI, 1992; CAMPOS, 1994). Arriagada (1991) chama atenção à falta de dados confiáveis sobre a participação de mulheres no trabalho agrícola e à subestimação da sua contribuição nos dados costumeiramente usados. Destacando que as mulheres participam diferentemente em pelo menos quatro categorias de trabalho - trabalho agrícola no campo, processamento agrícola, cuidado de animais e comercialização -, ela insiste na necessidade de ampliar os estudos empíricos sobre esta participação. Demonstra que os projetos de desenvolvimento destinados a promover uma "reforma agrária" desde os anos 1960 costumam excluir a mulher, ou, quando muito, especialmente a partir dos anos 1970, incluí-la em projetos de aumento de produtividade com "componentes para a mulher (...) que tendiam a reforçar o papel reprodutor da mulher; ademais, as atividades nas quais as mulheres foram incorporadas eram na sua maioria uma extensão deste papel: artesanato, costura, elaboração de geléias, etc." (ARRIAGADA, 1991:144).[28] Da década de 1980 à década de 1990, e ainda mais na primeira década do século atual, houve um acréscimo no número de projetos dirigidos para o aumento da geração da renda feminina.

O discurso da Chesf, legitimador da remoção da população na área do reservatório é de promoção de "desenvolvimento" (energia para a produção e consumo no Nordeste), e de "reforma agrária" para beneficiar os trabalhadores agrícolas sem terra em Itaparica. Isto foi dado como suficiente, e programas específicos para mulheres neste processo teriam que se iniciar de outras bases de ação própria ou com estímulos externos. Quais os espaços em que as mulheres de Itaparica, vistas a partir das agrovilas enfocadas aqui, de fato operam no reassentamento?

Ao enfocar a condição feminina, no trabalho agrícola e doméstico, e nas relações familiares e sua interação com o

[28] Tradução do original em espanhol feita pelo autor deste trabalho.

ambiente criado com as agrovilas e os lotes irrigáveis recebidos, podem-se perceber as dificuldades enfrentadas por elas ao se dedicarem a todas as categorias de trabalho descritas por Arriagada. Quando moradoras ribeirinhas, o campo de atuação dessas mulheres era organizado em algumas atividades que refletiam uma forte divisão de trabalho por gênero consignando às mulheres participações particularmente ativas em: 1) trabalho doméstico, 2) agricultura (especialmente vazante e de chuva), e 3) criatório (principalmente de galinhas, bodes e, às vezes, porcos). As mulheres costumavam "ajudar na roça" como trabalho familiar não-remunerado, mas como as áreas de origem destes agricultores também incluíam uma diversidade nos espaços ambientais e de trabalho, foi possível, segundo recordam algumas, as mulheres aproveitarem um espaço mais independente em que tinham mais controle sobre a renda proveniente da sua produção. Com as diversas combinações possíveis entre agricultura irrigada em plena produção (exigindo forte participação masculina), agricultura de vazante (cada vez mais limitada), plantio de chuva, pesca, criatório numeroso, trabalho assalariado nas "granjas" (de fruticultura irrigada), e trabalho autônomo e assalariado nas olarias, além, evidentemente, do próprio trabalho doméstico, as mulheres, mesmo quando reconheciam um papel subordinado aos homens[29], tinham atividades que podiam desempenhar com, pelo menos, uma diminuída vigilância masculina sobre os rendimentos obtidos[30]. Nas agrovilas do *Bloco Um* da Borda do Lago em Pernambuco, isto era especialmente notável entre as famílias cujos homens antes se entregavam mais integralmente ao trabalho nas olarias.

Com o reassentamento, o espaço físico desses trabalhos foi demasiadamente reduzido, concentrando-se hoje no lote e no quintal, e durante seis anos nem havia produção agrícola familiar. As mulheres que tinham alguma atividade mais independente parecem ter perdido muito deste espaço. Enquanto antes os

---

[29] Reconhecimento este que entendemos de acordo com a categoria de violência simbólica de Bourdieu, em que os próprios subordinados reproduzem a ideologia e a prática dos que os subordinam.

[30] Voltamos a De Certeau (1994) e James Scott (1985, 1992), que ressaltam limitações, mas que são mais otimistas sobre o discernimento e agência dos subordinados na leitura das estruturas de poder em que se encontram.

homens tinham onde trabalhar, com o adiamento do início da produção nos lotes, passaram, nas agrovilas estudadas, de seis anos[31], até o quintal, uma área tradicionalmente feminina, tornou-se um espaço de experimentação e uma área substituta de produção onde os homens também plantavam enquanto esperavam o acesso a um lote. Sem lotes irrigados, pelo menos no quintal, podiam dispor de parte da água distribuída para consumo nas casas para plantio. Mesmo que a mulher continuasse a realizar os seus próprios plantios costumeiros em parte do quintal, verifica-se uma situação em que reforçou-se uma condição de "ajudante do marido". Além da própria área de trabalho feminino ter ficado mais restrita, o dinheiro do sustento principal, a VMT, sai no nome do marido. A pergunta que fica é: o projeto favoreceu a ação masculina no trabalho? Nesse novo espaço quais as atuações femininas de criação de espaços adicionais de atividades?

As atividades femininas continuam diversificadas. Além do trabalho em casa e, após a irrigação, na roça, e um pouco do criatório que resta, incluem-se algumas atividades não remuneradas como catequista: rezadeiras e cantoras de coral; outras, visando a um lucro futuro com costureiras e tecelãs; outras, autônomas como vendedoras ambulantes, comerciantes, e outras como assalariadas enquanto professoras, merendeiras e faxineiras, etc. Todas estas atividades têm que ser articuladas num ambiente cuja própria arquitetura força todas as famílias a morarem próximas, umas das outras, o que antes não acontecia. Isso gerou um ambiente diferenciado do antigo convívio em moradias mais dispersas na beira do rio, ampliando a exposição de todos aos olhos observadores a comentários frequentes dos vizinhos sobre atividades particulares, redimensionando, assim, os espaços de relações sociais cotidianas. Essas mudanças implicam uma diferente maneira de interação com o meio ambiente e nas relações familiares. Cómo? Como se redefinem as tarefas das mulheres e as tarefas dos homens?

---

[31] Vale a pena lembrar que os agricultores reassentados na Borda de Lago em Pernambuco estão entre a minoria que já estava produzindo no início de 1995. Muitos reassentados esperaram muito mais tempo aguardando a entrega dos seus lotes, e, consequentemente, só dispõem de áreas com água no próprio quintal.

Nos anos logo depois da implantação da produção, de 1993 a 1995, os homens reconquistaram seu espaço privilegiado: o lote agrícola irrigado. A roça no lote é notavelmente do homem. Cabe à chefia decidir como dividi-lo de acordo com as possibilidades da família. Isto implica decidir quem trabalha em quais tarefas, e com que grau de autonomia - seja no pedaço que é de família, seja num pedaço cedido para um filho ou uma filha (no modelo camponês conhecido de roçado-roçadinho, descrito por Garcia e Heredia (1971), seja através de pessoas de fora para trabalhar de "meia" ou para arrendar outro pedaço do lote. A responsabilidade masculina é forte nestas atividades.

Mesmo assim, quando a família tem o lote produzindo, na maior parte dos casos, as mulheres estão presentes junto à família em cooperação, sem ter uma parte significativa do lote reservada para ela. Isto não as impede de, às vezes, plantarem, ao redor do lote, produtos diversos, como acerola, coentro, coco, banana, macaxeira, principalmente culturas para o uso de subsistência, garantindo o alimento para si, o companheiro e os filhos. A comercialização dessas culturas é limitada, às vezes havendo a venda de produtos como acerola e coentro na feira ou a alguém da cidade, normalmente por encomenda. Com o dinheiro apurado, costumam comprar carne ou algo que as crianças estejam precisando.

A mulher que trabalha no lote "ajuda" em todos os serviços, segundo a concepção dos agricultores. Os homens, num primeiro contato, falam mais do lote e de suas plantações, não incluindo muito a ação da mulher. Contudo, não se demora a perceber a atuação direta e constante de mulheres ajudando dentro do lote irrigado recebido, executando todas as tarefas pertinentes à agricultura irrigada. Há, porém, uma exceção no que diz respeito às contribuições femininas no trabalho agrícola: a aplicação de agrotóxicos. É uma "ajuda" que nem ela, nem o marido, quer que ela faça (em 115 famílias só havia uma mulher que declarava aplicar agrotóxicos com regularidade). Esta é uma atividade sobre a qual os agricultores têm uma visão muito clara sobre os danos que podem ser causados na pessoa aplicadora. Preferem, inclusive, nos raros casos em que a economia doméstica permite, contratar um diarista para que ninguém da família aplique o veneno. Esse

problema do veneno veio a ocorrer com a mudança, concretizando-se com o recebimento do lote irrigável e da produção em solos fracos necessitado de beneficiamento, pois antes não havia necessidade nem do uso de fertilizantes nem da quantidade absurda de agrotóxicos agora utilizada. Em alguns casos, dizem, dispensava-se até o uso de ambos e a colheita era garantida. Hoje, se não se fizer uso de venenos, a safra é perdida com certeza.

Perdas parciais ou totais causadas por pragas desconhecidas são cada vez mais frequentes. Como contou uma agricultora que cultiva uma área de 1,5 hectares com melancia: faltando vinte dias para a colheita, o plantio contraiu uma praga nova e, em três dias, a roça estava perdida. Doenças como esta se alastram cada vez mais frequentemente na região, e os agricultores parecem não ter muito que fazer - a raiz da planta fica vermelha, as folhas murcham, caem, e rapidamente a planta morre. Quando havia agrônomos no projeto, realizavam experiências laboratoriais sobre as pragas e seu possível controle. A proliferação de muitas outras pragas novas decorrente do excesso do uso de venenos acaba com a vida da terra e com suas defesas naturais, e esboça a necessidade de novos técnicos, mesmo quando as instituições responsáveis deixam de subsidiar este apoio.

O receio das mulheres, em participar na colocação do veneno, associa-se a dois elementos principais: o perigo à saúde e o peso do equipamento. O perigo à saúde é evidente a todos (mesmo quando não efetivam a tomada das precauções recomendadas), e relatos de inchação, coceira e dor de cabeça após a aplicação são frequentes. Conta-se, também, que uma mulher que se aventurou a colocar veneno sofreu, como consequência, problemas na sua genitália, o que aumenta a percepção generalizada sobre o perigo para a mulher. Além deste perigo, a restrição à participação feminina nesta tarefa é explicada, a princípio, como uma limitação física - a bomba contendo 20 litros de água (embora se possa encher menos), colocada nas costas, sob um sol escaldante, usando ou não a roupa adequada, parece pesar cinco vezes mais. Só que nem a roupa adequada existe para as mulheres, pois o macacão protetor, as luvas, a máscara e as botas, distribuídos pela Chesf (para descontar na VMT) foram todos em tamanhos masculinos.

Num nítido reforço da divisão percebida entre os gêneros, a não aplicação de agrotóxicos pelas mulheres as coloca, discursivamente, como mais frágeis, necessitadas de proteção, especialmente no que se refere à sua capacidade reprodutora, e como mais fracas, incapazes de sustentar peso como fazem os homens.

No quintal das casas, as plantações são mais realizadas pelas mulheres, mesmo quando os homens sem acesso à terra experimentam com algumas plantas, como se mencionou anteriormente. Elas têm orgulho da variedade dos seus plantios. As plantações mais encontradas nos quintais são: 1) fruteiras (coco, pinha, romã, caju, goiaba, manga, mamão, murici, laranja, limão, abacate, tangerina, banana, siriguela, pitomba, cajá), 2) plantas medicinais e de tempero (capim santo, hortelã, gergelim, erva cidreira, mastruz, leocena, vick, anador, arruda), e 3) plantas ornamentais (nove-horas, espirradeira, entre muitas outras). As frutas são predominantemente para o consumo da família e para as trocas com a vizinhança e parentes. Não acontecendo vendas entre eles, adquirem, pois, uma característica de "valor de troca" nos limites de relações pessoais recíprocas. Ofertam também aos visitantes, e sentem nesse ato um orgulho muito grande de suas produções. As plantas medicinais são preparadas geralmente pelas mulheres em forma de chás, infusões e lambedores, para uso sempre que alguém da família ou vizinho adoece. As plantas ornamentais, folhagens e flores, muito bem cuidadas, são para "o lugar ficar mais bonito". Esse valor de beleza é uma preocupação da mulher, um valor que trouxeram do antigo lugar de moradia e está sendo transmitido às suas filhas, que as ajudam nessa tarefa. A cognição sobre a estética e a sua imbricação na organização social merecem um estudo mais aprofundado.

Havia, antes do reassentamento, um espaço efetivo da atuação da mulher em termos do orçamento familiar. Quando a composição da economia familiar permitia acesso à terra às mulheres, cabia também um pequeno criatório (galinhas, porcos, patos, ovelhas, e sobretudo, bodes). O criatório, hoje, é praticamente inviável. Primeiro, com base em estudos técnicos da capacidade de sustento das áreas de pastagens, a Chesf limitou o

número de animais que podiam ser trazidos[32], fazendo com que as pessoas que mais lançavam mão a esta atividade fossem particularmente prejudicadas. Segundo, nas agrovilas há queixas de que não existe uma estrutura adequada para o criatório e que o roubo de animais é constante.

Em vários casos, as criações existentes passaram a ser de domínio do homem, inclusive havendo quem construiu casa no lote e lá permanece cuidando dos animais ou coloca uma pessoa para lá morar, a fim de evitar o roubo, o que muitas vezes ainda acontece, apesar da vigilância. Nas duas agrovilas estudadas em Petrolândia, existe apenas uma criação de porco, relativamente grande, que está sob a responsabilidade de uma mulher. Ela recolhe lavagens das casas e restos das roças para alimentá-los, ajudando assim no orçamento familiar. No restante, são uma ou duas galinhas presas, algumas poucas cabras, e um ou dois bois ou, mais raramente, cavalos, em algumas casas. As mulheres dizem que não conseguem mais ficar com nenhum dinheiro do pequeno criatório, como antes conseguiam.

A cooperação entre mulheres no cuidado com seus filhos é frequente. As crianças de outras famílias muitas vezes ficam nas casas daquelas que não estão na roça. As meninas, quando já têm idade, ajudam na preparação do almoço para levar no lote. Os meninos, diferentemente, cuidam da roça, ajudando o pai, que vai mais na roça do que a mulher, especialmente quando o casal tem filhos pequenos. Embora seja frequente entre filhos de agricultores em geral ter aspirações para futuramente desempenhar atividades fora da agricultura, esta situação é agravada no caso das agrovilas. Os filhos que eram pequenos na época do reassentamento - meninas e meninos - têm dificuldades em se pensar como agricultores, uma vez que estiveram a esperar, durante seis anos que a família recebesse o lote, passando de agricultores a reassentados com produção agrícola. Foi, pois, um longo período em acompanhar os pais que não trabalhavam mais a terra enquanto recebiam uma VMT e, ainda quando possível faziam "bicos" - na agricultura ou fora dela - aqui e ali. Este quadro

---

[32] Não cabe dar todas as cifras aqui, mas vale à pena mencionar que só podiam levar 10 bodes, uma quantidade considerada pequena por quem tinha este animal predileto para criatório.

favorece uma atitude de negação, por parte dos filhos, na participação do cultivo do lote, ou então, no mínimo, indo "a pulso". Muitos estudam na escola da agrovila (do pré até a quarta série) ou na cidade (com apoio de transporte pelo projeto), e há quem pense sempre em ir embora, inclusive, para São Paulo. Ou seja, nessas condições muitos deles não se percebem preferencialmente como futuros agricultores.

A área de educação também fornece um espaço para a ação das mulheres. O apoio no estudo faz com que a escola seja um local para muito convívio entre mulheres e crianças, em que várias mulheres se empregam com regularidade, de acordo com as suas capacidades e conexões, como professoras, merendeiras e faxineiras. Inclusive numa das agrovilas, a tensão mútua entre uma professora local e outra que vem de uma cidade próxima serve para realçar a importância desta atividade para a comunidade.

Em referência à religiosidade, a devoção é unanimemente católica. Falam orgulhosamente da história do estabelecimento das capelas nas suas comunidades de origem e nas agrovilas (uma tem capela, e a outra já iniciou a construção da sua), e apontam as vigas de ferro da antiga igreja de Barreiras, que se erguem permanentemente acima do nível do reservatório, num monumento à força religiosa da comunidade de origem, pois dizem que "o próprio papa soube da barragem, e proibiu que derrubassem a igreja".[33]

Cotidianamente, tanto as práticas populares quanto a associação com a igreja em si são espaços fortemente femininos, mesmo havendo alguns meninos que frequentem a escola de catequismo junto com as meninas, e alguns homens que assistam às missas e incentivem a participação em eventos religiosos. A condução de todos os rituais de reza, novena, organização da circulação da imagem da santa nas casas, amarração de fitas em santos, e ações de graças para promessas alcançadas são atividades femininas. As mulheres falam delas e de suas rezas, promessas, anseios e desejos. Mencionam que é mais fácil os homens poderem receber uma "graça", através da intercessão delas com os santos. A

---

[33] Esta afirmação foi ouvida com certa frequência, pelos pesquisadores do FAGES. Não temos uma fonte que de fato comprove esta afirmação.

participação nas rezas noturnas diárias é uma atividade muito importante na confraternização das mulheres da comunidade.

Um dos espaços femininos novos que resultou de todo o processo de reassentamento foi a participação política, especialmente em atividades organizadas dentro do sindicato. Nele, há uma Diretoria da Mulher (e da Juventude), à qual elas se referem nas suas falas como "a nossa representação". As mulheres foram atrizes importantes no processo de reivindicação do Pólo Sindical para garantir o reassentamento. Ainda hoje são participantes de assembléias e reuniões deliberativas, embora tanto elas quanto as lideranças sindicais reconheçam que já foram numericamente mais participativas. O documento "Perfil do Grupo" elaborado pela Diretoria da Mulher no Pólo Sindical, em 1994, afirma: "No início dessa luta tiveram participação fundamental. Hoje porém, a participação é muito pouca". A diminuição dessa atuação pode decorrer de vários fatores, incluindo: a tensão e "stress" causados pela longa espera do lote, a acumulação de tarefas, e terem que "se virar" para arrumar dinheiro. Já na primeira década do século atual, uma mulher, Rita de Cássia, antiga diretora da mulher e juventude, assumiu a Coordenação do Pólo Sindical até 2009.

Nas duas agrovilas estudadas em Petrolândia, elas esboçaram uma organização através do Sindicato em grupos de trabalho, relacionados com a Associação de Produtores: um Grupo de Costura na agrovila 01 e um Grupo de Tear na agrovila 02. Dois grupos pequenos que tinham respectivamente, 15 e 08 mulheres participantes, em meados de 1995, resultaram em parte da visibilidade internacional da atuação do Pólo Sindical no processo de reassentamento em Itaparica, que atraiu a atenção de organizações de cooperação internacional (ONGs, organizações governamentais, religiosas e filantrópicas) e abriu canais para a realização de projetos rurais dirigidos especialmente para mulheres. Os grupos de trabalho são financiados em parte pelo Serviço Alemão de Cooperação Técnica e Social (SACTES), entidade do governo alemão, que tem por finalidade ajudar os países “em desenvolvimento” através de projetos para viabilização de renda e autogestão. Os grupos enfrentaram problemas sérios pelas dificuldades para achar tempo disponível, por relações

conflituosas entre algumas das participantes e pela indefinição de muitos aspectos da sua administração.

Identificamos muitas áreas de atuação feminina, mostrando que as limitações impostas pela própria estrutura do projeto de reassentamento estão longe de serem insuperáveis. As mulheres se queixam da incursão masculina em áreas de atividades costumeiramente femininas (como nos quintais e no pequeno criatório), porém ainda mais pela perda da diversidade que estava estabelecida antes da remoção, e pela concentração acentuada da renda monetária nas mãos dos homens sem que houvesse uma atividade para mantê-los ativos ao mesmo tempo. O advento da produção agrícola, desde 1993, ocupou os homens. Isto, junto com os ganhos das experiências vividas pelas mulheres no processo político de defesa dos seus direitos, acenou, mesmo limitadamente, para um leque crescentemente mais aberto de alternativas para elas.

Uma nota final

Pelo que foi exposto sobre as questões de geração e de gênero neste capítulo, pode-se dizer que, à primeira vista, o projeto de reassentamento em Itaparica, observado através das agrovilas estudadas, seria caracterizado como uma ação do Estado que favorecia as gerações (representadas pelas famílias) mais velhas e os homens. As regras formais evidenciam isto claramente, como vimos na discussão sobre o cadastro. No decorrer dos anos, os camponeses reassentados demonstraram que a estreita interligação entre as gerações mais velhas e mais novas, e entre os homens, e mulheres, faz com que a procura de espaços para a ação de "subordinados” (jovens e mulheres) fortaleça os laços de cooperação e solidariedade entre grupos de parentes e de vizinhos mais amplos. Isto não implica uma visão simplificadora de uma solidariedade comunitária idealizada que supere as hierarquizações e diferenciações internas, pois as agrovilas estão repletas de intrigas divisivas. A simplificação que se evita é aquela que trata as divisões de gênero e de geração como "jogos de soma zero", em que os ganhos de um são as perdas de outro. Na luta para a superação das dificuldades impostas pelo favorecimento

dos mais velhos e dos homens, formam-se famílias e pessoas que resistem e ganham lugares respeitados na comunidade. Mas não é só na articulação entre gênero e geração que o sucesso destes agricultores será medido. O reassentamento veio como uma mudança social dirigida, em que há um futuro "projetado" para os reassentados, um futuro que depende da constante negociação em busca da reafirmação de compromissos financeiros e administrativos do Estado com os reassentados, da preservação de um solo precário, do estabelecimento de redes de escoamento da produção e de sistemas de crédito, enfim, de assegurar as condições políticas, econômicas e ambientais de reprodução e transformação social, benéficas para estes agricultores.

Capítulo 9
Reeassentamento, saúde e insegurança em Itaparica: um modelo de vulnerabilidade em projetos de desenvolvimento

Políticas governamentais são irreparavelmente ambíguas. A natureza múltipla e complexa do estabelecimento de metas e de execução do planejado sempre deixa espaços para conflitos, esquecimentos e exclusões que atingem os cidadãos almejados, direta ou indiretamente, com as políticas. Por esta razão, políticas governamentais são geradoras de insegurança, seja qual for a ótica das teorias de Estado que informa a compreensão da sua atuação. A idéia de um Estado benévolo, que repara as injustiças e danos através da aplicação de políticas redistributivas que corrigem as desigualdades que ocorreriam na sua ausência, não é isenta desta geração de insegurança. Nem tampouco é a idéia do Estado manipulado e manipulador, que responde aos interesses de seletos segmentos da sociedade capazes de armar mecanismos que respondem aos seus desenhos particulares. No caso em pauta, o reassentamento de Itaparica, como em todos os grandes projetos de desenvolvimento, o Estado é o mais presente de todos os atores, e a partir das intensificações e retrações da sua presença, uma série de fatores de geração de insegurança se torna muito mais transparente.

Desta perspectiva de Estado ambíguo, gerador de insegurança, elabora-se, a partir de exemplos concretos do caso de Itaparica, um quadro que possa facilitar a compreensão de processos de adoecimento, sofrimento e administração de saúde que acompanham o desenrolar temporal de grandes projetos que envolvem migração forçada e construção de meios de reparação e compensação. A forma tomada em Itaparica é de um projeto de reassentamento rural, onde o ofício agrícola dos reassentados é um eixo organizador de todo o processo. O projeto de construção da barragem Luiz Gonzaga e o reservatório do Lago de Itaparica é muito antigo, e a sua concretização (nos dois sentidos) data das décadas, aparentemente remotas, dos anos 1970 e 1980. Ou seja, é um processo que se aproxima a quatro décadas de ação e que tem

resultado numa transformação brutal do cenário cotidiano de uma população numerosíssima. Para além dos quarenta mil habitantes rurais, pessoas diretamente atingidas que vivem ou viviam diretamente de trabalhar a terra, houve um número semelhante de habitantes urbanos diretamente atingidos, boa parte do qual depende da interação com estes moradores rurais como parte do seu meio de vida. São os habitantes do reassentamento rural que recebem atenção direta neste trabalho. Eles somente podem ser entendidos no contexto das modificações na sua sub-região que se processaram na sua relação com os atingidos urbanos que hoje moram em cidades reconstruídas, bem como com os ainda mais numerosos habitantes de municípios não diretamente atingidos que receberam os reassentados rurais e os integraram no seu dia a dia nas maneiras que forem possíveis.

Fases de reassentamentos em grandes projetos e vulnerabilidade

Com todas as suas particularidades, o reassentamento rural não foge de um padrão bastante sistemático, mundial, de projetos de desenvolvimento que envolvem grandes remoções de população que receberam um auge inicial de atenção nos anos 1980 com os estudos de Cernea (1988), Baum (1982) e Hansen e Oliver-Smith (1982), com particular destaque para o trabalho sintetizador de Scudder e Colson (1982). Estes últimos autores identificam quatro fases nos processos de reassentamento que, sem seguir rigorosamente os rótulos identificadores destes autores, correspondem a: 1) planejamento e divulgação; 2) implantação; 3) desenvolvimento e 4) emancipação. Uma revisão crítica que elaborei no início dos anos 1990 (SCOTT, 1996) ressalta a idealização destas fases como parte de um mapa de planejador que, efetivamente, quase sempre empaca na terceira fase, revelando metas subjacentes prioritárias que são pouco explicitadas nos projetos e na teorização sobre eles. Um dos resultados disso é que a intensa interação Estado-população que caracteriza as primeiras duas fases experimenta um longo processo de desarticulação, com constantes redefinições. Isto faz com que a quarta fase, de emancipação, não costume ser um período de celebração de metas atingidas, e sim uma fase de

renegociação da avaliação dos impactos e do esgotamento relativo de ambas as partes. Ao longo deste processo, são desencadeados contextos temporais e espaciais que favoreçam diferentes tipos de adoecimento, sofrimento e administração de saúde, e é a compreensão destes acontecimentos que se enfoca aqui.

Não é o propósito deste trabalho, oferecer nenhuma elaboração crítica sobre as diversas tentativas de conceitualizar o processo saúde e doença (CAPRA, 1982; DUARTE, 1994; DUARTE; LEAL, 1998; MINAYO, 2005; AYRES 1993, 1997, 2006) e sim de descrever enfermidades de uma maneira que contemple uma sensibilidade social e cultural do fenômeno. Há muitas elaborações bem argumentadas que já conduzem nessa direção, criando idéias como vulnerabilidade, perturbações, sofrimento, males físico-morais, qualidade de vida, aflições etc., e não se trata de escolher entre elas, e sim de valorizar a busca da inserção do social e do cultural no biológico para compreender saúde. As discussões sobre os múltiplos fatores associados à saúde mental, bem como sobre doenças com patologias mais rigorosamente identificáveis biologicamente já contribuíram muito para alargar essas fronteiras. Ao fazer referência mais frequente à idéia de "vulnerabilidade" aqui, está-se reconhecendo uma adequação terminológica com a condição dos reassentados, objeto destas reflexões, ao mesmo tempo em que se sinaliza a importância de empregar algum termo cuja aplicabilidade abranja o social e o cultural.

Quando se realçam contextos espaciais e temporais relacionados com saúde, logo aparece a vivência moderna de processos que acumulam experiências de violência dos mais diversos tipos, tornando-a uma questão inevitável para a compreensão do cotidiano moderno. Tecnicamente, o crescimento da violência na sociedade é acompanhado por uma enorme rede, ou melhor, múltiplas redes, de captação, produção e divulgação de informações, bem como de prevenção, proteção e de atendimento aos reais e potenciais vítimas e agressores. Esta percepção do crescimento da violência é fruto de aumentos concretos de atos bem como do desvendamento de ocorrências antes ignoradas, de tal maneira que não há como contestar a sua existência. Os veículos de comunicação reportam a ampliação da violência,

tornando conhecidos por todos: a violência doméstica que vitimiza, sobretudo, mulheres e crianças, mobiliza ONGs e delegacias e varas especiais para lidar com as suas particularidades. Reporta também os crimes contra os que apresentam opções sexuais alternativas; os índices de assaltos e homicídios que recheiam os jornais e os relatos dos que tiveram as suas vidas tocadas por tais infortúnios; e ainda o desmonte da confiança moral e sentimento de auto-respeito como cidadão que a divulgação das falcatruas de homens públicos e os seus parceiros trazem para todos. A lista poderia ampliar, e certamente merece diversificações e desdobramentos muito mais amplos, mas não há como fugir da participação num sentimento público de que o mundo se torna cada vez mais violento. E o que acompanha este sentimento é outro sentimento que será detalhado muito mais aqui, ao tratar da compreensão das transformações nas condições de saúde dos reassentados de Itaparica: a experiência e o sentimento de insegurança.

No primeiro parágrafo deste capítulo foi declarado que o Estado gera insegurança. É evidente que o Estado não age como agente isolado. No caso de grandes projetos de desenvolvimento, como a construção de uma barragem para iluminar cidades inteiras e alimentar fábricas produtoras de saldos no balanço comercial nacional e regional, cada passo que é dado pelo Estado repercute de alguma forma na geração de insegurança para quem se encontra no caminho. Todo o projeto contribui para a continuada fabricação de novas malhas de relações sociais em espaços que têm as suas próprias histórias, dentro das quais também existem fatores que geram insegurança, agora sujeitas a grandes transformações. Antes de abordar a questão de como as inseguranças se configuram nas fases diferentes de grandes projetos, é mister sistematizar a referência a inseguranças instaladas por processos múltiplos.

Inseguranças: estrutural, administrada, e coletiva local

Ao falar de insegurança aqui, estamos realçando um sentimento coletivo que brota de várias fontes. Cada fonte merece separação e identificação para facilitar a interpretação de casos

concretos, mas é a interface particular entre estas fontes no desenrolar de processos concretos que produz a particularidade de cada local, de cada contexto. Assim, em cada evento visto, em cada referência simbólica, não é a sua categorização como constituinte de uma ou outra fonte de insegurança que importa mais, e sim a maneira em que cada evento e cada referência simbólica combinam as diversas fontes para apresentar uma realidade vivida e compreendida localmente. Assim, ao apresentar separadamente os conceitos de *insegurança estrutural, insegurança administrada,* e *insegurança coletiva local,* almeja-se contribuir para elucidar as interpretações de como estas articulações possam ocorrer. Dificilmente, qualquer observação etnográfica se restringirá à inserção em apenas uma destas qualidades de insegurança. O mais comum será alguns elementos de cada fonte serem evidentes em cada observação feita.

Há uma *insegurança estrutural* que compõe a natureza excludente abrangente do desenvolvimento brasileiro, sistematicamente sujeitando todos, e, sobretudo as camadas mais pobres, a serviços inadequados e insuficientes. Esta insegurança mina a crença na existência de qualquer maneira de superar obstáculos na busca de uma segurança caracterizada por uma diminuição de vulnerabilidades. Observam-se as manifestações de insegurança estrutural em discursos recorrentes sobre os contrastes entre os ricos e os pobres e a repetição de declarações sobre como os ricos e poderosos armarão esquemas para beneficiar a si mesmos. As evidências contundentes são tiradas de um cotidiano que comunica esta condição de uma maneira multiforme e ubíqua, desde as decisões sobre o que comer no café de manhã, até a participação nas eleições (ou aceitação das imposições) dos seus dirigentes. Na vivência desta insegurança, políticas e planos empacotadinhos e alardeados publicamente como promocionais ao bem-estar da nação são percebidos como tendo muita pouca relevância pelas populações locais, pois uma regra de tais planos é de deixar estas populações locais despercebidas. Isto, mesmo que sejam contempladas formalmente nas populações amplas incluídas nos documentos e pronunciamentos elaborados pelos responsáveis!

Assim, as populações excluídas desta maneira formam uma maioria da população da nação, que, ao longo da história de colonização e dependência, elaborou uma multiplicidade de discursos locais que incorporam a exclusão sistemática. Não é nem o que alguns autores têm entendido como "resignação," nem o que outros inserem num quadro generalizado de ações e sentimentos de "resistência". É uma espécie de contra-face da exclusão que contém os elementos constituintes das relações de poder que isolam cada grupo, ao mesmo tempo em que o insere num conjunto imenso de grupos e populações, cada qual com a sua versão local do processo. Assim, instala-se uma *insegurança estrutural*, que, pelo próprio fato de ser estrutural, exclui, mas não isola, as populações locais. Há, simultaneamente: uma vulnerabilidade e um desalento que realçam a fragilidade da incorporação aos benefícios da nação, própria do conjunto dos excluídos; e uma inclusão numa população maior que, justamente por cada uma fazer parte de um "conjunto", encontra-se acompanhada por um número incontável de outras populações. Ter a sua voz, ou a voz do seu grupo, ouvida, e ainda mais, atendida, é uma expectativa reduzida neste tipo de insegurança. É uma insegurança que contempla tempos e locais que tomam uma forma de imutabilidade pelo fato de não ser tocado direta e sensivelmente pelas políticas. Mesmo que oscile no tempo e em cada local, a *insegurança estrutural,* tão generalizada, diminui a credibilidade na possibilidade de aliviar a vulnerabilidade de populações locais. Em todos os setores da vida cotidiana se manifesta de formas as mais diversas, e entre elas sempre são incluídas condições que possam ser percebidas como patológicas.

A *insegurança administrada* ocorre quando o inusitado ou inesperado se torna realidade. Esta segurança está gerada quando uma ação específica, costumeiramente, correspondente a uma política do Estado, de fato toca diretamente na população local e os grupos que operam no local se vêem imperativamente motivados a se envolver nesta ação. É a criação de dramas sociais (GOFFMAN, 1963; 1979; TURNER, 1985) cujas intensidades respondem à força de cada ação desencadeada. Grupos locais enfrentam momentos históricos, tão cruciais quanto as próprias proporções da ação proposta pelo Estado, nos quais o emprego de

identidades coletivas, para negociar os espaços alvos das intervenções planejadas, é fundamental. A política e o programa específico que geram a *insegurança administrada* são uma reificação concreta do Estado. É quando a omissão vira a super-inclusão. Mesmo assim, os sinais desta super-inclusão não emitem nenhuma mensagem clara que transforme a percepção subjacente dos grupos locais envolvidos sobre as intenções excludentes do Estado. Se a *insegurança estrutural* contribui para um ambiente geral favorável a uma perspectiva cética generalizada da população local em relação ao Estado, os caminhos escolhidos pelos grupos que estão sujeitos à aplicação de um projeto que gere *insegurança administrada*, mesmo quando variados, são muito mais concretos, elegendo pontos que são cruciais para a defesa das coletividades locais que estes grupos representam. A maneira com que o Estado e seus colaboradores intervêm no cenário local redimensiona as relações de poder entre os agentes ao conferir significados muito mais palpáveis para cada ação tomada. O surgimento, ou intensificação, de uma capacidade organizacional extraordinária (no sentido de fora do ordinário para o local em questão) entre alguns grupos faz parte de um jogo, no qual os potenciais danos do projeto anunciado, ou já em operação, expõem um espaço de vulnerabilidade que vem exigindo uma nova articulação de poder. As vulnerabilidades expostas requerem ações concretas, e a *insegurança administrada* se torna uma ferramenta para a criação de uma resistência ou de uma colaboração intensiva, dependendo da leitura das implicações do projeto. Com a passagem do tempo criam-se novas perspectivas das quais se possa avaliar a operação do redimensionamento dos domínios de poder que cada projeto, programa ou política específico possibilitou.

A *insegurança administrada* marca uma hora do escancarar as portas do Estado distante, trazendo-o para próximo, para torná-lo um agente conhecido. Assim os braços de intervenção, aparentemente vagos e apagados inicialmente, vão tomando formas cada vez mais complexas e variadas. Exige ação sistemática, concentrada, mas bastante resiliente. Precisa saber diversificar-se na identificação dos múltiplos pontos de interação entre realidades locais e projetos abrangentes que concatenam

ações direcionadas à consecução das suas metas prioritárias próprias. Então também é a hora para o reforço de alguns agentes que se tornam porta-vozes da coletividade, eleitos tanto por si mesmos quanto pelos administradores dos projetos, como interlocutores com algum grau de legitimidade. Esta própria legitimidade se torna peça de negociação entre as próprias ações de administração do projeto e nas maneiras de fazer frente a ele. Em termos de vulnerabilidade, a clareza das ameaças imediatas à segurança cria tanto uma intensificação de preocupações que já eram latentes, quanto introduz preocupações novas. Os agentes do Estado ganham nomes, faces e rostos, tanto individuais, quanto institucionais, e a possibilidade de avaliar o seu potencial para ação se aguça, frente às ações propostas e realizadas. É, em parte, um processo contrário à *insegurança estrutural*, pois da expectativa de vulnerabilidades decorrentes de um Estado omisso, passa para uma expectativa de vulnerabilidades proveniente de um Estado presente e ativo, administrador de benefícios e de danos. O Estado se torna alvo de vigilâncias que ele mesmo estimulou.

Contraria à *insegurança estrutural* e à *insegurança administrada*, a *insegurança coletiva local* não se ordena diretamente em torno do Estado. Ela tem muito mais a ver com como os indivíduos se inscrevem em uma, ou em outra, identidade coletiva no cenário local e regional. O jogo de semelhanças e diferenças entre agentes sociais locais promove adesões e afastamentos de pessoas que passaram por experiências históricas locais variadas. De acordo com as suas inserções nestes contextos locais, posicionam-se em hierarquias que se constróem e se reconfiguram, contribuindo para uma heterogenia local que se desvenda a cada instante. A presença de uma competição interna no cenário local e regional apresenta uma miríade de reivindicações e posicionamentos conflitantes que, independente da heterogeneidade ou homogeneidade entre grupos, contribuem para a construção de identidades sociais contrastivas, como já mostraram Cardoso de Oliveira (1978) e Oliveira Filho (2006). A elaboração de patrimônios espirituais e materiais, associados a estes grupos, opera numa constante separação entre os "nós" e os "eles". Esta elaboração pode ser fruto explícito de esforços coletivos e colaborativos em momentos históricos bem

identificáveis. Também pode ser resultado de um mais individualizado e paulatino acúmulo de eventos cotidianos que, pela sua própria cotidianidade repetida, tornam-se coletivos.

A *insegurança coletiva local* é contraditória, no sentido de que a adesão a uma identidade que confere patrimônio espiritual e/ou material é mais frequentemente capaz de produzir segurança que insegurança. A natureza contrastiva de toda identidade é o fator que embute a insegurança nesta realidade. O não pertencer a um grupo de "outros" num contexto local sinaliza uma fragilidade inerente à própria diferenciação e desigualdade social. Os "outros" podem oscilar entre ser aliados ou ser adversários, mas em todo caso são outros. Ou em quase todo caso, pois em certas ocasiões, um momento específico pode permitir uma troca de pertencimento, ora momentânea, ora mais duradoura, a depender das circunstâncias. Assim, os outros não somente contribuem para uma delimitação de fronteiras para as coletividades que operam localmente, mas também podem oferecer condições para que os "nós" possam tornar-se os "outros". A desigualdade nas relações de poder locais é um dos fatores principais que configura a articulação e a permeabilidade relativa entre o conjunto de grupos operativos. Cada momento oferece uma prova para a constituição dos grupos. Neste cenário, as vulnerabilidades de grupos se associam a diferenças que refletem uma convivência histórica e localizada em constante rearranjo, sujeita aos impedimentos erigidos pelos atores nas suas adesões a grupos diferentes. A *insegurança coletiva local* assim, se compõe de identidades coletivas locais forjadas em trocas, de palavras, de objetos, e até de pessoas que constantemente estão se constituindo diante da multiplicidade de possibilidades locais. É uma dinâmica tensa que ocorre num cotidiano, onde todos detêm algum grau de previsibilidade por causa das suas trajetórias específicas, mas que mantêm a fresta aberta para transformações.

Antes de passar para a caracterização da articulação entre inseguranças e vulnerabilidades na saúde de populações rurais sujeitos a deslocamentos e reassentamentos, vale destacar que os conceitos de "insegurança" e de "vulnerabilidade" são entendidos como forças que geram ação, e não como impedimentos à ação, como uma leitura mais superficial dessas terminologias poderia

sugerir. Assim, em hora nenhuma insegurança está sendo usada como sinônimo de falta de ação ou de reação.

Saúde, vulnerabilidades e inseguranças ao longo do processo de reassentamento

O tema que ocupa o restante deste capítulo é uma compreensão da vivência de saúde, vulnerabilidades e inseguranças que acompanharam e ainda acompanham o reassentamento da população rural de Itaparica. A intenção é de aproveitar uma experiência etnográfica de quase vinte anos (desde 1987 e ARAÚJO et. al., 2000) para elucidar um processo de exclusão cujos componentes tem uma relativa previsibilidade relacionada com a repetição de fases que são reproduzidas nos grandes projetos de desenvolvimento que são levados a remover populações que se encontram no caminho. Qualquer evento observado reporta ao seu tempo, que é um tempo irrecuperável que oferece elementos únicos que garantem a impossibilidade da sua replicabilidade. O processo histórico cuida de borrar tentativas de montar modelos comparativos com aplicação geral. O reassentamento rural de Itaparica ocorreu na saída de um período de ditadura, intensificou num período de democratização, prolongou-se num período de estabilização democrática, e perdura. Estes fatores são inseparáveis da sua história, e sinalizam contra o tratamento caricatural de fases associadas a modelos cujas temporalidades parecem ter sido suspensas na percepção de alguns planejadores.

Em nome da clareza de exposição, um dos eixos organizadores desta discussão de vulnerabilidades e fases é a trajetória do Pólo Sindical do Submédio São Francisco. É uma entidade sindical que acompanhou todo o processo de estruturação de Sindicatos Municipais de Trabalhadores Rurais (STRs) em Pólos multi-municipais de articulação de ações. O Pólo assumiu o papel de representante dos trabalhadores rurais e agricultores atingidos pela construção da barragem, e este fato permitiu que na região do Projeto de Itaparica, a adesão ao Pólo pelos STRs ocorresse de uma forma particularmente intensa, quando comparada com outros Pólos em formação na época (ver

ARAÚJO, 1990). Por sistematicamente mediar o contato da enorme diversidade de agricultores e trabalhadores nos municípios da região com o Estado, e pela complexidade que a sua abrangência geográfica implica, o Pólo tem uma sensibilidade particularmente aguçada para as vulnerabilidades e inseguranças que afetam os trabalhadores e agricultores. Assim, evitam-se muitas das digressões explicativas que, mesmo relevantes para o caso, alongariam demasiadamente este relato.

planejamento e divulgação

O Rio São Francisco, desde as nascentes em territórios mineiros até a foz entre Sergipe e Alagoas, tem sido alvo de projetos de modificação arquitetados por homens sonhadores de processos produtivos grandes e organizados e de energia farta. E estes projetos sempre esbarram com a presença de outros homens que sonham com ganhar uma vida digna para si mesmos e para suas famílias na labuta diária na terra. Na construção das Barragens de Paulo Afonso e Moxotó foi assim. Ainda mais, dos anos 1970 para 1980, a construção da barragem de Sobradinho, ao montante das cidades de Petrolina e Juazeiro, foi um exercício exemplar de um processo em que a execução do projeto dos grandes sonhadores resultou no fim dos sonhos da vida digna de muitos que anteriormente moravam de labuta na terra na beira do Rio. Esta derrota repercutiu no meio sindical, alertando sobre a vulnerabilidade de populações que vivam do Rio São Francisco e de suas terras férteis, como trabalhadores e agricultores. Nas folhas, não menos férteis, dos projetos dos engenheiros, tocava à região ainda mais densamente povoada de Itaparica a construção da próxima barragem. Este fato foi fundamental na articulação dos sindicatos de trabalhadores rurais na formação do Pólo Sindical com o propósito explícito de defender esta população contra os potenciais efeitos deletérios de mais uma execução de um grande projeto de desenvolvimento sem que a população mais diretamente atingida fosse escutada.

Nem a sua condição histórica privilegiada de Rio de Integração Nacional e nem a de ponto de atração para o processo de migração para produzir na beira do Rio aproximaram a grande

maioria dos moradores desta área ao Estado. Distância e omissão, junto com uma atuação apenas esporádica e pontual, permitiram a formação em Itaparica de uma população rural composta por posseiros, pequenos proprietários e meeiros, todos agricultores familiares que organizavam o seu dia a dia na base de um ethos de trabalhador. Virtualmente, desconhecia-se a desocupação entre agricultores, exceto no aglomerado urbano de Barreira onde concentrava os diaristas que trabalhavam em olarias e num projeto de irrigação (conhecido como "as granjas") que o governo promoveu pontualmente em Petrolândia. Os agricultores familiares se relacionavam com fazendeiros, arrendatários e donos de bombas que distribuíam a água do rio para as terras vizinhas. Estes senhores se dispuseram a fornecê-los os meios de sobrevivência a um preço negociado entre fortes e fracos. As hierarquias eram mais pronunciadas no lado pernambucano com predomínio de meeiros associados a fazendeiros, menos no lado baiano onde mais agricultores tinham condições de serem pequenos proprietários e posseiros, dependentes mais do fornecimento da água bombeada do que de acesso à terra.

Nos termos descritos neste trabalho, na região predominava a combinação de uma *insegurança estrutural* e uma *insegurança coletiva local*. A insegurança estrutural deixava os agricultores e trabalhadores à vontade para produzir de uma forma módica, sem que esperassem resultados de ações do Estado. Eles é que, sem formar identidades coletivas locais fortes, dependiam das relações travadas com os "outros", detentores de maiores recursos: terra, bombas, redes comerciais de tamanhos variados e meios de transporte. As vulnerabilidades vividas nestas condições se relacionavam com o contato cotidiano com a natureza (diarréias, dermatites, pequenas lesões, parasitas, resfriados), e a sua resolução sublinhava o isolamento e a super-inserção em redes solidárias, ao mesmo tempo hierárquicas, em que problemas eventuais de saúde terminavam por reforçar essa dependência. Utilizava-se do apoio de quem tinha mais recursos localmente para tratar desses problemas. Os serviços de saúde disponíveis nos municípios, além de serem de difícil acesso físico para muitos, sofriam de limitados números de profissionais e não respondiam à demanda toda. Localmente, circulavam curandeiros, benzedeiras e

raizeiros, e muitos agricultores e agricultoras empregavam os seus próprios conhecimentos sobre substâncias e práticas, associadas à melhora de saúde, comuns na região para quem conhece a ecologia local. Recorrer a estes meios costumeiramente era um ato de redes mais solidárias - não reforçava a dependência dos agricultores nos detentores de maiores recursos materiais. Ao mesmo tempo, a diversidade de problemas invariavelmente levava alguns a pedir remédios, transporte, contatos e outros tipos de ajuda para os seus males. Estas soluções reforçavam as redes personalistas e clientelísticas localizadas, e, simultaneamente, imprimiam a noção da fraqueza e inoperância dos serviços do Estado (muitas vezes totalmente ausente de consideração como caminho). Assim, diante da insegurança coletiva local, procurar resolver problemas de saúde promovia uma divisão entre "nós" e os "outros" próximos, porém mais fortes.

É neste cenário que a notícia dos planos do Estado de construir uma barragem e remover toda a população chega, espalhada por dois veículos principais, os contratados da Chesf para preparar toda a construção da barragem e para cadastrar todos os que serão removidos, e os associados ao sindicato, que formavam um Pólo articulado para defender a população rural destinada a ser atingida pelo reservatório. Ou seja, instala-se um anúncio de uma ação administrada pelo Estado que ameaçava diretamente o acesso à terra e a todos os recursos para produzir. A *insegurança administrada* opera uma modificação radical na relação de forças local e regional. Um Estado omisso virou um Estado presente, e pior ainda, expropriador. A perspectiva da perda da terra expunha toda a população à sua condição de extraordinária vulnerabilidade diante de um representante de poder extra-regional. O ceticismo criado sobre o Estado criado ao longo da história contribuía para uma desconfiança generalizada de que o Projeto seria nocivo para os agricultores. O Pólo, versado nos documentos que orientavam as ações do Estado e bem assessorado por pessoas e instituições com experiência na defesa dos direitos dos excluídos, não permitia que os agricultores sossegassem, insistindo que as suas redes de relações para garantir acesso à terra não geravam mais nenhuma segurança diante de um projeto tão poderoso e tão palpável. Começaram a se desmantelar os

intricados liames das redes de relações locais, e no seu lugar figurou um único agente, capaz de homogeneizar todos sob o rótulo de "atingidos".

Essa unificação teve uma forte influência sobre as evidências de vulnerabilidade da população. A intensificação do sofrimento psíquico, da ansiedade sobre o futuro, das sensações de desespero diante da perda iminente das raízes, o desconhecimento da nova moradia, todos se juntaram. Ofuscaram os outros sofrimentos. Um dos caminhos que apareceu para resolver esta nova vulnerabilidade incluiu, em primeiro lugar, juntar-se às ações de mobilização em defesa de um reassentamento digno organizado pelo Pólo, e isto possibilitou uma ação de parada da construção da barragem para forçar a assinatura de um acordo escrito, antes apenas parcialmente planejados, mas inexistentes enquanto compromissos formais, nas propostas do governo. As salvaguardas neste documento, mesmo se incapazes de aliviar boa parte da expectativa de sofrimento por perda iminente, abriram uma fresta para a inclusão formal de todos como "reassentados beneficiados" com direito a lotes irrigados de terra que correspondiam às suas capacidades de trabalho familiar. Para alguns dos que já tinham abandonado a região à procura de melhores oportunidades em terras distantes, como São Paulo, estas promessas serviram como opção de voltar às suas origens e tentar estabelecer um patrimônio que não estavam conseguindo fazer distante. E na própria região, quem era posseiro, proprietário, meeiro, arrendatário, fazendeiro, agora seria "reassentado." A Chesf distribuiu imagens de pássaros voando para o céu, e panfletos que usavam o mote "mudar para melhor". Mostrava desenhos de arquitetos das novas agrovilas, projetadas para a moradia semi-urbanizada para preparar a população, bastante dispersa, para a sua mudança.

As opções de soluções ainda permitiam que alguns não almejassem virar "reassentados". Alguns optaram por indenizações monetárias, quando não investidas posteriormente na montagem de novas formas de subordinação da população local e garantias individuais de sustento, despendidas de uma maneira frívola, ou usadas para estabelecer-se em outros locais – seja nas cidades locais, seja em locais muito longe. Alguns se

organizaram para promover a continuação de grupos clientelistas ou fazendas em novos locais encontrados por si mesmos. E ainda o grupo de agricultores irrigantes das "granjas", que tinham tido o privilégio de se beneficiarem do projeto de irrigação em Petrolândia alcançou a antecipação da implantação de lotes maiores e com equipamento instalado, o que permitia a sua continuação como uma camada elitizada da sociedade local. Mas a regra era ser projetado para ser reassentado e viver na expectativa de condições de voltar a produzir em pouco tempo (prometido em seis meses nos projetos escritos!).

Parte do alívio buscado nesta condição foi de tentar reassentar-se próximo ao seu lugar de origem que ficaria inundado. Para tanto, a confrontação foi entre a leitura técnica dos financiadores e executores da operação de capacidade de projetos de habitação e terras (agrovila) sustentar a produção agrícola (pelo preço da tecnologia que estavam dispostos a investir, claro) e a leitura sentimental e de alianças locais que as populações atingidas faziam. Alguns ficaram perto, outros foram a projetos a centenas de quilómetros de distância, e uma racha entre os Índios Tuxá resultou num deslocamento de mais de mil quilómetros para o seu reassentamento especial.

Este "cardápio variado" de soluções terminou sendo o que os administradores do projeto conseguiram fazer para aliviar a ansiedade que eles mesmos criaram. Ambulâncias e serviços de emergência, e uma equipe para prestar apoio psicológico e de assistência social foram contratados, e algumas melhoras ocorreram nos hospitais locais. Estes serviços foram incluídos com a efemeridade que o próprio projeto demandava. Criava uma ilusão de ter havido um aumento da sensibilidade e investimento do Estado nos problemas de saúde da população atingida. A efemeridade não escapava do olho crítico da população, que sempre repetia a indagação se isto iria continuar depois de reassentados (?!). Outras ações também foram montadas para aliviar as tensões desta fase. Equipes de assistentes sociais e profissionais afins se ocupavam com a organização de conversas, panfletos, e de visitas a locais da futura moradia. O investimento foi significativo, e foi vigiado pelos membros do Pólo Sindical.

Então esta fase de planejamento e divulgação, mesmo se desenvolvendo por um período relativamente extenso, evidencia uma dinâmica que se intensifica enquanto mais perto chega da próxima fase. Esta dinâmica modifica as condições de vulnerabilidade, tanto de saúde quanto de poder, das populações a serem atingidas. Inicialmente, as *inseguranças* são imersas numa malha complexa de relações sociais estabelecidas num ritmo mais ou menos paulatino, apresentando-se como *estruturais,* associadas à esparsa atuação local dele e a perpetuação da pobreza, e como *coletivas locais,* reafirmadoras de diferenciações e hierarquias entre múltiplos atores locais. Estas estão abruptamente sobrepostas por uma *insegurança administrada,* que além de ser imperativa pelas fortes consequências advinda da execução do projeto, é profundamente transformadora das relações que compõem as estruturas de poder locais. As vulnerabilidades cotidianas que entravam na formação das redes interconectadas da vida local, mesmo existindo ainda, estão suplantadas por uma vulnerabilidade generalizada que acomete a todos e homogeneíza os atores diante das esferas de atuação, pondo a instituição executora (Chesf) e a instituição de resistência (Pólo) como guias neste processo. As soluções da vulnerabilidade provêem destes atores como parte do processo de planejamento e divulgação, e a negociação que decorre disso. Ambos professam respeito à heterogenia, e ambos participam numa homogeneização que aclara os posicionamentos antagônicos que muitas vezes são levadas a tomar.

implantação

Esta fase marca o ápice da *insegurança administrada*, pois projetos de desenvolvimento que incluem programas de reassentamento não são projetos de reassentamento. Como as finalidades do projeto são outros, e a população é um elemento a remover para alcançar o sucesso do projeto mais abrangente, na fase da implantação, a concentração de esforços é em torno da garantia do êxito da criação de um espaço esvaziado para que o seu novo uso possa ser promovido pelos planejadores. Evidentemente, há espaços institucionais reservados para cuidar

do reassentamento, mas é somente durante a implantação da remoção que as ações junto a esta população tomam precedência sobre outras ações. No caso da construção de barragens, este fato é cristalino, pois quem se mantém no seu local de origem é inundado, e tal acontecimento seria um fracasso para os planejadores. O sucesso é fornecer energia, sem tropeçar nos empecilhos para chegar a esta meta. Então, nesta hora, o empenho é de anular considerações sobre *insegurança estrutural* e sobre *insegurança coletiva local.* É de jogar um manto protetor para os atingidos, com um ar de onipotência e num ritmo ofegante, realçando o seu status de aparentes beneficiados, para poder celebrar a consecução da limpeza do espaço na seqüência imediata.

O desafio para as entidades de defesa, como o Pólo Sindical, está posto. Finda da primeira luta para conscientizar a população sobre a necessidade de batalhar para não somente evitar perdas, mas também angariar benefícios, como é que se administra o trabalho de colaboração e de contestação com os executores do projeto? Acompanha o traslado da população? Dá assistência? Assessora? Contabiliza? Observa? Responde a incidentes específicos? Chamar atenção aos defeitos nos novos locais vai trazer risco em perder alguma oportunidade de acompanhar outra mudança? O próprio ritmo acelerado do trabalho de traslado para as novas casas e lotes, determinado pela Chesf, como executora, quase impossibilita a fiscalização que tal tipo de ação merece. O ritmo e a abrangência comunicam uma falta de tolerância a falhas, um espaço não aberto para a manifestação de vulnerabilidades que eram para ter sido todas sanadas na fase anterior. Evidentemente não foram, e disso todos sabem. Sabendo que, efetivamente, esta fase é o do ápice da vulnerabilidade da população atingida, o Pólo assume o papel de apontar e amenizar estas fragilidades criadas e chamar atenção ainda às outras vulnerabilidades não tratadas.

O poder de imaginação da perda das orientações espaciais e da base de sustento costumeira que marcava a fase anterior, materializa-se na viagem, deixa roçados plantados (mesmo já avisados que teriam que dar fruto até antes da hora da viagem). Leva um número contado de bichos do criatório e deixa, ou vende,

outros a preços reduzidos. Despede-se de uma paisagem conhecida, e entra num caminhão para ir ocupar uma casa idealizada por um planejador, com um vizinho logo ao lado, e ainda com boa parte do preparo do solo e da implantação de equipamento a fazer. E o plantio ainda será com uma tecnologia pouca conhecida que requer assistência de agrônomos! A sensação de ganho sucumbe à sensação de perda! É um período de absoluta vulnerabilidade, tamanha a dependência nos executores do projeto.

A mobilização e o reforço dos serviços de saúde do município, e, ainda mais, a montagem de serviços especiais para tratar dos problemas decorrentes da mudança, ocupa parte do planejamento da Chesf e de seus colaboradores. Tanto quanto o muito noticiável trabalho de resgate de animais silvestres e domésticos ameaçados pela subida das águas! Equipes inteiras são mobilizadas para fazer o convencimento de velhos ocupantes da beira do Rio, como Sr. Francisco, que se agarrou a uma árvore no seu sítio e recusava soltar enquanto as águas subiam! Cenas semelhantes se repetiam, incluindo muito choro no apartar de vizinhos cujas novas moradias não coincidiam, por mais que o trabalho planejado procurasse preservar alguns laços comunitários. Vivido pela Chesf quase como uma operação de guerra, o traslado assumiu características de uma instituição total instantânea, determinando todos os passos dos atingidos, tratando-os como "parte da obra". Da mesma forma, os atingidos, cada um à sua maneira, procuravam achar brechas para compreender a sua situação individualizada. De tão corrida e abrangente a programação cotidiana da instituição, terminava por deixar escapar a multiplicidade de situações individuais nos grupos que chegaram juntos para se instalar nas novas moradas. A saída, já vazia, do transporte dos novos locais é que comunicava muito fortemente que as pessoas estavam sozinhas, por mais que se professasse assistência institucional garantida para os meses vindouros. Maravilhados ou decepcionados com as casas de alvenaria, lado a lado, na agrovila; esperançosos ou medrosos com os desafios tecnológicos de trabalho nos lotes que ficavam a uma boa andada de distância, não deixava de haver uma sensação de vazio reportado por quase todos.

A nova disposição das casas e a terra ainda não pronta para a maioria mexiam muito com as expectativas da nova moradia. Como lidar com a briga na casa dos vizinhos? Antes não ouvia, agora ouve. Se o lote ainda requer equipamento, em que é que os homens e as mulheres acostumados à labuta diária, vão se ocupar? Vão se entregar à bebida? Como ensinar aos filhos o ofício agrícola? A negociaição hábil do Pólo Sindical garantiu a compensação monetária mensal por esta falta de condições de render benefícios de terra plantada (a VMT - aquém de dois salários mensais por família). Mas a VMT, paga pela Chesf num dia estipulado por mês no banco, não oferecia nenhuma atividade que podia ser incorporada num investimento na continuação da ética de trabalho que caracterizava a agricultura na beira do rio.

Esta fase é de absoluta hegemonia da *insegurança administrada* e da confirmação da vulnerabilidade, exacerbada pelo fato de somente ter o governo para responsabilizar pelos problemas enfrentados e apelar para resolvé-los. Na área de saúde, isto ia desde os problemas cotidianos que teriam que ser levados aos serviços especiais montados ou reforçados, até às emergências ocasionadas pelo stress da situação, também previstos parcialmente pela Chesf, mas nunca vividos como ocasiões previsíveis pelas famílias nas quais ocorriam. É uma hora de plena vulnerabilidade social. As velhas redes desmanteladas; a reconstrução delas nas novas moradas, sob novas bases, ainda incipientes e frágeis; a própria reafirmação cotidiana da moralidade de agricultura familiar colocada em cheque. O Pólo Sindical, organizado para defender o agricultor e o trabalhador rural, teve que focalizar os seus esforços na reivindicação e fiscalização da ação do governo. Oferecia um dos poucos contrapontos possíveis para procurar assegurar que essa vulnerabilidade não resultasse num esquecimento e exclusão. Os próprios responsáveis pelo financiamento externo pelo Banco Mundial, reconhecendo a importância deste período e da observação da interação e respeito mútuos entre a Chesf e o Pólo, exigiram a presença de uma equipe de pesquisa para acompanhar esta fase, função desempenhada pela Fundação Joaquim Nabuco, também em condições temporárias.

A implantação é passageira. Ela ofusca momentaneamente as *inseguranças estruturais* e *coletivas locais*, mas elas ficam latentes. O Estado não podia ser mais presente, mas na sua atuação ainda se revela omisso nas responsabilidades para com os mais pobres. Com as populações homogeneizadas na sua condição de "reasssentados", as redes e malhas locais se rendem a um movimento maior que elas, mas os seus atores continuam no jogo de re-estabelecer a complexidade das malhas das relações de poder locais sobre as novas bases em implantação.

desenvolvimento

Será que na mudança para melhorar, a vida melhora? O reservatório está no lugar e a barragem é um atrativo símbolo da competência dos engenheiros. A energia já está garantindo que nas cidades nem as fábricas param nem as pessoas vivem no escuro. Está melhor. Mas os agricultores familiares e trabalhadores rurais, agora inseridos na fase do projeto que os planejadores compreendem como de "desenvolvimento", será que estão vivendo uma melhora? De fato, eles estão num pleno período de retração dos mecanismos geradores da *insegurança administrada*, permitindo o reaparecimento das outras inseguranças, e voltam a se multiplicar os liames das referências das suas vulnerabilidades. Os olhos institucionais, e os esforços do jornalismo de comunicação da Chesf passaram para a barragem de Xingô, a uma centena de quilômetros a jusante no Rio São Francisco, num canyon rochoso e pitoresco. Os novos desafios, ainda mais espetaculares para a engenharia vencer a natureza e manter tudo aceso para os citadinos e donos de fábricas, já substituem a prioridade de Itaparica com a sua complicada e grande população. Ainda melhor, a natureza inóspita resultou nesta região dispor de bem poucos moradores a serem reassentados, simplificando o trabalho administrativo da Chesf. O projeto de reassentamento, supostamente ainda em andamento, é vítima previsível desta transformação, e o Pólo Sindical precisa se reorganizar com a modificação do seu cenário de ação.

Os atos pós-inauguração da barragem da Chesf reinstalam uma vontade de alcançar o que nunca pode ser alcançado por

inteiro: o reconhecimento de que não há mais necessidade de intervir. O Estado onipresente, uma vez atingida a sua meta prioritária, prefere retornar ao seu papel de gerador de insegurança não pelas suas ações, mas pelas suas omissões. Ou seja, esta é uma fase do recrudescimento da *insegurança administrada*, e da retomada, já em novas bases, da *insegurança estrutural* e da *insegurança coletiva local*. Quem está reassentado conta com se mesmo e com o Pólo Sindical para continuar o diálogo com o Estado e a cobrança pelo cumprimento dos termos do acordo, e, ao decorrer dos anos, a composição das novas relações de poder mostra novas vulnerabilidades decorrentes das transformações operadas sob a base inicial.

As mostras deste processo de retração do Estado são extraordinariamente numerosas e diversificadas. Primeiro, a Chesf argumenta que o reassentamento é uma obra social cujas exigências de competência fogem das competências de uma companhia organizada tecnicamente para gerar energia. Agora, passada a construção da barragem, o reassentamento virou parte da "dívida social" da companhia, virtualmente impagável, administrada por um dos setores de menor autonomia e de recursos menos independentes da Companhia. Fracassou a tentativa de passar a administração técnica dos novos lotes irrigados para a Codevasf, companhia governamental associada a empresários do setor de produção da agricultura irrigada ao longo do São Francisco, sediada em Brasília com escritório regional principal em Petrolina. Neste fracasso, ainda a Codevasf produziu um relatório de denúncias de incompetência técnica da Chesf, comprometedora da capacidade produtiva na implantação dos lotes.

O Pólo também constantemente lembra os compromissos não honrados pelos governos sucessivos. O não financiamento de alguns dos projetos especiais de reassentamento, calcado em relatórios contundentes de impraticidade devidos às condições ecológicas e custos altos, retorna constantemente à mesa de negociações, incomodando pela maneira que mostra como alguns reassentados foram particularmente prejudicados, deixados a depender unicamente da VMT, sem ganhar uma nova base para produzir. Muitos dos que defendem o Estado também usam a

perpetuação da existência da VMT (só extinta em 2005) para argumentar que os reassentados são parias que não querem trabalhar e que preferem viver dependentes do Estado. Esta negação do reconhecimento de que antes do reassentamento quase não havia desemprego na região é sempre criticada pelo Pólo, que ressaltou que foram trabalhadores e agricultores ativos que perderam suas bases de produção. Demoras como a de mais de uma década e meia na instalação do equipamento de irrigação que foi anunciado para ser instalado no prazo de seis meses após o traslado também mancham a imagem da companhia como mal pagadora (as firmas declaram não construir por não estarem recebendo!), e levam a Chesf a encontrar novas condições e companhias parceiras (grandes empresas construtoras, engenheiros do Exército, etc.) para realizar o trabalho. Muitos dos agrônomos e técnicos agrícolas, contratados para orientar os novos irrigantes reassentados, elaboram uma imagem acusatória de incompetência, resistência tradicional e limitações cognitivas destes agricultores deslocados. São tentativas de repassar a responsabilidade dos insucessos produtivos às vítimas do processo. A montagem, e constante remontagem, de comissões específicas para lidar com todas as pendências do projeto de reassentamento criaram um cenário de aparência de preocupação governamental. Também gerou alguns resultados pontuais, mas, acima de tudo, contribuiu para que o Estado se apresentasse à região com pele de camaleão, sempre se modificando, sempre se reinstalando, sempre rearrumando as responsabilidades, e com poucas resoluções concretas ocorrendo.

O próprio Pólo enfrenta uma grande dificuldade na administração sindical pós-reassentamento. Ele se encarregou de contribuir para o estímulo à formação de associações de produtores que pudessem organizar racionalmente a produção e comercialização dos produtos das agrovilas. Os graus e a velocidade de sucesso são muito variados, dependendo dos contatos e esforços dos seus administradores particulares, sendo esses reassentados com "o tino para o negócio". A não adesão de muitos reassentados a estas associações virou um elemento que reacendeu discórdia entre reassentados, servindo para acirrar diferenças entre as suas avaliações dos esforços dos que se

aproximavam mais ao sindicato. Entre acusações mútuas de visão curta e auto-interesse, ambos os associados e os não-associados encontram dificuldades de organizar de forma colaborativa e coletiva a sua produção. Contra os que não se associam, alguns argumentos circulam. Em alguns casos alega-se que quem não quer se associar estava mal acostumado com dependência num patrão. Em outros casos, é por causa de estar se afastado da produção agrícola desde até antes do traslado. E ainda em outros casos, insiste-se numa atitude obstinada de autonomia familiar que provoca limitações à realização de um trabalho coletivo. Na outra direção, contra os que participam nas Associações, jogam-se suspeitos de estar trabalhando em interesse próprio, trabalhando em outras coisas, e não com a terra, enriquecendo-se às custas de quem deve estar se lucrando com a cooperação. A aquisição de um carro, de um computador, de um trator, de um equipamento de beneficiamento para o produto, de abertura de uma linha de crédito ou mesmo a assinatura de um acordo para fornecimento de produtos, todas são ações que despertam o olhar crítico e questionador de associados e de não associados. São novas reconfigurações das relações de poder locais cujas linhas demarcadoras foram costuradas pelo processo ao qual todos foram expostos.

Para o Pólo, esta fase implicou em grandes modificações. O seu papel de representante e negociador para tornar as vítimas beneficiadas tinha sido muito claro na primeira fase, como também na segunda, embora exigisse, a contragosto, um certo grau de colaboração em tarefas administrativas de execução. Mas uma vez reassentada, a população que se homogeneizasse em relação ao projeto administrado, retomou um rumo de heterogeneização. Agora, os reassentados ficaram espalhados por centenas de quilômetros, alguns em novas moradias em municípios regidos por outros Pólos, todos inseridos numa multiplicidade de contextos locais, cada um com líderes e associados com pretensões e características diferentes nestes locais. O tratamento desigual pela Chesf contribuiu ainda mais para que cada conjunto, cada bloco, cada projeto, cada agrovila apresentasse as suas particularidades no processo. Havia desde quem ficasse produzindo e exportando a partir de poucos meses após o

reassentamento, até quem ainda não havia visto nem um cano, nem uma bomba, instalados. A Chesf e as novas faces do Estado que apareceram com a retração em andamento diversificou a composição das negociações e ações, exigindo uma ampliação da estrutura da, já carregada, burocracia sindical e uma abertura de muitos novos campos de atuação para responder a esta diversidade. Ao acrescentar um papel de promotor de desenvolvimento dos reassentados ao seu papel de representar os interesses de agricultores e trabalhadores na mediação das relações com o Estado interventor, o Pólo se viu pressionado a se modificar. Com esta volta à heterogeneidade e correspondente ampliação de atividades, o seu papel unificador não sumiu, mas esmaeceu significativamente. Os seus componentes se envolveram em novos empenhos na política de representação: alguns caíram vítimas de grupos fortes de contraventores locais (em pleno combate ao plantio e tráfico de maconha, o líder Fulgêncio foi assassinado); outros entraram na política, ganhando e perdendo; outros encontraram postos para articular as relações do sindicato com a sociedade mais ampla. Internamente, abriu um Departamento de Mulheres e Jovens que promovia uma visão mais diversificada das demandas dos agricultores. Ao destacar-se neste setor, a diretora, Rita de Cássia, conseguiu tornar-se Coordenadora do Pólo, cargo que ocupava até a segunda metade de 2009. O Pólo não perdeu a sua importância, nem o foco da sua atenção, mas a retração da intervenção direta do Estado o tornou uma instituição muito mais multifacetada.

Chamar tudo isso de uma "fase de desenvolvimento" é maquilar uma realidade com uma palavra inadequada. Mesmo com os responsáveis pela supervisão deste chamado "desenvolvimento" recheando os discursos com referências à importância dos projetos se auto-sustentarem e da necessidade de encontrar parceiros e mercados fortes para a sua produção, o que se identifica é um processo de retração ou de recrudescimento, visando uma liberação da responsabilidade pesada que as primeiras duas fases carregaram no Estado. A referência temporal desta fase é o exato oposto da segunda fase. Nada de ritmos ofegantes. Idas, vindas, rodeios, retornos, largadas e retomadas

terminam por caracterizar uma morosidade dentro da qual tanto as velhas quanto as novas vulnerabilidades aparecem.

Pensando nas adjetivações de "inseguranças" empregados neste capítulo, na terceira fase o aumento da vulnerabilidade se associa a uma despedida da *insegurança administrada* direta quando o Estado se fez presente e atuante, ameaçando e acolhendo ao mesmo tempo. É uma despedida com sequelas indeléveis. É o reencontro reafirmador da *insegurança estrutural* e das *inseguranças coletivas locais*. A desconfiança de um Estado omisso reaparece, mas esta omissão pode ser percebida como mais proposital. Os atores locais se articulam no novo contexto para re-estabelecer, nestas novas bases, as hierarquias que perduram aparentemente à revelia do Estado que interveio, mas que se retrai. A marcha do país se confunde com a marcha do projeto, aparelhando o Estado para lidar com vulnerabilidades de acordo com políticas instaladas em resposta a questões tratadas em outros níveis. A questão da vulnerabilidade se reveste em múltiplos desprezos e ataques à moralidade e à base de sustento dos reassentados, ora remetidos a lidar com atores das áreas de segurança pública, de moradia, de produção e comércio e de serviços de saúde, sem esquecer que outros setores, como a educação, poderiam entrar.

A região do Submédio São Francisco é amplamente reconhecida e divulgada como compondo parte do Polígono da Maconha, o que contribui para uma ação particularmente acirrada dos agentes da segurança pública. Reclamações de maltrato, insultos, arbitrariedades, invasões domésticas, aprisionamentos e assassinatos, todos em nome da busca de contraventores associados à maconha ou ao roubo e assalto a cargos e passageiros, são constantes entre reassentados que insistem que são trabalhadores cuja reputação está sendo colocada em questão. O perigo do envolvimento na contravenção, atividade atrativa para enriquecimento rápido, não deixa de existir, mas ao debelar este perigo a polícia atinge a moral dos que foram atingidos pelo reservatório. Assim, os agentes de segurança pública são enxergados mais como verdugos, de que como os protetores que alguns almejam, ao pensar a possibilidade que uma ronda da viatura de segurança pública nas agrovilas poderia trazer.

Ser enxergado e tratado como produtor ou traficante de drogas ou assaltante ajuda a produzir um contra-discurso dos reassentados, que insistem que o lugar da paz e do trabalho produtivo é no campo, enquanto a cidade é o espaço dos desordeiros. A tentativa de recuperar o status envolve um desmonte das acusações dos outros, e o redirecionamento delas para os moradores da cidade. Aliás, é na cidade, eterna atração, abrigo dos que não encontram casas nas agrovilas ou pretendem outro meio de vida, que as novas dependências dos reassentados se concretizam. A VMT é buscada no banco, e boa parte deixada logo em seguida, na feira realizada nas lojas, seja no mesmo dia do pagamento (dia decorado nos calendários, tanto dos próprios reassentados, quanto dos comerciantes), seja no dia costumeiro da feira. Na criação de um mercado local aquecido pelos pagamentos em dinheiro, os comerciantes proliferaram nas cidades locais. Assim, na cidade, a apropriação do dinheiro do agricultor trabalhador ocorre tanto pelo roubo e assalto, quanto pelo sistemático endividamento com o uso do dinheiro encaminhado pelo projeto. A produção de produtos para consumo nos lotes irrigados em áreas de menor fertilidade que as que tinham na beira do rio é mais difícil, e a necessidade dos complementos aumenta. Isto é ainda mais dificultado pela restrição que foi imposta no uso do criatório, cuja venda constituía uma válvula de escape nas horas de maior aperto. O estímulo é para a produção de bens comercializáveis, mas o volume é reduzido e a coordenação dos esforços difícil, como foi discutido ao falar das associações. Assim, as redes comerciais continuam fracas; e os agricultores, vitimizados por preços oferecidos por atravessadores que continuam desempenhando um papel importante na região. Alguns são conhecidos e confiáveis, mas oferecem oportunidades de pouco lucro; outros são desconhecidos e geram desconfiança ao oferecer oportunidades de maior lucro. Não são poucas as histórias de reassentados terem sido enganados e prejudicados por atravessadores.

A dependência num dono da terra particular ou dono de uma bomba foi substituída por uma dependência no trabalho jurídico moroso da Chesf, para poder passar títulos para os novos donos dos lotes, para lidar com heranças, para permitir ou proibir

arranjos como terceirizar o trabalho ou empregar outros, ou para ter acesso a terras que foram invadidas por outros. No final, a terra é própria, mas não parece. Um dos trabalhos constantes da Chesf era de informar aos reassentados da aproximação do dia quando teriam que pagar a água ao Estado, novo dono das bombas. Ou seja, no dia-a-dia, centralizou o controle sobre os meios que antes serviam para estabelecer hierarquias locais entre agentes de patrimônios relativamente pequenos. No novo contexto, o Estado é muito menos maleável e muito menos disposto a trocar favores por essa dependência. A vulnerabilidade toma uma nova forma. Aos olhos dos reassentados, o Estado se tornou mais presente, embora mais omisso que os antigos patrões e colegas na sua consideração para com as necessidades dos agricultores.

Na área específica de administração de serviços de saúde, os tempos da nação foram favoráveis aos reassentados. Assim, a elaboração da Constituição de 1988 forneceu as bases para a implementação de uma política de atendimento territorializado às famílias através do Programa de Saúde da Família (PSF), promovendo o atendimento *in loco* dos agricultores reassentados, com agentes provenientes da própria área rural, bem como médicos e enfermeiros contratados para oferecer serviços. Estes programas ocuparam espaços que haviam sido criados para a operação das equipes especiais em fases anteriores do processo, servindo à desejada liberação ou emancipação dos administradores do projeto. Os serviços públicos nesta área expandiram, mesmo diante de uma permanente busca de profissionais escassos, e o cenário político local se via povoado por profissionais de saúde que se articulavam com os outros profissionais de serviços públicos e privados, comerciantes, transportadores e produtores rurais na afirmação do poder local.

Encerra-se esta discussão sobre as vulnerabilidades criadas na longa fase de "retração do Estado" e desenvolvimento das novas relações de poder local apontando quatro áreas de saúde que caracterizam as novas condições para os reassentados. A primeira é a constante vivência com o perigo de intoxicação trazida pelo uso excessivo de agrotóxicos na moderna forma de agricultura irrigada. Estudos demonstram um crescimento das doenças decorrentes deste manejo, e as associações, os sindicatos,

o Pólo e os responsáveis pela vigilância sanitária procuram achar formas de se precaverem contra este mal moderno, pouco presente anteriormente. A segunda é outro problema intensificado com a implantação das agrovilas. O alcoolismo associado à desocupação, tanto de adultos quanto, especialmente, dos jovens, vem preocupando os moradores das agrovilas, como foi revelado em grupos de discussão com eles e em observações diárias. Uma terceira, é como lidar com a incompreensão da AIDS que tem gerado atos de exclusão e marginalização em locais onde residiram pessoas com exames confirmatórios que desenvolveram sintomas. Isto tem exigido colaboração entre as Secretarias de Saúde, os profissionais do PSF, e a população. E a quarta, é o levantamento de uma consciência da diversidade de demandas na área de saúde reprodutiva e de gênero que tem sido gerada por muitas mulheres, boa parte sensibilizadas por capacitações promovidas pelo Departamento de Mulheres e Jovens e pela coordenação geral do Pólo Sindical e as diretorias dos Sindicatos. Elas sentem mais necessidade de qualidade em serviços de atendimento a elas, seja nas áreas de saúde física, seja na proteção contra violência doméstica.

Este conjunto de novas vulnerabilidades na área de saúde, bem como das outras áreas afins, mostra o quanto são inextricáveis os percursos seguidos pela reassentamento e pela nação para modificar um quadro local onde a sensibilidade às vulnerabilidades retrata uma região totalmente transformada. São novas inseguranças que realçam que ainda se vive uma realidade de um Estado que, mesmo quando está irremediavelmente mais presente decorrente do projeto administrado por ele e da expansão histórica dos seus serviços, continua omisso pelas suas próprias fraquezas e indisposições. Também são inseguranças que se relacionam com um rearranjo profundo das relações de poder nos cenários locais, fazendo com que a cada passo se redefinam e realinhem os reassentados na busca de uma vida de agricultor digno e trabalhador, resistente contra as constantes ameaças à sua moralidade e às suas bases de sustento, bases da identidade coletiva.

emancipação

Um relato, e um processo, tão longo quanto o apresentado aqui merece terminar com a idéia veiculada pelos planejadores dos reassentamentos de que, em alguma hora, haverá uma "emancipação". Marcará o final de uma intervenção, e o início de algo totalmente novo. É evidente que não é isso que acontece. Os próprios sistematizadores desta fase idealizada, Scudder e Colsen, reconhecem que muitos projetos não chegam a ela. De fato, pelo planejamento, não se pode esperara que chegue a esta fase. Constantemente, ao longo da terceira fase, a retração do Estado caracteriza um novo descortinar da *insegurança estrutural* vivida pelas populações pobres. O Estado, mesmo quando se torna mais visível em decorrência da ampliação das suas atividades num dado período histórico, como tem sido o caso em Itaparica durante todo o período de consolidação democrática brasileira, constantemente manifesta as suas reticências, indisposições e ausências. Fazendo-se extraordinariamente presente com uma remoção que gerou uma *insegurança administrada*, a sua emancipação já vem prenunciada reiteradamente. A sua saída e fechamento do projeto são eventos impossíveis de ocorrer, ainda que ocorram no papel, pois a sua influência sobre a região e a maneira particular em que a população vive as suas vulnerabilidades ao longo dos realinhamentos de poder redefinem identidades coletivas e abrem espaços para novas negociações e articulações, sempre acompanhadas pela sombra da sua intervenção.

Capítulo 10
Jovens e a incorporação de saúde, gênero e morais socioculturais nas pautas de negociação[34]

Desde antes do reassentamento de muitos dos atingidos pela barragem de Itaparica nos estados de Bahia e Pernambuco, já se podia prever que a socialização de jovens em terras novas exigiria práticas e organização social diferentes que as conhecidas pelos seus pais. Vinte anos depois, boa parte da mobilização promovida pelo Pólo Sindical do Submédio São Francisco se dirige aos jovens, exigindo uma sensibilidade que integra uma leitura aguçada do contexto de negociação constante criado pela barragem, mas que vai muito além. Toca em questões de autoridade local e de transformações contemporâneas na vivência de sexualidade, moralidade e religião por jovens, adultos, homens e mulheres.

Elaboram-se algumas reflexões sobre como a juventude, criada num ambiente de *atingida*, se orienta num quadro de morais socioculturais contextualizado pela vivência de sexualidade e religião na experiência histórica da região. Também apresenta-se uma discussão sobre material de suporte à inclusão destas questões em agendas de ação e de negociação, sobretudo nos campos de saúde e gênero.

Morais Socioculturais: contextualizando sexualidade e religião para jovens

Moralidade, ou morais socioculturais se entende pela acepção simbólica ampla de valores de coletividade que regulam pertencimento à coletividade, interpretação tão cara às obras da

---

[34] Este capítulo é uma versão re-elaborada do trabalho de SCOTT, Parry, **Jovens reassentados: incorporando saúde, gênero e morais socioculturais nas pautas de negociação em Itaparica, Brasil** preparado para o Semnário Temático O4 - Segundo Encontro de Ciências Sociais e Barragens, Salvador, Novembro 19-22, UFBA, em 2007. Discussões comparativas de assuntos congêneres, escritos em co-autoria com membros da equipe de pesquisa *Estilos Reprodutivos e Organizações Reprsentativas* incluem Scott, Athias e Longhi (2006), Scott, Quadros e Longhi (2003) e, mais recentemente, em Scott, Athias e Quadros (2007) serviram também para base do trabalho.

sociologia francesa (DURKHEIM, 1983; 1989; MAUSS, 1974). Como as coletividades se tornam visíveis apenas parcialmente através de organizações representativas, as identidades correspondentes dos múltiplos agentes que operam em qualquer contexto estão em constante reconstrução e negociação histórica e espacial (BARTH, 1969; PINA CABRAL, 1991; 2005).

A idéia de morais remete freqüentemente a idéia de sexualidade. Há tempo que a sexualidade é identificada como força motriz para uma reprodução social atrelada à formação de redes de reciprocidade, mais amplas ou mais restritas, que permitem uma convivência entre grupos (BERQUÓ, 2003; LEVI-STRAUSS et. al., 1980; LEVI-STRAUSS, 1982; LOYOLA, 1998). Há uma multiplicidade de manifestações referentes à sexualidade, entre as quais se incluem noções de gênero (CORRÊA; PETCHEVSKY, 1996; DUARTE; LEAL, 1998) e das variadas relações entre sexo e reprodução, escolha de parceiros conjugais, recorrência ao aborto provocado, orientação sexual, etc. As convergências e divergências de padrões grupais em relação à sexualidade revelam a própria dinamicidade dos grupos em identificarem as maneiras pelas quais as redes de reciprocidade entram nas estratégias de formação da população comprometida com a resiliência e continuidade de grupos específicos na sua inserção histórica local. É nesta interface entre reprodução biológica e reprodução social - passando por maior ou menor dissociação destas da própria idéia do exercício da sexualidade (ou, de acordo com a terminologia dos movimentos contemporâneos, dos direitos sexuais) - que se pode observar a constituição das redes de reciprocidade e configurações identitárias em constante construção local.

Da mesma forma, dentro das morais socioculturais a religião é sempre um agente significativo. Identificar um segmento de participantes de um grupo social, num ambiente localizado de acordo com a sua adesão religiosa, permite precisar alguns mecanismos pelos quais a própria religião orienta a expressão da moralidade e da regulação da sexualidade (COUTO, 2001; 2002; MACHADO, 1996; 1997; SCOTT; CANTARELLI, 2004). Ressalta-se que a igreja situada num contexto local não é "a" Igreja (com I maiúsculo), e sim uma adequação dela ao conjunto de atores e

eventos históricos que operam no cotidiano dos grupos sociais locais que a compõem naquele lugar. A convivência no ambiente local faz com que as relações entre igrejas e expressões religiosas, mais ou menos diversas, tornem-se uma pista, entre muitas, para a compreensão das fronteiras erguidas entre grupos locais, promovendo, entre alguns, manifestações de maior solidariedade em torno de valores comuns para convivência cotidiana. A multiplicidade ou unicidade da vocação religiosa local, a sua relação com igrejas embasadas em doutrinas e estruturas institucionais de dimensões diferentes, a distância entre as práticas e valores prescritos e os efetivamente implementados, e a cisão ou união entre adeptos de denominações diferentes, todos são assuntos sobre religiosidade que informam sobre as redes de reciprocidade e identidades em construção. Como se visualiza com clareza na noção de domínios empregada na metodologia de estudo de poder social de Adams (1975), uma igreja local articula a sua relação com a Igreja extra-local de uma maneira em que confere aos seus fiéis um acesso a elementos que possam ser acionados para estruturar as relações de poder entre os componentes do grupo social, localmente contextualizado.

De acordo com esta leitura da sexualidade e da religiosidade específicas e contextualizadas, a prioridade interpretativa recai sobre a compreensão dos fatores históricos associados a eventos que diferenciam um grupo social de outro. Estes promovem a construção de ambientes que são forjados por uma série de eventos, os quais participam no jogo da formação de identidades sociais dos atores neles envolvidos. Pensando especificamente o contexto de agricultores atingidos por uma barragem rural, é preciso identificar eventos históricos, alguns antigos e, a maior parte, recentes, que estruturam os campos de relações de poder que informam os domínios de ação em torno da construção de redes de reciprocidade para os diferentes grupos sociais enfocados, tanto em termos das articulações com estruturas de poder supra-locais, quanto com a formação de práticas de sociabilidade cotidianas locais. Nesta construção, é importante compreender como a organização representativa busca coesão e legitimidade para colaborar e para agir em nome dos grupos,

ressaltando certos aspectos históricos e políticos como merecedores de realce na criação identitária da coletividade.

Identificar um contexto local é realizar uma escolha, não totalmente arbitrária, de elementos de um cenário, guiada pelas indicações que o olho do observador é levado a privilegiar na sua interação com alguns agentes que nesse contexto operam. Assim, é possível realçar conteúdos específicos das redes de relações, construídas de acordo com as práticas e conceitos de um conjunto de agentes, que se tornam discerníveis através das suas ações cotidianas. Isto se dá, sejam quais forem as suas proporções relativas na construção de identidades coletivas e na adesão diferenciada de pessoas que habitam nos espaços escolhidos e que elaboram maneiras de sociabilidade entendidas como formadoras delas enquanto fazendo parte de grupos. As referências à sexualidade são brevemente tratadas na descrição do contexto e depois retomadas nos itens específicos sobre namoro e aborto/formação de uniões, enquanto as práticas religiosas já se integram numa própria descrição do contexto contemporâneo de Itaparica.

Os agricultores reassentados

No ambiente rural, o residir numa agrovila de agricultores irrigantes reassentados no Sertão do Submédio São Francisco pernambucano e baiano se caracteriza por uma semelhança na base econômica, através de uma forte experiência unificadora comum de resistência e por uma diversidade de origens comunitárias. São principalmente agricultores da beira do rio, com mais algumas familias polivalentes, atingidos pela construção da barragem que deu origem ao reservatório de Itaparica. Ocupando a beira do Rio São Francisco antes da construção da barragem, estes agricultores entendiam que a sua situação era privilegiada em relação aos agricultores de sequeiro, os quais estavam sujeitos às intempéries do clima seco e do controle fundiário do Sertão distante do rio. Na beira do rio, houve acesso a terra onde se podia cultivar, mesmo diante de uma diversidade de condições.

O tamanho do projeto de desenvolvimento apoiado pelo Banco Mundial impressiona, abrangendo quase 400 quilometros

de extensão do rio, deixando de fora a parte do grupo indígena Tuxá que ficou a mais de mil quilômetros de distância! Os mais de 40.000 diversos agricultores e seus familiares passaram por uma experiência comum que unificou a sua luta, definindo a bandeira de "terra por terra na margem do lago" como símbolo da necessidade da compensação por suas perdas com a inundação (SCOTT, 1996; ARAÚJO et. al., 2000). Com manifestações, ocupações do canteiro de obras, e constantes negociações com o governo, reivindicavam e asseguraram projetos de moradia e irrigação com tecnologia adaptada às novas condições ambientais. Alguns abandonaram o ofício agrícola, outros o reiniciaram num processo em que quase todos se tornaram agricultores irrigantes reassentados. A luta para condições de produzir e de comercializar determina uma vivência local e individual diversificada que se manifesta até na religiosidade, cujo percurso, em parte, delineia um comentário sobre o sucesso e insucesso do próprio reassentamento.

Religião e política interagem, enquanto as pessoas relocadas formam as novas comunidades num intenso envolvimento em trabalhos associativos coordenados, em esforços individuais de plantios comerciais e, em menor grau, de subsistência, espalhados por mais que uma dezena de municípios. Os trabalhos coletivos continuam sendo coordenados pelo Pólo Sindical do Submédio São Francisco, cuja história de atuações está descrita com mais detalhe na discussão sobre responsabilidade cultural e coletividade, mais adiante.

As manifestações de religiosidade dos reassentados de Itaparica fazem parte de uma tradição longa que associa os nomes de comunidades a santos, que erige capelas nos mais diversos locais, e que comemora festas para São Gonçalo e homenagea outros padroeiros e santos, realizando procissões e promessas, identificadas com as igrejas das cidades. A devoção é uma devoção cotidiana e ubíqua mais de que dominical e localizada (QUEIROZ, 1977; CAMPOS, 2002; tratam catolicismo popular sertanejo).

A área do Submédio São Francisco, historicamente, tem sido servida por bispados em Paulo Afonso e em Floresta. O drama social do reassentamento forneceu uma oportunidade para que a vertente do catolicismo comprometida com os movimentos

populares pudesse se reforçar no Sertão. Exortados a defenderem os seus direitos, os agricultores terminaram por se aliar com grupos católicos progressistas que ganhavam força no contexto do processo de redemocratização do país. O catolicismo, pelo seu braço mais ecumênico, fez-se companheiro do processo reivindicatório, colaborando com as causas do Pólo Sindical. Os padres mais ativos viram abrir os caminhos para carreiras políticas próprias como deputados federais ou estaduais.

O planejamento das agrovilas sempre incluía espaços para igrejas, reivindicação essa que os reassentados atribuem, em Petrolândia, aos padres Geraldo e Adriano. Estas capelas refletem a ambigüidade do catolicismo rural sustentado mais pelo povo do que pela própria Igreja. As capelas foram construídas pelos administradores do projeto como símbolos de integração comunitária e são mantidas pelos fiéis locais que as assumem, sob a tutela do pároco municipal, organizando as novenas e outras rezas em tempos sagrados e cotidianos, evangelizando os jovens, limpando as capelas e escolhendo representantes para a diocese. Estas práticas, que mantêm a estrutura da Igreja formal numa região onde há poucos padres para celebrar missas em tantos locais, é que fazem o catolicismo perdurar na falta de clérigos. Ainda, entre parteiras e curandeiras, ocorre uma mistura de conhecimento de ecologia e relações sociais locais junto com a força religiosa simbólica da reza para ajudar as pessoas necessitadas e aflitas.

A tensão entre a religiosidade popular e as divisões internas da própria Igreja formal se apresenta em alguns eventos específicos. As manifestações de fé em santos e a participação em procissões elaboradas nem sempre são vistas de uma forma positiva pelos Padres Paroquiais. Na procissão de Nossa Senhora da Saúde - que dura duas noites e três dias, numa caminhada de sessenta quilômetros de Floresta a Tacaratu (onde ela é padroeira), com representações do calvário ao longo do caminho -, acompanham carros oficiais, proteção policial e ambulâncias. Os padres participam, mas como relutou um padre progressista, uma Igreja ativa em defesa da população e participante em negociações e discussões sobre a vida cotidiana não devia estimular tanto estas participações de fé tão distantes destas questões. Mas na visão dos

fiéis, os padres são “passageiros” vindos de fora, e sua substituição potencial faz com que não se possa contar com o seu apoio sempre nas negociações com a Chesf e com outros agentes do governo. A passagem de tempo e a dimensão multi-municipal das suas ações tornam esta inconstância da Igreja evidente para os reassentados. Não conseguem identificar a Igreja como um ator unificado a seu benefício material. Aliás, nem Igreja, nem sindicato rural, nem associações de agricultores nem de produtores se mostra capaz de deter a piora das condições de vida da maioria. Desta maneira, a área se torna alvo para religiões que oferecem respostas espirituais fragmentadas que re-dirigem as suas expectativas para esferas onde outras manifestações (roupas, ética de trabalho, abstenção de álcool, intensas redes de relações fechadas entre si) promovam mudanças comportamentais individuais que aumentem sentimentos individuais de segurança. Ou seja, o Catolicismo Progressista não é tão progressista; o catolicismo tradicional exige alianças confusas entre segmentos antagônicos da população local; e o Catolicismo Popular mantém vivo uma aura do poder dos santos, procissões, promessas e rezas que caracterizam o Sertão.

Neste ambiente de religiosidade carregada[35], os outros agentes sociais, sejam eles planejadores e administradores governamentais, comerciantes, técnicos rurais, agrônomos, economistas, membros de ONGs, com algumas exceções notáveis, normalmente não manifestam preferências religiosas abertas, ou esposam abertamente o ecumenismo. As duas décadas que já passaram desde que foram encaminhados às suas novas moradias com promessas de "mudança para melhor" efetivamente têm corroído as expectativas das vítimas mais esperançosas. Demoras na implantação da irrigação, rendimentos agrícolas baixos e decrescentes; dificuldades em implantar associações e cooperativas; pouco progresso em negociações intermináveis com o governo; aumento de dependência em comerciantes locais num calendário organizado pelos dias do pagamento da compensação (VMT); e as próprias dificuldades de convivência em residências urbanizadas em vez de que espalhadas por sítios; todos estes

---

[35] Esta associação inextricável de religiosidade e política foi muito bem caracterizada por Francisco Julião (1962) em suas reflexões sobre como agir politicamente com as populações rurais nordestinas.

fatores dificultam enxergar perspectivas de melhora. As novas opções religiosas apareceram para os que foram residir nas cidades, ou por optarem por indenizações irrisórias ou por causa das oportunidades limitadas nos seus lotes. E também nas áreas rurais, algumas das denominações com evangelizadores itinerantes, como as Testemunhas de Jeová e a Assembléia de Deus, têm intensificado esforços anteriores, dedicando-se à evangelização intensa, localizada e, ao mesmo tempo difusa, nos primeiros anos do novo século, ampliando o número de adeptos.

Ao mesmo tempo, os mais devotos dos católicos ainda insistem na hegemonia católica, proclamando repetidamente que o esqueleto não submerso da igreja da localidade pré-reservatório de Barreiras, o qual resistiu e continua resistindo ao trabalho destrutivo das águas é prova de que o "Papa não permitiu a sua destruição!", e está olhando para os reassentados. Os embates entre os católicos e os ainda fortemente minoritários evangélicos geram uma viva discussão nas agrovilas sobre as opções morais dos moradores!

Numa agrovila observada, a Assembléia de Deus construiu o seu templo ao lado da capela católica, e os representantes mais reconhecidos dos católicos declaram que foram vítimas das suas próprias atitudes tolerantes. Como disse uma senhora, "Ninguém queria dizer 'não'! Nem a Chesf que é dona da terra!" Ninguém combateu a construção do templo. Os católicos, em tom desautorizador, frisam que os assembleianos todos já fizeram alguma coisa muito pecaminosa, decidindo mudar de religião para se salvarem! Acham isso difícil de entender, pois como católicos que entendem do seu credo nessa situação seria só confessar e serem perdoados, pois não haveria necessidade de trocarem de Igreja. Nesse local, ainda queixam da maneira com que as quatro famílias (em torno de 10% dessa agrovila) estão fechadas, só interagindo entre si mesmas. Adicionalmente, os microfones e visitas de citadinos para os serviços religiosos barulhentos e agressivos contribuem para a acusação dos católicos de que os da Assembléia "acham que sabem mais que os outros!"[36].

---

[36] No Nordeste, embora seja em referência ao ambiente francamente urbano de Campina Grande, a pesquisa de Matos (2008) revela as profundas divisões entre fiéis de igrejas diferentes.

Em outra agrovila, a igreja católica é a construção proeminente, e todos associam a sua presença à lembrança do passado pré-reassentamento. Há uma imagem de São Pedro, o padroeiro da igreja, que contam que foi trazida de Roma em resposta a um apelo para curar uma "gravidez falsa" décadas antes. Os residentes têm orgulho de terem substituído o número, sem significação, dado pelos planejadores para identificar a agrovila pelo nome de "São Pedro", que recupera a memória local! Mas aqui, mais uma vez, os católicos enfatizam, com certa condescendência, que eles são excessivamente tolerantes. Há duas famílias evangélicas a quem se permite realizar cultos domésticos, mas na condição de que prometam não tentar convencer outros dos vizinhos a se juntar a eles. Novamente, microfones e citadinos incomodam. Alguns queixam da falta de imagens de santos na religião deles, bem como de suas vestimentas inadequadas para o clima ("Não sei como aguentam o calor com as roupas que usam!"). No discurso dos católicos, o mais agressivo dos evangélicos reforça a impressão de estes grupos serem "fechados e cheios de segredos, achando que são os únicos que têm razão". As lideranças locais católicas lamentam a perda do fervor religioso antigo, e ressaltam que, enquanto os católicos prestam atenção à vida cotidiana, os evangélicos nem falam do dia-a-dia, só querendo saber da Bíblia!

Em duas agrovilas, em torno de vinte e cinco quilômetros da sede do município de Petrolândia, situadas na área taxada de Polígono da Maconha, em reconhecimento às redes comerciais montadas em torno do narcoplantio[37], os agricultores reassentados trabalham com uma forte ética de trabalho e sempre procuram separar a sua identidade da dos traficantes e plantadores de maconha. Esta região sofreu muito, bem além do sofrimento proveniente das demoras na instalação de canos e bombas para

---

[37] Embora o exemplo seja de uma agrovila à beira do lago, os reassentados a montante do reservatório de Itaparica também enfrentam continuamente o dilema ainda mais intenso de como se associarem ou desassociarem com estas atividades ilícitas. O trabalho de Tavares (2009) identifica em outro local, Inajá, distante do rio e geograficamente a jusante do reservatório (onde houve um projeto individual de reassentados de Itaparica associado a uma multiplicidade de contextos locais rurais) como um espaço diante do qual os jovens precisam se posicionar.

irrigação. A repressão policial na área foi muito forte: as notícias de tráfico e plantio de maconha, de assalto de carros e caminhões nas estradas, serviram como pretextos para a polícia maltratar agricultores desarraigados. Na fruti-agricultura e a agricultura de subsistência nos lotes, os lucros continuam limitados, atravessadores abusam com os preços, e as dívidas com comerciantes crescem.

No início de 2005, os planos para a iminente interrupção dos pagamentos compensatórios do governo (VMT) se juntaram a todos estes outros fatores para pintar um quadro muito cinzento do futuro para estas vítimas de intervenção governamental. Neste momento, as palavras entusiasmadas de Testemunhas de Jeová de lugares distantes, em missões evangelizadoras, descreveram os sentimentos de muitos. Juntaram cinquenta novos fiéis e simpatizantes e iniciaram planos para construir uma casa de reino. A escolha das palavras tem uma atração especial para as vítimas/beneficiárias do reassentamento: "Este não é o Governo da Palavra da Vontade de Deus!". A mensagem de Armagedon, com as Testemunhas de Jeová sendo as escolhidas para sobreviverem é pontuada com alta valorização nos panfletos globais, multi-étnicos e ecologicamente diversos que espalham uma imagem bucólica da vida no campo. A imagem é nada parecida com o presente, uma esperança para o futuro, e, mais uma vez, divorciada da discussão aberta das estratégias e lutas cotidianas, mesmo que sejam justamente essas que criam o contexto para a força desta nova crença na área.

Em junho de 2003, num ambiente de crescente desespero nacional sobre o aumento da violência no país como um todo, eclodiu um movimento ecumênico a favor de paz na cidade de Petrolândia, condenando os assaltos, roubos, assassinatos e tráfico de drogas. Juntou católicos, protestantes históricos (especialmente batistas) e evangélicos (sobretudo da Assembléia) de famílias das mais variadas categorias profissionais e de trabalho. Foi um momento passageiro que mostrou a possibilidade de união em torno de alguns temas, mas contribuiu pouco para amenizar as diferenças entre as denominações. É neste contexto moral inserido numa história como atingidos de barragens, que os jovens desenvolvem as suas atividades cotidianas.

Namoro, aborto, uniões e responsabilidade

Com entrevistas, questionários, grupos de discussão, observação, oficinas e colaboração com as organizações representativas em pesquisas apoiadas pelo CNPq, pela Fundação Ford, pelo Ministério da Saúde e pelo BIRD, amontoou-se muita informação sobre os reassentados durante anos de convivência com períodos mais e menos intensivos de contato. Com base nestas informações, o relato que segue realça três assuntos para ilustrar a interface entre este contexto social e religioso e a sexualidade na construção particularizada da identidade rural. O primeiro assunto são as noções das redes sociais e da construção de identidades nas práticas de namoro. O segundo assunto realça a prática de aborto como uma hora específica particularmente elucidativa destas mesmas noções e construções. E o terceiro assunto é a construção da responsabilidade como categoria moral, realçando a interface entre indivíduos, o grupo e com atenção especial para a especificidade de organizações representativas na construção desta moralidade coletiva. Inevitavelmente, as distinções entre gênero e geração marcam como as famílias e indivíduos participantes nestes processos lidam com estas questões.

Namoros, redes sociais e identidade

Durante a juventude, o namoro, um despertar para a formação de parceiros no exercício da sexualidade, rapazes e moças constroem uma série de categorias de pessoas que interfiram na identificação dos usos que se pode fazer de redes sociais diferentes. Nas redes de relações familiares mais estreitas são, sobretudo, os pais, que configuram categorias cujas significações remetem à disciplina e à exemplificação das práticas normatizantes do grupo. Os pais são rigorosos, ou não, mas o próprio ato de enfatizar a questão do rigor promove uma dicotomia bem marcada na área dos reassentados entre filhas e filhos. As filhas têm os seus namoros mais vigiados e os filhos, que "precisam ganhar experiência" através da exposição a redes sociais

mais amplas, e por isso mais "perigosas" (contanto que, mesmo assim, sejam relativamente confiáveis).

Nesta rede, a depender do sexo e da proximidade da idade, a relação que se estabelece com os próprios irmãos sinaliza a valorização dada à adesão à disciplina familiar administrada, sobretudo, pelos pais, de acordo com a sua participação nas morais coletivas. Há uma regra da esperada cumplicidade do grupo de irmãos do mesmo sexo. Algumas irmãs acobertam as escapulidas da vigilância paterna das outras irmãs, fazendo com que os pais não se apercebam de namoros e paixões passageiras das suas filhas e irmãs. Estes namoros e paixões são firmados longe de casa, às vezes até às escondidas, nos matos. No domínio rural, isto é bastante explícito, justamente por causa da alta valorização que pais e filhos dão à proteção e vigilância sobre as suas filhas. No meio de discursos de lamento de como as jovens encaram o sexo no namoro hoje em dia, os pais demonstram consciência desta relativa perda de controle sobre as práticas das filhas neste campo. A luta para restringir as redes de relações das filhas às pessoas que provêm, no máximo, da vizinhança ampliada e que sejam de famílias conhecidas perdura. Uma das maiores ameaças a esta restrição se encarna na forma de rapazes sedutores de locais mais ou menos distantes e com capacidade de consumo e com alta mobilidade. O maior símbolo deles freqüentemente é uma moto possante. Quando são vindos de longe, sem que as famílias deles sejam conhecidas, eles representam o contato com o mundo além da agrovila e, com frequência, além das áreas irrigadas.

É importante lembrar que os agricultores rurais fazem amplo uso da mão de obra familiar nas suas práticas cotidianas da vida produtiva. Como as filhas de agricultores irrigantes costumam se deslocar para residir mais próximo aos pais dos seus noivos quando casam (ou fogem), esta restrição, além de encarnar uma conhecida noção machista de sobrecontrole das mulheres, também é um mecanismo de controle da circulação delas em nome da continuação da coesão de redes de vizinhança próximas. Nestas, a presença de mulheres jovens casadas aparentadas na comunidade fortalece as trocas de visitas, serviços e trabalho entre vizinhos, e contribui para o fortalecimento de uma identidade

coletiva que não deixa de ser montada nas trocas e na produção em conjunto, bem como na restrição feminina. Mesmo quando se esboce uma maior abertura para uma individualização que foca atenção nos próprios jovens e não somente nos pais, como ocorre mais intensivamente nas cidades, continua havendo uma valorização da residência rural[38].

Engravidando: juntar-se ou abortar?

Uma hora da comprovação da intenção dos parceiros na relação entre jovens é quando ocorre a gravidez antes da decisão pública de se juntarem. Sem negar que a religião influencia as ações neste momento, o dilema moral é muito mais um dilema doméstico e de grupo, que um dilema religioso. As redes de relações na comunidade se evidenciam, tanto quando a comunicação da gravidez resulta na proposta de formalizar a união, quanto quando a decisão é de confronto e/ou de aborto. Mesmo o silêncio pode ser um ato transformador e solidário nesta ocasião.

Quando um rapaz assume a paternidade, a formação do novo casal e formação da família não é muito traumática. Torna-se a confirmação da seriedade das intenções do namoro e da vontade de ambos serem participantes respeitados nas suas comunidades. Fora as inevitáveis condenações de algumas pessoas que assumem a identidade de guardiões morais tradicionais (não raramente pessoas que manifestam mais abertamente a fé religiosa), a realização de relações sexuais pré-maritais, especialmente quando praticadas discretamente, não suscita estranhamento.

Há uma confirmação da continuada, e para alguns, dolorosa, construção de uma idéia de que o sexo seja um saudável acontecimento esperado em qualquer namoro. O desenlace, que às vezes ocorre mesmo antes de engravidar, resulta no acionamento das redes de relações do rapaz que possam promover uma fuga. Diante das limitações postas pelo pouco tempo disponível para planejar, esta fuga pode poupar os pais e os próprios noivos de um constrangimento econômico e moral proveniente da realização de

---

[38] Mais uma vez, a pesquisa de Mauricio Tavares (2009) mostra muitos parelelismos com o que se descreve aqui.

uma cerimônia indigna da importância do evento. A cumplicidade é de parentes e de amigos da comunidade, que garantem as condições do casal se afastar do convívio cotidiano e vigilância paterna o tempo suficiente para simbolizar a importância da sua união sob a benção protetora das pessoas próximas e da parentela que abrigou o novo casal. A recepção na volta - com queixas rituais rapidamente substituídas por ações conciliatórias - mantém o casal incorporado no grupo. [39]

As fugas marcam bastante a vivência dos agricultores reassentados, ocorrendo entre familiares conhecidos, inclusive mais de que no caso do grupo indígena vizinho, marcada pela construção da etnicidade, e dos moradores urbanos cuja maior fluidez e diversidade de relações invisibilizam mais a natureza coletiva do ato de assumir o compromisso do filho, devolvendo-a ao terreno de religiosidade diversa.

No reassentamento, como em outros locais, a decisão de abortar coloca em questão a própria continuação da relação, forçando definições mais claras sobre a avaliação das qualidades e das intenções dos parceiros. Nunca é uma questão tranquila, mas a moralidade subjacente à decisão tem menos a ver com doutrinas religiosas de que com as regras de reciprocidade vividas pelo grupo local e pelo próprio casal.

É amplamente conhecido que a prática do uso de remédios, do mato ou da farmácia, "para descer a menstruação", especialmente nos primeiros meses, não costuma ser entendida como "aborto", embora o uso do remédio de farmácia, Cytotec, por ser muito dispendioso e eficiente, mesmo quando a gravidez é bastante avançada, receba tal conotação. Estes remédios - do mato e da farmácia - estão disponíveis, mesmo que requeiram transpor obstáculos econômicos e sociais na sua aquisição. Se antigamente, com certa facilidade, o uso de remédios do mato podia assumir o papel de reforço de identidade local para agricultores, ao operar em novos contextos ecológicos, esta prática se torna menos o reforço da coletividade e mais o de algumas linhas de

---

[39] Os Woortmann (1991) e os artigos de Scott, Longhi e Franch in Scott, Athias e Quadros (2007) todos têm trabalhado a noção de fuga a sua relação com a reafirmação das relações de parentesco entre residentes rurais.

descendência familiar (conhecimento de avôs e de mães), como ocorre no meio urbano.

Quando a decisão de abortar é unilateral e da mulher, tendo passado no máximo por uma discussão no interior de um grupinho de parentes femininas e amigas, o homem frequentemente nem sabe do que ocorreu, e a relação, que não aguentaria a chegada de um filho naquela hora, tem mais facilidade de perdurar. Se ele desconfiar, é fácil ele questionar a desinformação, independente de se sentir aliviado ou não pelo ato (podendo ele estar, inclusive, de acordo com a necessidade de abortar). O que está em jogo é a fidelidade (porque não consultar a ele, se o filho somente pode ser dele - ou será que é de outro?).

Numa conversa de casal, que com muitos parceiros é reportada como quase monossilábica e imperativa, ou melhor, curta e grossa, o homem pode insistir para que tire. Sendo uma espécie de pré-teste sobre se os dois estão se julgando como prontos a assumir a responsabilidade, o terreno para discórdia está bem preparado. O recurso a um aborto é preferencialmente um evento silencioso, conhecido por poucos, e torná-lo público levaria a um questionamento sobre a aconselhabilidade, sendo mais aceitável quando quem é o pai é duvidoso, totalmente desconhecido ou conhecido e rejeitado pelo grupo.

Para os agricultores reassentados, a precariedade das possibilidades de sustento que os jovens enfrentam, diante da indisponibilidade de novos lotes irrigados e a força da luta coletiva, promoveram uma mobilidade masculina, em que o encontro com mulheres de fora dos blocos irrigados ou mesmo de outros blocos, facilita uma relutância de assumir a paternidade. Quando a grávida for uma mulher com quem apenas ficaram, nem tomam, nem querem tomar conhecimento de uma decisão de abortar, pois na própria relação não houve intenção de comunicar a vontade de assumir responsabilidade, e o importante era ambos se precaverem, antes, durante e depois. Também não são poucos os homens que disseram que, ao serem comunicados sobre a gravidez de uma menina "direita" da própria agrovila ou de uma agrovila vizinha, mesmo assim, recomendaram o aborto e geralmente foram atendidos, inclusive com participação deles na

descoberta dos meios de realização (cujo esforço mais pleno costuma ser do lado feminino).

O aumento da população nos perímetros irrigados não é benéfico, e não tem nenhuma relação com uma identidade étnica. Muitos dos reassentados (especialmente os pais e mães dos jovens) já experimentaram residir num aglomerado urbano empobrecido de assalariados rurais associado a uma área irrigada antes do reassentamento. Então, no grupo, não há expectativa de haver benefício decorrente do nascimento de filhos numerosos se não houver terra para trabalhar. Arranjar um espaço para plantar e uma casa separada envolvem complexas negociações entre os agricultores já reassentados e a sua descendência, e um aborto pode adiar por um tempo a necessidade de efetivar esta negociação com os pais dos jovens. Talvez por esta importância dada pelos homens à necessidade de se sentirem em condições de assumir a responsabilidade de agricultores plenos, eles mencionam ter estimulado um aborto, mesmo quando não havia desconfiança sobre a fidelidade da namorada. Nestas horas, a insistência do rapaz é um sinal para a menina e os pais dela da necessidade de avaliar a seriedade das intenções dele, entendendo a sugestão do aborto ou como uma admissão da imaturidade da relação e a sua dificuldade passageira de ser provedor, ou se é um questionamento sobre em que categoria classifica a parceira.

Não parece haver uma ingerência significativa da religiosidade católica nessas decisões, pois independente das doutrinas formais, a presença reduzida de padres e a manutenção de uma religiosidade católica popular terminam por não erigir barreiras significativas a esta prática. Não é que não haja quem fale contra a prática, mas para os usuários, o problema maior parece ser em encontrar como realizar o aborto, e não nas suas restrições no domínio da moralidade coletiva.

Em geral, é importante reconhecer que recurso a um aborto se reveste de um forte conteúdo no estabelecimento das redes de relações sociais e no reforço identitário coletivo, individual, familiar e de gênero, de jovens em todos os contextos sociais. A religiosidade, mesmo oferecendo códigos interpretativos para esta prática e servindo para reforçar rejeições, não acumula força suficiente para tornar-se a referência principal da maior parte dos

que se envolvem na decisão, recheada de significações, de fazer uso desta prática.

Responsabilidade sociocultural e organizações representativas

Nas entrelinhas da discussão de namoros, gravidezes e abortos, é possível perceber uma meta generalizada de homens e mulheres de chegarem a considerar-se e a serem considerados como "responsáveis", uma categoria valorizada como sinal de chegada ao reconhecimento pleno como integrante adulto dos seus grupos sociais comunitários. A própria idéia de responsabilidade remete à ativa construção permanente da identidade comunitária, e a regulação da sexualidade e a religiosidade são fortemente matizadas pelos contextos locais. Nesta hora, as ações das organizações representativas contribuem um aspecto adicional como fonte de "responsabilidade" diferenciada.

Justamente por essa razão é que a própria estruturação dessa organização representativa precisa ser realçada, mostrando os setores específicos do mundo social nos quais se podem erguer uma compreensão e identificação de responsabilidade coletiva. Estas coordenadas matizam noções de responsabilidade, associadas a algumas das metas que consideram comuns para as pessoas que pretendem representar.

Quem representa os interesses coletivos dos agricultores reassentados de Itaparica? A dimensão do projeto governamental estimulou a unificação dos sindicatos de trabalhadores rurais de cada município em torno de um Pólo Sindical que representava os agricultores e trabalhadores em todos os municípios atingidos, o que chegou a ser mais que uma dezena. Unificados no Pólo Sindical do Submédio São Francisco, com sede em Petrolândia, os agricultores especificaram as suas demandas, monitoraram o cumprimento dos acordos na continuação dos processos intermináveis de negociação dos direitos dos agricultores reassentados junto aos responsáveis governamentais pelo planejamento e pela execução do projeto da barragem. Traçaram projetos para orientar a produção nos novos locais de moradia. Cada agricultor, na convivência com as outras 40 a 70 famílias da sua agrovila, realiza plantio, criação e outras atividades

econômicas familiares, empregando eventualmente outros trabalhadores. As decisões sobre produção e comercialização variam de acordo com como a família se relaciona com entidades privadas ou públicas nestes setores. Entre as suas decisões, está incluída a questão de quanto vai se envolver em práticas produtivas e comerciais orientadas por associações articuladas, de formas mais estreitas ou mais frouxas, com o próprio movimento sindical (SCOTT, 2000). Assim, a responsabilidade vista por esta organização representativa é da manutenção de uma vigilância permanente sobre as artimanhas de operadores governamentais e particulares poderosos que possam chegar a prejudicar ainda mais os agricultores reassentados. Para o Pólo Sindical, o sucesso na organização associativa e na produção agrícola acarreta um senso de responsabilidade coletiva na definição de estratégias produtivas e sociais que possam contribuir para a coesão da coletividade. Quanto mais distante da hora da máxima coesão que ocorreu com a resistência à não contemplação dos atingidos nos benefícios da construção da barragem, e a força demonstrada na hora de assinar o acordo de 1986, mais espaço parece se abrir para divergências e desarticulações ao longo dos municípios, tão dispersos, representados pelo Pólo.

São homens e mulheres que integram o Pólo, pois a organização conscientemente não está sendo exclusiva de um dos sexos. Mesmo privilegiado, ele se situa entre várias instituições reguladoras da apresentação da comunidade para o mundo como "responsáveis", cada uma labutando na sua esfera específica de atuação. O Pólo Sindical trabalha numa área de reivindicação de trabalhadores rurais que tem-se aberto a uma ampliação da participação feminina em décadas recentes, passando de silenciosa e combativa, para barulhenta e combativa (CAPELIN, 1997; CORDEIRO, 2004; 2006). A direção do Pólo Sindical tem sido historicamente masculina, o que nunca inibiu a atuação forte de mulheres nos eventos e reivindicações específicas, mesmo tendo inibido algumas mulheres individuais. Atualmente, em reconhecimento a um trabalho significativo feito à frente de uma diretoria de jovens e mulheres, a direção do Pólo está nas mãos de uma mulher com os diretores antigos agindo em articulações,

simbolicamente identificadas como mais amplas, e em assessorias diretas.

A própria unificação dos sindicatos da região em torno da ameaça da perda das suas terras identificou a esfera de responsabilidade do Pólo desde o início. Lutaram para incorporar cálculos de mão de obra familiar na garantia de terra para compensar as perdas decorrentes da inundação das suas terras antigas (Scott, 1996, Capítulo 5), e o Pólo se tornou o veículo privilegiado de negociação do conjunto com os órgãos governamentais e internacionais promotores, financiadores e executores do grande projeto de desenvolvimento que a barragem representou.

A garantia do sustento, de cada agricultor ser um provedor que poderia operar com a sua família, fez com que cada ação do Pólo se tornasse urgente para assumir a responsabilidade da base de sustento. A procura de alianças neste empenho resultou numa forte cooperação para bem além da estrutura sindical formal, incluindo representantes de alas progressistas da Igreja e grupos ecumênicos, ONGs, associações internacionais orientadas para a defesa de populações ameaçadas, e grupos de pesquisa e atuação em áreas específicas relacionadas com a produção e a documentação e organização da vida cotidiana. Esta miríade tentacular de alianças criou um destaque do Pólo como entidade "responsável", sempre em defesa do agricultor e trabalhador rural e conciliadora da diversidade em torno desta finalidade. Isto ocorre inclusive no terreno de religião, onde, independentemente da vocação religiosa de reassentados específicos, é o seu compromisso com o movimento que importa para que o Pólo os identifique como responsáveis. Em contraponto, a própria desilusão crescente de agricultores individuais com as condições do reassentamento favorece a formação de grupos religiosos que procuram compensas em terrenos sagrados e se distanciam parcialmente da luta coletiva da entidade sindical.

Em outro domínio, na sua atuação junto às mulheres e aos jovens, o Pólo tem procurado ampliar a eqüidade e, no que diz respeito ao segundo grupo, criar um protagonismo juvenil para aqueles cuja inserção nas agrovilas está se dando de uma forma precária, pelas limitações de terra e de capital para a expansão da

terra agricultável. As atitudes "responsáveis" que estão sendo promovidas dão continuidade à identidade do agricultor familiar, mesmo que ambiguamente familiar e empreendedor, e criam um espaço mais amplo para debate sobre como as mulheres e os jovens se encaixam neste projeto. Ou seja, geração e gênero, com todos os seus conteúdos de morais socioculturais que abarcam sexualidade, namoro, casamento, aborto e religião, e respeitadas as relativas autonomias de cada assunto, necessariamente se incorporam às pautas de ações e reivindicações conjuntas.

Ações e Reivindicações: jovens, saúde e o reassentamento

O Núcleo de Família, Gênero e Sexualidade – O FAGES - da UFPE, tem acompanhado os reassentados desde quando eles realizaram as suas "escolhas" enquadrando-se nas suas opções como "atingidos". Opções reconhecidas pelos administradores governamentais do projeto, e constante fonte de contenção nesta região marcada pela disputa sobre o potencial hídrico, como frisado em dois trabalhos (SCOTT, 1999; e Capitulo 4 deste livro). Esta hidropolítica é muito abrangente (WATERBURY, 1979; HANSEN; OLIVER-SMITH, 1982; VAINER; ARAÚJO, 1992) e Hildyard (página eletrônica de Corner House - UK) e segue percursos que raramente são os mais benéficos para os atingidos (SCOTT 1993; 1994; 2000). O acompanhamento evidenciou o óbvio: este processo toca em todos os aspectos da vida da população, e, como conseqüência, um aspecto da colaboração foi de contribuir para instrumentalizar a politização de geração e gênero, com atenção especial para a elaboração de ações e políticas de saúde, compreendidas no contexto local. Foram muitas as ações, e, ao terminar este trabalho, o importante é de marcar o potencial deste campo como área de atenção que mostra sensibilidade ao drama dos efeitos da remoção e do prolongamento do estado inconcluso das fases mais importantes para assegurar as melhores condições para os atingidos, para combater o lado de "descaso" em que as políticas de desenvolvimento sempre embalam o seu "planejamento".

Assim, aqui se descreve a produção de um documento (em anexo) resultante da colaboração FAGES-Pólo que pode ser

incorporado à discussão de gênero, geração e saúde, levando em conta a expressão de idéias dos próprios jovens criados no contexto do reassentamento.

O documento se constitui de palavras de jovens que são de famílias reassentadas em agrovilas em Petrolândia no Submédio São Francisco de Pernambuco. As cinquenta e poucas páginas foram produzidas na interação já descrita, entre famílias de agricultores reassentados e pesquisadores em estreita colaboração com o Pólo. O esforço específico das "Palavras dos Agricultores Reassentados" nasceu da vontade de melhorar a comunicação entre a população e o setor de saúde documentando como os próprios reassentados procuram identificar os seus valores mais importantes sobre o trabalho, a cooperação e o ambiente de violência; sobre namoros, sexo e formação de famílias; e sobre contracepção, prevenção e cuidados de saúde, feitos por si mesmos; bem como oferecidos por outros. Com estas informações em mãos, é mais fácil identificar ações a serem promovidas para beneficiar a saúde da população, respeitando os seus valores e condições concretas. Convivência no dia a dia nas próprias agrovilas e nas mesas de reunião, sistematização de dados oficiais, levantamentos demográficos, questionários, entrevistas, grupos de discussão, realização de seminários, participação em *workshops* promovidos por outros, realização de oficinas para discutir questões relacionadas com gênero, geração e saúde todos terminaram por fazer a sua contribuição para a elaboração de um texto que respeitasse a história dos reassentados.

A maior parte do texto vem da boca dos próprios jovens moradores de Agrovilas nos Blocos 1, 3 e 4 do município de Petrolândia, proveniente de participação em grupos de discussão em 2003 a convite dos membros do FAGES. As falas foram recortadas e organizadas de modo a mostrar o que melhor representa as opiniões diversas dos grupos. Cada conjunto de falas é precedido por uma pequena introdução e fechado por "palavras dos pesquisadores", em que os pesquisadores do FAGES, recorrendo ao que é conhecido na área, mas sem fugir da referência concreta ao local, realçam questões importantes contidas nas palavras dos reassentados. Pelo recorte de gênero, identificam as formas diferentes pelas quais mulheres e rapazes enquadrem

algumas idéias. Pelo recorte de geração esta diferença pode ser vista ao comparar as palavras de jovens com as de adultos. Estas palavras podem subsidiar a definição de estratégias de ação.

Em 2009, as famílias reassentadas mantêm o esforço de alcançar um melhoramento na vida. As famílias que moravam na beira do Rio São Francisco nos anos 1980 e tiveram que se deslocar para morar em agrovilas construídas pelo governo, ganhas através de negociações e reivindicações do Pólo Sindical do Submédio São Francisco, continuam o percurso de encontrar condições dignas para trabalhar, para conviver com ambientes hostis e com ambientes favoráveis, viver no dia-a-dia interagindo, namorando, formando famílias e, dentro das possibilidades, sempre procurando assegurar as melhores condições de saúde para a diversidade dos agricultores reassentados. Neste processo, os jovens enfrentam condições inusitadas nas quais os seus pais são tão aprendizes quanto eles, mas também são herdeiros de uma tradição de trabalho no campo que carimba todo com um caráter especial à sua maneira de lidar com as transformações que a história reservou para os moradores desta região da Bahia e de Pernambuco.

REFERÊNCIAS CITADAS

ADAMS, Richard N. *Energy and Structure: A Theory of Social Power.* Austin: University of Texas, 1975.

ALBUQUERQUE DE MELO, Ligia. *Reprodução da subordinação de gênero: o caso da mulher trabalhadora rural de empresas de uva do Submedio São Francisco.* Recife: Dissertação do Mestrado em Administração Rural e Comunicação Rural, UFRPE, 1997

ALBUQUERQUE DE MELO, Ligia; RUFINO, Isaura (1997) *0 trabalho feminino: os efeitos da modernização agrícola.* Recife: Massangana, 1997.

AMARAL, Ana Elizabeth Perruci; GUIMARÃES, Sueli. *Piscigranja: uma opção de reassentamento.* Recife: Chesf/Fundação Joaquim Nabuco, 1994.

AMORIM, Rosa Maria do N. *O espaço agrário e a integração da pequena produção no mercado: um estudo de caso no semi-árido nordestino - Belém do São Francisco-PE*. Recife: Dissertação do Mestrado de Geografia, UFPE, 1995.

ANDRADE, Manuel Correia de. *A terra e o homem do Nordeste.* 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1964.

__________. *Tradição e mudança: a organização do espaço rural e urbano na área de irrigação do Submédio São Francisco.* Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

___________. *Poder político e produção do espaço.* Recife: Massangana, 1984.

ARAÚJO, Maria Lia Corrêa de. *Na margem do lago: um estudo sobre o sindicalismo rural*. Recife: Massangana, 1990.

ARAÚJO, Maria Lia Corrêa de; CALDAS NETO, Magda; LIMA, Ana Eliza Vasconcelos (Org.) *Sonhos submersos ou desenvolvimento?*

*Impactos sociais da Barragem de Itaparica***.** Recife: Fundação Joaquim Nabuco: Massangana, 2000.

ARAÚJO, Maria Lia Correia de; LIMA, Ana Elisa Medeiros V.; GALINDO, Magda Caldas. *Irrigação Pública e os municípios: a administração dos impactos sociais dos Projetos Brígida e Caraíbas.* Recife: FUNDAJ/INPSO/Depto de Sociologia e Depto. de Economia (mímeo), 1992.

ARRIAGADA, Irma. Mujeres Rurales de América Latina y el Caribe: Resultados de Programas y Proyectos. In: GUZMÁN, V.; PORTOCARRERO, P.; VARGAS, V. (Compil.). *Una Nueva Lectura: Género en el Desarrollo, entre Mujeres.* Lima, p. 127-157, 1991.

AYRES, José Ricardo. A doença na sociedade como entidade e como processo: subsídios para pensar a epidemiologia. *Revista Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 135-162, 1993.

__________. Hermenêutica e humanização das práticas de saúde. *Ciência & Saúde Coletiva,* 10 (3), p. 549-560, 2005.

__________. Vulnerabilidade e Aids: para uma resposta social à epidemia. *Culture, Health & Sexuality*, São Paulo, XV (3) p. 2-4, 1997.

BARABAS, Alícia. Autonomias Indígenas en México: Utopias Posibles? In: SCOTT, Parry; ZARUR, George (Org). *Identidade, Fragmentação e Diversidade na América Latina.* Recife: Editora Universitária, 67-86, 2003.

BARABAS, Alicia; BARTOLOMÉ, Miguel. *Hydraulic Development and Ethnocide: The Mazatec and Chinantec People of Oaxaca, Mexico.* Doc. 15. Copenhagen. Denmark: International Working Group on Indigenous Affairs, 1973.

BARKIN. David; KING, Timothy. *Regional Economic Development: The River Basin Approach in Mexico.* Cambridge: Cambridge University Press, 1970.

BARROS, Henrique O. M. de (Coord.) *Avaliação dos impactos socio-econômicos da implantação do Projeto Sobradinho.* 2º Relatório: A população opina sobre a relocação. Recife: FUNDAJ/ INPSO/Deptº. de Economia, 1983.

BARTH, Fredrik. *Ethnic groups and boundaries*. Boston: Little Brown, 1969.

BARTOLOMÉ, Miguel. *La presa cerro de oro y el ingeniero gran dios*. Ciudad de México: Instituto Nacional Indigenista, 1992.

__________. Movimiento, Índios y Fronteras en América Latina, In SCOTT, Parry; ZARUR, George (Org). *Identidade, Fragmentação e Diversidade na América Latina.* Recife: Editora Universitária, 49-66, 2003.

BATISTA, Mércia Rejane Rangel. *Índios Tuxá da Bahia: uma experiência de reassentamento*. Recife: CHESF/FUNDAJ, 1996.

BAUM, Warren C. *The Project Cycle.* Washington: World Bank, 1982.

BERQUÓ, Elza. (Org.). *Sexo e vida: panorama da saúde reprodutiva no Brasil.* Campinas, São Paulo: Editora UNICAMP, 2003.

BOURDIEU, Pierre. A Propôs de la famille comme categorie realisée. *Actes de les Recherches dans les sciences sociales*, 100, 32-36, 1993.

__________. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1999.

BURSZTYN, Marcel. *O poder dos donos: planejamento e clientelismo no Nordeste.* Petrópolis: CNPq/Vozes, 1984.

CAMPOS, C. (Coord.). *Desarrollo Rural con Equidad de Género.* Assunción, IÇA, IAPAR. (Proceder H), 1994.

CAMPOS, Roberta B. C., A Compadecida no Juazeiro do Norte: performance de imagens bíblicas e emoções entre os Ave de Jesus. *ILHA Revista de Antropologia,* Florianópolis, v. 4, p. 115-132, 2002.

CAPPELLIN, Paola; GIULIANI, P. C.; GUARANA, E. Fazer, pensar e decidir: Os papéis das mulheres nos assentamentos rurais; algumas reflexoes a partir de três estudos de casos. *Raizes,* Campina Grande, v. 15, n. 1, p. 113-130, 1997.

CAPRA, Fritjof. *Ponto de Mutação. A Ciência, a Sociedade e a Cultura emergente.* São Paulo: Cultrix, 1982.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *A Sociologia do Brasil Indígena* [2ª Ed. Ampliada] Rio de Janeiro: Edicoes Tempo Brasileiro, 1978.

CARVALHO SILVA FILHO. José de. *A besta fera e as águas de baixo: um estudo de representações.* Recife: Dissertação do Mestrado em Antropologia, UFPE, 1992.

CAVALCANTI, Josefa Salete. Mulher e Trabalho na Fruticultura *Revista Pernambucana de Antropologia.* (Vol. 1, No.2) Série Família e Gênero, Recife: UFPE - Editora Universitaria, p. 97-119, 1966.

CERNEA, Michael. *Involuntary Settlement in Development Projects: Policy guidelines in World Bank-financed Projects*. Washington: World Bank, (World Bank Technical Paper No. 80), 1988.

__________. From Unused Social Knowledge to Policy Creation: The Case of Involuntary Resettlement. *Development Discussion Paper 342*, May, Harvard University: Harvard Institute for International Development: Cambridge, 1990.

CERNEA, Michael (Ed.) *Putting people first: Sociological variables in rural development.* A World Bank Publication, Second Edition, revised and expanded, 1991.

CERNEA, Michael; GUGGENHEIM, Scott (Eds.). *Anthropological Approaches to Resettlement: Policy, Practice and Theory*. Boulder: Westview, 1993.

CHAYANOV, A.V. *The Theory of Peasant Economy*. *In:* THORNER, D.; KERBLAY, B. & SMITH, R.E.F. (Eds.). Homewood: American Economic Associátion, 1966.

CHESF (Companhia Hidreléctrica do São Francisco) *Reservatório de Itaparica: Plano de Desocupação.* Recife: CHESF-CIDIR, 1985.

CODEVASF-DOP. *Plano de implantação do Reservatório de Itaparica: proposta para operacionalização dos projetos de irrigação destinados aos agricultores do Reservatório de Itaparica*. Brasília, s/d.

CORDEIRO, Rosineide M. *Além das secas e das chuvas: os usos da nomeação mulher trabalhadora rural no Sertão Central de Pernambuco*. Tese (Doutorado em Psicologia Social). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC), 2004.

___________. Empoderamento e mudança das relações de gênero: as lutas das trabalhadoras rurais no Sertão Central de Pernambuco. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide. (Org.). *Agricultura familiar e gênero: práticas, movimentos e políticas públicas*. Recife: Editora Universitária/UFPE, p.145-171, 2006.

CORRÊA, Sonia; PETCHESKY, Rosa. Direitos Sexuais e Reprodutivos: uma Perspectiva Feminista; *Physis - Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro: IMS/UERJ, v. 6, n. 1/2, 1996.

COUTO, M. T. O Pluralismo religioso intrafamiliar e as transformações recentes nos campos da família e religião. *Teoria & Sociedade* (UFMG), Belo Horizonte, v. 8, p. 78-97, 2002.

Cultural Survival Quarterly Issue Number 2. (Hydroelectric Dams), 1988.

Cultural Survival Quarterly Issue Number 3. (Resettlement and Relocation: Part 1), 1988.

Cultural Survival Quarterly Issue Number 4. (Resettlement and Relocation: Part 2), 1988.

DE CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano: 1, Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.

DUARTE, Luiz F. D. "A outra saúde: mental, psicosocial, físico-moral?". In: ALVES, P. C.: MNAYO, M. C. (Org.). *Saúde e Doença - um Olhar Antropológico*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1994.

DUARTE, Luiz Fernando Dias.; LEAL, Ondina F.(Org.). *Doença, sofrimento, perturbação: perspectivas etnográficas.* Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1998.

DUQUE, Ghislaine "A experiência de Sobradinho: problemas fundiários colocados pelas grandes barragens." *Ciência e Cultura*, 35 (8) São Paulo, pag 1054-61, 1982.

DURKHEIM, Emile. *Lições de sociologia: a moral, o direito e o Estado*. São Paulo: T. A. Queiroz; Ed. da USP, 1983.

__________. *As Formas elementares da vida religiosa*. São Paulo: Editora Paulinas, 1989.

__________. *Da divisão do trabalho social,* São Paulo: Martins Fontes 1995.

FORTES, M. Introduction. In: GOODY, J.; FORTES, M. *The Developmental Cycle in Domestic Groups.* London, Cambridge Univ., 1958.

FUNDAJ/CHESF (Fundação Joaquim Nabuco/Companhia Hidreléctrica do São Francisco) *Hidrelétrica de Itaparica: impactos e mudança social no meio rural: relatório final da avaliação do reassentamento da população rural de Itaparica*. (coordenação: Maria

Lia Pandolfi, Rosa Maria do Nascimento Amorim e Russell Parry Scott). Recife: FUNDAJ-INPSO, Deptº. de economia. 1988.

GALIZA, Cleide; MEDEIROS, Rejane. *Projeto Apolônio Sales: um estudo de caso*. Recife: CHESF/FUNDAJ, 1994.

__________. *Agricultores da esperança: os pára-rurais de Petrolâdia e Rodelas*. Recife: CHESF/FUNDAJ, 1996.

GARCIA JR., Afrânio. *Terra de trabalho, trabalho familiar e pequenos produtores.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GOFFMAN, Erving. *Stigma: Notes on the Management of Spoiled Identity*, Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1963.

__________. *Frame Analysis: Essays on the Organization of Experience*, New York: Harper,1979.

GOLDSMITH, Edward; HILDYARD, Nicholas. *The Social and Environmental Effects of Large Dams* (Volume 1 - Overview) Wadebridge Ecological Centre, Wadebridge, Cornwall, 1984.

GOOD, Catharine. 'Making the Struggle, One Big One': Nahuatl Resistance to the San Juan Dam, Mexico. Paper presented to the *Program on Agrarian Studies.* Yale University: New Haven, 1992.

GOODY, Jack.. *Production and Reproduction: A Comparative Study of the Domestic Domain.* Cambridge: Cambridge University, 1976.

GRAZIANO DA SILVA, Jose (Coord.) et. al. *Estudo setorial sobre a implantação de projetos de irrigação no âmbito do PROINE e a problemática fundiaria do Nordeste - Relatório Síntese.* Campinas: Instituto de Economia, UNICAMP, 1988.

GUGGENHEIM, Scott Evan. Peasants. Planners and Participation: Resettlement in Mexico. In: CERNEA, Michael; GUGGENHEIM, Scott (Eds.). *Anthropological Approaches to Involuntary Resettlement.* Boulder: Westview, 1993.

GUIDIERI, Remo; PELLIZI, Francesco; TAMBIAH, Stanley L. (Eds.). Processes of Interethnic Relations in Latin America, Southeast Asia and the Pacific. *Ethnicities and Nations.* Austin: Rothko Chapel/University of Texas, 1988.

_________. ´Smoking Mirrors': Modern Policy and Ethnicity. In: GUIDIERI, Remo; PELLIZI, Francesco; TAMBIAH, Stanley L. (Eds.). Processes of Interethnic Relations in Latin America, Southeast Asia and the Pacific. *Ethnicities and Nations.* Austin: Rothko Chapel/University of Texas, p. 7-38, 1988.

HALL, Anthony. From Victims to Victors: NGOs and the Politics of Empowerment at Itaparica, In: HUME, David; EDWARDS, Mike (Eds.) *Making a Difference.* London: Earthscan, 1992.

HANSEN, Art; OLIVER-SMITH, Anthony (eds.) *Involuntary Migration and Resettlement: The Problems and Responses of Dislocated People*. Boulder: Westview, 1982.

HEREDIA, Beatriz. *A Morada da Vida.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

HEREDIA, Beatriz; GARCIA, Afrânio. Trabalho familiar e campesinato. *América Latina,* 14 (1/2). 1971.

IMOPEC (Instituo da Memoria do Povo Cearense) *Velho Chico: Agonia ou ressurreição.* Salvador: IMPOPEC/CESE (Coordenadoria Ecumenica de Serviço), 1994.

JULIÃO, Franciso. Que são as ligas camponesas? *Cadernos do Povo Brasileiro*, no. 1, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1962.

LEON-PORTILLA, Miguel. *Culturas en peligro.* Mexico: Alianza Editorial Mexicana, 1976.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *As estruturas elementares do parentesco*. Petrópolis: Vozes, 1982.

LEVI-STRAUSS, Claude; GOUGH, K.; SPIRO, M. *A família: origem e evolução*, Porto Alegre: Vila Martha, Col Rosa dos Ventos, v. 1, 1980.

LOYOLA, Maria Andréa. (Org) *A Sexualidade nas Ciências Humanas*. Rio de Janeiro. Ed. da UERJ, (Coleção Saúde & Sociedade), 1998.

MACHADO, Eduardo Paes (Coord.) *Poder e Participação política no Campo.* São Paulo: CERIFA/CAR/CEDAP/CENTRU. 1987

MACHADO, Maria das Dores. *Carismáticos e Pentecostais: Adesão religiosa e seus efeitos na esfera familiar.* Campinas: Editora Autores Associados/ANPOCS, 1996.

__________. Sexualidade e contracepção em grupos religiosos brasileiros. In: SILVA, Dayse (Org.). *Saúde, sexualidade e reprodução: compartilhando responsabilidades.* Rio de Janeiro: Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, p. 67-82, 1997.

MATOS, Silvana Sobrira de. *Tolerância e Intolerância entre Carismáticos e Evangélicos em Campina Grande – PB.,* Recife, Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia, UFPE, 2008

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia.* v. II. São Paulo: Edusp, 1974 [1923-1924].

MELO, Mário Lacerda de (Coord.). *As áreas de exceção dos Sertões de Pernambuco.* Recife: SUDENE, 1985.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Relaciones entre procesos sociales, violencia y calidad de vida. *Salud Colectiva*, Buenos Aires, v. 1, n. 1, p. 69-78, 2005.

OFICINA DO SÃO FRANCISCO. Oficina de trabalho: desenvolvimento e impactos ambientais no Vale do São Francisco. Oxfam/SACTES/Sociedade Nordestina de Ecologia: Recife. 1992.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. (Org.) *Hacia una antropología del indigenismo: estudios críticos sobre los procesos de dominación y las perspectivas actuales de los indigenas en Brasil*. 1. ed. Rio de Janeiro/ Lima: Contra Capa/ Centro Amazónico de Antropología y Aplicación Práctica, 2006.

OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma re(li)gião.* 3a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

OLIVEIRA. Roberto Cardoso de. *A sociologia do Brasil indígena.* Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 1978.

OLIVER-SMITH, Anthony. Involuntary Resettlement, Resistance and Political Empowerment. *Journal of Refugee Studies* 4 (2), 132-149, 1991.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional* São Paulo: Brasiliense. 1985.

PANDOLFI, Maria Lia. *Na Margem do Lago: um estudo sobre o sindicalismo rural.* Recife: Dissertaçao do Programa Integrado de Mestrado em Sociologia e Economia, UFPE, 1986 (publcado em Recife: Massangana, 1990).

PARTRIDGE. William L.; BROWN, A. B.; NUGENT, J. B.. The Papaloapan Dam and Resettlement Project: Human Ecology and Health Impacts. HANSEN, Art; OLIVER-SMITH, Anthony (Eds.) *Involuntary Migration and Resettlement: the Problems and Responses of Dislocated People*. Boulder: Westview Press, 1982.

PAZ, Octavio. *El laberinto de la soledad.* Mexico: Cuadernos Americanos, 1950.

PIERSON, Donald (Coord.). *O Homem no Vale do São Francisco* (3 v.) Rio de Janeiro: Ministério do Interior/SUVALE, 1972.

PINA CABRAL, João de. *Os contextos da antropologia.* Lisboa: Difel 1991.

__________. "Identidades inseridas: algumas indagações sobre identidade, emoção e moralidade," ICS-Universidade de Lisboa, dsponível em
(www.ics.u/corpocientifico/pinacabral/pdf/identidades inseridas3.pdf – Acesso em 23 de julho de 2005)

PLANVASF. *Plano Diretor para o desenvolvimento do Vale do São Francisco (Plano Diretor - Síntese).* Brasilia: PLANVASF, 1989.

PÓLO SINDICAL DO SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO *Depois que a água nos´tangeu´*. Nova Petrolândia, mímeo. 1991.

__________. *Diretrizes Básicas para o Reassentamento*. Itaparica: Põlo, 1984.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O Messianismo no Brasil e no Mundo.* São Paulo: Alfa-Omega, 1977.

RAMOS, Samuel. *El perfil del hombre.* 4ª edição. México: México, 1963.

SÁ, Maria Auxiliadora Ferraz de. *Dos velhos aos novos coronéis* ***- um estudo das redefinições do*** *coronelismo*. Recife: PIMES (UFPE), 1974.

SALLES, Nara. *Borda de Lago:um caso de conflito agrário ambiental.* Dissertação de Mestrado, Mestrado em Antropologia, UFPE, Recife, 1999.

SCOTT, James. *Weapons of the Weak: Everyday Forms of Peasant Resistance.* New Haven: Yale University, 1985.

__________. *Domination and the Arts of Resistance (Hidden Transcripts).* New Haven: Yale University, 1992.

SCOTT, Parry. *Between Captivity and The Middle of The World: Household Organization and Migration Among Rural Workers in Pernambuco, Brazil.* Austin: University of Texas, PhD dissertaton, 1981.

__________. Entre o cativeiro e o meio do mundo. *Anais do X Congresso de Economia Doméstica.* Piracicaba: ABED, 1991.

__________. Dams, Forced Resettlement and the Transformation of Peasant Economy in the San Francisco River Valley, Brazil. Los Angeles: Paper presented at the *XVIIth International Congress of LASA*, 1992.

__________. Fases de Reassentamento: revendo uma falácia administrativa e um desafio reivindicatório. *Anais do III Reunião Regional de Antropólogos do Norte e do Nordest*e, Belém: UFPA, v. 2, p. 721-733, 1993.

__________. Os Beneficiados de um Programa em Itaparica. *Política Hoje: Revista Semestral do Mestrado em Ciência Política da UFPE,* Recife, p. 127-150, 1994a.

__________. *Etnia e nação em dois movimentos de resistência a barragens: México e Brasil*. In: ZARUR, George de Cerqueira Leite (Org.). *Etnia y nación em América Latina*, v.II, serie: Colección INTERAMER, nº 44-45, 1994b.

__________. Riscos aos Reassentados no Ambiente Construído pela Barragem de Itaparica: Investindo no Ambiente e Transformando o Campesinato. *Encontro Nacional de Estudos Populacionais,* 9. Anais. Belo Horizonte, ABEP 2, p. 385-398, 1994c.

__________. O Cálculo da força-de-trabalho familiar camponesa e o descompasso entre o tempo institucional e o tempo familiar. In: MAGALHÃES, S.; CASTRO, H.; BRITTO, R. (Org.). *Energia na Amazônia: Avaliação e Perspectivas Sócio Ambientais.* Belém, Museu Goeldi/UFPA/UNAMAZ, p. 671-682, 1996a.

__________. Gerações, gênero e mudança rápida dirigida no campo: lições de Itaparica. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi.* Série Antropologia, 12 (1), 1996b.

__________. Remoção Populacional e Projetos de Desenvolvimento Urbano. In: SANTOS, Julio Cézar dos; CASTRO, Wellington Alves de. (Org.). *Encontro Nacional de Estudos Populacionais X Vinte Anos da Abep, 10***.** 1 ed. Anais, Caxambú: ABEP v. 2, p. 813-834, 1996c.

__________. *Águas Transformadoras.* Recife: PPGA-NUSP/Vídeo. 1996d.

__________. Frutas Tradicionais, irrigação e agoroindustria num projeto de reassentamento, In: CAVALCANT, Josefa Salete Barbosa (Ed.) *Globalização, Trabalho, Meio Ambiente.* Recife: Editora Universitária, UFPE, 283-306, 1999.

__________. Uma nova mancha nos perímetros irrigados: a nova sub-regionalização do Nordeste. In: ZARUR, George (Org.). *Região e Nação na América Latina*. Rio de Janeiro: UNB, p. 189-212, 2000.

__________. Mensagens Cruzadas: Políticas publicas e relações familiares no meio rural. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide. (Org.). *Agricultura familiar e gênero: práticas, movimentos e políticas públicas*. Recife: Editora Universitária/UFPE, p. 243-262. 2006.

__________. Morais socioculturais, religião e sexualidade em contextos familiares urbanos, rurais e tribais: namoro, aborto e responsabilidade. In: SCOTT, Parry: QUADROS, Marion; ATHIAS, Renato (Org.). *Saúde, sexualidade e famílias urbanos, rurais e indígenas.* Recife: Editora Universitária/UFPE, 2007.

SCOTT, Parry.; ATHIAS, Renato Monteiro.; LONGHI, Márcia R. Como nossos pais? Homens e gerações em três contextos diferentes em Pernambuco. In: ADORNO, Rubens de Camargo Ferreira; ALVARENGA, Augusta Thereza de; VASCONCELLOS, Maria da Penha Costa (Org.). *Jovens, trajetórias, masculinidades e*

direitos. São Paulo: FAPESP – Editora da Universidade de São Paulo, p. 121-145, 2006.

SCOTT, Parry; QUADROS, Marion Teodósio: ATHIAS, Renato. *Saúde, Sexualidade e Famílias Urbanas, Rurais e Indígenas: Comparações, Interpretações e Políticas.* PPGA-UFPE/Editora Universitária: Recife, 2007.

SCOTT, Parry; CANTARELLI, Jonnhy R. R. Jovens, religiosidade e aquisição de conhecimentos e habilidades entre camadas populares. *Caderno CRH*, Salvador, v. 17, n. 42, p. 375-388, set./dez. 2004.

SCOTT, Parry; QUADROS, Marion; LONGHI, Márcia R. Jovens populares urbanos e gênero na identificação de demandas na saúde reprodutiva. *Revista Brasileira de Estudos da População*, Campinas, v. 19, n.1, p. 209-228, 2003.

SCOTT, Parry; SÁ, Maria Auxiliadora Ferraz de. Barragem de Itaparica: Indagações sobre a reconstrução da base familiar da produção agricola. *Seminário sobre Grandes Projetos*. Belém: UFPa-NAEA. 1991.

SCUDDER, Thayer; COLSON, Elizabeth. From Welfare to Development: a Conceptual Framework for the Analysis of Dislocated People, In: HANSEN, A.; OLIVER-SMITH, A. (Eds.). *Involuntary Migration and Resettlement*. Boulder: Westview. p. 267-287, 1982.

SHANIN, T. A definição do camponês: conceituações e desconceituções. *Estudos CEBRAP*, 26. São Paulo: CEBRAP, 1976.

SIGAUD, Lygia. *A dupla expropriação do campesinato e a concentração de terras em Sobradinho: uma contribuição à análise dos efeitos da política energética do Estado.* Rio de Janeiro: PPGAS/Museu Nacional-UFRJ, 1986a.

SIGAUD, Lygia. *Efeitos Sociais de grandes projetos hidreletricas: as barragens de Sobradinho e Machadinho.* Rio de Janeiro: PPGAS/Museu Nacional-UFRJ, 1986b.

SILVA, Avanildo Duque de. *O reassentamento Rural de Itaparica: conflitos e transformações no espaço agrário do Submedio São Francisco – Bahia/Pernambuco.* Recife, Dissertação de Mestardo em Geografia, UFPE, 1997.

SIQUIERA, Antonio Jorge de (Org.) *Identidade e Cidadania no Brasil*, V. 2, Recife, UFPE, Editora Universitária. 1999.

STEIN, William. Countrymen and Townsmen in the Callejón de Huaylas, Peru: Two Views of Andean Social Structure. *Council on International Studies*, No. 51. Buffalo: State University of New York/Buffalo, 1975.

SUÁREZ, M; e LIBARDONI, M. *Desenvolvimento Agrícola no Brasil: uma perspectiva de Género.* Brasília: UCA, 1992.

TAVARES, Maurício Antunes, *Caminhos Cruzados, Trajetórias Entrelaçadas: vida social de jovens entre o campo e a cidade no Sertão de Pernambuco,* Tese de Doutorado, PPG Sociologia, Recife, 2009.

TEIXEIRA, Z.A. (Coord.); CARVALHO, H.M.; SUÁREZ, M. *Perspectiva de gênero na produção rural.* Brasília: IPEA, 1994.

TURNER, Victor. *Drama, Fields, and Metaphors: Symbolic Action in Human Society.* Ithaca, NY: Cornell University Press, 1995.

URBAN, Greg; SHERZER, Joel, (Eds.). *Nation-States and Indians in Latin America.* Austin: University of Texas, 1992.

VAINER, Carlos; ARAÚJO, Frederico Guilherme B. de. *Grandes Projetos hidrelétricas e desenvolvimento regional.* Rio de Janeiro: CED - Centro de Documentação e Informação, 1992.

VERGULINO, Tercina. Cooperativas nos projetos públicos de irrigação: limitações e possibilidades de Desenvolvimento. *Anais do V Encontro de Ciências Sociais do Nordeste.* Recife: Massangana, 1991.

VIANNA, Aurélio; MENEZES, Laís. *Políticas de desenvolvimento no Vale do São Francisco: O Pólo Sindical e a luta dos atingidos pela barragem de Itaparica.* Rio de Janeiro: CEDI/KOINONIA, Pólo Sindical do Submédio São Francisco, 1994.

WARMAN, Arturo. *Y venimos a contradecir.* México: CIS/INAH, 1976.

WATERBURY, John. *Hydropolitics of the Nile Valley.* Syracuse University: Syracuse, 1979.

WERNER, Dennis. *Stress psico-social e a barragem de Ibotirama.* s.l./s.d. (repro).

WILK, Richard; NETTING, Robert McC. Households: Changing forms and functions. *In*: WILK, R. NETTING, R. McC.; ARNOULD, E. (eds.). *Households: Comparative and historical studies of the domestic group.* Berkeley: Univ. of Califórnia, 1984.

WOORTMANN, E. Parentesco e reprodução camponesa. *Ciências. Sociais Hoje,* São Paulo, p. 192-219. 1985.

WOORTMANN, K. A Família Trabalhadora. *Ciências Sociais Hoje.* Rio de Janeiro, 1984.

__________. Com parente não se neguceia: o campesinato como ordem moral. *Anuário Antropológico.* Brasília, v. 87, 1990.

WOORTMANN, K.; WOORTMANN, E. Fuga a Tres Vozes. *Anuário Antropológico/91, 1992,* p. 89-137. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993.

WORLD BANK. *Resettlement and Development: the bankwide review of projects involving involuntary resettlement 1986-1983.* Washington: Environmental Department/The World Bank, 1994.

WORLD BANK. *World Bank approaches to the environment in Brazil: a review of selected projects Vol IV: The middle and Lower San Francisco Valley.* Washington: Operations Evaluation Department (Restricted Access Report No. 10039), 1992.

ANEXO

PALAVRAS DOS JOVENS DAS FAMÍLIAS DE AGRICULTORES REASSENTADOS EM ITAPARICA

FAGES/UFPE

Estas são palavras de jovens que são de famílias reassentadas em agrovilas em Petrolândia no Submédio São Francisco de Pernambuco. As páginas aqui foram produzidas na interação entre famílias de agricultores reassentados, e pesquisadores do Núcleo de Família, Gênero e Sexualidade (FAGES) da Universidade Federal de Pernambuco com o apoio do Pólo Sindical do Submédio São Francisco. A cooperação entre estas pessoas e instituições data desde os anos oitenta e resultou em ações concretas e divulgação de muito material escrito sobre a vida nas agro-vilas e a luta da população reassentada.

Este esforço específico das "*Palavras dos Agricultores Reassentados*" nasceu da vontade de melhorar a comunicação entre a população e o setor de saúde[40] documentando como os próprios reassentados identificam os seus valores mais importantes sobre trabalho, cooperação e o ambiente de violência; sobre namoros, sexo e formação de famílias; e sobre contracepção, prevenção e cuidados de saúde feitos por se mesmos, bem como oferecidos por outros. Com estas informações em mãos, será mais fácil identificar ações a serem promovidas para beneficiar a saúde da população, respeitando os seus valores e condições concretas.

A maior parte deste texto vem da boca dos próprios jovens moradores de Agrovilas nos Blocos 1, 3 e 4 do município de Petrolândia que participaram em grupos de discussão em 2003 ao convite dos membros de FAGES. Estas falas foram recortadas e organizadas de modo a mostrar as opiniões diversas dos grupos. Cada conjunto de falas é precedido por uma breve introdução e fechado por "palavras dos pesquisadores" onde os pesquisadores de FAGES, recorrendo ao que é conhecido na área, e sem fugir da referência concreta ao local, realçam questões importantes nas palavras dos reassentados. Pelo recorte de gênero, identificam as formas diferentes de mulheres e rapazes enquadrarem algumas idéias. Pelo recorte de geração esta diferença pode ser vista ao comparar estas palavras de jovens com as de adultos, feitas em outro livro no mesmo formato. Estas palavras podem subsidiar a definição de estratégias de ação.

Em 2005 as famílias reassentadas mantêm o esforço de alcançar um melhoramento na vida. As que moravam na beira do Rio São Francisco nos anos oitenta e tiveram que se deslocar para morar em agrovilas construídas pelo governo, ganhas através de negociações e reivindicações do Pólo Sindical do Submédio São Francisco, continuam a busca de condições dignas para trabalhar, para conviver com ambientes hostis e com ambientes favoráveis, viver no dia a dia interagindo, namorando, formando famílias e, dentro das possibilidades, sempre procurando assegurar as melhores condições de saúde para todos.

---

[40] Para tanto, além do apoio permanente do próprio Pólo Sindical do Submédio São Francisco, FAGES contou com o auxilio da Fundação Ford, via o projeto "Estilos Reprodutivos e Organizações Representativas", e do CNPQ para o mesmo projeto e o anterior sobre "Reprodução, Sexualidade e Programas de Saúde", ver também o Anexo A (O direito á diversidade) de Scott, Athias e Quadros (2007).

TRABALHANDO E COOPERANDO

Para os agricultores reassentados de Itaparica o trabalho é a principal referência para a organização da vida cotidiana, e a dedicação à roça nos lotes irrigados é o que fornece o sustento para as famílias. Na procura de acesso à terra para plantar e a outras oportunidades de trabalhar para ganhar dinheiro é preciso cooperar em muitos níveis diferentes: entre homens e mulheres, na família, com colegas e vizinhos, com empregadores e com técnicos e representantes de associações que visam apoiar agricultores, em fim, com muita gente diferente. É na tentativa de organizar que o trabalho do dia a dia e a cooperação na defesa das condições de realizã-lo que os agricultores elaboram os seus valores e investem para produzir melhoras para se mesmas e para as comunidades onde residem. Para os jovens o trabalho e a cooperação configuram um espaço importante para se afirmarem como agricultores e como jovens mesmos que vivem do campo e conhecem a cidade.

O que falam os reassentados e as reassentadas sobre trabalho e cooperação?

PARA ELES...	E PARA ELAS...
A ROÇA. O LOTE E O TRABALHO FAMILIAR	
Desde os seis anos que eu ajudava pai, e daí pra cá eu não parei mais não. Aí, a partir dos nove anos, comecei a botar a roça pra mim mesmo. Desde os nove anos eu... não vivo independente porque vivo na casa dos pais e dependo só da comida dele, mas vivo por minha conta, não dependo de ninguém pra nada não. Pelo contrário, eu faço de tudo pra dar pra meu pai, que ele é doente. - Trabalho aqui pra mim, falo da minha parte que sou jovem. A gente começou plantando plantios temporários como feijão, melancia, milho essas coisas. Aí, alguém se reuniu e viu que esse projeto não ia pra frente só com esse tipo de plantio. Resolveram mudar pra fruticultura, esses permanentes que a gente tem agora, como manga, coco... Então no meu ponto de vista a forma de trabalhar é essa, na roça da minha mãe mesmo com plantio de côco mesmo, que de fato eu tenho. Peguei um pedaço pra plantar pra mim mesmo.	Mas aqueles que têm responsabilidade vai. A maioria dos rapazes jovens é mais na roça, agora quando dá 4 ou 5 horas, aí pronto! É, quem trabalha tem que se divertir também, passa o dia trabalhando... A única oportunidade de lazer é o campo, ou a cachaça. Agora aqui o problema é assim, no final de semana, dia de domingo. Eles inventam de beber, não vão na roça. Vai só para o bar jogar sinuca e beber.

PARA ELES...	E PARA ELAS...
A PRODUTIVIDADE DA TERRA	
Já foi melhor de serviço. Agora é mais ruim, porque a terra era boa. O pessoal terminava um plantio e outro em cima porque sabia que tinha resultado, mas agora a terra foi ficando fraca, cansada porque já é com quatorze anos... dez ou é onze anos que a gente é só naquela terra ali plantando ...foi ficando fraca e o pessoal foi abandonando. Antes tinha muito emprego, muito serviço porque você plantava uma roça de feijão, e você tinha que estar germinando, adubando e precisava de muita gente. E agora não, o pessoal cansaram mais e plantaram fruteira, manga, côco, goiabeira. ... Você trabalha uma semana e vai passar um mês sem fazer nada, só esperando pra colher.	
TRABALHANDO PARA OS OUTROS	
Eu, trabalho, ganha pouco mais dá pra mim. Cinqüenta por mês eu ganho, na terra de outra pessoa. Na nossa mesmo, meu irmão é quem trabalha plantando feijão e tudo. Eu trabalho pra outro cara, cuido da ovelha dele e plantando capim lá.	
Na cidade não tem o que fazer, não tem serviço, na cidade só pra estudar, só aparece vaga na escola mesmo, é estudar. Tem duas opção de serviço, ou na roça, ou na roça	
Eu acho que qualquer serviço que você faça par si próprio dá bem mais futuro do que você trabalhar pros outros. Uma roça pra você, trabalhar pra você, acredito que seja bem melhor.	
TRABALHO DE HOMEM, TRABALHO DE MULHER	
Eu acho que o trabalho da mulher em casa é obrigação, porque se o homem tá tendo aquela obrigação de trabalhar pra colocar os mantimentos dentro de casa, ela tem como pelo menos obrigação de ajeitar o marido também. Agora que é um trabalho, maneiro, não é um trabalho pesado, igual ao do homem, mas eu acho que é um trabalho sim e bastante enjoadinho, porque pra ela não vai ter que descansar dia de domingo, nem feriado, nem dia de sábado, nada. É todo santo dia, porque ela não vai deixar você sem comer um dia, que você vai queimar as oito bocas. Eu acredito que seja um trabalho enjoadinho, bem enjoado. É todo santo dia, tem que lavar um prato, tem que varrer uma casa todo dia. É uma rotina!	As mulheres começam a participar, assim, em colheitas, e não em trabalho de enxada. Trabalho de enxada é mais homens. Tem mulheres, assim, mais machonas, mulheres, assim, que estão mais acostumadas.

PARA ELES...	E PARA ELAS...
INTOXICAÇÃO E PLANTIO	
Fizeram uns exames ai, tiraram sangue do pessoal pra fazer, mas os exames que fizeram eu acredito que não deu muito certo não, e quanto aos problemas tinha mais antes, porque abriu aqui no projeto era mais legumes, feijão, uma coisa que requer muito veneno, ai acontecia... aconteceu vários casos mas agora mudou o plantio, coqueiro, fruteira, ai é difícil.	Assim tem um homem que teve um problema de saúde ... ele morava sozinho e ele comia, desses homens mais simples. Aí plantava na roça e tem um latão de agrotóxico. Aí abriu a lata e fazia cocô na lata, aí parece que entrou pelo ânus dele, aí ele morreu.
COOPERANDO	
[Da] cooperativa a promessa delas era melhorar, melhorar em termos da agricultura, através de um empréstimo do Banco do Nordeste pra plantar fruteira. A promessa dela era melhorar, trazer esse recurso pra plantar fruteira e, futuramente, quando tiver produzindo, comercializar água de côco pra exportar pra fora do Brasil em garrafa. Se reúne pra decidir assim... tirar um empréstimo no banco, por exemplo, pra plantar côco como agora recente teve um empréstimo que a gente tirou ai. Cada pessoa tirou até seus quatorze mil reais pra plantar fruteira, plantar coqueiro e criar ovelha. Tem que se reunir pra vê se todos concordam e faz os empréstimos.	Quase todo projeto está na cooperativa e lá tem essa Plena, que dá assistência aos projetos, assim, alguma praga, quem está trabalhando na roça, eles ajudam com adubo, veneno, sempre eles estão passando informação, têm técnicos Hoje está tendo lá uma reunião para decidir questões da agrovila. Também as pessoas entram, só que ninguém quer participar. Marca, aí diz: "eu não vou não, eu vou falar besteira". Então ninguém vai. Teve um problema da água, marcou uma reunião com o pessoal, ninguém vai. Vai quem quer ... o povo reclama, mas também não participa. E também aqui na agrovila está tendo por parte da Igreja o projeto do dízimo. Paga o dízimo o tanto que quiser. Aquele dinheiro que é arrecadado aqui na agrovila, ele fica guardado para no caso de alguma precisão de alguém da agrovila, seja ele dizimista ou não. Se alguém precisar do dinheiro, ele tem o direito de pegar o dinheiro. Aqui também tem um grupo de mulheres que estão na indústria de doce. Já teve encaminhamento, teve reuniões e agora vai ter o curso que a gente vai entrar e participar do curso de doce para depois abrir a fábrica. Vai juntar né? Juntou no mínimo 30 mulheres. Essas 30 vão fazer um curso de doces no sindicato. Logo depois desse curso vai ser aberta a fábrica de doce aqui mesmo na agrovila para fazer doce e revender. Do sindicato, do pólo, eles faziam oficina e ofereciam opção assim sobre desenvolvimento sustentável e gênero. Chamaram homens e mulheres para discutir isso lá e a gente faz campanha dessas coisas.

✐ PALAVRAS DOS(AS) PESQUISADORAS

É inegável que a roça ocupe o lugar central para a organização da agricultura familiar dos reassentados, e a organização deste trabalho representa valores que são pivôs para a organização social do grupo. Primeiro, trabalhar na roça é uma forma de repassar a compreensão da hierarquia familiar através da cobrança de responsabilidades aos filhos e a concessão de espaços no lote onde eles mesmos podem desenvolver práticas de valorização do próprio trabalho deles, da sua autonomia e liberdade, assim combinando valores familiares e individuais em torno do trabalho. Segundo, é também uma forma de diferenciar entre mulheres e homens, que, mesmo quando os trabalhos exigem esforços físicos semelhantes, terminam sendo representados de uma forma que o homem seja compreendido como mais forte e como provedor principal, e a mulher como mais fraca e dedicada à rotina. Quando falam em trabalho, tanto mulheres quanto homens tendem a silenciar-se sobre o trabalho doméstico, que, por ser um espaço privado e marcadamente feminino, recebe uma valorização menor no discurso dos jovens. Nem as próprias jovens dão realce a esta questão. O terceiro aspecto a enfatizar é que o trabalho para terceiros é uma opção pouco valorizada quando comparado com o trabalho para se mesmo. E isto se deve não somente à pouca oferta de outros serviços, mas também à própria condição autônoma que o trabalho para se mesmo oferece.

Todos têm consciência que o veneno usado no plantio danifica a saúde dos trabalhadores que precisam manipular o produto ou as suas embalagens. O plantio irrigado com a tecnologia escolhida para os lotes das agrovilas colocou o agricultor em contato maior com os venenos quando comparado com a sua situação antes do reassentamento, e a mudança mais recente diminuindo o plantio de produtos de ciclo curto é visto como tendo um efeito positivo de diminuir a exposição a agrotóxicos.

Quando se trata de cooperação, os esforços abrangem o trabalho da organização sindical, de cooperativas, de técnicos, de igrejas e outras atividades solidárias, e no discurso é notável o maior envolvimento numa diversidade de atividades das jovens, quando comparadas com os jovens. No que diz respeito à esfera específica de trabalho, há um reconhecimento generalizado da importância da cooperativa para o desenvolvimento da comunidade, mesmo que nem todos os agricultores participem ativamente e algumas das atividades não passem de planejamentos e projetos que possam contribuir para maior integração. A valorização da solidariedade comunitária em redes de cooperação não diretamente ligados ao trabalho é mais evidenciada nas falas das jovens. Inclusive há referências às despesas e ações mais individualizadas dos jovens, dirigidas especialmente para o seu divertimento. Os agricultores fazem referência a capacitações que tiveram em oficinas sobre gênero, marcando a presença desta questão como assunto de reflexão coletiva.

SEGURANÇA E VIOLÊNCIA NA CASA, NA COMUNIDADE E NA RUA

Para viver seguro nas agrovilas os reassentados enfrentam várias fontes de violência, relacionadas com a própria casa, com a comunidade e a sua história particular, e com a vivência de outros de fora, das fazendas e da rua. A vivência da violência em casa perpassa a tentativa de estabelecer uma vida honesta e direita diante das dificuldades de educar os filhos, conviver com os parceiros e lidar com bebidas e drogas. O reestabelecimento do plantio depois do reassentamento trouxe uma diminuição da violência praticada por terceiros, embora para alguns reassentados a continuação da falta de acesso a terra para plantar tem gerado maiores problemas com a violência. As operações policiais de repressão do plantio de maconha, de assaltos e de outros crimes freqüentemente vitimizam os agricultores direitos, confundidos com bandidos, e assim contribuem para a ampliação da insegurança nas agrovilas. A discriminação contra os agricultores é acirrada pela representação exagerada que os moradores da cidade fazem dos perigos das agrovilas. Quem é reassentado entende que as agrovilas são espaços mais tranqüilos onde se pratica menos roubos e assaltos e onde há menos desemprego que na cidade.

O que falam os reassentados e as reassentadas sobre segurança e violência?

PARA ELES...	E PARA ELAS...
EDUCANDO OS FILHOS	
"porque nasceu daquele jeito, briga direto ..., vai crescer daquele jeito. É difícil pra criar. Tem que ter responsabilidade, porque se não, drogas, outros aí maltratam, e batendo até em pai, matando, roubando essas coisas. Tem que regar pra ter um fruto bom, porque se coisar mal, coisado morre.	O pior não é ter não, o pior é saber educar. Eu tenho um menino de cinco anos. As vezes ele me obedece. Só me obedece quando eu pego a sandália. Agora o pai dele só é olhar assim com a cara feia pro lado dele que, ave Maria! Agora eu, não é ninguém! Tem vezes que ele me obedece, mas às vezes quando eu pego a sandália pego o chicote. Só é pra bater forte quando eu quero, mas ... homem!

PARA ELES...	E PARA ELAS...
BEBENDO, BRIGANDO E VIVENDO	
Às vezes é álcool, vive jogando baralho, bebendo nos cabaré, ai a mulher vai desgostando, desgostando. Vai perdendo o amor, até que chega num ponto que ela diz: “chega”! Ai separa de uma vez. Depois o marido chega abusando ela, o filho querendo bater, quebrando as coisas. Ai ela vai agüentando tudo, mas vai chegar um momento que ela vai dizer “Parei por aqui, não agüento mais! Você não considera a mulher que tem”! Ai vai, separa e vai viver a vida dela e deixa ele pra lá. - Meu pai ele bebia, mas ele chegava assim, meio dia, ia no bar tomava uma dose e outra, as vezes se embebedava, mas ele nunca deixou de botar o sustento pra dentro de casa. ... Quando não tinha nada pra fazer na roça, plantar, ai se embebedava. Chegava em casa bebo. Às vezes os meninos trazia ele. Aí ele chegava em casa, mamãe botava a comida dele. Às vezes nem almoçava nada, ia dormir. Ela ajeitava, ficava conversando com ele e nem ligava “conversa de bebo”. Dormia, e se acordava bom.	– É, o problema é a cachaça. Aqui, quando tem briga é irmão, é primo. **...** Porque aqui tudo é família, aqui na rua é tudo família, então, e não tem gente de fora aqui não, só quando tem festa mesmo. - Aqui tem [brigas em casa], mas fica abafado dentro de casa, algumas pessoas é quem sabem, é, eu mesmo sei um caso que o marido dela gosta de bater, mas é ela sempre quem bate nele, quando ele vai bater nela. ...Mas ninguém sabe muito não, porque é um lugar muito pequeno e eu acho que essas pessoas ficam com medo de no fundo a gente saber. Qualquer coisa que acontece, a gente já sabe logo pelos boatos,... mas a gente não sabe o que aconteceu.
VIGIANDO E CONTROLANDO NA CASA	
	Eu tive medo de acontecer alguma coisa, levar uma surra. Eu tinha 16 anos e nunca sonhava de namorar, por que minha família é muito rígida. De repente veio assim a outra reação de meu avô, porque ele sabia que, aí, ou eu namorava em casa direito ou eu na rua, talvez, eu fizesse coisa pior. - É a violência não é só física, é também com palavras. É, dói mais o efeito né? E é pior. Porque é melhor alguém chegar e lhe bater, lhe dar uma tapa, do que lhe ofender. ... O que o homem mais faz é tentar rebaixar a mulher, começa logo pelo comer, quando diz que não saiu do gosto dele (risos),... a briga começa, ele diz logo que a gente não faz o que preste,,,, e depois que está de olho roxo, ninguém sabe dizer o que foi

PARA ELES...	E PARA ELAS...
LADROES E GENTE DIREITA	
Que tem gente ruim nesse mundo tem, realmente tem nessas agrovilas. Então se tem uma pessoa que tem coragem de matar outro, de roubar um bico que é uma coisa sem valor que é um bico, realmente isso é que faz a fama. Porque se tá só você, um cara honesto, direitinho mas se você tá aqui rodeado de ladrão, quem tá de fora vai dizer o que?	
CONVIVENDO COM A POLÍCIA	
O papel da polícia é vim pra corrigir. Vem um trabalhador nosso com uma simples faca na cintura, ela toma. Se ele disser "não rapaz, faça isso não!", leva uma pisa. É só isso. Agora prender bandido que é bandido, ela não faz isso não. O papel dela é esse ai, é fazer o que não deve. Teve um tempo que a policia vivia revistando as casas das agrovilas. Ai tinha um velhinho que não faz mal a ninguém. O coitado mal anda. Ia com a faca nos quartos. "Ei, pra que essa faca ai?" - "eu preciso cortar uma coisa e outra" - "passe pra cá, se não vai apanhar".	O posto era pra ser aqui pra dar mais segurança, policia aqui não tem. Só aparece por aqui quando tem maconha, ou quando diz "tem um monte de arma na agrovila", ai eles vem pegar as armas. Os policiais vem atrás de espingarda de matar rolinha pra comer no almoço, preá. São uns homens muito ruim, bagunça tudo, manda o pessoal sair pra fora. Pedágio, eles tá ali pra multar quem tiver irregular, você dá um dinheirinho a ele. Eles são comprados, dão o dinheiro no caso "eu vou passar ali e se eu tiver armado ou com qualquer coisa..." pra ele não tomar a arma, ai você paga pra a arma ficar com você,
A MACONHA	
O fazendeiro do lado de lá, plantava maconha e tudo. Ai o vizinho de lá mesmo dizia a polícia onde tinha pé de maconha. A policia, na dela, mandava um helicóptero e achava o plantio de maconha dos vaqueiros lá. Que a policia já veio, já arrancou maconha e já prendeu alguém, isso aqui já aconteceu ... mas quem planta, planta seu pouquinho ali na roça lá, não é todo mundo, geralmente de cem se tira um que faz um negócio desse, a maioria são pessoas direitas.	

PARA ELES...	**E PARA ELAS...**
A AGROVILA E A CIDADE	
Agrovila é muito discriminada, pode ter certeza. ... um cara de agrovila passar lá em Petrolândia! Falou que é da agrovila "agrovila, lugar de maconheiro, de bandido , de ladrão"... Em todo lugar tem ladrão, cidade tem, ai se vê o comentário: "Na agrovila tem um ladrão!". Já é o suficiente pra todo mundo levar culpa, porque ... agricultor, foi agricultor já é bem menosprezado diante da sociedade, em todo lugar e sendo de agrovila é pior. Porque o cara de agrovila é menosprezado pra caramba ali em Petrolândia e essas cidadezinha.... Alguém diz "ei rapaz, a agrovila é perigosa, não sei o que, só tem ladrão, maconheiro", mas em todo lugar tem. O que faz o lugar ser bom é a gente, se você é uma boa pessoa você lidar com todo mundo, com gente ruim, com gente boa, se você anda fazendo o bem.	Eu gosto de morar na agrovila porque é melhor, não tem tanta violência. Mas para o marido que bebe, é melhor estar na agrovila mesmo.
A discriminação da cidade com as agrovilas é muito grande. São mal vistos pra caramba, e o que o pessoal da agrovila vai buscar na cidade geralmente é pra resolver alguma coisa, ir a um médico, ir comprar... fazer feira de comida, essas coisas, comprar insumos pra roça mesmo de veneno, adubo, compras de roupa, calçado, remédio, ou visitar um parente ou coisa assim.	Em Petrolândia você não pode deixar nem uma bicicleta do lado de fora que já rouba, olhe, quando você for no mercadinho pode deixar do lado de fora que quando você volta não está lá não.

SEGURANÇA E VIOLÊNCIA
EM CASA, NA COMUNIDADE E NA RUA

PALAVRAS DOS(AS) PESQUISADORES

A procura de segurança e convivência com a violência fazem parte importante da vida dos agricultores reassentados, removidos quando o governo resolveu construir a barragem que se tornou uma razão de cometer uma violência contra os seus estilos de vida anteriores. Inseridos numa região onde escalam-se cada vez mais o plantio e o comércio clandestinos da maconha em fazendas distante da vigilância das instituições de segurança pública e onde ocorre a prática de roubo de cargas e assalto a viajantes, os reassentados procuram formar ilhas de práticas seguras de um agricultura que respeita a hierarquia e a moralidade de trabalhadores familiares. As agrovilas, afetadas pelas demoras na implantação dos lotes irrigados e pela truculência de uma polícia treinada para lidar mais com bandidos que que com cidadãos corretos, carregam dolorosamente uma reputação de serem violentas. Os próprios moradores das agrovilas enfatizam que a sua vida trabalhadora no campo é mais pacífica que a vida de desemprego e desrespeito aos outros que se observa na cidade e em algumas fazendas circunvizinhas.

Na vida cotidiana, os jovens nas famílias dos agricultores procuram participar na promoção de valores de respeito, de trabalho e de moralidade entre pais e filhos e entre maridos e mulheres. No âmbito das famílias, isto não impede os excessos de alguns que, na tentativa de impor uma autoridade, maltratam esposas e filhos e, assim, perdem a legitimidade dos seus atos na perspectiva dos jovens e da comunidade como um todo. Mesmo assim, em nome da proximidade entre parentes, vizinhos e amigos na comunidade, e sem disporem de redes de apoio de denúncias deste maltratos, os membros da comunidade nem sempre ousam tomar medidas contra que comete tais excessos. Já no âmbito de relacionamentos e namoros, tão prezados pelos jovens, parte da procura de valores é realizada tentando encontrar um equilíbrio entre o ganho de experiência na vida afetiva e sexual com parceiros cuja proximidade social aos moradores de cada agrovila varia de acordo com a sua inserção na continuidade das práticas de trabalho nos lotes e permanência no campo.

Na percepção da violência nas falas de meninos e meninas há uma nítida diferença. Para as jovens, evidencia-se uma maior consciência e discurso mais elaborado sobre a violência em casa, bem como uma maior submissão à vigilância paterna nos seus relacionamentos. Para os jovens, a maior consciência e o discurso mais elaborado se dá sobre o detalhamento de informações sobre a violência na rua e em áreas externas às agrovilas, e maior liberdade de ação nos relacionamentos fora do olhar vigilante dos pais.

É um objetivo comum dos jovens combaterem a referência à violência para marcar a imagem pública das agrovilas. No seu lugar advogam uma imagem mais verídica da procura de uma continuidade de uma vida trabalhadora, honrada e de respeito à família e aos outros que tanto caracteriza o agricultor reassentado.

O QUE DIZEM OS JOVENS SOBRE...

FICAR E NAMORAR

Dizem que o amor não tem idade. Mas cada idade tem sua forma de amar, sua forma de se relacionar amorosamente e sua forma, também, de falar aos outros sobre o amor e suas formas. Cada idade tem, poderíamos dizer, uma linguagem amorosa. Entre os assuntos abordados na pesquisa não podiam ficar de fora o amor, o sexo e os relacionamentos afetivos, tão importantes nessa fase da vida. Os jovens usaram duas palavras para definir as formas de relacionamento mais comuns nos dias de hoje: ficar e namorar. Segundo a definição deles, o ficar costuma estar relacionado com o não-compromisso, a não-continuidade. Já namorar implica a existência de um sentimento amoroso no casal que, normalmente, é partilhado com a família e a comunidade.

Meninos e meninas começam a ficar com até 11 anos, mas é um comportamento mais comum dos 13 em diante. Entre as vantagens, os homens jovens destacam o fato de que, no ficar, não há lugar para cobranças. Há jovens que preferem ficar a namorar, outros que gostam mais de namorar e alguns, ainda, que gostam de fazer as duas coisas... simultaneamente! O ficar pode evoluir para o namoro, dependendo da relação que se estabelece entre o rapaz e a moça. Os jovens costumam namorar sério com 16, 17 anos.

PARA ELES...	**E PARA ELAS...**
“FICAR E NAMORAR SÃO COISAS PARECIDAS, NÃO IGUAIS”	
Ficar é uma palavra que está dizendo tudo: ficou hoje, amanhã não tem compromisso de ficar com aquela pessoa. Namorar é como se fosse uma obrigação. Ficar e namorar são coisas parecidas, não iguais.	*Eu entendo assim, que esse ficar é só namorar uma noite numa festa e pronto, não se vê mais.*
Quando a mulher é mais séria, ficar é uma coisa simples. Ficar com uma pessoa e já ter relação sexual já é outro caso. Nem todas aceitam, eu acredito que não, é difícil, depende da pessoa que a gente fique.	*Pode ser até mais que uma noite, mas sem compromisso. Pode ficar várias vezes, mas sem compromisso nenhum. Mas já em outras cidades ficar é transar. Aqui o nosso ficar é só namorar sem compromisso.*
Ficar é uma coisa que não tem sentimento nenhum. Agora, namorar é uma coisa séria. Tem mais respeito um com o outro.	*Ficar é um negócio assim, sem ser sério. Ficar do jeito que quiser. Já namorar é uma coisa assim, pra levar pra casa, pra rua. Quando está namorando, o pessoal já fica perguntado: “Vai casar quando? Eu quero comer bolo!” Eu já estou cansada disso.*
Eu acho que tem a diferença porque, no namoro, tem o respeito ao pai, à mãe da noiva, porque quando está namorando sério, realmente a gente sempre freqüenta a casa das meninas, então tem um certo respeito com ela, pelos pais, porque senão a confiança fica pouca. E ficar não, ficar ninguém está sabendo, os pais não estão sabendo, então eu acredito que o respeito seja bem menos.	*Namorar é namorar sério, depois de um mês o namorado vir pra casa, o namorado fica vindo pra casa, o pai fica sabendo. Agora ficar os pais não fica sabendo, fica pela rua mesmo.*
Se não ficar com uma menina, ela logo chama os meninos de ‘veados’. Eu acho que em outro lugar é diferente daqui, porque aqui, se a mulher quiser ficar com você e se você não quiser, no outro dia todo mundo sabe que você é fresco. Aqui já aconteceu isso comigo. Foi ontem, eu estava batendo uma bolinha, quando venho voltando, uma menina fez: “Vem cá. Posso lhe beijar?” Aí veio me beijar, aí eu disse: “Não, pare aí”. Aí chamaram eu de fresco.	*Tem mulher que é assim, ficar de hoje em dia é assim: pega um, beija, pega outro, beija. O que eu sei das meninas que são solteiras é assim. Chega na esquina fica com um, chega em outra, fica com outro e já está se beijando com outro, é assim. Quando termina a festa, já tem ficado com uns cinco.*
Namorar é o melhor. Namorar e ficar: eu namoro com uma menina aqui e fico com outras por aí, se surgir de repente. Daqui a pouco está namorando sério, freqüenta a casa dela, beijinho pra lá e beijinho pra cá, vai ter uma festa, ela fica em casa, acaba surgindo uma neguinha lá, o cabra fica com ela e por aí vai.	*Os rapazes preferem ficar. Depende da idade dos rapazes. Tem uns que são mais velhos já estavam procurando uma pessoa mais séria para casar. Esses mais novos só querem ficar mesmo.*

PARA ELES...	E PARA ELAS...
NAMORAR É UMA COISA SÉRIA”	
A gente chega lã, logo no começo, eu não conheço ela, e nem ela me conhece, aí a gente se apresenta. Se for rolar namoro sério, eu não sou homem, tenho que falar com os pais dela, saber se os pais cncordam, ou não concordam. Se concordar mesmo, aí você vai para a casa da sua namorada, sete horas, vem dez embora. Depende dos pais dela. Tem uns pais que é cheio de safadeza, outros è boa gente meso. Sério para casar, é assim. ## *Comecei a namorar uma menina da agrovila, aí quando foi a hora H que eu foi falar com a mãe dela, a mãe dela não aceitou. Aí eu fiquei namorando com ela escondido. Escondido, tipo assim, sentado no banco fora, longe da casa dela.* ## *Eu pedi a menina pra namorar, não pedí ao sogro; não vou namorar sogro! Se a menina quiser, eu freqüento a casa dela, mas não por causa do pai. Se não quiser dentro da casa, vai pra fora.* ## *Quando realmente a mulher direita impõe respeito, o namoro na casa dela, o cara quer provar que é uma coisa séria, e não se aproveitar e deixar para lá. Agor quando a mulher fica com outro, e já estã se beijando com outro, é assim. Quando termina a festa, já tem ficado com uns cinco.* ## *Os rapazes preferem ficar. Depende da idade dos rapazes. Tem unsa que são mais velhos, já estavam procurando uma pessoa mais séria para casar. Esses mais novos só querem ficar mesmo.*	*Pra mim, namorar é você levar seu namorado pra casa. Pelo menos, é uma questão de respeito, pra sua família também. È bom pra gente. Aqui, namorar escondida é ficar logo mal falada. Todo mundo falava de mim, porque eu era quietinha, namorava escondida.* ## *Todo mundo começou namorar escondido, com medo do pai e da mãe.,.. a gente começa, assim, a sua colega ela ajeita, por intermédio de outras pessoas.* ## As famílias tentam achar o homem certo. Se a filha prefere namorar determinado rapaz, a mãe diz que o rapaz não serve, dá ... conselhos, não é que ela tenta escolher, mas ela tenta encaminhar você para um caminho mais certo. A gente casa, casa errado, mas casa sabendo que é um erro. ## Os rapazes não querem só namorar, não, já querem namoro avançado. ## Se ele quer alguma coisa e ela não quer não vai fazer a pulso, o rapaz tem que respeitar. ## Se as meninas não procurar os homens, são tudo mole. Se eles não pedem, elas é que pedem eles. Em vez dos homens pedirem, elas pedem eles. Meu caso eu conheço. Ele me pediu em namoro, eu me aproximei dando uma de amiga, eu não falei assim... ## *Minha mãe, namorava por uma janelinha. ...era na sala, namorando meu pai e meu avô sentado com a lanterna. Naquele tempo gostava de faltar energia, então, ele já estava com a lanterna na mão. Se faltasse energia ele estava com a lanterna na mão. Se chegasse perto e pegasse na mão e ele visse, ele reclamava. Se agora fosse assim, eu duvidava eu ter casado! Hoje a mulher tem mais liberdade em casa e é melhor assim. Ela tem oportunidade de conversar e pode dizer o que gosta, o que não gosta. Antigamente, as mulheres eram como uma enxada: deitava na cama e o pai era quem escolhia o marido para a filha, a mulher era que nem escrava do homem, o pai escolhia aquela pessoa e dizia: “você vai casar com fulano” e era assim.*

✐ PALAVRAS DOS(AS) PESQUISADORES

Em vários momentos da história, a juventude tem sido associada a novos comportamentos tanto no que diz respeito a gostos, vestuário, música como às formas de relacionamento afetivo. Uma dessas novidades é o "ficar", que aparece na fala dos jovens como uma característica da sua geração.

O ficar incorpora em seu conceito algumas transformações das relações entre homens e mulheres (relações de gênero) e entre os jovens e suas famílias (relações de geração). No ficar, tanto o rapaz como a jovem tem a possibilidade de conhecer várias pessoas antes de optar por um relacionamento mais "sério". Isso é maior novidade para as mulheres, pois agora elas estão podendo demonstrar seu interesse por rapazes, inclusive no campo sexual. Nesse sentido, o ficar acompanha as transformações mais recentes da sociedade, que indicam uma maior igualdade nas relações entre homens e mulheres. Também reflete as mudanças na família. Entre pais e filhos, as relações são hoje menos autoritárias e mais negociadas, inclusive no que diz respeito às escolhas nos relacionamentos afetivos dos jovens.

Apesar dessas mudanças, a prática do "ficar" também traz consigo desigualdades de gênero. Em tese, rapazes e moças têm liberdade para ficar com quem quiserem mas, na verdade, as garotas que ficam com vários rapazes são muitas vezes julgadas como "fáceis" e não procuradas para namorar. Já os rapazes dispõem de maior liberdade de ação, embora essa liberdade também reflita uma expectativa social: eles não podem se negar a ficar com uma garota sem que isso coloque sua virilidade em dúvida.

Diferentemente do ficar, o namoro é visto, tradicionalmente, como a forma legítima de relação entre rapazes e moças. Mas o "velho namoro" também traz algumas inovações. A principal delas é que o casal tem mais liberdade nas escolhas e há mais intimidade no relacionamento. Isso, mais uma vez, está relacionado com uma maior cumplicidade entre pais e filhos: mais diálogo, mais confiança, relações mais democráticas no seio da família. Com as filhas, especialmente, os pais não são hoje tão rígidos como antigamente, embora ainda se espere das moças que continuem tendo um comportamento sexual mais recatado do que os rapazes.

Pela sua vez, os jovens costumam levar em consideração essa expectativa da família. No momento em que se assume o namoro, se assumem também novas regras que irão ser determinadas a partir de uma negociação entre o rapaz e a família da jovem. Os rapazes falam de respeito, de confiança, de seriedade, sempre com relação aos pais da garota. Nem todos concordam mas é a idéia que predomina. Para alguns jovens, partilhar com a família decisões a respeito do namoro é algo próprio do modo de vida das agrovilas, que não se encontraria mais nas grandes cidades. Em geral, essa característica é apresentada de forma positiva, mostrando que os jovens valorizam seu grupo social, mesmo sendo críticos em alguns momentos.

O QUE DIZEM OS JOVENS SOBRE...

CASAR, DESCASAR E TER FILHOS

Casar de papel passado já não é a regra. Na hora de constituir família, o que conta é a decisão de assumir uma união perante o grupo social. Os jovens se referiram ao "fugir" como uma das estratégias mais comuns de que lançam mão para ficarem juntos. Diante do "fato consumado", o grupo familiar, juntamente com o casal, busca soluções para não colocar em questão o respeito que a família tem diante da comunidade. O "fugir" é uma categoria própria da área rural.

A pressa é, segundo os jovens, um fator importante para explicar por que há tão poucos casamentos nas agrovilas. Pressa para morar juntos, mesmo sem ter uma situação financeira boa, um trabalho ou uma fonte de renda mais permanente, que são as exigências mais comuns para o casamento. Pressa para ficar mais tempo junto, mesmo quando os pais acham que ainda não chegou o momento ideal para dar esse passo. E pressa também para ter mais intimidade com a namorada ou o namorado, sem ter que esperar meses ou até anos a fio até poder ter relações sexuais com quem se está gostando.

Assim, falar em casamento significa também falar de como a gravidez pode influenciar a formação de uma família, de como os jovens lidam com o fato de serem pais e mães, do significado que os filhos trazem para suas vidas, enfim, das formas como dividem as responsabilidades no cuidado das crianças. Ao falarem dessas questões, os jovens terminaram introduzindo outros assuntos que também fazem parte das relações familiares: os desentendimentos, as brigas e até as separações.

PARA ELES...	E PARA ELAS...

"CASAR ENTROU EM EXTINÇÃO. HOJE É PEGOU, FUGIU!"

PARA ELES...

Casar aqui é raro. Essa palavra entrou em extinção aqui na agrovila, porque pegou na mão, juntou, vai embora. Hoje é pegou, fugiu. Se o pai e a mãe não permitir que a menina namore, o cara pega e leva pra casa. Casar é difícil.

Fugir é só o modo de falar, é tirar ela de dentro de casa. Só pra tirar uma dúvida... Se eu pegasse, ia com a minha namorada, ai fugisse, trouxesse ela pra minha casa, mesmo que não acontecesse nada, não fizesse nada com ela e trouxesse ela pra casa, aí no outro dia, o pai queria impor, tipo uma ordem: casar com ela.
Quando o rapaz e a moça querem se juntar e a família não deixa, eles fogem; geralmente para a casa dos pais do noivo.

A maioria dos cara se junta. Casar acontece também, só se for realmente uma moça de família, que está namorando sério, aí acontece, mas a maioria das vezes está só ficando, namorando, aí acontece da menina ficar grávida, aí tem que casar com aquela mesmo.

A idade pra casar depende com a pessoa que está namorando, se vai dar certo, e depende também de condições de vida, porque um casamento é muito mais sério de que um namoro, é responsabilidade, a pessoa não vai tirar uma moça da casa dos pais pra dar uma vida pior que ela já tem, tem que dar uma melhor. Não pode tirar a pessoa de casa e não ter o que oferecer...

Na minha opinião, a maioria dos casais mora na casa dos pais porque se juntam e não tem condições de arrumar uma casa, alugar uma casa ou comprar, aí vai pra os pais... Alguns que não têm condições, não têm trabalho fixo, trabalha de alugado, aí vai pra casa dos pais. Agora os outros que trabalham e têm condições, já têm um dinheiro guardado, procura fazer uma casa ou aluga uma casa e vai morar. Geralmente o rapaz leva as moça pra sua casa até quando venha dinheiro pra possuir sua própria casa pra morar com ela

E PARA ELAS...

É, porque é como se dissesse: se eu fugir, eu posso agora me casar. Agora, falar em casar... Os jovens se juntam, casam porque engravidaram, tem um ano de namoro... Aí não tem como ficar longe, não..

Porque hoje, o que leva todas as moças a fugir é porque os pais prendem demais, elas não sabem das coisas, acaba nisso, levando nos pensamentos do próprio namorado. Ela acha que o que ele diz está certo, ela acaba fugindo com ele. Se fosse uma coisa assim mais diferente, que fosse assim mais disputada, que tivesse mais diálogo entre esses jovens, entre os rapazes, isso não aconteceria. Acontecer até podia acontecer, mas seria em poucos casos.

Geralmente, a maioria dos casados eles se juntam só pelo sexo. Porque eles não imaginam que vai se ver todo dia, que vai ter brigas, que vai ter filhos, vai ter que criar uma família, educar filho, se eles pensam que só vai ter amor pra dar a eles, esquece de tudo.

Antigamente, quando casava comprava logo um ranchinho, qualquer casinha, porque a pessoa na casa de sogra, mora não sei quantos anos ou separa, não tem direito a nada, porque a casa não é dele, é da mãe dele, aí vai levar o quê? Pegue seus paninhos de bunda! Veja o que deu e o que não deu. Não tem direito a casa, não tem direito a nada.

PARA ELES...	E PARA ELAS...
"QUANDO ACONTECE DA MENINA ENGRAVIDAR..."	
Na maioria das vezes, quando acontece da menina engravidar, se o pai gostar da filha novinha, ou casa ou morre. Se o cara não for muito frouxo, não casa. Aí quando acontecer registra só, dá as coisas se quiser. Se ela não botar na justiça, é um problema, aí o cara tem que ter obrigação. Se o cara não trabalha em p... nenhuma, não faz nada na vida, como é que vai dar as coisas ao filho? Se acaso acontecer. Aí os pais diz logo: "é um lascado, deixa pra lá". É o que acontece aqui. - *Quando acontece da menina engravidar, eu acho que elas querem casar. Os pais de família primeiro vão ter um diálogo com a pessoa pra saber qual foi o motivo de fazer aquilo e conversando vão chegar a um determinado ponto: ou ele casa ou ele registra, pra não deixar assim...* - Na maioria das vezes o pai dela manda o cabra casar. Não é toda vez não; se o pai gostar do cara, ele vai conversar. Agora, se ele não for muito chegado ao cara, aí ele vai botar pra casar à força! - *Se acontecer comigo, a criança sendo meu, eu assumo. Um filho meu viver pelo mundo sabe lá criado por quem, passando até fome, precisando de um remédio... Se acontecer comigo, eu assumo. Agora ela, se for uma mulher de respeito a gente pode casar, morar junto, e assumo a criança e a mulher. Agora, se realmente já tiver sido de outro, assumo só a criança mesmo.*	*Quando ela engravida, alguns pais obrigam, o pai da moça obriga. Outros, quando ela chega pro namorado e diz "eu to grávida", ele diz: "tome, vá comprar remédio pra você abortar." Ou se não eles compram o remédio caseiro e assim: "tome e aborte que eu não quero, não". E outras que não querem abortar dizem aos pais e, então, os pais obrigam a casar. Outros nem casam porque o pai não quer assumir.* - O pai não deixa a filha dentro de casa: "Vá morar mais ele! Não quero você dentro de casa!" Aí, a mulher não tem mais aquela opção de ficar dentro de casa. Se o pai não quer mais, tem que pegar as coisas dela e morar com o namorado. Aí chega lá, mesmo o rapaz não querendo, mas a família do rapaz acolhe aquela pessoa dentro de casa, porque geralmente a família também não quer, mas porque o filho fez algum.... Porque eles se colocam no lugar: "se fosse minha filha, acontecesse com ela..." Aí a família do rapaz tem que aceitar. - Também tem aquela coisa: o homem tem que assumir suas responsabilidades, vai para a casa dele. Aí quando não dá certo e separa, a menina volta pra casa dos pais dela. Quando o pai e a mãe ajudam, acolhem a filha, ainda bem, mas quando o pai: "Não, vai embora", expulsa, vai morar aonde? Ah, ele não quer, aí a pessoa fica o que? No meio da rua, grávida.

PARA ELES...	E PARA ELAS...
"OS FILHOS SEMPRE FICAM COM AS MÃES"	
Em 90% dos casos, os filhos ficam mais sob os cuidados das mães. O pai se preocupa mais em trabalho, obter patrimônio para no futuro deixar pro seu filho, mas em termos de cuidar mesmo é a mãe. Se o pai gosta e quer assumir realmente essa criança, não deixa faltar seus mantimentos, seus alimentos, assistência no que precisar. *O pai tem que dar uma pensão pro filho. O pai tem que trabalhar pra arrumar alimento pro filho. A mãe faz o resto, dá banho, bota pra dormir, acorda de manhã, amanhece o dia, organiza.* *A mãe tem o dever de cuidar dele em casa, com doença, com cuidado, remédio, e o pai é mais trabalhando e no ponto se ele precisar de tratamento médico, ele ter como arcar com as despesas. Isso é a responsabilidade.!*	*Olhe, o meu marido, ele dá banho na menina, ele troca ela, ele brinca, ele faz tudo. A minha filha nunca foi de gostar da tia dela, nem da avó, sempre ela só quer ou a mãe ou o pai, aí ela fica mais o pai. Quando o pai, sai ela fica mais a mãe.* *Os filhos sempre ficam com as mães, os pais não têm muita responsabilidade, assim, com exceção de alguns. Tem alguns aqui que cuidam melhor do que as mães. Tem umas aqui que os filhos passam o dia na agrovila. Vai comer lá na minha casa, que as mães não fazem nada. Os meninos parece que passaram o dia todinho se passando pelo chão. Não tomam banho, aí eu os mando tomar banho que eles tão tudo sujo. Bom, eu acho, né.*
Tanto faz ser menino ou menina. A gente tem que ver os seus momentos mais difíceis, estudar, dar um conselho, na hora que precisar, chegar. Seu filho, quando você estiver mais velho, vai cuidar de você no futuro.	*– Eu prefiro menino.* *– Eu prefiro menina.* *– A mãe prefere menina porque tem mais o que ajeitar.* *– Os pais querem mais menino pra ficar se amostrando com o filho, levando ele pra passeio, e com a menina não pode fazer isso.* *– Os homens não querem menina porque tem medo que façam com ela o que ele faz com as outras.*
Criar filho homem e criar filha mulher tem diferença. Tem várias coisas que você não vai ensinar pra menina, com certeza. Você não vai ensinar a menina de brincar de carrinho, com certeza vai ensinar a ela respeitar as pessoas, respeitar o pai, a mãe, não vai ensinar palavrão, vai mandar fazer as coisas que realmente é pra uma menina fazer. E o menino vai ensinar as coisas que é de homem fazer. Quando é pequenininho vai brincar de carrinho. Eu acho que menino é diferente, o comportamento do menino e da menina. Se o pai estiver no meio dos amigos, no bar, com o filho e aí sai aquele palavrão, o menino já vai aprendendo; o pai não dá a mínima pra isso. Mas quando é a filha, daí é diferente... *O pai pode andar com ele o filho pra onde ele quiser, mostrar os puteiros. Com a filha mulher não, fica feio andar com a menina pro trabalho, viajar com uma filha mulher. Com o filho homem não, "vou ali em tal canto!", pega o menino pequeno e anda tudo.*	*– Os meninos são mais liberados.* *–Numa precisão, eu não acho nada de errado um homem ajudar em casa, numa precisão. Agora a mãe já criar um filho já fazendo coisas de casa, não dá certo, não. Agora, no caso de uma precisão...* *– Agora, ser criado igual a uma menina não é certo não.* *– As meninas ajudam a mãe em casa e os meninos na roça com o pai.* *– As meninas, a mãe ensina a trabalhar em casa. No caso da precisão, vai trabalhar na roça.*

PARA ELES... | E PARA ELAS...

“O QUE LEVA À SEPARAÇÃO É O CACHIBLEMA – CACHAÇA MISTURADA COM CHIFRES E PROBLEMA”

PARA ELES...

Eu acho que a maioria briga por alcoolismo mesmo, porque não tem sossego, com agressão com as mulheres, às vezes com o filho também..

O que separa são os comentários: “Fulana deve estar com outro”. Porque os casais agüentam até o último momento, agora o que eles não aceitam é a traição. Às vezes os homens mantêm o casamento, mas procuram uma mulher lá fora, né?
Mas tem homem que se separa e quando chega ali diz: “Ah, se separou porque ela tem outro”. Mas ela nem traiu, foi ele que traiu ela.

Raramente você encontra um homem fiel.

.

- Até as mulheres casadas traem. Na agrovila que eu moro já aconteceu isso, tem aquelas que troca os maridos por outros.
– Tem as mulheres que botam chifre no marido.
- Mas é mais feio. Os marido nem sabe e as mulher colocando ponta. Todo mundo sabe menos o marido... o cornão.
- Tem homem casado que é toda noite, de agrovila em agrovila, chega em casa duas, três horas da manhã bebo, todo dia, todo dia, aí a mulher tem que procurar outro homem, ai “corno!”... “Vou matar a mulher”. Ai, pronto, quer matar a mulher. Não dá as coisas à mulher e quer matar ela. Ppor que?

Briga de namorado é por coisa de ciúme, e de casado são vários motivos.

Briga de namorado, a maioria é assim: briga hoje, aí se rasgam, pronto, quando é no outro dia faz as pazes. Nos casamentos, qualquer briguinha tão se separando. Por causa de um prato, de não sei o que.

- Antigamente o povo segurava mais, mas hoje em dia qualquer coisa é uma separação.
– Mudou porque hoje está mais fácil de... A mulher agora tem mais facilidade de arrumar emprego, não depende do homem.

E PARA ELAS...

O que leva à separação é a cachaça, os chifres e os problemas, chamado “cachiblema” - cachaça misturada com chifres e problema por cima da cabeça. Aí separa, briga, cai fora, um pro lado e um pro outro.

Eu acho que é o ciúme a causa da separação, ou o homem que começa a brigar, aí começa a bater na mulher. A mulher faz uma coisa que o homem não gosta, ele quer sempre estar certo.

Acho que na maioria das vezes é o ciúme, aí é porrada na certa, porque mulher é um bicho ciumento. Tem um amigo meu que a mulher dele tinha muito ciúme. Ele ia jogar bola e saía com as mulheres, ela soube e cortou os pneus da bicicleta dele.

A mulher começa mais, porque a mulher é ciumenta demais, ciumenta com qualquer coisa.

A maioria dos caras que se separam aqui é por causa de traição. Tem cara que ainda releva aquilo, dá aquela discussão, mas tem aquele que é cabeça dura mesmo, que quando sabe de alguma coisa não quer mas viver com ela.

Quando o casal separa, o homem vai pra casa do pai. Se a mulher tem uma família que goste muito dela, ela vai pra casa da família. Mas sai mais o homem de casa. Se por acaso a mulher tiver filhos ele não vai mandar ela ir embora da casa com o filho, e ele sai.
Geralmente eles ou corre cada um pra casa de seus pais, ou então o homem, ele decidiu mesmo a separação que não tem volta, porque tem delas que a gente termina e fica sei lá, com o pensamento com raiva, mas com um pequeno pensamento de voltar, então se ele se separou realmente mesmo, ele deve providenciar a repartição de seus bens e cada um faz a sua vida.

– Porque antes a insegurança era muito grande, porque não tinha como sobreviver lá fora e a saída era ficar com ele. Hoje ela não é dependente daquela pessoa - *- Geralmente é assim: a mulher quer se separar, mas o homem não quer, aí fica assim, continua mantendo aquele casamento.* *–Eu acho que é o homem que quer se separar.* *– Eu acho que a mulher, porque eu conheço muito caso, o homem chega em casa, aí vai dar na mulher, quer bater na mulher.* *– Ai ela não agüenta mais. Ela vai tentando pra ele mudar, aí ele nunca muda, aí ela tem que achar um meio.*	*–Para não haver separação tem que ser bem calmos os dois, tanto o homem como a mulher, de cabeça fria e nenhum dos dois sejam muito atirados, obcecados de sexo, tem que se conscientizar que tem uma mulher, que vai fazer uma família, construir uma família a partir daquela mulher e pronto.* - *– Eu acredito que quem começa a briga sempre, na maioria dos casos, é a mulher, mas acredito também que, por uma parte, ela não ia chegar assim e começar uma confusão no meio da rua, perder a calma assim no meio do pessoal, por nenhum motivo. Tem aquele casal que a mulher dá um grito daqui e o cara responde mais alto, aí começa aquela confusão toda. Mas na maioria dos casos a confusão parte mais da mulher.* *– Eu acho que também é o homem. Um homem que chega bêbado, quer bater na mulher, começa por ele.*

✐ PALAVRAS DAS PESQUISADORAS

Casar, juntar, fugir. Seja como for, chega uma hora em que os jovens resolvem dividir algo mais do que sentimentos e bons momentos. Como disse uma das jovens: "O pessoal diz que a vida de solteiro é muito boa, mas ninguém quer ficar nela". Muitos são as formas, porém, de abandonar a condição de solteiro. Os jovens opinam que, hoje, as condições são menos favoráveis do que no tempo de seus pais – não têm um pedaço de terra para plantar, uma casa para morar. Isso torna mais difícil os casamentos se darem de forma tradicional. Nessas circunstâncias, os jovens se juntam, muitas vezes têm filhos, sem ter uma independência financeira. Casar não é, portanto, um assunto só de dois. Mesmo quando inicialmente seja contra a união, a família é um elemento chave na organização do novo núcleo doméstico.

Os jovens casais costumam se instalar na casa dos pais do rapaz. A escolha pela família dele está ligada a idéias e valores culturais tradicionais. Nas falas dos rapazes, apareceu várias vezes a norma de que eles devem ser os provedores da nova família. Quando não têm dinheiro suficiente para levar suas jovens esposas para uma casa própria, oferecem a da família para servir temporariamente de domicílio conjugal.

Uma circunstância que apressa o fim da vida de solteiro é a gravidez. Não sendo mais a única opção, o casamento ainda se impõe como a solução mais comum para esse tipo de situação. Mais uma vez, as famílias têm um papel importante, embora, acompanhando as transformações nas relações de autoridade, há mais espaço hoje para o diálogo e novos arranjos são possíveis.

Quando o assunto é criação de filhos, o discurso dos jovens aponta para uma maior participação paterna, mas ainda estão claramente delimitadas as esferas dos homens e das mulheres: elas são responsáveis pelos cuidados cotidianos e a educação em geral, enquanto cabe a eles o provimento da família. Criar filho homem e filha mulher faz diferença. A educação do menino se deseja mais livre e ligada ao espaço da rua; a da menina permanece associada à casa e é mais contida. Esses padrões tradicionais não são questionados pelos rapazes nem pelas moças.

Um aspecto que, segundo os jovens, torna diferentes os relacionamentos hoje e no tempo de seus pais é a maior incidência de separações entre os casais. Resultado, para eles, da falta de tolerância, de problemas como o alcoolismo e a traição (masculina e feminina) ou da imaturidade dos casais, as separações também parecem refletir mudanças na condição das mulheres: seu acesso ao mercado de trabalho. Quando acontece a separação, são as famílias que acolhem aqueles que se separaram, assumindo inclusive a criação dos filhos do casal.

Finalizando, mesmo que o processo de formar famílias demonstre uma autonomia dos jovens no que diz respeito a suas decisões (com quem e quando casar, que tipo de união, etc.), essa autonomia é muito negociada com as famílias. Nesse sentido, percebe-se que existe uma forte solidariedade entre as gerações e os grupos familiares, solidariedade que tem permitido que novas famílias se formem num cenário economicamente pouco favorável.

O QUE OS/AS JOVENS DIZEM SOBRE... SEXO

<table>
<tr><th>PARA ELES...</th><th>E PARA ELAS...</th></tr>
<tr><th colspan="2">"HOMEM PODE, MULHER NÃO"</th></tr>
<tr><td>
Se não ficar com uma menina ela logo chama os meninos de 'viados'. Eu acho que em outro lugar é diferente daqui, porque aqui se a mulher quiser ficar com você e se você não quiser no outro dia todo mundo sabe que você é fresco. Aqui já aconteceu isso comigo
O homem sempre é mais ousado, mais atirado, ele procura mais. No caso a mulher, quando elas tão a fim mesmo, elas querem, não tem dificuldade, elas querendo é fácil demais... quando ela se engraça, ela vai com sua cara mesmo, ela procura você', como você procura, é a mesma coisa!.
- -
Se uma mulher me procurar é na hora. Eu penso que ela tá certa de me procurar.
- -
...um rapaz pra fazer negócio, ela procura... porque tem vez que ela procura, se oferecendo, muita gente diz que ela é galinha.
. -
Se a mulher vem me procurar pra essas coisas, se ela for dessas, tiver um pouco de inteligência e experiência ficar se oferecendo a toa, da minha parte eu caio fora na hora, não dá tesão nenhum se ela se oferecer demais. Mas, em outro caso, se ela procura a gente é porque ela se sente bem em transar com aquela pessoa, porque ela transa com outras pessoas mas não sente quase nada, não sente o prazer que sente com você, comigo já aconteceu várias vezes esse tipo de coisa .
. -
Lá em Petrolândia tinha um cabra se engraçando pra meu lado, na festa do ano trazado... "dez conto, quer por dez conto? Que dez conto! Cinqüenta"... eu sabia que ele não queria mesmo. "Cinquenta é demais!" Sei não... um viado fraco, pobre, não tem dinheiro. Agora o rico em São Paulo, "tome mil real", ai vai. Eu pulava em cima, igual um gato do mato.
</td><td>
Aqueles homens tradicionais: "eu não gosto de mulher que vai atrás, né?" Isso é o que mais tem. Não porque, geralmente, eles julgam por isso, se vê é uma mulher que vai atrás de homem, ele já não quer. Ele já diz assim: "ela é oferecida, ela deu em cima", aí ele já não quer. É como se aquela mulher não servisse para ele.
- -
A mulher da rua pode ser aquela depravada, que ele quer, mas a mulher dele tem que ser boazinha, certinha.
Aqui é o machismo ainda, os homens fazem o que quer e a mulher dentro de casa. A gente que é mulher, tem que saber o que faz porque senão vai ficar falada, principalmente aqui em cidade pequena.
- -
É porque ainda prevalece o machismo. É porque os homens eles sempre têm razão. A mulher, não tem que esperar que ele mande ela fazer, só pra fazer do jeito dele (risos).
##
... nem um homem gosta de conversar com mulher. Tem coisa que é só de mulheres.
- -
Por que os homens agem diferente, porque eles têm um conceito diferente,então nunca dá certo um homem com uma mulher, às vezes eu quero falar com meu namorado, eu tenho medo de falar uma coisa errada, aí eu fico calada.
##
...há muitas meninas se acabando querendo os homens a pulso. "Se não ficar comigo você é viado"... Se ele é comprometido e se ele dizer "eu amo muito a minha esposa, minha namorada e não posso sair", aí dizem: "eu fiquei com ele e era viado". A mulher sabe que ele não é viado
##
- -
Tem menos homens, tem uma cambada que ta virando homossexual...
</td></tr>
</table>

PARA ELES...	E PARA ELAS...

"CONVERSANDO SOBRE PRAZER"

PARA ELES...

Da minha parte, vai depender da vontade, do ritmo da mulher, que tem delas que vai pra uma festa pra se divertir mesmo, então com essas o rock é dançar, ficar, namorar, simplesmente. Mas aconteceu, já, várias que gosta mesmo de fazer relações sexuais e rola, às vezes acontece.
... porque tem mulher que é ali parada , ela tem que se mexer. Tem que ser quente! Gemer, dá prazer ao cara.

- -

Chupar, eu acho que isso não tá certo não. O cara chupar ela, quer dizer os dois. Eu acho que tem cara que faz isso.

Eu tive essa experiência, a mulher fazer ... chupando, é uma sensação muito boa!

- -

...o homem só fala em cachaça, fuder, mulher ...mulher não fala nada disso, ela só fala em cozinhar.
##
...o homem tem mais necessidade que a mulher, a mulher só pensa em estudar, falar da vida alheia.
##
O homem tem essa coisa de dizer "sou mais potente", porque o homem quando tá na sua idade dos quatorze anos a punheta já deu nele, ai não deixa passar nada, e a mulher não tem essas coisas.

- -

oh, se não!. Porque geralmente a gente quando tem essa idade não tem coragem de procurar uma mulher, é bem difícil mesmo, ser criança, timidez, uma vez o amigo disse que ia levar a gente pra ter com mulher, mas a gente fica com vergonha ai tem que se fazer na mão mesmo. Eu tenho muitos pecados, mas não deu vontade.
Só acontece quando o cara tá com seus quatorze anos pra os dezesseis, um período que você passa que eu não sei como o homem resiste tanto, não sei como o rapaz não se esgota, não se acaba na punheta, é todo dia duas, três, duas, três.

E PARA ELAS...

Não é toda hora que a pessoa quer fazer amor, acho bom fazer isso com vontade, que dá mais prazer, não dá pra dizer para ele que eu vou ficar só... na maioria das vezes o homem sempre sente mais prazer, principalmente no orgasmo, pelo o que eu leio, pelo o que escuto, aí a gente se torna assim, uma transa, uma sexualidade, ali pronto é só pra satisfazer a ele, e a gente?

- -

Eu tenho, depende da mulher, tem muitas que sabem dizer o que ela quer e outras, não sabe, tem vergonha, fica logo pensando que é sem vergonha. Eu não tenho não. Fica na frente do meu marido assim, eu não tenho não, de jeito nenhum, agora ficar na frente de outra pessoa que não seja ele, de jeito nenhum, não passa nem na minha cabeça.

- -

Quando eu leio, eu acho que os homens só acham que é com penetração, mas assim, um local que você consegue até sentir prazer é até no pulso, pegando numa parte do corpo que você nem imaginava, nos seios, nos lábios, pegou nas suas pernas, nas suas costas, o contato que você nem espera. Pois eu sinto alguma coisa não é nem nos meus seios, no meu bumbum, mas você sabe, é no pescoço, aí no pescoço pode ser de qualquer pessoa né? Só é botar o dedo aqui que eu me arrepio todinha....Não é você ser usada, você tem que ter aquela ousadia, chegar e falar, no sexo, eu peço, faz alguma palavra, algum gesto. Até o pé, se ele pegar no seu pé, você sente. Se uma pessoa chegar pra você e você já tiver naquela vontade, basta só pegar na perna. Eu sou assim, até nisso aqui da perna, aqui (gesticula), eu sinto. Tem que saber, se o homem for inteligente ele sabe como segurar a mulher, não existe só uma maneira, né?

- -

O homem se satisfaz com muito pouca coisa, só é a gente passou a mão nele e ta pronto. Chega fica assim, ligadão. Ele já tummmmm.

- ▪

- *Vaca, ovelha, na idade quatorze anos não passava nada não.* *Jegue é o mais escolhido. Tem um jegue que o cara passa a mão nos quartos dela e ela tremia.* *O carinho, bem safada digamos, se for feia, a diferença de você transar com a jegue é bem pouquinha, não tem carinho nenhum. É bom mulher bem safada, fique mordendo o cara, fungando.* *Para mim as mulheres gostam que o cara tenha um pau grande* *... acho que as mulheres não querem que o cara goze rápido, quer que demore, que se satisfazer também, porque no caso o homem goza rápido e só ele sente prazer e no caso ela fica na vontade...* .	*... Olha, eu vou dizer uma coisa, quando uma mulher passa mais de 15 dias sem ter relação com o marido, a não ser que ela esteja doente, é porque ali não vai esperar outra coisa não, ela tem outro.*

PARA ELES...	**E PARA ELAS...**
"A PRIMEIRA RELAÇAO SEXUAL"	
Eu conheci um cara que ele disse que não gostou da primeira vez não: "é ruim demais a primeira vez, corta tudo no cabra", ele disse que se arrependeu de ter feito a primeira vez. - *Se com a namorada o cara não pode... um namoro sério não pode, ai tem que ir fora mesmo, encontrar pessoas por esporte...* - *Quer dizer que lugar assim como Brasília, Recife, esse negócio de mulher virgem, assim não tem nada haver, qualquer pessoa pode tomar partido, mas só que aqui é diferente. Se namorar com uma menina virgem e acontecer alguma coisa tudo é resolvido na bala..*	*Muitas eu acredito, muitas não, algumas, em vez de fazer, se guardam muito por causa dos pais. Ficam com medo...*

E PARA ELAS...
"TRAIÇAO, CIUME"

...mas no dia que eu chegar a trair ele, eu to ferrada, ninguém me dá apoio, não é não? Porque pra ele mesmo todo mundo dá.

Muitas mulheres falam assim: ele me traiu, eu vou trair ele. Só que uma mulher namorar com outro homem, o povo logo diz: "oh, é safada". Acontece que a mulher é submissa ao homem, tem delas que conquistou espaço, mas em lugar pequeno é assim, só dá pra ignorância. Bom, eu acho que assim, eles dão ousadia à mulher arrumar outro homem.

Eu tenho uma amiga minha que foi trocada, o marido dela deixou ela por um homem.

A mulher às vezes nem briga nem faz nada e ele com outra.

As mulheres que não sentem prazer na relação com os maridos, muitas vezes elas procuram outro fora de casa pra sentir prazer, porque elas não sentem orgasmo, aí elas traem o marido por causa disso, porque elas não sentem prazer com o marido e vão procurar outros para poderem sentir prazer.

Até as mulheres casadas traem.Na agrovila que eu moro já aconteceu isso, tem aquelas que trocam os maridos dos outros.

Assim, a mulher que trair apanha, aí o homem pode trair as mulher a torta e a direita.

Às vezes a mulher até gosta, mas a covardia que ele faz com ela também acontece, como aconteceu com uma mulher que gostava do marido, mas ele judiava dela, maltratava, não dava as coisas a ela. Aí ela botava ponta nele com outro homem que ajudava ela.

Não eu conheço uma menina, uma mulher casada, mora na agrovila não, mora na rua, que o marido dela é muito bom pra ela. Dá as coisa a ela, pra menina dela. Agora fica traindo ele com outro, agora eu tenho raiva dela, dá vontade de dizer ao marido dela. Eu acho que isso aí é coisa de mulher safada.

Eu tenho um problema danado, vou pra festa, chego lá, só tenho raiva. Nem dança. Aí começa a beber, também, aí fica sem graça. Não pode dançar com ninguém porque ele é ciumento até de mais! Uma vez eu tava na festa queria dançar com o primo dele, aí ele ficou com ciúmes de mim. Da minha parte, vai depender da vontade, do ritmo da mulher, que tem delas que vai pra uma festa pra se divertir mesmo, então com essas o rock é dançar, ficar, namorar, simplesmente. Mas aconteceu, já, várias que gosta mesmo de fazer relações sexuais e rola, às vezes acontece.

🖉 PALAVRAS DOS(AS) PESQUISADORES

Homens e mulheres reconhecem dois tipos de mulheres, aquelas com as quais as práticas sexuais são livres e variadas (as "depravadas") e as consideradas "direitas", com elas as práticas sexuais tendem a ser mais limitadas. A sexualidade define caráter e honra, expressando poder masculino. Decidir casar ou ter filhos com uma mulher está relacionado ao julgamento do seu comportamento sexual.

O homossexual também não é bem visto, sendo usado como referência negativa por homens e mulheres, validando preconceitos e discriminações. Um homem que não está sempre disponível a se relacionar sexualmente com uma mulher pode ser identificado como homossexual, pois causa um grande espanto nas mulheres quando os homens as negam e rejeitam, passando estas a duvidar da sua virilidade. Um homem deve estar sempre bem-disposto sexualmente. Por outro lado, transar com um homossexual, especialmente visando alguma vantagem financeira, não parece ferir a virilidade, para alguns dos jovens.

Tanto no caso dos homens quanto no das mulheres, a sociedade tenta impor um padrão de comportamento sexual que está marcado por desigualdades de poder entre homens e mulheres, homens e homens, mulheres e mulheres. Essas desigualdades, baseadas em diversos modos de repressão sexual, são fontes de injustiças, violando o direito que todo ser humano tem a exercer livremente sua sexualidade e prejudicando a prevenção a doenças sexualmente transmissíveis ou à gravidez indesejada.

Um dos aspectos relevantes da opinião masculina é o fato de não gostar da passividade da mulher na cama e, ao mesmo tempo, recriminar às mulheres que demonstram a vontade de transar, tomando uma postura ativa, revelando o quanto é difícil avaliar os limites necessárias para qUe uma mulher seja respeitada. Na fala das mulheres, elas não se e¡sentem tão disponíveis para o sexo quanto os homens, mas, na fala dos homens, há mulheres que demonstram a mesma disponibilidade que eles.

A preocupação masculina com o prazer e as suas formas de obtenção parece bem maior que a feminina. O homem está mais disponível ao sexo que a mulher, considera a virilidade fundamental para a sua identidade e possui critérios para escolher as mulheres com as quais quer transar. A mulher, entretanto, acha que é muito fácil satisfazer os desejos masculinos, pois não há tantos critérios ou exigências quanto os femininos. Os homens mostram, ainda, dificuldade em assumir a

postura de procura ativa de uma parceira, quando começa a adolescência muitos preferem iniciar a sua vida sexual com animais e/ou praticar a masturbação.

A valorização da virilidade e satisfação sexual da parceira são preocupações constantes e fazem aflorar os temas da ejaculação precoce e do tamanho do pênis. No ato sexual, existem posições sexuais que os homens podem fazer e a mulher não, existem práticas nas quais os rapazes não se preocupam com o prazer das parceiras.

A virgindade feminina é importante para todos os jovens, há pressão social, principalmente dos pais da jovem para que ela se case virgem. Os rapazes temem tirar a virgindade de uma namorada e sentem dificuldades na primeira relação sexual. A valorização da virgindade faz com que eles tenham relações sexuais com outras mulheres, quando possuem compromisso de namoro com uma virgem.

A traição acontece, tanto do lado feminino, quanto do masculino, mas os homens não se mobilizaram para falar sobre o assunto. Parece haver uma preocupação maior das mulheres com a traição. Homens e mulheres traem por motivos variados, mas as conseqüências de uma traição são piores para as mulheres, elas são recriminadas e difamadas quando o assunto vem à tona. Para os homens há maior tolerância em relação a tais práticas. Isso evidencia uma desigualdade de poder entre homens e mulheres, na qual as mulheres levam desvantagem. O ciúme foi pouco enfatizado, mas aparece como um dos motivos de traição.

Cuidados, Saúde e Doenças.

Na vida cotidiana uma das preocupações dos agricultores reassentados é lidar com a saúde. Os problemas de saúde enfrentados por eles geram demandas que precisam ser respondidas com ações próprias, com a ajuda de outras pessoas com conhecimentos especiais e com a procura de serviços de saúde oferecidos pelo governo e por entidade particulares. Diferentes problemas de saúde ocorrem quando se fala do que acomete todo mundo, quando se pensa o que resulta da própria atividade de trabalho em lotes irrigados, quando se pensa na saúde reprodutiva, e isto redunda em avaliações diferentes da eficácia das ações tomadas. Aqui demonstra o que os reassentados jovens, mulheres e homens, fazem para cuidar da saúde e da doença.

1. Doenças e Demandas de Saúde

PARA ELES...	E PARA ELAS...
Da saúde em geral	
As vezes dor de cabeça. *No caso eu procuro por causa da garganta, eu sofro da garganta, mas outras coisas não.* *Uma saúde regular. Nem muito ruim nem também 100%. Porque eu acredito que as pessoas do campo é mais... no mato, praticamente no mato posso dizer, são pessoas mais pobres que não frequenta... vamos dizer, dentista, plano de saúde... não tem condições de fazer plano de saúde.* *Eu penso que assim, não tem essas doenças de matar ninguém não... é mais gripe e gripe não mata ninguém não.* *Eu acho que as pessoas procura... acidentes pra pontilhar, digamos, coceiras também que o povo sente... disse que é da água do rio quando o rio enche, quando baixa muito o rio aqui, passa bastante tempo sem chover. É Nordeste né, ai cria muito mato naquela área onde o rio baixou. Aí quando ele enche cobre todo aquele mato ai apodrece tudo. O povo se queixa que dá muita coceira, ai procura pra fazer uma consulta, buscar remédio, essas coisas*	*O maior é a hipertensão, e diabetes, Problemas nas crianças, gripe. Gripe é o que todo mundo tem. Febre.* *Teve um tempo que era dengue.* *Só rico assim, que percebe, que toma muita vitamina C (risos).* *Olhe, eu não vou dizer que ele é de cachaça, porque ele não é não, que as vezes ele não tem nem bebido nem nada, quando toma uma injeção, passa a metade da noite lá, dependendo da hora que acontecer isso, né? Aí volta para casa e fica bonzinho, aí a irmã dele vai e tira uma ficha para ele, aí vai o que, vai perder o sono, porque ela vai pegar a ficha e ele não vai se consultar porque já tava bom. Ta vendo que ele não liga, não liga não. Ele tem vergonha quando chega lá.*

PARA ELES...	E PARA ELAS...
Com a Intoxicação	
[A intoxicação provoca] tontura, febre, vômito, dor de cabeça, quase os sintomas da dengue, dor no corpo *Fizeram uns exames ai, tiraram sangue do pessoal pra fazer, mas os exames que fizeram eu acredito que não deu muito certo não, e quanto aos problemas tinha mais antes, porque abriu aqui no projeto era mais legumes, feijão, uma coisa que requer muito veneno, ai acontecia... aconteceu vários casos mas agora mudou o plantio, coqueiro, fruteira, ai é difícil* *– Higiene primeiramente, lavar os alimentos, pra tirar qualquer resíduo de veneno, tomar um bom banho, lavar sempre a mão porque pega em veneno. Meu irmão tem uma roça ai nós plantamos melancia, ai... pra envenenar, nós plantando e fazendo as covas, e nós plantamos, agora mesmo estamos emburacando nas covas na bomba, ai bomba derramava nas costas dele... não apertava a tampa direito, derramou nas costas dele, ai ele depois pegava em veneno e melou as mãos e tudo, ai quando foi almoçar ou foi tomar café, eu disse "vai lavar as mãos não?", ele disse "oxê , tem nada não", com pouco, [ele estava] trambecando, com a vista escurecendo, querendo vomitar e tremendo*	*Lá na Agrovila delas mesmo eu fiquei sabendo de 2, 3 casos, tem uma vizinha minha que logo no começo, ela morreu , e dizem que ela tomou remédio ai morreu envenenada. Teve uma mulher que engravidou, ele era casado e ela engravidou desse homem aí tomou veneno, só que ela tomou uma dose acima da média, porque se ela botasse pouco veneno ela não morria, Se tomar muito veneno não morre, só morre se tomar pouquinho, aí ela não teve nada. Só que ninguém sabe o que vai aparecer daqui para frente.* *Assim tem um homem que teve um problema de saúde ... ele morava sozinho e ele comia, desses homens mais simples. Aí plantava na roça e tem um latão de agrotóxico. Aí abriu a lata e fazia cocô na lata, aí parece que entrou pelo ânus dele, aí ele morreu.*

PARA ELES... | **E PARA ELAS...**

A SAÚDE REPRODUTIVA E A PREVENÇÃO

Só camisinha mesmo. A pessoa se prevenir com camisinha pra evitar a gravidez da moça.

Muita gente toma remédio que eu não sei o nome. As vezes muita gente toma remédio de mato.

Evitar filho primeiro tem que pensar no que vai fazer, porque eu acho que se deixar pra pensar na hora, eu acho que... mesmo que a pessoa teja com o preservativo no bolso, mas na hora... se for pensar em fazer aquilo na hora não faz.

Eu penso que pode sem camisinha, com aquela pessoa que você é mais intimo dela, que você viu que ela não transou com alguém, assim , efetivo

Nesse caso é isso, você faz ... com a neguinha ali e tal, tem que tomar o maior cuidado porque eu não quero assumir responsabilidade agora

No homem tem a vasectomia, tem a camisinha e pra mulher tem a operação que ela faz, o DIU, tem o diafragma e tem o anticoncepcional.

" Foi gonorréia, é colega meu e inclusive ele veio até tomar um dinheiro emprestado a mim que ele tava sem dinheiro pra poder comprar uma injeção na farmácia. Ai eu emprestei. Eu vi, ele me mostrou com era" (...) Digamos, o pênis fica como se estivesse gozando, saindo pus, feito um esperma saindo"

Comigo aconteceu com uma menina da cidade e ela teve dois abortos. Sem a gente querer porque, a gente transava porque a

Eu mesmo quando casei eu tava tomando um anticoncepcional e não tava me dando sabe? Ficava tonta se não tivesse alguém para me segurar eu caía aí eu fui no médico aí mudei né? Parei, to usando camisinha agora to tomando remédio de novo.

Se eles são inteligentes e têm responsabilidade vão usar, mas se não a mulher que se cuide ou ela toma pílula ou não faz mais nada. pensa mesmo.

Comprimido e camisinha. Pra pegar lá no hospital que eles dão. Assim, tem que procurar, ninguém vai na sua casa e diz: "tome, é camisinha".

O meu (companheiro) tem vergonha de conversar até comigo. Na hora de conversar a gente... ave!

O povo só se previne quando está acontecendo, depois que ataca mais pessoas que quando pegam a doença, que estão doentes é que vão tentar se prevenir mais.

Dizem que transar com camisinha é o mesmo que chupar bala com um papel

Eles (os homens) se preocupam mais com o prazer, sabe?

Lá no Sesc/Sesi eles dão uma fichinha assim, eles entregam hoje aí daqui há um mês eles marcam para vir entregar de novo, pra qualquer pessoa, eles dão uma quantidade e com um mês vai pegar mais. É nove por mês, no outro mês pode ir pegar mais, aí se a pessoa ainda tiver

Bom, ela tomou a cabacinha com limão ,é uma cabacinha, pronto!

Quando fui à clínica com o pai da minha menina, o médico perguntou se eu queria fazer um aborto, eu disse não: se eu vim ao mundo minha filha também tem o direito de vim. Ele disse "pois ta bom".

Em farmácia geralmente é o namorado, ele chega, compra e daí ela toma e aborta o menino. Não encontra alguém pra dar conselho, mas, pra fazer o mal. Arranja raiz de todo jeito, pode fazer um mal a pessoa. Aqui bem pertinho da agrovila ela disse

gente gostava daquele momento, mas ela não queria porque ela tem uma filha. No caso eu pensei que ela fosse se prevenir mais na hora, mas não, ela engravidava até no vento, a mulher. Foi duas vezes ai eu cai fora, não aguentei não. Eu não queria ter filho ai ela abortou sem eu tá por perto. Eu não tinha vontade de me casar com ela. No caso a gente providenciou cytotec.	*'tive que ter dinheiro pra abortar minha filha'. Ta com quatro meses, não to nem aí, tem que ter condição de criar um filho, aqui tem uma mulher casada disse a mim que aborta...* *eu nunca transei, nunca engravidei, nunca abortei, mas eu sei, eu vejo as meninas que faz isso." Aí ela falou: "tomei cabacinha com limão". A enfermeira ficou assim olhando pra ela (risos). Não, não é pra responder, vamo responder a verdade.*
Na minha agrovila eu acho que a maioria abortam os filhos, os pais não quer assumir e elas não tem condições de assumir uma criança sozinha ai aborta	*Tem. Depende, se a pessoa falar qualquer médico faz o aborto. Tem gente que sabe que é pra um aborto. E particular faz, qualquer pessoa.* *É a maioria dos abortos aqui, é provocado assim através de raízes de planta. Vão na mata, cortam...*
Tem delas usam remédio do mato, cabacinha, faz o chá e toma, só toma um ai aborta. Com um mês ou dois ... *Quando acontece um aborto é porque a pessoa quer abortar mesmo.* *Na hora tem delas que... a aids não, é gonorréia, sífilis, dá mal cheiro e corrimento, agora a AIDS não tem como detectar*	*(...) Uma menina foi no hospital a semana passada aí um rapaz perguntou: "será eu estou com AIDS?" Eu nunca fiz o exame aí disse "eu não sou casada, só sou noiva". Só pode ter AIDS se for casada? Eu perguntei. Ela disse: não. Eu disse a ela que tem várias maneiras de pegar AIDS,, ela "mentira!". Aí disse ela: "tu tais junta né?" Ela disse "não". Aí ela não tem filho. Disse logo "teu namorado, tem contato", não é? Eu disse: "Vixe como ela é direta" (risos) fica pensando que a gente já fez alguma coisa. Aí ela disse: "agora vou me cuidar mais". Eu disse: "veja bem!".*
Teve uma mulher ai no Mandante no bloco 4 que morreu de AIDS. Ela foi embora e deixou trinta caras comAIDS.	*Eu tinha medo de fazer o preventivo, eu tinha tanto medo de fazer, depois que eu fiz vou fazer de novo (risos).*
O sintoma da sífilis é criar as verruguinhas no pênis, e a gonorréia escorrimento. O cara transar com uma nega sem usar preservativo [dá] escorrimento, e a crista de galo cria uns courinhos pendurado só que é maior do que a sífilis, e a AIDS eu não sei não	*O preventivo faz no ônibus também.* *O medo que a mulher tem de fazer, não é de fazer, é do resultado. Muitas mulheres não querem fazer por causa do risco.* *(...) Eu tinha medo de fazer o preventivo. Tem mulheres que não cuidam da saúde porque o marido não deixa, também tem isso. Muitos não querem que a mulher vá para o médico, eles pensam assim que a gente vai mostrar aos homens, aí eles pensam que os homens ficam desejando a gente, é desse jeito que eles pensam na cabecinha deles. Eu não vou dizer que é só o meu marido que não é não, são muitos aqui. ... Eu tenho vergonha com outra mulher. Ah, não, com mulher eu não tenho. Eu tenho vergonha de ir assim, com um homem, não é nem por causa dele, é por causa de mim mesmo. Eu fiquei logo nervosa quando fui fazer o preventivo*

2. Os serviços de Saúde

PARA ELES...	E PARA ELAS...

Articulando Processos Terapêuticas Tradicionais e Biomédicos	
Toda vez que eu adoeço minha vó faz um remédio lá com um bocado de folha, ai eu tomo fico bom, e vou pro canal jogar bola, ai tô doente de novo ela faz chá de romã, capim santo, essas coisas, pra gripe, pra febre, pra tosse. *Chá, depois chá, chá. Chá de cidreira, chá de hortelã. Chá de hortelã misturado com alho é pra gripe, chá de limão ... pra dor de cabeça. Pra dá mais sono, chá de casca de laranja, capim santo, cidreira. Tá nervoso, maracujazinho...* *Quando eu tô gripado com febre, tomo chá de eucalipto e açúcar, pra tirar o catarro dos brônquios. Um negócio mais sério uma dor no peito, nas costelas vou pra o médico.* *Tenho sinusite. Dá dor de cabeça, posso tomar qualquer remédio. Se eu tomar a dipirona, pára; se tomar esses outro remédio não pára.* *Pra gripe também tem a raspa da bananeira é bom, com o olho da pinha, mistura tudo...* *Eu mesmo passo pião... Quando eu sinto a dor dente ... no mato tem uma planta chamado pião, quebrava e deixava, passava, pronto. Água e sal também.* *Eu já fui sim com problema na garganta ai não fiz consulta com médico nenhum não, fui diretamente na farmácia indicado por colegas.* *[O farmacêutico] sabe todos os sintomas do corpo humano, se a pessoa sentir qualquer coisa diz ele "ah, já sei, tome esse remédio aqui que você vai ficar bom", e fica.* *Tem uma mulher na minha agrovila que brincando de bola ai o cabra chutou uma pra mim e disse: "não comeu hoje não?", eu fui rebater, mas ai dismintiu aqui, ai meio dia eu tomei banho fui lá na rezadeira ela botou uns cacos em cima e apertando e eu "ai meu deus vai piorar".... eu pensando comigo, ai ela com força e mandou eu dizer uns dizer lá, no outro dia amanheceu desinchado*	*Chá caseiro. A pessoa pode ir ao médico, aí ele pergunta: faça um chazinho disso, daquilo.* *Tive uma dor no pé da barriga, passa um banho, iodo, assim de mato caseiro: aroeiras, cajueiro, fazem o banho. Em todo lugar, de casca, quando tem um ferimento simples só procuro remédio caseiro e tem doença que a pessoa pode curar em casa mesmo, uma doença passageira. Tem doença, por exemplo, tava com uma ferida no útero, fiz várias queimagens e não sarou. Ela disse: seja o que Deus quiser, fez um remédio assim de pau, assim aroeira, casca, um bocado de remédio assim junto, cozinhada.* *Aí o médico lá na clínica passou o remédio, aí comecei a tomar, tava me sentindo melhor, só que tava assim demorando muito, aí a vizinha assim, ela falou que mastruz com leite é muito bom, aí eu tomei e com dois dias que eu tava tomando já me sentia melhor, do que tava tomando remédio da clínica.* *Ela chegou lá em casa, aí dona Maria viu logo, ela disse que isso que tu tens é inflamação, foi, vomitava sangue, ah, tinha tanta coisa, aí ela disse: você tem isso, aí eu disse: é o médico disse que é. Não tome mais esse remédio não, tome esse, confie em mim. Ela disse até assim, aí eu tomei e fiquei boa, graças a Deus, eu disse a ela, hoje eu to viva. (risos). Mas, é, porque Deus foi quem mandou ela lá, tava me sentindo tão mal. Ele foi primeiro, por ter mandado ela e ela foi lá em casa ".* *(...) Vai passando de pai, de mãe para filho. Eu não vou dizer que sei fazer, mas quando eu chego perto de mãe, eu digo: mãe [é, todas] faz assim lambedor pra criança não ficar tossindo muito. Na nossa paróquia está tendo assim, mulheres, sabe? Com trabalhos voluntários, pessoas pra trabalhar com criança, fazendo remédio caseiro aqui. É só fazendo remédio caseiro pra criança desnutrida. Agora tem um remédio que os homens passam vendendo nas casas, (risos), e assim que eu comprei uma vez, aí ele foi vender uma outra vez, não serviu não. [mas eu já comprei esse remédio], mas da resultado, nada.*

3. Serviços de Saúde Formais

PARA ELES...	**E PARA ELAS...**

Articulando Processos Terapêuticos Tradicionais e Biomédicos

PARA ELES...

No começo quando começou a construir o hospital novo, antes era mais difícil, o atendimento era péssimo, mas agora tem mais médicos. Foi contratando mais pessoas, o atendimento está melhor, chega lá você é bem atendido.

Na minha parte deveria ser... pra estrutura que ele tem, deveria ser um hospital que freqüentasse mais médico. O prefeito trouxesse mais médico especialista, porque a gente não pode quebrar um braço aqui, tem que ir pra Recife, um prédio tão bonito, tão caro

Eu acho que tem coisa que a pessoa não sabe, o básico mesmo, raio X, pra fazer a ultra-sonografia acho que tem ai, ou tem que fazer em Paulo Afonso, tem esses médicos assim.. mas... tem pediatra também. Tem vários mas não lembro o nome de todos, assim, como o rapaz terminou de falar ai, tipo quando quebra um braço, uma coisa mais séria. Tem que ir pra Recife. Aí é mais as coisas mais simples.

Eu acho que porque demora. Eu acredito pelo menos em termos de saúde, porque eu acho que se você tem um problema sério não dá pra esperar, as vezes dá, eles são devagar demais, arquivam aquilo lá e passa os tempos, e você precisando daquilo, que nem um rapaz que marcou a operação, ele já com uma hérnia pra operar.... precisando operar o mais depressa possível, quando foram marcar a operação dele marcaram pra quarenta e cinco dias. É uma coisa errada, pra mim a demora é o ponto principal...

Das vezes que eu fui foi no pronto socorro, se for urgente no pronto socorro é atendido, é bom o atendimento, mas se for pra pegar uma ficha para consultar ai é péssimo.

Eu já fui e esperei lá de três horas até cinco e meia e não consegui ai fui embora e nunca mais voltei lá. Ai pagou uma consulta na clinica de Marcelo.

Eu fui uma vez pra tirar uns raios-X da minha cabeça que eu tenho um sinal, e não teve

E PARA ELAS...

Agora que melhorou um pouquinho. Foi instalado um ônibus que faz visita aqui, ali, no Brejinho e tem um posto também. Mas mesmo assim quando está na urgência temque acordar de madrugada a gente doente. Tem que ir para o outro lado, lá do outro lado pegar uma ficha ou então paga a alguém.

Agora é assim: quando tem um caso bota para Petrolândia, depois fica apelando quando o carro vai pro Recife. Tem vezes assim, vai no meio do caminho o doente tão ruim que acaba morrendo, Tem que chegar lá e voltar.

Tem, mas é mesmo que não ter. A assistente de saúde antigamente sempre ia fazer o trabalho, mas hoje é muito difícil, só vai de oito em oito dias, só vai quando está afim.

Ela só vem quando o ônibus do sábado vem e somente para tirar a ficha do povo, porque para visitar nas casas ela não vem não.

Não, mas o problema é aqui, quando uma pessoa é sobrecarregada ela não vai fazer nada, só que ela tem a capacidade de ir às duas agrovilas, nem que ela dois dias vá para uma e dois dias para a outra..
Bom, aqui precisa de mais informação para a agrovila.

O defeito do agente de saúde daqui,É porque quando tem uma coisa, que é para pesar uma criança, que tem uma vacina ela não avisa em toda casa, avisa em algumas casas... Mas também a gente não vamos culpar só ela, por que eu acho que a Prefeitura tinha dinheiro muito bem pra pagar agente de saúde e ficar um lá e um aqui.

Por exemplo, tivesse mais um médico que pudesse andar mais, umas duas vezes na semana aqui, não é? Porque só tem uma vez na semana. Aqui pelo menos é assim: se ele passa o exame hoje e chegar com oito dias o exame, só vem tal dia, passa um dia antes para ver se chegou. Na rua, no pronto-socorro também tem médico, porque a gente chega no hospital seis horas da tarde, vai chegar que horas aqui? Dez

problema pra pegar ficha. *Tem que chegar cedo de quatro horas pra pegar. Se chegar de seis horas em diante não tem mais ficha não, num instante se acaba, muita gente e pouca ficha. Se você não for atendido naquele dia tem que esperar pro outro dia até morrer... morrendo.* *O negócio é a ficha pra ser consultado, tem que dormir lá a noite. Pega a ficha e quando for umas oito ou sete horas da manhã vai se consultar.* *Tem um ônibus adaptado que atende, que tem médico que vem atender aqui dia de sexta e tem.. tem um médico e uma dentista.* *O agente de saúde do Pastoral sai avisando na agrovila sem ir na casa de ninguém, só avisando o dia que vai ter médico, Por exemplo, o remédio do meu pai ou quando vai pra prefeitura tenho que pegar na prefeitura e quando não tenho que pegar no posto, ai vai avisar: "o remédio está lá no posto!", ai eu vou buscar*	*horas da noite.* *É mais fácil conseguir a noite do que durante o dia. Melhorar também a assistência de Petrolândia, porque se chega uma pessoa com o braço quebrado, alguma coisa quebrada, nem em Petrolândia fica, porque não tem assistência, aí vai para Paulo Afonso, aí engessa braço...* *Aqui sempre sobra ficha. Mas é porque vocês aqui, vocês não sofrem de falta de ficha. E lá, não. Lá as pessoas se consultam muito. Teve um dia em que a médica teve que falar: olhe, vocês só venham quando estiverem doentes, qualquer besteira vocês não venham não, tão tomando a vaga de outro! Tem gente que vai só para tomar a vaga de outro.* *A gente tem que dormir lá. Eu mesma, eu vou dia de Domingo, porque minha mãe mora lá, eu vou dia de domingo eu vou duas horas, duas horas e meia*

✐ PALAVRAS DOS(AS) PESQUISADORES

À primeira vista os agricultores reassentados jovens não se diferenciam muito de outras populações, entendendo que os problemas de saúde enfrentados por eles são os mesmos de outras populações em condições de poucos recursos como eles. Gripes e febres que são tratados sobretudo em casa ou com compras de remédios na farmácia são citados por todos, embora com maior detalhamento pelas jovens, uma das quais ainda relacionou o problema de alcoolismo como problema que afeta especialmente homens nas agrovilas e que os impede de realizar tratamentos adequados.

As condições locais de contato com o mato provocam problemas dermatológicos que foram referidos pelos rapazes. Estes mesmos são mais taxativas quando descrevem os efeitos da intoxicação provocada pelo uso de agrotóxicos, um problema que vem se alastrando em todas as áreas de agricultura irrigada. Inclusive há estudos que mostram a seriedade do problema em Petrolândia. Mesmo que exista uma constatação comum de que o veneno causa danos à saúde, há uma percepção que a mudança para o plantio de frutas diminuiu a circulação de veneno quando comparado com os plantios de curta duração nos lotes irrigados. As jovens, mesmo reconhecendo o problema, ainda levaram à compreensão do problema de intoxicação desde o campo para o espaço da casa, citando casos em que a convivência com o remédio em casa se associava a outros problemas de relacionamentos e de higiene, o que facilitou a ocorrência de envenenamentos.

Sobre saúde reprodutiva há uma identificação de problemas de infecções transmitidas sexualmente que demonstra que o assunto seja bastante conhecido por jovens. O próprio conhecimento sobre estas doenças serve para evidenciar a familiaridade dos homens com as práticas sexuais, conhecimento que é muito prezado entre eles. Ao se tratar de questões prevenção e de aborto, há uma certa naturalização da prática que as coloca no terreno da responsabilidade feminina, mas que também reconhece que assim confere às mulheres um poder muito grande na relação que precisa ser vigiado pelos rapazes que valorizam muito o não comprometimento da sua autonomia por uma gravidez indesejada, seja per questões de idade ou por questões das qualidades da parceira. Nestes casos eles podem intervir para estimular o aborto por vários meios conhecidos. Há uma consciência sobre AIDS, que mostra ser uma doença que provoca mal-estar tanto pelo que provoca em termos de conversa aberta sobre sexo, em inquietação pela sua forma discreta de manifestação e em exageros sobre a contaminação quando os casos são revelados. Comparado com os homens, as mulheres fazem mais

referência à procura de terceiros para lidar com a saúde reprodutiva procurando os serviços para ter acesso aos meios de prevenção e para realizar preventivos. O assunto da sexualidade feminina, mesmo podendo ser objeto de conversa entre elas, suscita referências à moralidade e à condição de casada para legitimar a desenvoltura da conversa.

Os processos terapêuticos adotados demonstram uma flexibilidade grande na procura da resolução do problema com grande recurso para remédios provenientes "do mato" em forma de chás e ainda em rezas e curandeiros conhecidos. Os jovens e as jovens mostraram confiar muito nestes remédios, os jovens falando mais sobre o uso que fazem, e as jovens ainda reportando ao problema de como manter o conhecimento sobre estes remédios nas tradições familiares. A medicalização corre paralelo ao uso de remédios caseiros, muitos se auto-medicando com dipirona ou ao farmacêutico (ou provavelmente mesmo o balconista) sendo fonte de informações sobre tratamento seguidos pelos reassentados.

Os serviços de saúde alcançam as comunidades via agentes de saúde, postos nas agrovilas e o ônibus que leva uma equipe para atender, e isto é apreciado pelos moradores jovens, embora as jovens chama atenção à vontade de ter contato mais regular com os agentes. As experiências com os serviços de saúde na cidade revelam avaliações que alternam entre a satisfação de ter um serviço que atende, e de revolta com as esperas, as faltas de médicos e a limitação nos serviços disponíveis. Os jovens, mostrando maior conhecimento da cidade, conversam mais sobre as limitações e as opções disponíveis. Mesmo para esta população com poucos recursos, a opção de serviços particulares demonstrou ser uma necessidade para alguns.

O cuidado com saúde é uma área sobre o qual todos têm conhecimento e articulam uma diversidade de estratégias. As jovens são muito mais atentas e críticas sobre os serviços que afetam o espaço da casa e da família e os jovens falam mais sobre o trabalho na agricultura e os serviços oferecidos na cidade. Os assuntos relacionados com saúde reprodutiva mostram uma certa inversão na qual os jovens restringem a sua atenção às doenças e as negociações de relações entre homens e mulheres enquanto as mulheres, reconhecendo essas questões, introduzem também conversas a informações sobre a atenção dos prestadores de serviços de saúde nesta esfera.